UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

Mauricio M. Nishihata

**Estudo retórico-poético sobre *La fortuna (...)*,
de Manuel de Faria e Sousa**

versão corrigida

SÃO PAULO

2021

Mauricio M. Nishihata

**Estudo retórico-poético sobre *La fortuna (...)*,
de Manuel de Faria e Sousa**

versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora Profa. Dra. Adma F. Muhana

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N724e Nishihata , Mauricio M.
Estudo retórico-poético sobre La fortuna (...), de
Manuel de Faria e Sousa / Mauricio M. Nishihata ;
orientadora Adma F. Muhana - São Paulo, 2021.
234 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Literatura Portuguesa.

1. Literatura Portuguesa. 2. Retórica. 3. União
Ibérica. 4. Manuel de Faria e Sousa. I. Muhana, Adma
F., orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Mauricio Massahiro Nishihata****Data da defesa: 02/09/2021****Nome do Prof. (a) orientador (a): Adma Muhana**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/12/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Mauricio M. Nishihata

**Estudo retórico-poético sobre *La fortuna (...)*,
de Manuel de Faria e Sousa**

COMISSÃO JULGADORA

Adma F. Muhana
Professor Dr. (Presidente da banca)

Isabel Almeida
Professor Dr. (Membro titular)

João Adolfo Hansen
Professor Dr. (Membro titular)

Manuel Ferro
Professor Dr. (Membro titular)

Dedicado à Professora Adma F. Muhana

AGRADECIMENTOS

José Arrabal, Isabel Almeida, Fernando Bouza, Sheila Moura Hue, Carlos Kessel, Manuel Ferro, João Adolfo Hansen, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, Ilda Mendes dos Santos, Hélio Alves, Aude Plagnard, Joseph Roussiès, Flávio Reis e Tarsila Miyazato; aos professores do Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da USP, em especial Marcia Maria de Arruda Franco, Aparecida de Fátima Bueno, Lilian Jacoto, Helder Garmes e Paola Poma; aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do DLCV-USP, Biblioteca Florestan Fernandes, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Distrital de Braga, R. U. do Centro de Estudos da Ordem do Carmo, Mosteiro de Santa Maria do Pombeiro, Biblioteca Nacional da Espanha, Real Academia de la Historia, Archivo Historico Nacional e University of Michigan Library; aos colegas e amigos da Pós-Graduação Ana Paula Gomes do Nascimento, Antonio Tadeu Ayres Júnior, Wagner José Mauricio Costa e Ricardo Zanchetta. E, por fim, à Goiara Mendonça de Castilho, Carla Maria Bernaderi Massabki, Elisa Paolinetti, Narcisa de Souza, Andrea Dias Mori, Steven Chervenkov, Felipe Martinelli, Getulio Nishihata e Regiane Nishihata Takamori.

RESUMO

La fortuna de Manuel de Faría, escrita na quarta década do século XVII e redescoberta no século XX, consiste num relato de *vida* autógrafo do polígrafo português Manuel de Faria e Sousa (1590-1649). Composição de uma memória, por meio dela o escritor-narrador conta os seus serviços estribado na condição de secretário de senhores. O centro da matéria finca-se no período mais ou menos compreendido entre 1622 e 1634, quando o letrado integra o corpo de servidores aglutinados em torno de Manuel de Moura Corte Real, embaixador ao rei Filipe IV em Roma. Na obra, o empregado expõe a sua mísera sorte, isto é, os infortúnios e os percalços que marcaram a sua vida pública na corte, sobretudo as intrigas palacianas passadas na legação romana, onde os conflitos contra o aristocrata ibérico intensificaram-se, a tal ponto de levá-lo a romper os seus vínculos com a Casa senhorial. *La fortuna* tem sido estudada enquanto um exemplar do gênero *autobiografía*, por vezes, *autobiografía barroca*. É suposto que essa classificação consiste em anacronismo, ao aplicar noções da expressão de subjetividades num objeto concebido antes do moderno. Em lugar disso, propomos retomar o seu presente de produção e recepção, investigando os fins retóricos da obra inscrita na categoria das *vidas particulares*. Por meio da elaboração de um texto de defesa contendo ataques veementes contra o nobre Castelo Rodrigo, o escritor seiscentista dirigiu o seu papel a um conjunto de auditores bastante específico, visando à restituição de crédito. O objetivo da presente tese é apresentar subsídios para essa outra possível interpretação de *La fortuna*, confrontando procedimentos técnicos apropriados para a análise do escrito, tais como noções acerca do gênero forense, razão de Estado, audiência, circulação de manuscritos, doutrinas do conceito engenhoso, discrição cortesã (*discretio*), dissimulação honesta, entre outros códigos em voga na Europa contrarreformada dos séculos XVI e XVII. No descortínio desses elementos, lança-se luz a diversas lacunas sobre a biografia do autor em foco, paradigma do homem de letras lusitano atuante em Espanha durante a Monarquia Compósita (1580-1640).

PALAVRAS-CHAVE

Literatura Portuguesa; Retórica ; União Ibérica ; Século XVII; Manuel de Faria e Sousa

Contato: mauricio.nishihata@usp.br

ABSTRACT

La fortuna de Manuel de Faria, written in the fourth decade of the 17th Century and rediscovered in the 20th Century, consists of an autographed account of the Portuguese polygraph Manuel de Faria e Sousa (1590-1649). Composition of a memory, through it the writer-narrator recounts his services as a secretary of masters. The center of the matter ends in the period between 1622 and 1634, when the scholar is part of the body of servants gathered around Manuel de Moura Corte Real, ambassador to King Philip IV in Rome. In the work, the employee exposes his miserable luck, that is, the misfortunes and the mishaps that marked his public life at court, especially the palace intrigues passed on in the Roman legation, where the conflicts against the Spanish aristocrat intensified, to such an extent, point of taking him to an abrupt break with the manor house. *La fortuna* has been studied as an example of the genre autobiography, sometimes baroque autobiography. This classification is supposed to consist of anachronism, by applying notions of the expression of subjectivities to an object conceived before the modern. Instead, we propose to resume its gift of production and reception, investigating the rhetorical ends of the work inscribed in the category of private lives. Through the elaboration of a defense text containing vehement attacks against the noble Castelo Rodrigo, the seventeenth-century writer directed his role to a very specific group of auditors, aiming at the credit refund. The objective of the present thesis is to present subsidies for this other possible interpretation of *La fortuna*, confronting appropriate technical procedures for the analysis of the writing, such as notions about the forensic genre, reason of State, audience, circulation of manuscripts, doctrines of the ingenious concept, courteous discretion (*discretio*), honest dissimulation, among other codes in vogue in Europe in the Counter Reform 16th and 17th' Centuries. In the discovery of these elements, it sheds light on several gaps in the biography of the author in focus, a paradigm of the Lusitanian'man of letters active in Spain during the Composite Monarchy (1580-1640).

KEYWORDS

Portuguese Literature; Rethoric; Union Iberic; 17 th Century; Manuel de Faria e Sousa

RÉSUMÉ

La Fortuna de Manuel de Faria, écrite dans la quatrième décennie du XVII^e siècle et redécouverte au XX^e siècle, est un testament autographe du polygraphe portugais Manuel de Faria e Sousa (1590-1649). À travers la recomposition d'un souvenir, l'écrivain-narrateur raconte ses services de secrétaire de seigneurs de la cour. Le sujet central se situe dans la période comprise entre 1622 et 1634, lorsque le savant fait partie du corps de fonctionnaires réunis autour de Manuel de Moura e Corte-Real, le 2^{ème} marquis de Castelo Rodrigo et ambassadeur du roi Philippe IV de l'Espagne à Rome. Dans l'œuvre, l'employé présente sa misérable chance, c'est-à-dire les malheurs et les mésaventures qui ont marqué sa vie publique à la cour, en particulier les intrigues de palais passées dans la mission romaine, où les conflits contre l'aristocrate espagnol se sont intensifiés à un tel point de l'emmener à une brusque rupture avec son noble protecteur. *La Fortuna* a été étudiée comme un exemplaire de l'autobiographie de genre, parfois de l'autobiographie baroque. Cette classification est censée consister en anachronisme, en appliquant des notions d'expression de subjectivités à un objet conçu avant l'époque moderne. Au lieu de cela, nous proposons de reprendre son moment de production et de réception, en explorant les fins rhétoriques de l'œuvre inscrite dans la catégorie de la vie privée. Par l'élaboration d'un texte de défense contenant des attaques véhémentes contre le noble Castelo Rodrigo, l'écrivain du XVII^e siècle a dirigé son document vers un groupe très spécifique d'auditeurs, visant le remboursement de crédit. L'objectif de la présente thèse est de présenter des subventions pour cette autre interprétation possible de *La Fortuna*, en confrontant les procédures techniques appropriées pour l'analyse de l'écriture, telles que les notions sur le genre médico-légal, la raison d'État, l'audience, la circulation des manuscrits, les doctrines du concept ingénieux, la discrétion courtoise (*discretio*), la dissimulation honnête, entre autres codes en vogue dans l'Europe contre-réformée aux XVI^e et XVII^e siècles. Dans la découverte de ces éléments, il met la lumière sur plusieurs lacunes dans la biographie de l'auteur, un paradigme de l'homme de lettres lusitanien actif en Espagne pendant la monarchie composite (1580-1640).

MOTS CLES

Littérature portugaise; Rhétorique; Union ibérique; XVII^e siècle; Manuel de Faria e Sousa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - ESTADO DA QUESTÃO	32
1.1 “NOBLE INGENIO LUSITANO”	32
1.2 A CONDIÇÃO DO LETRADO NA MONARQUIA DUAL	37
1.3 TRANSMISSÃO DE <i>LA FORTUNA</i>	41
1.4 CATÁLOGOS	53
1.5 PEDRO DE FARIA E SOUSA	56
1.6 FORTUNA CRÍTICA	60
1.7 LEITORES MODERNOS	61
1.8 AS “CONSULTAS”	65
1.9 ANEXOS AO CAPÍTULO I	70
CAPÍTULO II - “<i>ESTAS AVENTURAS DEL MARQUES</i>”	76
2.1 CONTROVÉRSIA DE BASE CONJECTURAL	76
2.1.1 EXÓRDIO INDIRETO DE <i>LA FORTUNA</i>	84
2.1.1.1 SINAIS	88
2.1.1.1.1 TÓPICAS EXORDIAIS	91
2.1.1.1.2 EXÓRDIO COM DIGRESSÃO	95
2.1.2 NARRAÇÃO	96
2.1.2.1 NECESSIDADE	96
2.1.2.2 UNIDADE E VARIEDADE DE AÇÃO	97
2.1.2.3 EPISÓDIOS	102
2.1.2.3.2 DISSIMULAÇÃO HONESTA OU SIMULAÇÃO	104
2.1.2.3.3 FUGA DE DAMIÁN MARTÍNEZ, SEGUIDA DA REAÇÃO EXTRAVAGANTE DE CASTELO RODRIGO	107
2.1.2.3.4 IMPUTAÇÃO DE CRIMES	113
2.1.2.3.4.1 FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS	114
2.1.2.3.4.2 REVELAÇÃO DAS CIFRAS DA EMBAIXADA	115
2.1.2.3.4.3 CRIMES DA FAZENDA	116
2.1.2.3.4.4 <i>SEXUS CONTRA NATURAM</i>	118
2.1.2.3.4.5 PLANO DE ASSASSINATO (PASSEIO DE COCHE)	121
2.1.2.3.5 AFASTAMENTO EM DEFINITIVO, COM EMBATE VERBAL	123
2.1.2.3.6 A DELAÇÃO	125

2.1.2.3.7 CARTA	127
2.2 CONCLUSÃO AO CAPÍTULO II.....	129
CAPÍTULO III - “UN TAL MENTECATO”	131
3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	131
3.2 TÓPICAS DO EPIDÍTICO	137
3.2.1 FAMÍLIA (<i>GENUS</i>).....	138
3.2.2 NOME (<i>NOMEN</i>)	140
3.2.3 PÁTRIA (<i>PATRIA</i>).....	143
3.2.4 INCLINAÇÃO OU NATUREZA DO ÂNIMO (<i>ANIMI NATURA</i>)	144
3.2.5 EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO (<i>EDUCATIO ET DISCIPLINA</i>).....	146
3.2.6 IDADE (<i>AETAS</i>)	156
3.2.7 O QUE A PESSOA APARENTA (<i>QUID AFFECTET</i>).....	160
3.2.8 HÁBITO DO CORPO (<i>HABITUS CORPORIS</i>).....	161
3.2.9 CONDIÇÃO (<i>CONDITIO</i>) E DIFERENÇA DA CONDIÇÃO	162
3.2.10 OCUPAÇÕES (<i>STUDIA</i>).....	163
3.2.10.1 FREI GONÇALO DE MORAES.....	164
3.2.10.2 PEDRO ÁLVARES PEREIRA	169
3.3 CONCLUSÃO AO CAPÍTULO III	172
CONCLUSÃO	176
“CAI EN MANOS DE LADRONES”	176
ANEXOS À CONCLUSÃO.....	197
APÊNDICES	202
Documento 1	202
Documento 2	202
Documento 3	203
Documento 4	204
Documento 5	205
Documento 6	206
Documento 7	209
Documento 8.....	209
Documento 9.....	209
Documento 10	211
Documento 11.....	211
Documento 12	212
REFERÊNCIAS	227
LÉXICOS.....	227
OBRAS ANTIGAS.....	227
ESTUDOS GERAIS.....	230

ÍNDICE DE IMAGENS

Fotografia 1- Frontispício do ms. PT/UMADB/COL/ M/163	72
Fotografia 2- Frontispício do ms. de Michigan DP 536.9.F3 A4 1600x	73
Fotografia 3 - Relatório de Francisco Gómez de Lasprilla, Estado (Roma), Libro 731, sem numeração.....	74
Fotografia 4 - Ponte romana do Arco.....	198
Fotografia 5 - Vista exterior da Igreja de Nossa Senhora de Pombeiro	198
Fotografia 6 Fachada da Igreja de Nossa Senhora de Pombeiro.....	199
Fotografia 7 - Órgão restaurado de tubos do Mosteiro.....	200
Fotografia 8 - Lápide tumular de Manuel de Faria e Sousa e dona Catarina Machado, no altar-mor da Igreja de Nossa Senhora de Pombeiro	201
Fotografia 9 -Detalhe da lápide tumular	201

*Para o mal que te acontece
Buscas o amo, ora o sono,
Ora al que nunca falece.
Ao trosquiar, achas dono!
Às pressas não te conhece.
Tudo lhes o demo deu,
Té razões más que nos dão:
Quando te hão mister és teu,
Quando os hás mister és teu,
Que não tens amos então.*

Francisco de Sá de Miranda

*Ya no es cosa nueva en el mundo que los que penden de la mano y voluntad de un señor son grandes
aduladores de su valido, creyendo que hacen su negocio, y en viéndole fuera del valimiento no hay
cosa a que tanto muestren las espaldas.*

Manuel de Faria e Sousa

ESTUDO RETÓRICO-POÉTICO SOBRE *LA FORTUNA (...)*, DE MANUEL DE FARIA E SOUSA

INTRODUÇÃO

[Autor:] Também quem rodea chega, e às vezes primeiro, que os que atalham. O suplicante é meu grande amigo Manuel de Faria.

[Quevedo:] Quem lhe fez agravo a um homem tão modesto e tão sábio?

[Bocalino:] O mundo todo inteiro, que sempre esteve mal consigo e com todos, por não errar os inimigos em cujo traje às vezes acomodava aos amigos e benfeitores, segundo o pavor que se tomou em Roma e Castela de suas inteligências com o Papa.

[Quevedo:] Deixemos perigosas matérias de Estado, não pertencentes a coplistas, que, por muito menos que isto, me mandou prender o Conde-Duque e teve apertadíssimo, quatro anos, em a prisão do convento de S. Marcos de Leão.¹

Na epígrafe, extraída d'*O hospital das letras*,² de Francisco Manuel de Melo, os dialogantes deparam-se com o convalescente Manuel de Faria e Sousa. O assim chamado Autor d'*O hospital*, metamorfoseado num livro de sua própria autoria, reconhece de imediato o personagem lusitano como um caro amigo, tratando-o pela alcunha familiar de 'Manuel de Faria'.

Esse excerto do famoso diálogo moral pode ser tomado como uma espécie de diapasão dos assuntos abordados em *La fortuna de Manuel de Faria*,³ sobretudo quanto à centralidade da expressão “perigosas matérias de Estado”. Com o intuito de desviar a atenção em torno de um tema espinhoso – que, no entanto, redundava em atrair ainda mais o interesse – o personagem Quevedo desconversa, sentenciando que o périplo de Manuel de Faria e Sousa na corte do papa Urbano VIII não pertence a um assunto da alçada de um coplista, isto é, de um versejador.

Tal matéria que se pretende encobrir, pois, parece aludir à polêmica que opôs Manuel de Faria e Sousa de Castelo Rodrigo,⁴ que toma o escritor português como secretário por volta de 1624. Em 1632, Castelo Rodrigo é alçado à posição de embaixador ao rei Filipe IV. O escritor integra a comitiva então enviada a Roma, desassociando-se dela em 1634, após sérias desavenças contra o

¹ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p. 75.

² *O hospital das letras* integra uma das quatro conversações dos *Apólogos Dialogais*, de Francisco Manuel de Melo. Os *Apólogos*, redigidos provavelmente entre 1654 e 1657, foram publicados somente no século XVIII pelo livreiro Matias Pereira da Silva. A dedicatória, ao professor Daniel Pinário, data de 10 de Setembro de 1657. Na ficção, os personagens dialogantes são figurações dos livros de Justo Lipsio, representado como a *Crítica*; Trajano Bocalino, *Regállos*; Francisco de Quevedo, *Sonhos*; e o Autor, na figura dos *Diálogos*. Os nomes dos escritores que surgem são enfermos que, muito necessitados, passam pelas chamadas mezinhas, alegorizando o estado deplorável das letras portuguesas.

³ Extraímos o título *La fortuna de Manuel de Faria* a partir de uma referência interna que ocorre na única edição da obra (FARIA E SOUSA, 1975, p.381). A edição, preparada por Edward Glaser, será formalmente apresentada ao longo do “Capítulo I” desta tese. Para nossa comodidade, toda menção à obra será feita pela forma concisa *La fortuna*.

⁴ Em *La fortuna*, é corrente o narrador, coincidente com o autor Manuel de Faria e Sousa, mencionar a linhagem dos Moura-Corte Real como “família de Moura” (FARIA E SOUSA, 1975, p.182, 229). Os membros principais dessa Casa nobiliárquica são: Cristóbal de Moura y Távora, I marquês de Castelo Rodrigo (1538-1613); Manuel de Moura y Corte Real, II marquês de Castelo Rodrigo e I conde de Lumiares (1592-1651); e Francisco de Moura y Corte Real Melo, I Duque de Nochera, III marquês de Castelo Rodrigo y IV conde de Lumiares (1621-1675). Do triunvirato, ao menos em *La fortuna*, o papel de antagonista principal cabe a Manuel de Moura y Corte Real, embaixador a Filipe IV entre 1631 e 1641, casado com dona Leonor de Melo.

embaixador, sendo esse assunto a matéria central de *La fortuna*, texto prioritariamente estudado por esta tese.

A expressão “perigosas matérias de Estado”, tirada da boca do personagem Quevedo, pode ser examinada a partir dos chamados *espelhos de príncipes* (*speculum* ou *specula principum*),⁵ gênero de texto que, oriundo do medievo, caracteriza-se por uma estruturação na forma de diálogos. Neles, os participantes propõem aconselhamentos para o bom governo das cidades, supondo como destinatários a audiência superior. Com o propósito de nos aproximarmos ao discurso de *La fortuna*, eivado de temas afins das chamadas *artes de marear em palácio*, passemos em revista por alguns tratados de corte que, ao mesmo tempo, são tratados do bem escrever. No *El discreto*, por exemplo, Baltasar Gracián inclui a arte de compor cartas entre as diversas habilidades necessárias ao cortesão: “Lo que dize es, que ella [arte de conversar] es la hermosura formal de todas, realce del mismo saber, ostentacion del alma, y que talvez aprovechò mas saber escribir una carta, acertar á dezir una razon, que todos los Bartulos, y Baldos”.⁶

O Cortesão (1528), do italiano Baldassare Castiglione, consiste na obra mais influente do gênero, paradigma para um sem-número de obras congêneres em diferentes idiomas. No prefácio d’*O Cortesão*, “Ao Reverendo e Ilustre Senhor dom Michel de Silva, Bispo de Viseu”, Castiglione narra os momentos que antecedem a publicação do livro, revelando que a marquesa de Pescara havia copiado inadvertidamente o borrador, para quem foi confiado, fazendo-o circular entre alguns amigos íntimos de Nápoles. Ao tomar conhecimento de que os seus *pedaços de pensamentos* se espargiam por aí, Castiglione imediatamente se prestou a corrigir as alegadas falhas de seus papéis, malgrado a pouca disponibilidade de tempo, visto que os serviços de diplomacia ocupavam-lhe de sobremodo. Passado esse pequeno contratempo, como quem põe panos quentes a um imbróglio, o autor declarou ter se sentido bastante estimulado para levar o livro às prensas, dada a manifestação positiva de todos para conhecer o que se passou nos afamados serões das noites de 1507, portanto, sendo essas animadas noitadas o argumento principal do livro. Entre prós e contras, Castiglione avaliou “menos grave vê-lo [o livro] pouco corrigido por minha mão que muito deturpado por mãos alheias”.⁷

Em *As fortunas d’O Cortesão*, Peter Burke analisou com minúcias a recepção do diálogo italiano. Em suas observações iniciais, considerou que o princípio da *sprezzatura*, isto é, ato de dissimular a dificuldade de um dado empreendimento, acomoda-se à escrita da própria obra. Ao aplicar o recurso da modéstia afetada para justificar a matéria saída nas prensas de Veneza, Castiglione afirmou, ainda no prefácio, que a composição de seu tratado transcorreu com facilidade,

⁵ Cfr. HANSEN, João Adolfo, “Educando Príncipes no Espelho”, *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*, 2019, p. 123-152.

MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p.76: “Essa é já manha velha dos poetas medicantes, entre os quais Manuel de Faria pudera bem ser reitor”.

⁶ MORALES, Baltasar Gracián y, *El discreto*, de Lorenzo Gracian, 1669, p.436.

⁷ CASTIGLIONE, Baldassare, *O cortesão*, 2018, p.4.

sem grandes intercorrências. Para o estudioso inglês, tal proposição encobre, na verdade, uma intensa aplicação que visava ao aprimoramento do texto, hipótese que se confirma a partir dos estudos realizados a propósito dos borradores d'*O cortesão*, os quais apontaram inúmeros retoques na história, como a entrada ou saída de determinados personagens, tendo o autor gasto muita tinta nas três reescrituras da obra.⁸

O cortesão propõe-se como uma reprodução dos serões que se passaram em 1507 na corte de Guidubaldo da Montefeltro. O duque de Urbino, por motivo de saúde, não se encontrava presente nas animadas audiências, retirando-se mais cedo para repousar em seu aposento, por sofrer as dores da gota. Era Elisabetta Gonzaga, sua esposa, quem fazia as honras da casa, anfitriando com primor os gentis-homens e as damas provenientes das principais cortes italianas. Entre esses ociosos, circulavam também grandes artistas. Na trama, esses poetas, pintores e músicos não são identificados por seus respectivos nomes, ao contrário dos nobres debatedores.

Durante as quatro noites sequenciais dos serões, entre inúmeros divertimentos e galantarias, os agitados participantes propuseram-se a glosar acerca das qualidades do Príncipe, perguntando-se acerca das características que o cortesão ideal devia manifestar, ou seja, que aspectos morais esse modelo máximo de cortesia apresenta, indagando se devia ser mais inclinado à pena ou à espada, ou dedicar-se a ambas essas atividades nobres, de tal modo que não lhe faltasse o menor dos detalhes para roubar o brilho de uma figura perfeita.

Ainda na dedicatória, o autor menciona com brevidade os seus censores, revelando que alguns dos insatisfeitos apontaram algumas falhas quanto aos propósitos da obra. Os queixosos teriam alegado que traçar o perfil do Príncipe consistia numa empresa inútil, sob o argumento de que a excelência, por ser um dom advindo do natural, não se incluía à categoria das coisas ensináveis, não sendo um líquido que pudesse ser passado de um recipiente cheio para um outro vazio. É por esta concepção idealista que a excelência mostra-se impossível de ser adquirida por meio de métodos, quaisquer que forem estes, conforme ditam os ensinamentos de Sócrates. Como resposta, o autor alinhou o seu “erro” à tradição inaugurada por Platão, Xenofonte e Cícero, autoridades essas que, em respectivo, propuseram-se a investigar acerca da República, do Imperador e do Orador ideais:

Outros dizem que, sendo tão difícil e quase impossível encontrar um homem tão perfeito como pretendo que seja o cortesão, foi supérfluo escrevê-lo, pois inútil é ensinar aquilo que não se pode aprender. A esses respondo que me contentarei por ter errado junto com Platão, Xenofonte e Marco Túlio, deixando a contenda entre o mundo inteligível e o das idéias, dentre as quais, assim como (segundo aquela opinião) se insere a idéia da perfeita república, do perfeito rei e do perfeito orador, agora se agrega a do perfeito cortesão, de cuja imagem, se não pude me aproximar com o estilo, menor esforço ainda terão os cortesões para se aproximarem com suas obras do termo e da meta que eu lhes propus ao escrever.⁹

⁸ BURKE, Peter, *As Fortunas d'O Cortesão: a recepção européia a O Cortesão de Castiglione*, 1997, p.48: “Já foi mostrado que o texto d'*O cortesão*, na forma publicada em 1528, foi o resultado de um processo de escrita e reescrita que se estendeu por quase 12 anos (1513-1524)”.

⁹ CASTIGLIONE, Baldassare, *O cortesão*, 2018, p.8.

Cada um dos livros constituintes d'*O cortesão* propõe-se como reprodução dos debates acalorados transcorridos na revolução de uma noite. A obra totaliza cerca de 16 dialogantes, entre homens e mulheres que eram exemplares máximos da discrição. No “Livro IV”, Gaspare pergunta a Ottaviavo Fregoso que forma de governo lhe parecia ser a melhor de todas. Num extenso discurso, o nobre cortesão põe-se a examinar os tipos de regime político que lhe eram concebíveis. Entre a monarquia, a aristocracia e a democracia – a tirania, dada a sua abominável disformidade, não foi aventada entre as possíveis formas de governo admitidas – o orador cedeu a palma à primeira, devido a sua semelhança com o natural:

parece conveniente serem os povos governados por um príncipe, como muitos animais, a que a natureza ensina tal obediência como coisa salubérrima. Observai os cervos, os groues e muitas outras aves quando passeiam, sempre escolhem um chefe, que seguem e ao qual obedecem, e as abelhas obedecem ao seu rei quase racionalmente, reverenciando-o como os mais respeitosos povos do mundo.¹⁰

A base da argumentação de Ottaviano apoia-se no princípio da lei natural, preconizando que os homens, para não viverem em meio do caos, abdicaram da própria liberdade em prol de um único representante, isto é, o monocrata, sendo que esse pacto estabelecido entre ambas as partes, realizado em tempos imemoriais, possuía características irrevogáveis. O monarca, para garantir a manutenção da paz do reino, monopolizava o controle das instituições do Estado, dominando a ordem militar, bem como as instituições responsáveis pelo fisco e aplicação da justiça. Por meio desses aparatos de repressão, o Príncipe controlava os apetites desordenados dos homens. Para garantir o propósito honesto do bem comum, a guerra figurava-se como um dos dispositivos ao alcance do rei. Diversa da lei natural, a lei divina explicava que a origem do poder real tinha por causa a vontade imediata de Deus, conforme defendiam as doutrinas luteranas e anglicanas.

No trecho a seguir, ainda extraído d'*O cortesão*, Ottaviano traça uma analogia da escravidão com o sistema monárquico, ambos pressupondo o domínio de todos em favor do Príncipe:

É verdade que existem dois modos de praticar a dominação: um é imperioso e violento, como o dos senhores de escravos, e é dessa maneira que a alma comanda o corpo; o outro, mais suave e moderado, como o dos bons príncipes, por meio das leis aos cidadãos, e aí a razão comanda os instintos.¹¹

¹⁰ Ibidem, p.286.

¹¹ CASTIGLIONE, Baldassare, *O Cortesão*, 2018, p.287.

No *De legibus*, o jurista espanhol Francisco Suárez¹² propôs o chamado pacto de sujeição, de ampla repercussão nas doutrinas contrarreformistas. Pela lei natural, o Príncipe estava acima da jurisdição das leis, daí o seu poder absoluto, de autoridade imensurável. Porém, apesar de sobrepor-se a qualquer legislação, o rei devia cumprir com o acordo de zelar pelo bem geral. Caso não cumprisse com essa aliança estabelecida, a autoridade real corria o risco de ser destituída do mando, consistindo esta a única maneira legítima de derrubar o monarca no exercício do poder. Nesse modelo de Estado, a sua feição delineava-se segundo a concepção corporativa da sociedade, cuja cabeça correspondia ao Príncipe; as demais partes, aos súditos. Como sede da razão, é a partir desse centro sensível que todas as decisões de governo irradiavam para as demais partes integrantes do corpo. Por essa hierarquia, abaixo da cabeça articulavam-se os membros subordinados. O soberano dividia a tarefa de governar com os chamados discretos, que lhe auxiliavam na administração do Estado: “e a eles é por vezes conveniente entregar a administração daquelas funções públicas de que são capazes, a fim de que possam comandar também e governar os menos sábios que eles, mas de modo que o governo principal dependa todo do supremo príncipe”.¹³

Nessa linha, Ottaviano Fragoso afirmou que a sociedade fragmentava-se em três estamentos:

(...) e, tendo o príncipe como chefe, os nobres e os representantes do povo como membros, funcionaria como um único corpo, emanando o governo principalmente do príncipe, não obstante os outros dele participassem; e assim teria esse Estado a forma de três governos bons que são a monarquia, os *optimates* e o povo.¹⁴

Para Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha,¹⁵ a fotografia dessa tripla categorização da sociedade, segmentada entre os estamentos do clero, da nobreza e do povo, demonstrava bastante complexidade nos séculos XVI, XVII e XVIII. A categoria identificada pelo povo ou terceiro estado distinguia-se em dois grandes grupos, sendo formada pelos chamados estados limpos, que incluíam os letrados, os lavradores e os militares. A outra parte dessa categoria correspondia aos estados vis, compostos pelos oficiais mecânicos ou artesãos. A categoria dos homens superiores bifurcava-se entre a nobreza natural (representada pelo príncipe e sua família, bem como pelos nobres ilustres detentores de títulos e fidalguias de solar) e a nobreza política, cuja

¹² SUÁREZ, *De legibus*, IV, 4, 11: “(...) assim quando um homem particular se vende e se entrega a outro como escravo, esse *dominium* é puramente e simplesmente instituído pelo homem. Com efeito, estando suposto este contrato, o escravo é obrigado, por direito divino como por direito natural, a obedecer a seu mestre. Da mesma forma, o poder (*potestas*), tendo sido transferido ao rei, este é feito por ele superior ao reino que o deu a ele, porque, dando-se a ele, o reino se submeteu como súdito (*se subjecit*) e privou-se da liberdade anterior, como se conclui, guardadas as proporções, do exemplo da escravidão”.

¹³ CASTIGLIONE, Baldassare, *O Cortesão*, 2018, p.287-8.

¹⁴ *Ibidem*, p.296.

¹⁵ No exemplo abaixo, retirado das *Ordenações afonsinas*, a classificação da sociedade se estabelece a partir das funções sociais que cada agente desempenha: “defensores são um dos três estados que Deus quiz per que se mantivesse o mundo, ca assi como os que rogam pelo povo chamam oradores, e aos que lavram a terra, per que os homens hão de viver e se mantêm são ditos mantenedores, e os que hão de defender são chamados defensores” (*Ordenações afonsinas*, I, 63, pr.)

razão de ser emanava do direito positivo, não da natureza em si. Os costumes nobilitavam, e assim a ciência, a milícia, bem como o exercício de determinados ofícios eram fatores de ascensão. É nessa ordem que recursos advindos de causas extraordinárias, tais como privilégios concedidos pelo rei, eram também fatores de nobilitação.

A *Corte na aldeia, e noites de inverno* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo, afigura-se como uma influente obra do gênero *espelhos de príncipes*. Dedicada ao duque de Bragança, foi composta em pleno contexto da União Ibérica. Os dialogantes, carentes de corte na terra pátria, reuniam-se perto do mar Atlântico, numa cidadezinha campesina não identificada. Eles põem-se a lembrar as glórias dos tempos passados. No Diálogo IV (“Dos recados, embaixadas e visitas”), os participantes desenrolam o tema da administração do Estado, averiguando sobretudo a importância do ofício do embaixador, que exerce a nunciatura, isto é, a representação do Príncipe numa dada corte. Como dito por Manuel de Faria e Sousa em *La fortuna*, “los príncipes siempre envían por sus embajadores personas que han menester quien hable por ellos”.¹⁶

O *cortesão* veicula que o modelo ideal do Príncipe devia preencher as três virtudes centrais da cortesania, que eram a discrição, a prudência e o comportamento político. É nessa linha que a *Corte na aldeia* preconiza que o embaixador devia possuir as mais altas qualidades, sendo dotado de um engenho absolutamente apurado: “(...) os reis, príncipes e respúblicas nas matérias de Estado, as cidades e povos nas ocasiões de cortes, os senhores particulares nas visitas, devem sempre escolher homens que no entendimento se aventajem dos outros (...)”.¹⁷ No entanto, essa excepcionalidade de um caráter era diversa de uma natureza anômala, tal como Baltasar Gracián sentenciou que “sea, pues, el genio singular, pero no anómalo; sazonado, no paradojo”.¹⁸

Aos poucos os dialogantes refinam as aptidões do cortesão. Todos são de acordo que o embaixador devia possuir estirpe, que é uma característica inata. Isso vale dizer o mesmo que devia provir de uma linhagem apurada, de antiga nobreza, de natureza prístina, etc., pertencendo às chamadas primeiras Casas do Reino. Entre as características que podem ser aperfeiçoadas, o Embaixador deve apresentar discrição, liberalidade, além de espelhar uma boa pessoa, isto é, uma aparência galharda. Em suma, tais qualidades superlativas, como a magnanimidade, própria de um rei, eram aguardadas para o modelo ideal de Ministro:

continuando com o que convém mais ao fim do nosso intento, devem ser escolhidos para este cargo de embaixador os homens das famílias mais ilustres do reino, dos ilustres os mais discretos e cortesãos, destes os mais animosos e liberais, dos animosos os mais apessoados, e de todos os mais bem acostumados. E são todas estas partes tão necessárias ao embaixador que, com a falta de qualquer delas, ou arriscará o crédito do príncipe que o manda, ou o negócio de que vai a tratar por sua parte.¹⁹

¹⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.323.

¹⁷ LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na aldeia*, 1991, p.106-7.

¹⁸ MORALES, Baltasar Gracián y, *El discreto*, de Lorenzo Gracian, 1669, p.x.

¹⁹ LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na aldeia*, 1991, p.109.

O trecho seguinte é comum a uma célebre passagem de *El Embaxador* (1620), de Juan Antonio de Vera y Zúñiga:

Além disso, como o embaixador é um terceiro e conciliador da amizade de dous príncipes, nenhũa cousa lhe é mais importante que o entendimento, e também o ser cortesão lhe importa muito, pois a sua principal assistência é no paço e junto à pessoa do príncipe, com comunicação dos principais senhores do reino.²⁰

O excerto a seguir destaca a qualidade da flexibilidade, isto é, a capacidade de adaptar o ânimo em conformidade com as demandas de uma dada ocasião, sendo esta propriamente uma característica política:

Também importa muito que os embaixadores sejam escolhidos de sujeito acomodado aos negóceos de que hão-de tratar, que tal ocasião se oferece em que convém serem humildes e outra em que é melhor mostrarem-se arrogantes, tal em que hajam de ser animosos e arriscados, e outras, brandos e dissimulados.²¹

Em *Corte na aldeia*, um dos dialogantes expõe um dito engraçado. Um rei italiano, insatisfeito com a soberba de um ministro, que jamais se mostrava manso, solicitou a um arquiteto que reduzisse a altura de uma porta, de modo que obrigasse o ministro a curvar-se perante a majestade, para que, aos menos por obra de um artifício, demonstrasse a veneração devida para com a autoridade máxima. Este ministro, mostrando-se irredutível com a resolução engenhosa, ao entrar na câmara passou a curvar-se, porém mostrando as costas para o rei, isso tudo para não se render à artimanha do soberano:

Orfato Justiniano, homem de letras e ânimo generoso, embaixador do mesmo senado a el-rei Fernando de Nápoles, que, pelo mau ânimo que contra os venezeanos tinha, não fazia dele a conta e estima que seu valor merecia, Orfato lhe mostrava tão pouca inclinação e humildade que o rei, indinado, mandou fazer tão baixa a porta por onde entrava a lhe falar, que, à força, lhe fizesse dobrar o pescoço. Porém, ele, entendendo a tenção de Fernando, entrou com as costas para diante e voltando-se direito na casa fez a mesma cortesia que costumava.²²

Francisco Rodrigues Lobo exemplifica o modelo de embaixador lusitano com vários nomes de monta. Entre outros, arrola o célebre Tristão da Cunha, embaixador ao rei Manuel I:

E outra que fez o mesmo Doutor ao papa Leão, indo Tristão da Cunha, embaixador a lhe dar obediência com aquele famoso ornamento, que ainda agora é dinamente celebrado na Igreja romana assim pola muita valia como pola grande devação daquele pio e católico rei, no ano de mil e quinhentos e catorze, à qual o Papa respondeu em público com ùa doutíssima oração de louvores do mesmo rei.²³

²⁰ Ibidem, p.110.

²¹ Ibidem, p.111.

²² Ibidem, p.111. No Museu da Armada, vale a pena lembrar que o mausoléu de Napoleão encontra-se mais abaixo do nível do andar, construído com tal disposição para obrigar os visitantes a curvar-se perante o construto, caso queiram mirá-lo.

²³ Ibidem, p.109.

Como dissemos no início de nosso texto, o gênero *espelhos de príncipes* propõe conselhos ao governante. Um de seus tópicos norteadores estabelece que a escolha equivocada de um ministro afeta o bom governo, trazendo prejuízos aos interesses do bem comum. Leia-se isso no trecho seguinte da *Corte na aldeia*: “E, porque, às vezes, por respeitos, privança e valia se antepõem os menos suficientes para estes cargos, se deitam a perder negócios de ãa república, em que consiste a quietação e honra dela.”²⁴ Já no trecho abaixo assinalado,

E, para lhe assinarmos as partes necessárias, fora acertado pintar o avesso do embaixador, com que só convém em ser discreto e experimentado. Porém, há-de ser baixo, vil, desprezível, avarento, chucarreiro, mentiroso, ingrato e sofredor de todos os escárneos e zombarias, porque não só é de sua profissão enganar, mas também obedecer a toda a ignomínia e infâmia que seu exercício merece.²⁵

um dos interlocutores do diálogo português expõe o avesso de um embaixador, definindo as características não esperadas para um ministro. Pois bem, esse retrato invertido do Conselheiro perfeito pode aproximar-se à imagem horrenda que Manuel de Faria e Sousa constrói do marquês em *La fortuna*, discurso que se volta sobretudo a examinar as atividades do letrado à casa de Castelo Rodrigo, onde o letrado serviu por cerca de doze anos na condição de secretário de senhor.

Por uma confluência de fatores que aprofundaremos em nossa tese, Manuel de Faria e Sousa formaliza uma intrincada denúncia contra o nobre Castelo Rodrigo, atacando-lhe o modo de vida (*victus*). O Anônimo da *Retórica a Herênio* sentencia que, “se o réu goza de forte reputação de pureza e integridade, dirá o acusador que os fatos, não a fama, devem ser levados em conta”.²⁶ Em sua tese, Manuel de Faria e Sousa faz distinguir a nobreza da honra:

Quedé con esto viendo cuán poco se acuerdan los llamados grandes en el mundo de la mucha diferencia que hay entre honra y nobleza, pues los principales por lo noble del nacimiento y caudaloso de sus casas, están muy fuera de ser honrados, si tienen los defectos que ahora se temía publicase Damián Martínez.²⁷

A acusação foi recepcionada pelo conde-duque de Olivares, em Madrid. O valido decidiu por instaurar uma comissão de homens notáveis para apurar a conduta do embaixador. Os passos dessa sindicância reúnem-se num conjunto de papéis intitulado “Consultas”. No raio das ações deliberadas pelo referido Conselho, o marquês foi inquirido a dar esclarecimentos acerca das queixas que contra ele se fizeram. Como uma resposta de satisfação ao valido, Castelo Rodrigo dirige-lhe uma breve defesa por escrito.

²⁴ Ibidem, p. 107.

²⁵ Ibidem, p.121.

²⁶ ANÔNIMO, *Retórica a Herênio*, II, 5: “Si uehementer castus et integer existimabitur adversarius, dicet facta, non famam spectari oportere”.

²⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.274.

La fortuna, redigida ao longo da década de 1640, ou seja, nos últimos anos de vida de Manuel de Faria e Sousa, morto em Madrid, no ano de 1649, retoma principalmente esses acontecimentos passados sobretudo na embaixada de Espanha em Roma, epicentro da controvérsia. Assim, desde já admitimos que essa celeuma constitui o centro do discurso, como é possível conferir a partir da distribuição da matéria da obra, que reserva a maior atenção aos serviços a Castelo Rodrigo.

Além disso, importa dizer que o texto arquiteta-se de acordo com duas finalidades principais. A primeira delas é estabelecer uma defesa de si, em que o letrado refuta as alegadas mentiras que contra ele foram ditas. Quanto a isso, não podemos prever com exatidão o contorno dessas murmurações, sendo válido presumir que membros da influente família de Castelo Rodrigo possivelmente teriam contribuído para fustigar o letrado nas cortes de Madrid e Roma. No *Retrato* (...), panegírico fúnebre composto por Francisco Moreno Porcel, esse ferrenho defensor do letrado utilizou a seguinte expressão, “calúnia iníqua”, para justificar as repetidas vezes em que o retratado revestiu-se de elogios. O autor do *Retrato*, ao censurar Manuel de Faria e Sousa quanto às suas indiscrições de falar de si, aproveita para tirar-lhe as culpas. Porcel afirma que o escritor português, com o propósito quase compulsório de defender-se, teria justificadamente composto inúmeras apologias de si, sendo desculpáveis por não serem uma glória vã: “Yo por ventura aurè excedido, mas tambien es alabanza de MANUEL DE FARIA el bolver por su reputacion, calumniada iniquamente”.²⁸ Essa passagem reveladora, mais do que sublinhar as características de um autor que se permeou de elogios, e ainda indisfarçadamente, joga luz a esses atos de calúnia que, na opinião de Francisco Moreno Porcel, eram um tanto injusta.

Além do propósito de tirar as manchas, ou seja, de promover uma ação de limpeza da honra, um outro procedimento de *La fortuna* consiste em alinhar uma forte acusação contra Castelo Rodrigo. Ao rechaçar sobretudo o *modo de vida* do nobre embaixador, Manuel de Faria e Sousa imputou-lhe uma série de censuras e, sobretudo, a agência de graves crimes contra a República. Ao retomarmos aquelas qualidades negativas que pontuam o avesso de um Ministro ideal na *Corte na aldeia*, as características de *baixo*, *vil*, *desprezível* e *mentiroso* são aplicáveis para o presente caso. Além disso, é possível acrescentar outros vícios ainda piores, tais como o da traição ao rei, bem como o *sexus contra naturam*, conforme veremos.

O teor dessa construção de escárnio, pois, é bastante diverso da boa fama de Castelo Rodrigo, membro de uma das famílias de origem portuguesa mais destacadas de seu tempo, cuja ascensão social motivou-se sobretudo a partir do advento da União Ibérica, tendo esse clã contribuído consideravelmente para o processo de legitimação da causa filipina. Manuel de Faria e Sousa, na altura vivendo de favor na casa de parentes em Madrid, situava-se numa posição retórica

²⁸ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §69.

absolutamente desfavorável, tanto que o escritor negava que o seu discurso consistisse numa matéria fantástica, conforme admitiu que poderia parecer aos olhos da maioria. Com vistas a remediar essa enorme desvantagem, *La fortuna* inscreve-se como um discurso com fortes características persuasivas, matéria essa que será tratada especialmente no “Capítulo II” de nossa tese.

Aqui, adiantemos um pouco a nossa discussão. Para Manuel de Faria e Sousa, Castelo Rodrigo não detinha as patentes necessárias para exercer o alto cargo que o rei havia confiado a ele. Numa determinada passagem de *La fortuna*, abaixo em destaque, o narrador dá relevo às inúmeras vantagens que o cargo de embaixador em Roma garantia ao ocupante do posto. Esse cargo de representação junto ao papa possibilitava a escalada social para uma posição ainda maior, como o almejado cargo de vice-rei em Itália:

porque es cierto que el rey de España no provee cosa tan honorífica como es la del embajador en Roma. Si se mira a lo útil, más lo es el virreinato de Nápoles, pero si aquellos virreyes sacasen de aquel puesto lo que solamente es justo, aún sacará más de Roma un embajador, si tuviere hijos y se acordare más de ellos que del servicio de su príncipe, como sucedió a algunos (de que el marqués fue uno), poniendo en ellos más de veinte mil escudos de renta eclesiástica.²⁹

Já na passagem seguinte, ainda extraída de *La fortuna*, Manuel de Faria e Sousa afere a total incompatibilidade de Castelo Rodrigo ao cargo de embaixador, mais empenhado na defesa de suas demandas particulares: “[o rei] necesitaba de un embajador muy desasido de sus propios intereses”.³⁰ Na opinião do secretário, Castelo Rodrigo não guardava as honras devidas ao cargo que a ele foi confiado, distribuindo altos cargos do aparato do Estado a parentes, entre outros atos vis que eram mais característicos de uma facção despótica. Como solução a isso, o empregado defende que esse péssimo homem público devia ser cassado. Com efeito, extirpar esse membro abjeto da Monarquia hispânica estancaria os danos causados ao corpo social, que se contaminava com as ações ignóbeis dessa laranja podre.

A recente descoberta dos papéis das “Consultas” permite a visualização dos contornos dessa querela palaciana, ao projetar a voz da contraparte pela primeira vez. Dissemos que Castelo Rodrigo, em resposta ao conde-duque de Olivares, dirige uma breve defesa por escrito. Numa carta redigida na legação romana em 12 de Março de 1635,³¹ o remetente justifica a sua conduta perante o Conselho, defendendo-se dos dardos acusatórios que Manuel de Faria e Sousa, o seu ex-secretário, lançou em Madrid. Num primeiro plano, Castelo Rodrigo imbuí-se de argumentos de autoridade,³²

²⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.204.

³⁰ Ibidem, p.298.

³¹ RODRIGO, Castelo. Carta do marquês de Castelo Rodrigo ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Roma, 12 de Março de 1635.

³² Ibidem: “sobre las informaciones de los que ahi han ablado en mi, ni dar mas credito a ellas q a lo que con experiencia de tantos anos ha conocido v. Exa. y todos los hombres de bien que me han tratado, pues aun dicho por ellos era duro de creer lo que se me levanta.”

não se alongando muito a propósito de seu desafeto, tratando-o com desdém, referindo-se a ele por termos nada dignificantes. As palavras de Castelo Rodrigo evidenciam a pobreza econômica do letrado, imagem que lhe era bastante recorrente no século XVII. N'*O hospital das letras*, vale a pena verificar que um dos dialogantes atribui a Manuel de Faria e Sousa a pecha de reitor dos “poetas mendicantes”.³³ Essa imagem de um letrado famélico é bastante díspar de representações posteriores, composto em armadura de ferro, ostentando as patentes das ordens de Cavaleiro de Cristo e da Casa Real, fenômeno de uma interpretação romântica averiguada também com Camões.

Não só isso, Castelo Rodrigo ataca os procedimentos do ex-secretário, afirmando que, ao agasalhá-lo em Roma, quase que por um gesto de caridade, a infeliz ocasião propiciou azo para que o letrado enredasse uma versão da história, dita irreal. Nesse desgraçado acolhimento, aproveitou a oportunidade para regular a cronologia dos fatos que, de modo premeditado, viriam a ser ventilados perante o valido, em Madrid.

Nessa carta, Castelo Rodrigo tece um retrato moral horrendo de Manuel de Faria e Sousa, destacando-lhe o mal ânimo. Numa acumulação dos vícios do letrado, o nobre destaca-lhe a grande inveja, como natural aos pobres, bem como a sua pouca fidelidade: “No le entregue los papeles de S. Mag. en la mano conociendo su ambicion, y poca fidelidad. La rabia, y embidia desto le inquietaron de modo q no uno coça que le satisfiçiese, aun q por las esperanças que dellos en Lisboa le havia dado le hize tantos bienes, como se sabe.”³⁴

Ainda nesse papel de 1635, Castelo Rodrigo revela que o ex-funcionário, transido por maus sentimentos, empreendeu-se a caluniar a *familia de Moura*. Segundo Castelo Rodrigo, o letrado pretendia isolar-se em Veneza para soltar notícias terríveis contra cada membro desse núcleo:

sabia el mal animo con q partia contra mi, y contra toda mi familia no haviendo en ella hombre de que no fuesse inimigo particular, me tenia por seguro con mi conciencia, y lo estava de que quien le ovesse conoceria su juiçio, su poca verdad, y poca christiandad, y peor lengua, y grande atrevimiento, como le ha sucedido en todas las partes q ha estado, y aqui particularmente.³⁵

Castelo Rodrigo, para endossar a sua opinião por meio de fatos, parte para o argumento de ataque *ad hominem*, repisando duas polêmicas amplamente conhecidas da biografia de Manuel de Faria e Sousa. Uma delas é apoiar-se na fama da língua ferina do letrado. Como se sabe, no celebrado *Epitome de las historias portuguesas* (1628), o letrado não se poupou a censurar diversos reis lusitanos, atitude essa que teria escandalizado a audiência seiscentista, tanto que o *Epitome* adentrou ao Índice inquisitorial de obras proibidas de circulação. Outro fato que Castelo Rodrigo

³³ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p.76: “Essa é já manha velha dos poetas medicantes, entre os quais Manuel de Faria pudera bem ser reitor”.

³⁴ RODRIGO, Castelo. Carta do marquês de Castelo Rodrigo ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Roma, 12 de Março de 1635.

³⁵ Ibidem.

relacionou foi a sonora prisão do letrado – como citada na epígrafe – sendo este um dos episódios que se desencadeou a partir da delação de Manuel de Faria e Sousa perante as autoridades espanholas, acusando Castelo Rodrigo da prática de inúmeros crimes, como já dito.

Para neutralizar a virulência do letrado contra si, ou mesmo fazer desacreditar as palavras do pobre poeta, Castelo Rodrigo desenhava o perfil do letrado enquanto um louco, na companhia de quem teria passado por inúmeras situações constrangedoras na corte. Ao fim da carta, Castelo Rodrigo arrola o funcionário Diogo Soares, garantido como uma testemunha ocular, podendo confirmar a verdade das declarações contra o letrado: “Gustaria yo del por sus debuxos, y pluma, y esto me hiço sufrir sus locuras, y atrevimientos en Lisboa y ahi [Madrid], sobre q tuvimos varios disgustos, como Diogo Xuares lo podra decir a V. Exa. q supe algunos dellos: y los de aqui [Roma] no han sido menores”.³⁶

Com mais especificidade, o alegado vício da “peor lengua” fere a conduta profissional do ex-secretário. Como se sabe, a função de um secretário era atender as demandas de um senhor, tanto na esfera pública, quanto no seio do espaço particular dos palácios, daí a condição de privança. No paratexto da tradução de *Della dissimulazione onesta* (Nápoles, 1641), de Torquato Accetto, Alcir Pécora observou que o vocábulo ‘privado’, além de reter o sentido mais comum de significar um funcionário conselheiro inserto no foro íntimo dos superiores, encerrava o sentido de autoanulação. Os códigos de comportamento do secretário apregoavam que o servidor devia isentar-se do querer, isto é, anular-se em benefício do aristocrata: “O termo ‘privado’, aliás, ganha um tratamento equívoco, dúplice, que não diz respeito apenas àquele que tem ‘privança’, freqüentação doméstica com o Príncipe, mas àquele que é privado de vontade própria a fim de melhor servi-lo”.³⁷

Assim, tamanha intimidade supõe o segredo, que devia ser mantido. O tema das atribuições de um secretário é tratado em inúmeras normativas, as quais codificaram a atuação ideal por parte desse funcionário de corte. Ainda o estudioso Alcir Pécora afirmou que a função do secretário supunha o acesso às correspondências do amo, daí ser imperativa a mais completa discrição: “Nessa mesma gramática de construção de uma nova rede significativa de sociabilidade e ação política, o próprio nome de ‘secretário’ está estritamente associado à profissão de guardar os ‘segredos’ do seu Senhor, o que se traduz, em primeiro lugar, pela guarda do sigilo no trato da correspondência.”³⁸

Manuel de Faria e Sousa registrou inúmeras reclamações contra o seu ex-amo em *La fortuna*. Uma das queixas mais recorrentes que havia em seu discurso consistia no fato de ter sido muito mal aproveitado quanto às funções palacianas, tendo-lhe sido atribuída a realização de tarefas que exigiam pouco engenho, tais como compor a mesa dos jogos de naipes, servir como ouvidos para as mais disparatadas frivolidades do marquês, etc. Na opinião dele, tais atividades fúteis não

³⁶ Ibidem

³⁷ PÉCORA, Alcir, “Apresentação: O livro do prudente secretário, *Da dissimulação honesta*, 2001, p.9.

³⁸ Ibidem, p.9.

guardavam o decoro de suas capacidades intelectivas, sobretudo para um letrado que, naquela altura, detinha alguma fama no círculo de escritores europeus. Por exemplo, é fato que o papa encheu o escritor com mimos, concedendo-lhe audiências e introduções. Em *Apes Urbanas*, Leon Alacio arrolou o escritor como eminente poeta português.³⁹

Na senda das diversas categorias que integravam a composição corporativa da sociedade, o tema dos ofícios desempenhados por funcionários advindos das extratificações mais baixas do palácio presentifica-se em diversos *espelhos de príncipes*. Em especial, o tratamento acerca desse assunto chão (*humilis*) encontra destacado lugar no *Dialogo de la vida de los pajes de palacio*, de Diego de Hermostilla, capelão do imperador Carlos V.

Trata-se de um diálogo em que se traça um olhar às posições mais baixas na hierarquia palaciana, a propósito dos servidores das grandes Casas nobiliárquicas. Além da função do pajem (antigo *doncello*), afiguravam na longa lista dos oficiais palatinos as funções de camareiro, secretário, mordomo, mestre-sala, *cavallerizo*, contador, tesoureiro, vedor, *botiller*, *repostero de estrados y mesa*, *repostero de plata*, comprador, dispenseiro, repartidor, escrivão, cozinheiro, *platero*, oficial de justiça (*alguacil*), guarda, etc.⁴⁰

Tal como *O cortesão*, a disposição da obra de Diego de Hermostilla divide-se em quatro longos colóquios de dimensões variáveis. Como argumento principal da obra, Juan de Lorca, mercador natural da cidade de Medina del Campo, visita o palácio de um grande senhor, que no texto é identificado apenas por “duque”. Logo em suas primeiras páginas passamos a saber que o mercador teria socorrido o importante aristocrata com o auxílio de um empréstimo. Como forma de agradecimento, o nobre quer retribuir a gentileza ao burguês, prometendo incorporar o filho do comerciante ao conjunto de servidores do palácio, para que a pequena criança passasse a servi-lo na condição de um criadinho.

Com muita prudência, Joan de Lorca mostra-se interessado em colher mais informações acerca do que se passa nas dependências do castelo, pois “yo me e visto más vezes en mercados y ferias que en palacios de grandes señores”.⁴¹ Para tanto, trava um longo diálogo com alguns dos funcionários da casa, sobretudo com Medrano, um melancólico pajem, e Godoy, um antigo criado da casa. Medrano expõe as más condições de seu ofício, bem como os afãs e os maus tratamentos que os senhores dispensavam aos jovens. Entre outros temas, mormente acerca das indumentárias da criadagem,⁴² repouso precário, falta de saúde e meios de higiene dos servidores, etc., a obra aborda o assunto da parca comida servida aos funcionários. Se a lavagem está para o porco, a matéria de rejeito estava para os funcionários de baixo estatuto. Essa pouquidão deparava-se com o natural

³⁹ Cfr. MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §26.

⁴⁰ HERMOSTILLA, Diego de, *Diálogo de la vida de los pajes de palacio*, 1916, p.32-3.

⁴¹ Ibidem, p.16.

⁴² Diversas são as passagens em *La fortuna* a propósito da pobreza material do letrado: “[no] me queda de su mano caudal con que pueda comprar unos zapatos” (FARIA E SOUSA, 1975, p.208).

apetite dos jovens, que tinham verdadeiras *harpías em seus estômagos*, ocasião que resultou em matéria de humor que fazia troça da fome alheia. Por exemplo, conta-se que um menino travesso, para não ser pego em flagrante, escondeu uma torta doce sob o seu gorro e, à medida que o tempo ia passando, a cobertura de mel escorria-lhe na cara; ou quando um menino surrupiou a perninha de um perdiz, escondendo-a num lugar inusitado, na braguilha da calça:

¿Nunca oyisteis, señor, contar de un page, que sacando de la mesa de su amo una tortilla de [h]uevos con su miel y todo, por no tener a mano donde escondella, se la puso sobre la caveça y la gorra encima, y le cor[r]ia la miel por la cara abajo; y a otro que se metió en la bragueta una perdiz asada, quedando una pierna de fuera, y llegándose a levantar un plato, prendió la uña a los manteles y se los llevó tras él; de que se reyeron harto los grandes señores que allí comian (...).⁴³

O mercador indaga a Medrano acerca do galardão. O pajem relembra que, assim como ele, muitos outros jovens iniciaram-se no palácio. Alguns invariavelmente morreram. Outros retornaram à casa de seus pais depois de servirem ao duque por alguns anos. Muitos tentaram fazer a vida nas Índias ou mesmo em Itália. Da pouca esperança que se podia aguardar desses serviços, aqueles que sobreviveram a essas duras condições foram aproveitados em outros postos do palácio, à medida de suas capacidades e amadurecimento. Como em todo lugar, a tônica dos serviços era que não havia “justiça ygual”:

[GODOY]. - (...) Lo primero y principal en el lugar del señorío no es la justicia ygual, porque no se hace más en él, de lo que el señor y sus privados quieren; y con esto son muchos agraviados sin razón y otros favorecidos sin justicia; y más gravemente se castiga en estos lugares a la moça que por descuido echó dende su ventana algun poco de agua sobre el criado del señor, que al criado quando apalea, acuchilla o desonrra al vasallo suyo: que lo uno se pasa en risa, lo otro se toma de veras: y donde la justicia no es ygual, vivese con trabajo, porque ella a de tener dos valanças yguals, y cargando qualquiera dellas a una parte, no puede hacer buen peso; de manera que o se a de hacer justicia o conplazer al señor, que no aga nada della; y si a él agrada su juez, aunque trate mal al vasallo, se sale con ello; y el del Rey, si hace lo que no deve, pagalo en la residencia.⁴⁴

Ao fim do primeiro colóquio, o mercador, mostrando-se em desagrado com o que ouviu de Medrano, declara que, “aunque yo tengo poco, no es tan poco”,⁴⁵ então se decidindo por não entregar o futuro de seu filho ao duque, visto que as condições relatadas não cabiam ao decoro da família que, embora fosse recém emergente, tinha a posse da moeda.

Verifiquemos com mais atenção uma passagem do *Dialogo* que muito nos interessa para o exame dos procedimentos de Manuel de Faria e Sousa, de acordo com o ponto de vista de Castelo Rodrigo. O trecho a seguir trata dos serviços dos privados, que detinham a chamada privança:

⁴³ HERMOSILLA, Diego de, *Diálogo de la vida de los pajes de palacio*, 1916, p.17-8. Cfr. essa mesma tópica em *La fortuna*, a propósito de Castelo Rodrigo advertir que um dos filhos de Manuel de Faria e Sousa apanhava comida sobre a mesa da Casa senhoril: “acudió presto con que un hijo mío (era de siete años) acudía a la mesa y siempre de ella llevaba algo” (FARIA E SOUSA, 1975, p.182). Cfr. também “como yo tenía lobos en el estómago” (FARIA E SOUSA, 1975, p.139).

⁴⁴ Ibidem, p.94-5.

⁴⁵ Ibidem, p.30.

Y tanvien que sienpre ay en casa de los señores dos o tres privados, que los llaman ansi porque mas particularmente tratan y sirven a los señores, el uno de page de rrecados, que por otro nonbre allá llamais alcavete, y otros de rrastrear como podencos, en casa y fuera, qué contar a los señores, que su nonbre propio es parleros o chismeros.⁴⁶

Para o funcionário Godoy, o ofício de secretário demandava a confiança, a quem se depositava segredos: “de la fidelidad del secretario, la honra que se atraviesa en los negocios de ynportancia que el señor trata, y pasan por su mano”.⁴⁷ Em contraste com o secretário exemplar, o *Dialogo* trata daqueles funcionários que, apresentando um comportamento cheio de inconveniências, tinham o “vício de parleros”, isto é, tendo um péssimo caráter, desferiam para todos os cantos mentiras acerca dos fatos particulares que ocorriam no interior dos palácios.

Como podemos observar, o conflito entre amo e serviçal afigura-se como uma matéria em registro nos chamados tratados de racionalidade de corte. Tais contendas pertencem ao campo das opiniões válidas universalmente. Com isso em mente, podemos pinçar naquela carta de Castelo Rodrigo o argumento segundo qual insistia que Manuel de Faria e Sousa possuía a “peor lengua”. Em posse dessa afirmação, Castelo Rodrigo apoiou-se em verdades constituintes das opiniões gerais, estabelecendo que o dissídio em que foi implicado situava-se no rol dos acontecimentos corriqueiros, relativamente aos conflitos que se passavam no interior do palácio, não sendo algo marcado pela excepcionalidade, mas sim uma regra da rotina. Em paráfrase livre, mais ou menos Castelo Rodrigo teria dito que, enquanto existisse no mundo funcionários insatisfeitos com os seus senhores, aqueles necessariamente se colocariam a bater com a língua nos dentes, investidos, pois, de maus afetos. Nesse jogo de intrigas palacianas, os senhores estariam sujeitos a sofrer com os maus procedimentos desses serviçais insatisfeitos, cuja postura inadequada devia ser censurada, deplorada, no entanto, jamais ser digna de crédito. Por meio da *dóxa*, Castelo Rodrigo visava a desqualificar as ações de Manuel de Faria e Sousa, alegando que as denúncias do letrado contra ele foram motivadas por sentimentos escusos, logo, mentirosos. Na conclusão da carta, o marquês alega que as palavras bafejadas por seu ex-funcionário não tinham qualquer validade, dado o caráter desprezível do serviçal, haja vista a insignificância de suas ações.

Portanto, perpassamos por alguns tratados de corte, aqui utilizados como balizas para a exposição de um quadro de opiniões diametralmente opostas, representadas nas vozes de Manuel de Faria e Sousa e do marquês de Castelo Rodrigo. Tal como a epígrafe de nossa “Introdução” sugestiona, as “perigosas matérias de Estado” estabelecem um estado de mútuas acusações, seriíssimas. Manuel de Faria e Sousa acusa Castelo Rodrigo de ter cometido o crime de lesa-majestade. O nobre espanhol, por sua vez, defende-se da acusação, pautando-se sobretudo na condição inferior do letrado que, impelido por seu estado mísero, era forçado a agir com tamanha

⁴⁶ Ibidem, p.21-22.

⁴⁷ Ibidem, p.33.

baixeza, constringendo a todos com o teor de suas palavras acusadamente fictas. Em outros termos, compomos uma espécie de acareação, colocando os principais intervenientes da contenda frente a frente, isso tudo com o propósito de traçarmos um esboço acerca das linhas gerais que sustentam o discurso de *La fortuna*.

Assim, à guisa de uma última demonstração dessa dinâmica, tomemos mais alguns exemplos contrapostos, sendo o primeiro relacionado às opiniões da Cidade. Na carta supracitada do marquês de Castelo Rodrigo, o nobre português declarou que o letrado mantinha pouca discrição, tendo por hábito murmurar contra o rei, alvejando-o com motejos nas ruas, conduta essa que, na ponta do lápis, incorria no crime de lesa-majestade: “y el modo en que Faria ha hablado por las calles tan contra el servicio de su Magestad y asi qualquiera novedad que oy se hiçiese seria confirmar lo uno y el otro”.⁴⁸ Já numa perspectiva oposta, Francisco Moreno Porcel, no *Retrato (...)*, tratou da contenção de Manuel de Faria e Sousa. Para o panegirista, o letrado não frequentava a casa alheia, entrando apenas no templo de Deus para rezar: “[Manuel de Faria] jamas entró en otra alguna casa, que la suya, y en la Iglesia”.⁴⁹

Um último exemplo consiste na discordância de cada parte quanto ao horizonte de oportunidades abertas pelo ofício de secretaria. Na opinião de Castelo Rodrigo, as benesses concedidas ao letrado eram imensas. Porém, o ex-funcionário marcava-se por uma ganância desmedida e, tal como Tântalo, nada lhe satisfazia: “La rabia, y embidia desto le inquietaron de modo q no uno coça que le satisfiçiese, aun q por las esperanças que dellos en Lisboa le havia dado le hicie tantos bienes, como se sabe”.⁵⁰ Em posição diametralmente oposta, um trecho extraído de *La fortuna* expõe as reclamações de Manuel de Faria e Sousa quanto ao soldo que, por ser de valor irrisório, no texto é referido por “ración”. Por meio deste termo pejorativo, o letrado visa a demonstrar a ação de Castelo Rodrigo que, ao pagar salários muito baixos aos seus funcionários – valores que cobriam os gêneros mais indispensáveis para o viver e olhe lá – visa a manter a condição vil de dependência, estrangulando a todos ao servilismo:

Al impedirme lo que era mi aumento, decía que deseaba servirse de mí; al no satisfacérmelo de su casa, para tenerme en ella, que quería reducirme a necesidad de no poder vivir sin ración. Véase ahora si éste es o no extraño modo de obligar [a] un hombre a que sirva, porque yo, como parte, no lo juzgo.⁵¹

As categorias teológico-políticas compulsadas nas obras de *espelhos de príncipe* subjazem no discurso de *La fortuna*, objeto prioritário de nossa análise. Por meio dos saberes da

⁴⁸ RODRIGO, Castelo. Carta do marquês de Castelo Rodrigo ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Roma, 12 de Março de 1635.

⁴⁹ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §41.

⁵⁰ RODRIGO, Castelo. Carta do marquês de Castelo Rodrigo ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Roma, 12 de Março de 1635.

⁵¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.194.

oratória antiga, visamos a compulsar o texto seiscentista, retorizando-o em suas partes principais. Assim, o plano de nossa tese divide-se em três capítulos, cuja súmula apresentaremos a seguir.

O intuito do “Capítulo I” é apresentar os caminhos que nos conduziram à elaboração de nosso objeto de análise. Entre os principais pontos abordados, compulsamos os documentos primários de *La fortuna*, cuja transmissão indireta deveu-se à existência de dois manuscritos apógrafos, ambos do final do século XVII ou início do XVIII, cujas diferenças substanciais são expostas. Além disso, localizamos na linha do tempo o episódio das “Consultas”, procurando examinar parte de seus documentos integrantes, alguns deles transcritos em “Anexos”. Finalmente, traçamos uma revisão da literatura, com o elenco dos principais estudos que se debruçaram sobre *La fortuna*. É relevante saber que todos esses excelentes estudos identificados conceberam *La fortuna* na pauta do gênero *autobiografia barroca* (ou mesmo um *arremedo de autobiografia*), classificação essa que consideramos desde já anacrônica para a realidade do texto seiscentista.⁵² Seguramente os termos ‘biografia’ e ‘autobiografia’ eram alheios ao século XVII. Assim, a aplicação dessas rubricas a obras tão díspares como o *Discurso de mi vida*, do coevo Alonso de Contreras, o *Libro de la vida*, de Teresa de Jesús, *La fortuna*, a *vida* da freira do Convento de Xabregas Antónia Margarida de Castelo Branco, entre outros papéis mais ou menos congêneres, resulta em inadequação histórica, o que desejamos evitar. Com efeito, nossa abordagem quanto ao gênero de texto em que o discurso de *La fortuna* está fundado diverge da opinião dos críticos contemporâneos. Para isso, proporemos outros parâmetros possíveis para o entendimento da obra.

No “Capítulo II”, investigamos como aspectos retóricos e poéticos investem-se no discurso de *La fortuna*, sobretudo a inscrição do papel ao gênero judiciário. Nisso, verificamos como as partes do discurso, nomeadamente o exórdio, a narração e a conformação, acomodam-se em torno dessa causa retórica predominante. Destacamos o estudo de como os episódios digressivos presentes na narração do texto organizam-se, a partir de instrumentos da poética.

O “Capítulo III” investiga as categorias epidíticas que constituem o discurso de uma *vida particular*. Aqui, propomos que a composição de um caráter liso liga-se aos propósitos de persuasão, visando à conquista da opinião de leitores empíricos contemporâneos por meio da apresentação de argumentos éticos convincentes.

Na “Conclusão”, analisamos o curioso desfecho de *La fortuna*. Propomos que *La fortuna*, ao carregar as tintas no arremedo ao marquês de Castelo Rodrigo, funda-se a partir de relações antitróficas, compondo oposições binárias, isso porque o letrado prepara um texto de *vida*

⁵² Cfr. HANSEN, João Adolfo, *A Sátira e o Engenho*, 2004. p.51: “Ao contrário do que algumas interpretações contemporâneas vêm propondo, a sátira seiscentista produzida na Bahia não é oposição aos poderes constituídos, ainda que ataque violentamente membros particulares desses poderes, muito menos transgressão liberadora de interditos morais e sexuais. O receptor dos poemas geralmente os lê movido do interesse atual apenas, neles buscando a expressão ou exteriorização de um vivido psicológico sedimentado no fundo dos textos como inconformismo político ou libertinagem moral. Rediga-se, brevemente, que não há liberalismo no século XVII ibérico e que a noção burguesa de ‘indivíduo’ como autonomia abstrata e livre-concorrência está ausente da concepção neo-escolástica da República como ‘corpo místico’.”

autógrafo, ao mesmo tempo em que rabisca uma imagem horrenda de seu oponente. Ao examinarmos o contexto de produção e circulação de *La fortuna*, chegamos à conclusão de que o texto possui fortes características de uma carta, cujo motor parece ser a composição de uma vingança contra a família de Castelo Rodrigo. Por esse viés, afastamo-nos em larga medida da interpretação autobiográfica de *La fortuna*.

Com isso em vista, inicialmente lançamos aqui uma pergunta: Que motivo(s) explicaria(m) a necessidade de Manuel de Faria e Sousa de colocar-se a relatar, em seus últimos anos de vida, as suas relações conturbadas com os Moura-Corte-Real, já tendo sucedido alguns anos desde o seu afastamento traumático ocorrido em 1634? Essa questão procuraremos responder nas páginas seguintes.

También allí, en Génova, empecé a hallar noticias de la particular estimación que en Italia se hacía de mi Epítome de las historias portuguesas, porque como supieron los amantes de estos escritos que yo me hallaba en la ciudad, vinieron algunos a pedirmele, creyendo que iría cargado de ellos; y era esto tan al contrario que, después de impresos mis libros, nunca los tuve, guardando solamente los originales.

Manuel de Faria e Sousa

Finalmente, quanto a meus livros, gostaria de mandar-lhe todos os que lhe pudessem agradar. Mas sou muito pobre e meus livros, mal publicados, não me pertencem mais. Eu mesmo não os posso comprar, nem dar, portanto, - como tão frequentemente teria vontade de fazê-lo, - a quem lhes demonstra afeição.

Rainer Maria Rilke, carta a Franz Xaver Kappus, de 23 de abril de 1903

CAPÍTULO I - ESTADO DA QUESTÃO

PLANO DE TEXTO

O intuito do “Capítulo I” é apresentar os caminhos que nos conduziram à elaboração de nosso objeto de análise. Para isso, traçaremos um breve perfil bio-bibliográfico de Manuel de Faria e Sousa, averiguando sobretudo aspectos de sua atividade poligráfica. Entre outros pontos abordados, examinaremos os documentos primários de *La fortuna*, cuja transmissão indireta deve-se à existência de dois manuscritos apógrafos, cujas diferenças substanciais exporemos. Além disso, localizaremos na linha do tempo o episódio das “Consultas”, relacionando os seus documentos integrantes, parte deles transcritos em “Anexos”. Finalmente, traçaremos uma revisão da literatura, com o elenco dos principais estudos que se debruçaram sobre *La fortuna*.

1.1 “NOBLE INGENIO LUSITANO”

Os manuais de literatura são categóricos em definir o discurso de *La fortuna* (...), redigido na quarta década do século XVII, mas apenas redescoberto no século XX, como a autobiografia de Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), prolífico escritor português de inegável importância das letras ibéricas.

Em 1623, Manuel de Faria e Sousa dedicou o poema *Narciso e Echo* (Lisboa, 1623) a Lope de Vega. Ao colocar-se no papel de um discípulo, rendeu tributos ao autor espanhol, outorgando-lhe o estatuto de grande mestre, autoridade absoluta das letras humanas, “prodígio dos engenhos passados e presentes”. Nos anos de 1620, Manuel de Faria e Sousa apenas iniciava a sua trajetória de um profissional ligado às letras na corte de Madrid. Embora naquela altura fosse apenas um nome por fazer, já atraía atenção da gente graúda. O experiente Lope de Vega retribuiu a homenagem recebida, dedicando-lhe o *El marido más firme* (1625). Ao propor a notação “noble ingenho Lusitano”, nele vislumbrou grandes habilidades nos gêneros escritos. Numa passagem da dedicatória de *El marido* (...), o ingenho privilegiado do autor português é comparado com a natureza selvagem:

(...) Todo lo que he visto de V. m. assi en prosa como en verso, muestra bien la fertilidad de su claro juicio, que la abundancia (que algunos desestiman) a mi me persuade con el exemplo de los campos, que el concierto breve de los cultivados jardines, es inferior a la inmensa copia de la naturaleza, que en su variedad ha puesto su hermosura, que sin ella no solo no produce flores el arte; (...) Escriba V. m. con fertilidad libros, canciones, fabulas, epitalamios, a imitacion del abundante, insigne, dulce, heroyco, grave y amoroso caballero Iuã Bautista Marino, (...).⁵³

⁵³ VEGA, Lope de, “El marido mas firme”, *Segunda parte de la parte veinte de las comedias de Lope de Vega Carpio*, 1625, p.177-8.

Para imprimir o conceito de um engenho fecundo, marcado pela variedade (*varietas*), Lope de Vega comete uma aparente falta às regras da lógica. Ao referir-se ao rol de escritos que o escritor luso experimentava com coragem, alinhavou gêneros e espécies num mesmo nível dialético-argumentativo. Nessa bagunça toda, deliberadamente se indefinem gêneros (“libros”), espécies de poesias (“cancion” e “epitalamio”) e espécies de prosas (“fabulas”). A selva não pára por aí. Em meio a uma “confusão verde”,⁵⁴ os adjetivos “dulce”, “amoroso” e “heroyco” são predicados próprios das espécies de poesias, ao passo que “insigne” e “grave” são qualidades de um estilo da linguagem.

As atividades de uma intensa poligrafia de Manuel de Faria e Sousa se confirmariam ao longo das duas décadas subsequentes, com a publicação de relevantes obras históricas, bem como dos engenhosos *comentários* à poesia de Luís de Camões. Em 1625, as características letradas dele enaltecidas condiziam com as de um bom versejador. Como o próprio havia dito em *La fortuna*, quando jovem envidava esforços para fazer-se conhecido enquanto um nome de poeta público.

Passados mais de três séculos, no prefácio à edição facsimilar da *Lusiada comentada*⁵⁵, saído em comemoração aos 400 anos de publicação d’*Os Lusíadas*, Jorge de Sena propôs a segmentação do espólio do escritor em quatro grandes vertentes, a saber: o comentador, o polígrafo, o historiador, e por último, o poeta.⁵⁶ Com brevidade, passemos em revista por essas compartimentações, a começar pela faceta de comentador, aquela que lhe outorgou a fama de mestre dos comentadores da poesia de Luís de Camões, referência fundamental à camonologia.

Do conjunto de papéis de Manuel de Faria e Sousa, a monumental *Lusiada comentada* (...) (Madrid, 1639) foi dos impressos mais aplaudidos, sendo considerada a sua *magnum opus* já desde a época quando saiu do prelo. O escritor empregou-se por vários anos no preparo da obra, tendo despendido cerca de 25 anos para chegar ao seu término. À diferença de uma espécie de retórica anti-retórica (*sprezzatura*) observada n’*O cortesão*, de Baltasar Castiglione, o autor luso não disfarçou a dificuldade do empreendimento, deixando em registro em diversos papéis as circunstâncias dramáticas da composição do comento. Numa passagem extraída dos paratextos da *Lusiada comentada* (...), o autor afirmou ter-se debruçado a elucidar o grande poema heróico “às furtadas do tempo” das atividades de secretaria, à luz de um candeeiro. Os assim chamados *estudos retos* eram cultivados durante o ócio que lhe era possível, em prejuízo das horas do cochilo.

Na *Lusiada comentada* (...), Manuel de Faria e Sousa elevou o poeta Luís de Camões à posição de expoente máximo da poesia heróica. No entanto, essa opinião superlativa estava longe

⁵⁴ VIEIRA, Antônio, “Sermam da Sexagesima”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, v.1, 1679, §6.

⁵⁵ Cfr. SENA, Jorge de, “Introdução”, *Lusíadas de Luis de Camões: Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1972.

⁵⁶ SENA, Jorge de, *Estudos de história e de cultura*, 1967, p.41: “Como temos visto, a actividade pessoal e póstuma de Faria e Sousa divide-se em quatro aspectos: o poeta (português e castelhano), o historiador, o polígrafo (e os seus trabalhos encomiásticos, ou genealógicos, tanto cabem sob um título como sob o outro), e o comentador de Camões.”

de ser uníssona entre os primeiros leitores de Camões. Diversos coevos recusaram-se a conceder os louros poéticos para Camões, nele censurando alguns defeitos na concepção do poema.

Entre os censores de Camões mais aguerridos, destacou-se o coevo português Manuel Pires de Almeida, que não considerava a epopéia d'*Os Lusíadas* como a quinta-essência das letras, menosprezando até mesmo o argumento principal do poema. Para o autor do *Discurso sobre o poema heróico*, a empreitada de contornar a costa africana em direção as Índias não consistia num feito insólito a tal ponto de ser dignificado como matéria central de um poema heróico. Tal proposição comum, esvaziada de elementos extraordinários, feria uma das condições essenciais para inspirar a composição de uma epopéia de verdadeiro lastro. Além disso, para Pires de Almeida, a matéria pecava pelo excesso de frescor: “há de se fundar em história breve de algum príncipe superior e absoluto, ou que venha a ser digno e secular, nem tão moderno que o conheçam os ouvintes, nem tão antigo que estê esquecido totalmente da memória dos homens”.⁵⁷ Para o sacristão eborense, a *Jerusalém libertada* consistia no modelo máximo de epopéia moderna: ao retratar histórias do medievo, localizava-se no ponto médio entre o velho e o novo ou, como dita o adágio, situava-se no ponto ideal, entre o couro e a carne.

Essas opiniões contrárias, muitas delas desaparecidas, justamente por conta do teor dos posicionamentos assumidos, parecem justificar a inscrição da *Lusiada comentada* (...) aos parâmetros de uma apologia, como bem observado pelo estudioso Hélio Alves.⁵⁸ Sob essa perspectiva, o comentador visava a enaltecer o poeta português, nele ajuizando o pleno cumprimento das regras poéticas de então. Vide, por exemplo, as palavras de Manuel de Faria e Sousa a propósito de uma audiência coeva, constituída tanto por leitores peninsulares quanto por intelectuais extra-muros, dita como acolhendo o poeta quinhentista: “q oy [Luís de Camões] se vê reconocido por admirable de toda la Classe literaria de Europa”.⁵⁹

Manuel de Faria e Sousa também cultivou obras no terreno da historiografia. O *Epitome de las historias portuguesas* (2 tomos, Madrid, 1628), publicado em vida do escritor, alcançou larga projeção internacional, tendo sido impressa em Bruxelas no ano de 1667. O *Epitome* mais tarde foi corrigido, ampliado e refundido na *Europa Portuguesa*, de que falaremos mais à frente.

Após o sucesso do *Epitome*, corrido um lapso de cerca de dez anos quase sem publicações, alguns outros livros saíram impressos em Madrid, como o *Imperio de la China* (...). *Compuesto por el Padre Alvaro Semmedo* (...) (Madrid, 1642), bem como as *Epistolas del reverendo Padre Juan Eusebio Nieremberg* (...) (Madrid, 1649).

Com relação à atividade da poligrafia – para prosseguirmos naquela ordenação proposta por Jorge de Sena – o escritor dedicou-se a obras de encomendas, com especial afínco durante a

⁵⁷ ALMEIDA, Manuel Pires de, “Discurso sobre o poema heróico”, *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, n. 2, p.7.

⁵⁸ Cfr. o fundamental ALVES, Hélio J. S., *Dicionário de Luís de Camões*, 2011, p. 371-378.

⁵⁹ CAMÕES, Luís de, *Lusíadas de Luis de Camões: comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, v.1, 1639, col.4.

década de 1640, tendo produzido, entre outros papéis, a *Nenia. Poema acrostico. A la clarissima reyna de España Doña Isabel de Borbon* (Madrid, 1644), bem como o *El Gran Justicia de Aragon* (Madrid, 1650).

Quanto ao historiador, a grande massa de livros de argumento histórico saiu à luz somente após a morte do escritor, já nas prensas de Portugal, sob patrocínio da Casa de Bragança. Dos impressos publicados postumamente, destaca-se a série panóptica de histórias dedicadas à narração das conquistas do Império lusitano, nomeadamente a *Ásia Portuguesa* (3 tomos, Lisboa, 1666, 1674 e 1675), a *Europa Portuguesa* (3 tomos, Lisboa, 1667, 1679, 1680), e a *África Portuguesa* (1 tomo, Lisboa, 1681). Entretanto, o projeto de divulgar a expansão dos portugueses para os quatro cantos do mundo ficou incompleto. Ausente ficou a *América portuguesa*, cujo manuscrito se perdeu.

As Rimas varias de Luis de Camoens, principe de los poetas heroicos y liricos de España, comentadas (...) (5 tomos, Lisboa, 1685-1689) inserem-se ao conjunto de obras póstumas publicadas em Lisboa. Igualmente à *América portuguesa*, o tomo dedicado ao comentário das prosas e das comédias de Luís de Camões não sobreviveu.⁶⁰

Uma espécie de menosprezo contra a comédia parece rondar os escritos de Manuel de Faria e Sousa. Em diversas anotações o autor relatou ter preparado uma grande fogueira com os próprios papéis do gênero baixo. É nessa direção que o escritor espanhol Lope de Vega lembrou a recusa do amigo no cultivo da composição de tragicomédias, daquelas que se encenavam nos tablados dos currais para o consumo do vulgo, para contentamento do gosto do povo: “El Comico no quiso exercitar, aunque mostrandome dos Comedias, que èl desestimò, le persuadi, que tratasse de vivir dellas, como yo: ya que ambos moriamos de señores”.⁶¹

Apesar dos escritos da comédia não terem perdurado até os dias de hoje, o exercício do gênero do baixo coturno conservou-se em algumas de suas obras. A própria *La Fortuna* afigura-se como um excelente exemplo do caráter fescenino de Manuel de Faria e Sousa. A obra delineia diversos retratos jocosos de personagens coevos, tanto civis quanto religiosos, como representações viciosas da corte monárquica. Aqui, vale adiantar um trecho agudo quanto à imagem de um anão, amancebado com uma mulher gigante, ambos risíveis pela descomunal desproporção de suas partes corpóreas:

Allá, no sé dónde, venía un enano, que de puro pequeño me hace decir que no sé dónde venía. (...) Es casado, y parece que quiso le sobrase en la mujer lo que le faltaba a él, porque ella tira a gigantona; y lo mejor es que hace hijos en ella, y dicen los especulativos que no saben con

⁶⁰ JUROMENHA, Visconde de, *Obras de Luiz de Camões*, 1860, v.I, p. 335: “O commentario ás comedias existia em Evora na livraria do Conego Mira; fiz toda a diligencia pelo descobrir, porém não me foi possível saber para onde passou. Foi pena que o padre Thomás José de Aquino e Francisco Trigoso nos não dessem noticias mais circunstanciadas d'este manuscripto, pois ambos o viram.”

⁶¹ VEGA, Lope de, “Elogio al comentador (...)”, *Lusiadas de Luis de Camoens (...) comentadas por Manuel de Faria i Sousa*, 1639, col.VI.

qué, porque todo él, en respecto de ella, no abulta más que aquello con que los hacen los hombres.⁶²

Não por acaso, o bispo do Pará (1711-1764) rememorou Manuel de Faria e Sousa com muito pesar. Ao prenunciar o registro da forte censura do século XIX para com o escritor, as duras palavras do clérigo revelaram que “[Manuel de Faria] foi satyrico e aos poetas fez uma enorme satyra”.⁶³

Quanto à faceta de poeta, destacam-se os cancioneiros, conhecidos como *Fuente de Aganipe*. O título encerra o conjunto de poesias distribuídas em sete volumes. Acerca dele, leia o trecho a seguir, extraído de *La fortuna*:

Algunos he apuntado en el prólogo que va en la primera parte de mis propias *Rimas*, enmendadas y muy otras, que he puesto en limpio este año de 1641 en que escribo esto. Añadiré también que, supuesto que es verdad que estas mis *Rimas* así impresas entonces no se volvieron a imprimir, se consumieron de manera en poco tiempo que no se hallan de algún modo en las librerías de venta. No atiendo en esto a alguna alabanza, porque yo soy el primero que se la niego, y es tanto así que en las siete parte de ellas, que brevemente daré a la estampa, se hallará bien poco de las primeras seis que antes había estampado.⁶⁴

No excerto “no se hallan [mis obras] de algún modo en las librerías de venta”, o autor traça um elogio de si indireto, a contar prosa de que os seus livros, de tão proveitosos que eram, não paravam nas estantes das livrarias, tamanha a procura por eles. Além disso, algo mais importante, revela que houve a tiragem de duas séries de *Fuente de Aganipe*. A primeira impressão cobre os seis primeiros volumes, que saíram ao longo da década de 1630. As mesmas passaram por um processo de emenda, sendo novamente impressas ao longo da década de 1640. Como bem observado por Edward Glaser, a característica marcante desses cancioneiros era a sua raridade, não havendo uma instituição que abrigasse uma coleção completa de seus tomos. Vale dizer que a parte VII, cognomizada como “Flor del Ingenio”, ainda aguarda impressão. O seu manuscrito, aparentemente deixado em preparo para sair do prelo, encontra-se em depósito na Biblioteca Pública de Évora.

As epístolas de Manuel de Faria e Sousa também aguardam uma devida atenção por parte dos investigadores.

No catálogo inserto no “Elogio”, o item XLIV é atinente às cartas, sobre que se diz que “una centuria de cartas a diferentes propositos, ya graves, ya jocoso; pero todos de buena, i de importante dotrina”.⁶⁵

⁶² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.321.

⁶³ QUEIRÓS, João de S. José, *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz Bispo do Grão Pará*, 1868, p.61.

⁶⁴ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.184.

⁶⁵ FARIA E SOUSA, Manuel de, “Elogio”, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, p.7.

No *Retrato*, Porcel ressaltou a característica de copiosidade do escritor, que, embora farto de tantos serviços, não repetia os mesmos conceitos, ora dizendo de um modo, ora de outro:

Aora dezimos ser certissimo, que escrivio muchas vezes, en ocasiones de parabienes, o pesames mas de cien cartas, con variedad en todas de estilo, y modos de explicar un concepto mismo. En lo segundo, es tambien cierto, que respondio en un dia, muchas vezes, a ciento, y mas cartas en materias diferentes: y tal vez escrivio en un dia cinquenta pliegos de copias. Semejante Escrivano avria visto David, quando dixo: *Lingua mea calamus Scribe, velociter scribentis*. Despues veremos esto mejor.⁶⁶

Como visto, as informações acerca delas são exíguas. Diogo Barbosa Machado assim relacionou uma dita “Centuria de Cartas” às obras de mão do autor, sem trazer qualquer informação acerca dessas cartas. Com a informatização de acervos, sobretudo espanhóis, há notícias de uma carta ou outra de sua pena. As *Cartas Familiares*, de Francisco Manuel de Melo, trazem apenas uma carta solitária dele.⁶⁷

1.2 A CONDIÇÃO DO LETRADO NA MONARQUIA DUAL

O escritor, contemporâneo da União Ibérica (1580-1640), nasceu na vila de Pombeiro. Quanto à origem, o frontispício de *Noches claras* configura uma mimosa informação subscrita ao nome do autor, informando que este era “vezino de la villa de Guimarães”. Esta frase concentra duas informações de nota: ao mesmo tempo que a linha faz referência a uma localidade provinciana desconhecida – sendo necessário o apoio de uma referência mais próxima para situar a vila ao leitor – igualmente corrobora a construção da máscara poética do autor, que se experimenta no diálogo entre pastores.

A partir de 1619, emigrou para Madrid, onde se fixou até o fim de sua vida, tendo retornado uma ou duas vezes à pátria para acompanhar a comitiva de grandes senhores. Nessas ocasiões solenes, parece ter aproveitado para tratar de negócios particulares, tendo propriedades no Norte de Portugal.

A demanda por homens de letras na dinastia dos Áustrias espanhóis era grande.⁶⁸ A carreira de secretário a serviço dos eminentes, de acordo com as palavras de Jorge de Sena, marcava-se pelo aspecto de eventualidade, sem grandes garantias de qualquer estabilidade:

⁶⁶ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §29.

⁶⁷ Cfr. MELLO, Francisco Manuel de, *Cartas familiares*, 1981, p.12.

⁶⁸ Ainda está por se estudar, de modo mais sistematizado, a presença dos escritores portugueses em Espanha. Reunimos a seguir uma bibliografia acerca do tema: PERES, Domingo García, *Catalogo razonado biografico e bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, 1890; ARES MONTES, Jose, *Gongora y la poesia portuguesa del siglo XVII*, 1956; DÍAZ, José Simón, *Censo de escritores al servicio de los Austrias y otros estudios bibliográficos*, 1983; CARREIRA, Antonio, “El conde-duque de Olivares y los poetas de su tiempo”, *Nueva Revista de Filología Hispánica*, v.64, n. 2.

Assim, ficou sendo sempre secretário eventual dos grandes, sem estabilidade nem segurança, o que, diga-se de passagem, funcionou de carreira para grande parte dos escritores espanhóis dos fins do século XVI e do século XVII, na colossal burocracia do Império Hispânico (em que, todavia, para personalidades de origem modesta ou menos que a nobreza mediana, as facilidades não se abriam necessariamente, tanto para portugueses como para espanhóis natos – é só de portugueses, por hispanizados que sejam, que ele será empregado).⁶⁹

Essa condição do letrado fortemente marcada pela precariedade de meios evidencia-se por meio da figura de um peregrino. Tal imagem mostra-se bastante recorrente. Por exemplo, confira o poema “peregrina erudicion”, de Lope de Vega, bem como um trecho do *Retrato*, de Francisco Moreno Porcel, afirmando que ele havia cumprido uma “trabajosa peregrinacion en el mundo”.⁷⁰ Diogo Barbosa Machado⁷¹ atribuiu a autoria do desaparecido *Peregrino Instruído* ao escritor seiscentista. Já no dicionário de apelidos de Martinho da Fonseca afirma-se, sem quaisquer explicações, que a alcunha de um *Peregrino instruído* identificava o escritor seiscentista.⁷²

Na recensão a *La fortuna*, Eugenio Asensio propôs o escritor português como um Ulisses às avessas que, contrário ao fundador mítico de Lisboa, não completou o retorno à pátria (*nostos*). Sem obter o descanso desejado “de la casa en que nací, y en que siempre deseo morir”,⁷³ veio a falecer em Madrid, no ano de 1649:

Cuando escribe la *Fortuna* imagina el panorama de su vida como una aspiración frustrada de regresar a la tierra natal de Entre-Douro-e-Minho donde él y su mujer poseen tierras. De hecho no la vuelve a ver más que durante una fugaz visita en noviembre-diciembre de 1629. Es un Ulises que, con cualquier pretexto, retrasa la vuelta a la tierra soñada.⁷⁴

No artigo “O discreto”, João Adolfo Hansen enumera em cinco as circunstâncias que distinguem o cortesão dos demais, a saber: “Agudeza, prudência, dissimulação, aparência e honra constituem a discrição”.⁷⁵

As passagens em que o letrado constitui-se positivamente como um discreto são inumeráveis. Numa delas, Manuel de Faria e Sousa apresenta-se como um homem douto, cujo lugar mais ou menos institucionalizado de um homem sábio, marcado sobretudo pela experiência, condiciona o seu olhar para a corte, por meio dos chamados “ojos de la penetración”.⁷⁶ Ao enumerar as partes desprezíveis de Castelo Rodrigo, o narrador aponta a sua inconstância de ânimo, citando um passo sentencioso extraído da *Écloga Basto*, de Francisco de Sá de Miranda. Bieito filosofa

⁶⁹ SENA, Jorge de, “Introdução”, *Lusiadas de Luis de Camões: comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1972, p.[30].

⁷⁰ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §47.

⁷¹ MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca lusitana [...]*, 1752, t. III, p.260.

⁷² FONSECA, Martinho da, *Subsidios para um diccionario de pseudonymos iniciaes e obras anonymas de escriptores portugueses [...]*, 1896, p.247.

⁷³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.203.

⁷⁴ ASENSIO, Eugenio, *La autobiografía de Manuel de Faria y Sousa*, Arquivos do Centro Cultural Português, n. 13, p.633.

⁷⁵ HANSEN, João Adolfo, “O discreto”, *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*, 2019, p.104.

⁷⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.164.

acerca dos homens, citando um certo sujeito que, desejoso de operar uma mudança de vida, deslocava-se de um lugar a outro, com a esperança de sentir-se satisfeito. Contudo, malgrado a mudança física, permanecia descontente consigo, sofrendo com o desmoronamento dessas expectativas. Por meio dessa historinha, o narrador fala acerca de um certo desequilíbrio de humor de Castelo Rodrigo. Vítima de si, mostrava-se incapaz de domar as próprias emoções, sendo inúteis as tentativas de reparar-se:

El decir que su humor estaba cual yo le conocía es prueba de lo que he dicho hasta aquí de sus inquietudes, inconstancias y desacuerdos sobre sus cosas, y modos con que las quería reparar, sin que se resolviese a alguna ejecución. Aquello de que le sucedía lo de ‘cuando en este valle estoy’ alude a una copla de Francisco de Sá y Miranda que dice:

Desde valle donde estoy
cualquier otro que aparece
mucho mejor me parece,
no es así cuando allá voy.⁷⁷

N’*O hospital das letras*, o personagem Francisco de Quevedo caracteriza o personagem Manuel de Faria, destacando-lhe a modéstia e a sapiência, atributos partícipes do complexo conceito do discreto.

No estudo preliminar de *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, José Adriano de Carvalho comentou acerca das especificidades do cortesão no contexto ibérico do século XVII:

examina como que uma certa especialização do cortesão determinada por tantas limitações económicas e culturais dos que poderiam identificar-se ou querer identificar-se, digamo-lo com algum risco, com o estatuto social da nobreza, espelhado, utopicamente, se quisermos, nos seus valores éticos.⁷⁸

Para João Adolfo Hansen, no supracitado “O discreto”, o critério que demarcava a diferença entre o cortesão e o vulgo relacionava-se com as capacidades do engenho. Essa diferença de intelecto não coincidia necessariamente com a dicotomia entre nobreza e pobreza.

Manuel de Faria e Sousa revive a tónica do poeta que empobrece com a cópia, mencionando em diversas passagens os altos custos da impressão de suas obras: “Para conseguir, pues, que un librero quisiese tomar a su cuenta esta impresión, fue necesario darle yo una buena ayuda de costa y hacer otros dispendios, considerables en razón de mi limitado caudal”.⁷⁹ Eugenio Asensio lembra que o escritor, apesar de reclamar de sua baixa remuneração – uma dita “ración” – tinha sempre à disposição o pecúlio para aprontar a custosa impressão de seus livros: “Faria y Sousa

⁷⁷ Ibidem, p.272-3.

⁷⁸ CARVALHO, José Adriano de, “Introdução”, *Corte na aldeia*, 1991, p.9.

⁷⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.375.

se queja de su penuria permanente, pero nunca careció de dineros para publicar sus obras aunque el señor rehusase ser su mecenas”.⁸⁰

O *Dialogo de la vida de los pajes de palacio* menciona a doação de objetos pessoais do senhor para a criadagem como uma prática constituída: “y a estos tales por los Buenos servicios siempre les dan de la câmara del señor alguna ropa, y para que, pues se aventajan em el servicio, sean aventajados en el tratamiento”.⁸¹ Esse tipo de registro é comum em *La fortuna*, relativo à condição servil dos letrados. Numa passagem, Castelo Rodrigo doa um traje em maltrapilho (*pauper vestimenta*) ao letrado. Este, cheio de brios, sente-se ultrajado com o gesto, repassando a peça gasta para uma outra pessoa mais necessitada: “Llegado a esto, necesario es hablar verdad. Era tal el vestido, que no me atrevía a ponérmelo, y después le di a un escudero de mi patria, que casi desnudo llegó a pedirme una limosna, y para él era muy bueno”.⁸²

A respeito da objetificação do secretário, o narrador afirma ter sido ele próprio aventado como um objeto de regalo. O colecionismo era uma prática comum na aristocracia europeia, curiosa com os animais exóticos ou extraordinários então descobertos no Novo Mundo: “y finalmente, el propio obispo, mi amo, que daba a entender no podía vivir sin mí, [y que] deseoso de presentar algo exquisito a un señor italiano, estuvo a punto de hacerle presente de mí, como si yo fuera elefante, abada o león, y cuando menos, gato de algalia, mono o papagayo”.⁸³

O escritor foi um dos representantes de vulto do conjunto de letrados portugueses que atuaram na corte de Madrid, sendo que esses homens são comumente chamados de “hispanizados” ou “castelhanizados”. Com o fim dos oitenta anos de domínio espanhol, tal grupo deparou-se com o dilema de manter a fidelidade perante a coroa espanhola, que direta ou indiretamente nutria os homens de letras com ofícios e encomendas por meio da prática do mecenato, ou defender a bandeira da sedição. Uma fotografia desse complexo momento histórico bem se representa, por exemplo, no trecho a seguir de *O hospital das letras*, de Francisco Manuel de Melo, no qual diz que “Quando se começou, aquele livro era oferecido a el-Rei de Castela; quando se acabou devia oferecer-se a el-Rei de Portugal”.⁸⁴

Manuel de Faria e Sousa faleceu em Madrid em 1649, praticamente em estado de miséria. As informações sobre os seus últimos tempos noticiam que foi acolhido, como que de favor, por dom Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos (1595-1662), 1º marquês de Monte Belo, um parente distante da linhagem de dona Catarina Machado, esposa do escritor.⁸⁵

⁸⁰ ASENSIO, Eugenio, *La autobiografía de Manuel de Faria y Sousa*, Arquivos do Centro Cultural Português, n. 13, p.634.

⁸¹ HERMOSILLA, Diego de, *Diálogo de la vida de los pajes de palacio*, 1916, p.22.

⁸² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.183.

⁸³ Ibidem, p.158.

⁸⁴ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p.103.

⁸⁵ sobre sua relação com o marquês, parece ser fundamental a consulta da obra de C. V. Balandrón: Félix Machado da Silva y la Tercera Parte de El Guzmán de Alfarache, Michigan, 1983. Eu não a consultei ainda.

Além de Manuel de Faria e Sousa, há diversos outros homens de letras oriundos do Portugal de Filipe IV. Aqui, sem a pretensão de compormos uma lista exaustiva dos chamados escritores hispanizados, podemos arrolar os nomes do próprio Francisco Manuel de Melo (Lisboa, 1608 – Alcântara (?), 1666), João Batista Lavanha (Lisboa, 1550 – Madrid, 1624), Manuel de Galhegos (Lisboa, 1597 – Lisboa, 1665), Jeronimo Mascarenhas (Lisboa, 1611 – Segóvia, 1671), João de Matos Fragoso (Alvito, 1608 – Madrid, 1689), Antonio López da Veiga (Lisboa, c. 1586 - Madrid, c. 1655) e Vicente Nogueira. Outros nomes ligados às cortes anteriores são: Jorge de Montemor (Motenhor-o-velho, 1520 – Italia, 1561?), Gregório Silvestre Rodríguez de Mesa (Lisboa, 1520 - Granada, 1569) e frei Heitor Pinto (Covilhã, 1528 – s/l, 1584).

1.3 TRANSMISSÃO DE *LA FORTUNA*

La fortuna suscita uma ordem de problemas filológicos que devem ser imediatamente considerados com cuidado. Em primeiro lugar, cabe dizer que trabalhamos com uma obra resultante de uma transmissão indireta, visto que não conhecemos a procedência de qualquer manuscrito autógrafo de *La fortuna*.

A versão de *La fortuna* em que o nosso estudo se baseia corresponde a uma reconstituição do texto preparada por Edward Glaser. O investigador de origem austríaca, nascido em Viena, publicou a primeira edição da obra na Alemanha, em 1975. O título do livro que reúne todas essas descobertas é *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa: An autobiography: Münster Westfalen, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1975*.

A edição da obra, já mais do que esgotada, contém um largo prefácio. Além disso, há outros elementos ancilares, como uma tabela onomástica, bem como a transcrição de alguns papéis originais que E. Glaser foi descobrindo nas suas investigações por arquivos europeus. A edição de *La fortuna* contém onze livros. Em média, cada livro contém 5 sub-capítulos.

No prefácio da obra, Edward Glaser⁸⁶ informa que o texto por ele editado sedia-se em dois testemunhos apógrafos, que apresentam largas diferenças entre si, relativamente aos títulos dos códices, à quantidade de livros constituintes, bem como ao conteúdo de determinadas partes. O trabalho de Glaser, embora contendo diversas gralhas e erros de leitura, ainda se mantém como o único texto impresso disponível de *La fortuna*.⁸⁷

Vamos conferir com vagar as considerações de Edward Glaser a respeito da colação dos testemunhos disponíveis. A principal fonte que possibilita a reconstituição de *La fortuna* é o

⁸⁶ GLASER, Edward, “Preface”, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.15: “A collation of the two manuscripts brings out a number of differences, but it also establishes beyond reasonable doubt that they draw on a common source.”

⁸⁷ Vide nossa Tabela de gralhas em “Apêndices ao Capítulo I”, em que apontamos algumas gralhas ou erros tipológicos ou termos duvidosos que há na edição de E. Glaser. A maior parte desses termos duvidosos foram tirados a limpo ou consultados a partir do Ms. de Braga, durante nossa visita ao Arquivo Distrital de Braga, em 2018.

manuscrito de cota PT/UM-ADB/COL/M/163, atualmente em depósito no Arquivo Distrital de Braga. Abaixo reproduzimos a descrição do documento conforme extraída do *Catálogo da Coleção de Manuscritos* do arquivo bracarense:

Fortuna de Manuel de Faria e Sousa. 1646. 328 f. (322 num.; 1 s/num.; 5 em branco); 155 x 218 mm; encad. em carneira sobre cartão. As fls. 99-113 deste manuscrito são fls. em branco. Na lombada deste livro, numa etiqueta colada, está escrito o seguinte: “Fortuna/ de Manuel de Faria/ e Sousa”. E na fl. anterior a fl. 1, junto ao título e em letras diferentes: “He de Fr. Alexdre., etc.”.⁸⁸

O frontispício do manuscrito supracitado informa que a cópia pertenceu a Alexandre da Paixão (antes de 1631-1701), frei nascido em Travanca, confim pertencente a uma mesma região de nascimento do escritor minhoto. A autoria das *Monstruosidades do tempo e da fortuna* (Lisboa, 1888) foi-lhe erroneamente atribuída por muito tempo.

O segundo testemunho corresponde à “Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V.”, que se encontra na Biblioteca da Universidade de Michigan. A cota do documento é DP 536.9.F3 A4 1600x.⁸⁹

Registra-se no prefácio que Edward Glaser, numa feliz coincidência, adquiriu o referido papel em Lisboa durante as suas investigações sobre o manuscrito bracarense. Ele informa que esse documento estava em posse de descendentes da família do escritor minhoto. Com a morte de E. Glaser, que lecionou na Universidade de Michigan, o documento foi doado para a biblioteca dessa respectiva instituição, que hoje abriga a coleção de obras raras do falecido professor.⁹⁰ A data aproximada do manuscrito, de acordo com E. Glaser, é do final do século XVII ou início do XVIII, tendo sido composto por, no mínimo, dois copistas. Ao todo, há 84 fólios, que correspondem a 9 livros.⁹¹

A quantidade de livros de cada manuscrito não é a mesma. O Ms. de Braga possui ao todo onze livros. Porém, o documento não registra os três últimos anos de vida do escritor. O Ms. de Michigan, por sua vez, é constituído por nove livros e, embora de menor dimensão, guarda o registro dos três últimos anos de vida do escritor.

⁸⁸ O *Catálogo da Coleção de Manuscritos* está disponível somente nos computadores do arquivo bracarense.

⁸⁹ Biblioteca da Universidade de Michigan. Disponível em:

<https://search.lib.umich.edu/catalog/record/006768843?query=Fortuna%2C%20y%20vida%20de%20Manoel%20de%20Faria%20e%20Souza%20cavallero%20&utm_source=MLibrary>. Acesso em: 05 out. 2019. Agradecemos a biblioteca estadunidense pela gentileza de nos fornecer uma cópia digital do primeiro livro do manuscrito.

⁹⁰ O diretório da Universidade de Michigan mantém um memorial em homenagem a Edward Glaser (1918-1972), apontando a sua brilhante trajetória profissional. Disponível em:

<<http://facultyhistory.dc.umich.edu/faculty/edward-glaser/memorial>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

⁹¹ GLASER, Edward, “Preface”, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975. p.15: “The writing of the codex is the work of at least two different hands. I am inclined to believe that this copy was produced toward the end of the seventeenth century, or during the first decades of the eighteenth. The acid of the ink corroded the first five leaves; the remainder of the manuscript is well preserved and free from stains.”

Nada sabemos sobre o paradeiro do suposto original autógrafo (ou cópia primitiva). Até o momento atual, o vestígio mais vibrante encontra-se num trecho localizado na própria *La fortuna*, onde Manuel de Faria afere que a quantidade de fólhos que sediam o texto é de cerca de 130 pliegos. Segue-se o trecho:

Este año escribí un libro que intitulo La fortuna de Manuel de Faría, por haberme parecido que la mía y mi vida se podían escribir, así como se escribieron las de otros que no fueron mayores que yo; y con toda esta mi pequeñez, y con haber procurado abreviar lo posible, es el libro (que viene a ser éste) de 130 pliegos.⁹²

A passagem supracitada refere a escrita de *La fortuna* numa espécie de *mise en abyme*. O sintagma dêitico, “*Este año*”, refere a data de 1644, quando o escritor tinha a idade de 54 anos. O efeito de modéstia afetada comentaremos em capítulos precedentes. Por fim, vale observar que, no trecho em destaque, o narrador propõe a forma “*La fortuna de Manuel de Faría*” como título do discurso. Ainda a propósito desse trecho, cabe observar que na dupla repetição do pronome possessivo “mía” e “mi” há o ocultamento do sintagma “fortuna”. A ocorrência descoberta é: “la mía fortuna y mi vida”. Por último, sabemos que um pliego de livro equivale a um fólho dobrado (um in-quarto), o que nos daria um livro de aproximadamente 260 páginas.⁹³

Para conferência das informações sobrescritas, confira a seguir a apresentação da tabela acerca do estado das fontes de *La fortuna*:

⁹² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.381.

⁹³ COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de, *Parte segunda del Tesoro de la lengua Castellana, o Española*, 1673, p.144, verbete pliego: “Pliego, vale dobla dura, y de alli se dixo pliego de papel, porque se dobla en dos hojas. Plegar, recoger una cosa con pliegues”.

Estado das fontes de <i>La fortuna</i>										
sigla	título	natureza	localização	direção / cota	paginação	datação	procedência	copista(s)	dimensão	especificidade
Ms. de Braga	Fortuna de Manuel de Faria e Sousa	apógrafa	Arquivo Distrital de Braga	PT/UM-ADE/COL/M/163	• 328 fólhos (322 num.; 1 s/num.; 5 em branco) • 11 livros	segunda metade do XVII	Frei Alexandre da Paixão, da biblioteca de Travanca	Um, poucos lusismos	155 x 218 mm; encad. em carneira sobre cartão	• contém lacunas • termina no livro XI, cap. IV
Ms. de Michigan	Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V	apógrafa	Library of University of Michigan	DP 536.9.F3 A4 1600x.	• 84 fólhos • 9 livros	final do século XVII ou primeiras décadas do XVIII	<ul style="list-style-type: none"> • descendentes de Manuel de Faria e Sousa • Edward Glaser (The Edward Glaser Collection at University of Michigan Library) 	no mínimo dois pouco conhecimento do idioma espanhol	230-241 folhas, mancha de 23 cm	<ul style="list-style-type: none"> • apresenta largas manipulações • é possível que contenha lacunas • não sabemos como se dá a distribuição dos capítulos • Ms. in unknown, but likely contemporary, hand. Unsigned and undated Caption title. In modern pamphlet binding.
arquétipo La fortuna de Manuel de Faría	La fortuna de Manuel de Faría	autógrafa	desaparecido	não se aplica	130 pliegos	década de 1640			130 pliegos	

Falemos agora do cotejo entre as fontes. Edward Glaser traçou um paralelo a partir de três passagens equivalentes extraídas de cada um dos dois códices. Glaser ajuizou que as interpolações existentes no Ms. de Michigan não eram arbitrárias. Para o editor do texto, as emendas do Ms. de Michigan visavam a atenuar ou até mesmo a silenciar o teor das imprecações que Manuel de Faria e Sousa lançou contra o seu antigo amo, o senhor marquês de Castelo Rodrigo. Além disso, as alterações feitas no texto resultaram em sentidos contrários à verdade dos fatos. Vamos ver na tabela abaixo as evidências que conduziram Glaser a tais conclusões:

Comparação entre as partes equivalentes dos dois manuscritos apógrafos de <i>La fortuna</i>		
Paralelo	Ms. Braga	Ms. Michigan
I	Díjele que un deudo mío renunciaba en mí un cierto oficio, más de honra que de utilidad, y pedíle me alcanzase esta renunciación, que era cosa corriente y por eso nada difícil. Respondióme que no me había traído a su casa mas de para servirse de mí. Rarísima cosa, pues me parece que piense un señor que con dar a entender esto a un criado de que desea servirle, le dejará con deseos de servirle. Desear algo de gusto o de importancia, lícitos deseos son; <u>quererlo conseguir sin dispendio, no pudiendo ser sin él, será reducir a ridículos estos deseos.</u> ⁹⁴	Respondióme que <u>no</u> me había traído a su casa <u>para cosa tan poca</u> y que deseaba mucho servirse de mí. Rarísima cosa, pues, me parece que piense un señor que con dar a entender esto a un criado de que desea servirle, y él le deje aún con deseos de servirle; desear algo de gusto o de importancia, lícitos deseos son. ⁹⁵
II	Sintió él amargamente que me asaltase de nuevo una enfermedad que me tuvo algunos días de cama; y no era el sentimiento más de en cuanto le parecía que sin mí no negociaba a su gusto; porque el amor con los criados en aquella casa era tanto en los marqueses y en sus hijos que para ninguno, estando enfermo, había algún consuelo; antes, de enfadados de que faltase a servir, decían que debieran sanar o morir al punto que enfermaban. De manera que allí era culpa en un criado la enfermedad que Dios le daba. ⁹⁶	y el sentimiento era mucho, y mucho más el ver que sin mí no negociaba a su gusto algo: porque el amor con los criados en aquella casa era mucho en los marqueses y en sus hijos, porque, en cuanto enfermos, no había algún consuelo y decían que habían de morir al punto que enfermaban sus criados. ⁹⁷
III	Don Fernando Alvarez de Castro, caballero portugués, muy noticioso de las letras y conocedor de los estilos (y, mejor, del mundo, pues, dejándole, se entró en la religión de santo Domingo poco después de esto) escribió desde Madrid al marqués singulares alabanzas de este libro mío, el cual fue dedicado al propio marqués, y él, respondiéndole a ellas, <u>le dijo que mi estilo en ninguna manera le agradaba</u> . Mucho hay que ponderar en esto, pero abreviaré lo más que pudiere. Al marqués nadie le conocía por sujeto que pudiese juzgar de estilos y a don Fernando sí; y a éste quedaba diciendo estotro, com palabras claras, em aquella respuesta, que no sabía lo que alababa. ⁹⁸	Don Fernando Álvarez de Castro, caballero portugués... escribió desde Madrid al marqués singulares alabanzas de este escrito mío, el cual fue dedicado al propio marqués, y él respondióle a ellas; <u>le dijo que mi estilo en mucho le agradaba.</u> ⁹⁹

Ao comentarmos cada uma das cédulas presentes na tabela, percebemos que o primeiro excerto do paralelo I, correspondente a um trecho do Ms. de Braga, formula-se de um modo um tanto quanto truncado. Pelo contexto da obra, o secretário procede à defesa da dignidade de seu

⁹⁴ Ms. de Braga, fol.71v e fol.72r. Corresponde a (Glaser, 1975, p.191).

⁹⁵ Ms. de Michigan, fol. 33r.

⁹⁶ fol.78r e 78v. Corresponde a (GLASER, 1975, p.196).

⁹⁷ Ms de Michigan, fol.35r.

⁹⁸ f. 80r. Corresponde a (GLASER, 1975, p.197).

⁹⁹ Ms. de Michigan, fol. 35v.

próprio ofício. Ele protesta¹⁰⁰ perante o marquês que as funções atribuídas a si, mais de utilidade, não eram de acordo com as suas altas capacidades intelectuais. Por seu turno, a resposta do marquês é cheia de mordacidade, fazendo-o lembrar de seus deveres de ofício. O nobre marquês sentencia que o secretário foi convocado para que defendesse os interesses da casa senhorial. Como réplica, o narrador afirma que almejar algo de importância – conforme assim qualifica o serviço que presta, valorizando-se – é algo totalmente lícito. Contudo, o desejo de beneficiar-se dos serviços de um funcionário, sem o remunerar devidamente, beira o ridículo. O segundo trecho, respeitante ao Ms. de Michigan, mais ou menos retém a estrutura sintática do primeiro. A inserção de “para cosa tan poca” altera radicalmente o sentido do diálogo atribuído à boca do marquês. A dialética ensina que a junção de duas sentenças negativas tem por efeito um sentido positivo. Ou seja, afirmar que o marquês *não* havia acolhido o secretário para cumprir um serviço *de pouca monta* resulta na valoração do ofício do secretário. Esse sentido, porém, não encontra qualquer respaldo com os fatos. O trecho suprime o comentário final do narrador, neutralizando a acidez da voz do narrador verificada no trecho correspondente do Ms. de Braga.

No paralelo II, o primeiro trecho censura os Moura, demonstrando a crueldade dessa família no trato com os subalternos. A partir do contexto da passagem sabe-se que o narrador encontra-se em estado de enfermidade, encontrando-se impossibilitado de acompanhar o marquês nos negócios. O marquês enche-se de ira por causa da doença do criado, impossibilitado que o criado estava para acompanhar o senhor nos negócios. O comentário do narrador, além de revelar uma certa dependência do marquês para com o secretário, afirma que o marquês não lhe concede as cortesias devidas. O narrador lança mão de uma formulação irônica para dizer do *imenso amor* que o marquês emanava aos seus criados. Sem demonstrar qualquer traço de empatia, o casal Castelo Rodrigo alega que os serviçais deviam morrer assim que adoecem. O narrador acresce um outro comentário conclusivo, afirmando que não havia consolo para qualquer empregado que fosse acometido pela doença naquela casa. Já no fragmento de Michigan lê-se que a família Moura dispensava de extremo cuidado para com os funcionários. As alterações feitas desmontam o sentido da ironia, ao afirmar que o marquês emanava grande amor aos seus funcionários. O sentido da emenda dá a entender que o marquês condói-se em caso de doença dos subalternos.¹⁰¹

¹⁰⁰ Cfr. como o *Dialogo de los pajes* trata da questão das queixas e petições dos funcionários. HERMOSILLA, Diego de, *Diálogo de la vida de los pajes de palacio*, 1916, p.172: “[GODOY]. Pues si un rey lo hace y tantos emperadores como tengo d[ic]ho, no era mucho que lo hiciera yo, siendo un señor particular; y aun no será solo en el mundo. Y cierto, una de las más loables partes que un berdadero príncipe a de tener es en ser fácil en oyr las quexas y peticiones de sus subditos y entender lo que se hace en su señorío. Y no deve fiarse absolutamente de sus ministros, porque muchas veces cometen grandes errores y hacen grandissimas ynjusticias; que si el señor fuese curioso en entender de que manera su estado se gobierna, se escusarian muchos males y escandalos”.

¹⁰¹ Cfr. o tema da doença que se acomete nos funcionários do palácio no *Dialogo de los pajes*. HERMOSILLA, Diego de, *Diálogo de la vida de los pajes de palacio*, 1916, p. 141: “[GODOY.] - Curarlos en sus enfermedades, que aunque esto no es obligatorio, pero allende de ser charidad y gran servicio de Dios, es gran autoridad del señor y de su casa, y aun utilidad, porque cobra por ello fama; y si le falta algun criado, hallarálo antes, y por menos que otro, sabiendo la buena costumbre de su casa./ [GUZMAN.] - Estais vien en ello; que cierto es gran vergüenza y poquedad lo que en algunas o

No terceiro e último paralelo da tabela, o contexto presente em ambas as passagens é a publicação do *Epítome*, cuja primeira edição é dedicada ao marquês. No trecho de Michigan lê-se que o estilo do criado não era do agrado do dedicatário. No segundo excerto, com mais economia, conferimos o exato oposto, ou seja, que o estilo do letrado era muito do agrado do marquês.

Isso tudo mostra uma manipulação nada arbitrária no Ms. de Michigan, feita no sentido de minorar a maledicência de Manuel de Faria e Sousa em relação ao marquês e sua família. Aqui, a propósito da manuscritura, é útil lembrarmos um quadro de *O hospital das letras*. Numa cena determinada, um dos cultos dialogantes diz com ironia que um certo manuscrito banhou-se na “água do Letes, donde fiquem purgadas e esquecidas as partes indecentes e vulgares que nelas se acham.”¹⁰² Com base nesse diagnóstico, podemos conferir que o Ms. de Michigan parece passar por um processo de lobotomia – se assim nos for permitido dizer – semelhante ao relatado no diálogo moral, conferindo proposições que não resistem à história.

Após a demonstração dos trechos de cada manuscrito, vamos arriscar o levantamento de algumas especulações, pese embora não dispomos da totalidade das cópias dos manuscritos. Assim, indagamos se o Ms. de Braga seria um testemunho mais próximo de um suposto manuscrito autógrafo, visto que o documento bracarense narra as agruras vividas pelo secretário nas mãos da poderosa família Moura, sentido histórico esse totalmente aceite pelos biógrafos do escritor. Por sua vez, o Ms. de Michigan exhibe, ao menos nas três passagens constituintes do escopo, as inegáveis interpolações, conforme vistas na tabela. A imposição de elogios a Castelo Rodrigo efetua não só sentidos alheios ao contexto dos anos de 1640, mas também aos gêneros de discursos inscritos em *La fortuna*, que hora alguma se propõe à defesa da conduta de Castelo Rodrigo.

Se cotejarmos os três títulos disponíveis de *La fortuna*, percebemos que o nome completo do Ms. de Braga, “Fortuna de Manuel de Faria e Sousa”, é bastante próximo do suposto documento desaparecido, “La fortuna de Manuel de Faría”.

O título do Ms. de Michigan, “Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V”, apresenta três diferenças substanciais em relação aos demais títulos, a saber: a inclusão das honrarias ou patentes do letrado, “cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real”; aparecimento do termo “vida”; e a indicação “Libro V”.

O acréscimo dos nomes da ordenação militar e religiosa atribuída ao letrado equivale a um procedimento conferido em *Informacion*, conforme observaremos na tabela a seguir. A primeira linha exhibe o título do manuscrito de *Informacion*. Já a segunda linha apresenta o título do impresso correspondente.

las más casas de señores se haze; que enfermando un criado, le dexan estar en una cama como galgo, comiendo su rraçon hordinaria [o] le ynvian al ospital./ [GODOY.] - Quando la enfermedad es yncurable o contagiosa, no me maravillo que no le quieran tener en casa, más si la cobró por su servicio fuera della, sería justo que le híciesen limosna.”

¹⁰² MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p.81.

título do Ms. autógrafo de <i>Informacion</i>	INFORMACION de Manuel de Faria i Sousa sobre las dudas que se ponen a los Comentarios que estudiosa i catolicamente escribiò a las Lusiadas del catolico i profundo Poeta Luís de Camões, unico ornamento de la Academia Española en essas Letras.
título do impresso <i>Informacion</i>	INFORMACION en favor de Manuel de Faria i Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real. SOBRE LA ACUSACION que se hizo en el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa, a los Comentarios que docta, i judiciosa, i catolicamente escrivio a las Lusiadas del doctissimo, i profundissimo, i solidissimo poeta christiano Luis de Camoens, unico ornamento de la Academia Española en este genero de Letras.

Vamos comentar com brevidade a tabela acima. O cotejo entre a fonte autógrafa e o impresso demonstra que as honrarias do escritor surgem por adição somente na versão publicada. Essa inclusão pode ser analisada a partir das distâncias de cada papel ou de cada obra em relação ao público destinatário pretendido. A propósito do manuscrito de *Informacion*, sabe-se que ele foi preparado para constituir uma defesa do acusado perante a Igreja, com o propósito de convencer os padres acerca da validade de suas proposições alegóricas. Veja que a escolha do léxico “dudas” indica ou diz respeito ao gênero da controvérsia judiciária instalada. Já as considerações do impresso são fruto da contenda ou do imblóglio já debatido, tendo os padres revedores já deliberado acerca do destino do comento. Há notícias de que o impresso circulou num volume independente, porém sendo mais conhecido como posfácio ou apenso ao volume II da *Lusiada comentada*.

Sob este contexto, é possível observar que a versão da pena de Manuel de Faria e Sousa propõe a palavra “dudas”, ao passo que na versão impressa esse termo é substituído por uma expressão mais enfática, “SOBRE LA ACUSACION”, em caixa-alta. O manuscrito registra o qualificativo “profundo” em associação ao nome do poeta Luís de Camões. Já no impresso o termo é aguçado para a forma superlativa “profundissimo”, com o acréscimo dos pares de adjetivos “doctissimo” e “solidissimo”. Em suma, tais alterações que vão sendo feitas até chegar à versão do impresso visam a fornecer dados mais precisos acerca do autor e a obra. Na tipografia, essas fórmulas enfáticas ligam-se a questões comerciais do livro.

Vamos tornar ao Ms. de Michigan. Glaser especulou que a data provável do papel seria do final do século XVII ou das primeiras décadas do XVIII. A partir disso, seria plausível pensar se, por acaso, o hiato de tempo instalado entre a escrita de um suposto documento autógrafa e a feitura de uma cópia (ou a feitura de uma cópia a partir de outra cópia) justificaria a inclusão dos referidos dados biográficos no manuscrito, visto que a memória a respeito do escritor minhoto, falecido no ano de 1649, estaria por ficar mais esmaecida. De qualquer modo, a inclusão das patentes do escritor evidencia uma maior distância da produção do impresso em relação à audiência.

Ademais, uma outra importante diferença observada no Ms. de Michigan é a inclusão do termo “vida”, posposto ao termo “fortuna”. Assim, o aparecimento de ambos os termos, assim conjuminados, parece recuperar-se da passagem interna extraída na página 381 de *La fortuna*.

Podemos aventar outras hipóteses quanto à disposição das partes do título. A categoria de pessoa do epidítico supõe-se entre os componentes que constituem o gênero *vidas particulares*. Nessa linha, o termo “fortuna” corresponde a uma das espécies da categoria de pessoa do gênero epidítico. Na ordem verificada do título do Ms. de Michigan, o primeiro sintagma, “fortuna”, antecede o termo “vida”. Na disposição do título do manuscrito revela-se em primeiro plano um elemento correspondente a uma espécie de um gênero que, no caso, são as *vidas particulares*. Por razão de hierarquia, é lícito pensar que o termo “fortuna”, ao vir em primeira ordem, é mais forte que o termo “vida”, posposto a ele. Do ponto de vista da estruturação retórica de *La fortuna*, a composição do sintagma discursivo identificado com o gênero *vidas particulares* visa à construção da fé do orador no discurso, dado que uma das funções de um texto de *vida* é a demonstração do caráter fidedigno da pessoa representada. Assim, a causa do discurso não se funda numa mera composição de um texto de *vida*, conforme suposto pela hipótese da categoria autobiográfica. Porém, é a partir da exibição de uma *vida* que se pretende fornecer matéria de conteúdo ético, como prova do caráter de pessoa, cuja verdade de suas proposições encontram-se fortemente em concorrência. Por esse raciocínio, é plausível pensar que, na disposição do título, o termo “vida” esteja posposto ao termo “fortuna”, por aquele estar justamente em relação a esse.

A propósito do termo “fortuna”, é importante salientar que esse termo ocorre em todos os títulos arrolados, que são a “Fortuna de Manuel de Faria e Sousa” (Ms. de Braga); “Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V” (Ms. de Michigan) e “La fortuna de Manuel de Faría” (suposto autógrafo desaparecido).

Na divisão da obra (*divisio*), apresentada em nota de rodapé,¹⁰³ o termo “fortuna” liga-se intimamente ao termo “empleo”, que pode ser traduzido por “ocupação”. Ambas palavras encontram-se lado a lado. Falemos brevemente de cada uma delas. Relativamente ao termo “ocupação”, vale lembrar que Manuel de Faria e Sousa narra as suas ações como funcionário a serviço de três amos, revelando os reveses sofridos em sua carreira itinerante de servidor na corte da monarquia hispânica.

Edward Glaser sublinhou a notação *mozo de muchos amos* para caracterizar os cargos de secretaria de Manuel de Faria e Sousa. A expressão alude à ficção de Jerónimo de Alcalá intitulada *Alonso, mozo de muchos amos* (Madrid, 1624; Valladolid, 1626), cujo protagonista chega a servir quatorze amos no total. Em *La fortuna*, o narrador relata em retrospecto as suas *correntes de trabalhos* a três senhores principais. Na juventude, Manuel de Faria e Sousa serve ao frei Gonçalo de Moraes, desempenhando a atividade de fâmulos e copista ao bispo do Porto. A narrativa dessas atividades confere-se no “Libro Primero”, cap. III (“Entra Manuel de Faría a servir al obispo fray

¹⁰³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.124: “Yo, pues que de cualquier manera soy hombre, por cualquiera de estas razones, puedo lícitamente escribir mi nacimiento, mi crianza, mis costumbres, mis inclinaciones, mis empleos y mi fortuna, como lo hicieron de sí otros, sin que alguno lícitamente pueda escandalizarse de ello.”

Gonzalo de Morales”). O cap. II do “Libro Segundo” (“Lo que pasó Manuel de Faría en Madrid hasta el fallecimiento de Pedro Alvarez Pereira”) narra os breves serviços ao importante conselheiro do Estado de Portugal, interrompidos por conta da morte precoce desse aristocrata, filho de Nuno Álvares Pereira. E, por último, os serviços ao marquês de Castelo Rodrigo, cobrindo mais de doze anos de sevícias verbais e frustrações, constituindo a matéria central do papel.

Manuel de Faria e Sousa liga-se aos Moura-Corte-Real por volta do ano de 1626, após ser convocado para ocupar o lugar que havia vago com a morte do português João Batista Lavanha, deixando inconclusos alguns papéis nobiliárquicos. A partir desse material sai a tradução do *Nobiliario de don Pedro* (1646). Na altura de 1631, o rei Filipe IV nomeia Castelo Rodrigo para capitanear a embaixada de Espanha em Roma. Castelo Rodrigo convoca Manuel de Faria e Sousa para integrar a sua numerosa legação. Mediante esse convite, Manuel de Faria e Sousa parte para a sede pontifícia como integrante do corpo de funcionários, na inflacionada criadagem que foi convocada para servir o marquês. Quanto a isso, Cueto destaca um documento de interesse, relacionando todas as pessoas que foram mobilizadas para essa comitiva. De acordo com o estudioso, a legação, formada por membros dos Moura-Corte-Real e a vasta criadagem, totalizava cerca de cem nomes, quase todos portugueses.¹⁰⁴

Embora o começo das atividades profissionais na corte indicasse uma promissora carreira de secretário de câmara, Manuel de Faria e Sousa recebeu o revés da fortuna,¹⁰⁵ sofrendo com as perseguições cerradas de Castelo Rodrigo, que o teria estrangulado aos chamados serviços de utilidade, desperdiçando-lhe as limpas capacidades de engenho do letrado.¹⁰⁶ Ao fim desses longos anos de servidão pouco gentil, o funcionário desligou-se dessa Casa nobiliárquica, onde havia sido desabonado de suas funções,¹⁰⁷ acantonado como uma bizarra peça decorativa, uma “*cámara de secretario*”.¹⁰⁸ Como demonstrada nessa agudeza verbal que torce os sintagmas do ofício palaciano, na maior parte do texto, o narrador queixa-se de sua função pouco dignificante a que é submetido, tornando-se uma espécie de mero conselheiro a acudir as demandas de um dito inconstante marquês, afeito aos jogos, às festas e aos vícios da carne.

Os títulos dos capítulos de *La fortuna* abalizam a amplificação do item *empleos* no plano elocutivo. Do cap. II do “Libro Segundo” (“De la fortuna de Manuel de Faría y Sousa, caballero de la orden de Cristo y de la casa real”) ao cap. I do “Libro Onceno” (“Entretenimientos de Manuel de

¹⁰⁴ Archivio Storico del Vicariato di Roma, Parrocchiale, San Andrea delle Fratte, Stato delle anime 1629-1634, anno 1634, fols. 310r-312r. GARCÍA CUETO, David, “Mecenazgo y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma”, *Roma y España: un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*, v.II, 2007, p.698.

¹⁰⁵ GRACIÁN Y MORALES, Baltasar, *El discreto, de Lorenzo Gracian. Que publica Don Vincencio Ivan de Lastanosa*, 1669, p.438: “que el mal siempre lo vemos de rostro, y el bien de espaldas”.

¹⁰⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.191.

¹⁰⁷ Ibidem, p.339: “Ya he dicho algunas veces que el marqués no me ocupaba en la mínima cosa que tocasse a la embajada, y estos últimos días ya en ninguna de las otras que tocaban a mi ejercicio ordinario de la correspondencia de sus comunes cartas”.

¹⁰⁸ Ibidem, p.219.

Faría en Madrid”), o tema principal a que se dá vazão são as atividades de secretaria à Casa do marquês de Castelo Rodrigo.

Aqui, é importante ressaltar que o próprio autor não considerava que o seu papel inscrevia-se a rigor no gênero *memorial de serviços*. A matéria do discurso afina-se à *relação de serviços*, do gênero epistolar. Em *De conscribendis epistolis*, Luis Vives define a *relação* enquanto um testemunho exógeno acerca de regiões, sucessos, etc:

Cartas ajenas son aquellas que refieren lo que pasó en casa de otro o en república de otros; lo que uno dijo, lo que hizo, lo que pensó, y – hablo en el sentido de los gentiles – ya excesivamente recibido y aprobado por nosotros, los cuales, excepción hecha de lo suyo, de lo de sus amigos, de la ciudad; todo lo restante lo reputaban ajeno.¹⁰⁹

O relato do secretário Manuel de Faria e Sousa, no entanto, distingue-se de uma *relação de serviços* arquetípica. No trecho “no la describo, porque no hago relación de lo por donde pasé, sino de lo que pasó por mí”,¹¹⁰ Manuel de Faria e Sousa apruma o ponteiro do discurso – cuja referência principal é, sem dúvidas, a *relação* – para o lugar da primeira pessoa. Com efeito, essa distinção faz surgir com relevo o lugar do autor que, com modos disfarçados ou nem tanto, outorga a si as qualidades intelectivas da “razón, ciencia, entendimiento, juicio y (...) magisterio de varias artes”.¹¹¹ Além desses atributos partícipes de um discreto, o letrado propõe-se como um sujeito experiente que, embora nascido numa vila desconhecida do Entre-Douro-e-Minho – Pombeiro de Ribavizela – com orgulho chegou a habitar as maiores cortes europeias:

Opóngome solamente porque la experiencia, contra la cual no hay argumentos ni presunciones, me ha enseñado, con la noticia alcanzada por vista de ojos, después de ser habitador de limitadas aldeas y lucidas cortes, que en éstas se crían y sustentan innumerables sabandijas y de estotras han salido y salen excelentes sujetos.¹¹²

Na capital da corte espanhola, Manuel de Faria e Sousa desempenhou a função de secretário de importantes senhores, todos oriundos das casas nobiliárquicas de Portugal. Como funcionário adjuvante da aparatosa burocracia da corte filipina, o escritor testemunhou acontecimentos centrais do período, como os últimos atos do governo de rei Filipe III (II de Portugal),¹¹³ os começos do reinado de Filipe IV (III de Portugal), bem como o levantamento do

¹⁰⁹ VIVES, Juan Luis, “Redaccion epistolar (De conscribendis epistolis)”, *Obras completas*, 1947, t.2, p.847.

¹¹⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.232.

¹¹¹ Ibidem, p.123.

¹¹² Ibidem, p.124-125.

¹¹³ É memorável a jornada do rei Filipe III à cidade atlântica em 1619, para colher o juramento da corte. O rei é acompanhado por um numeroso séquito. Manuel de Faria e Sousa pertenceu a essa comitiva. O curto relato da jornada do rei ressalta a miséria a que a cidade foi relegada, sem ter a visão e audição do rei. Muitos registros da época propuseram que se tratava de um reino sem rei. O séquito de que Manuel de Faria e Sousa participou fazia vedar o rei, filtrando-lhe o que era visto e ouvido: “Con él [Pedro Álvares Pereira] partí de Madrid en mayo y llegamos a Lisboa, adonde yo nunca había estado y adonde prestísimamente se vio aquel miserable reino desengañado de las grandes esperanzas con que había visto a su rey, y recibídole (principalmente en aquel océano de caserías) con las mayores

reino, que pôs fim à monarquia compósita, quando em 1640 Portugal retoma a autonomia política com a instauração da casa de Bragança ao poder.

Com relação ao termo “fortuna”, é importante destacar que remete a dois sentidos fundamentais. Quanto à primeira delas. A imagem da roda da fortuna alude aos acontecimentos bons e/ou negativos que acometem os homens sem uma causa aparente. O costume representa a alegoria da fortuna por meio de uma mulher que, cega, oferece aos mortais as benesses e/ou as calamidades sem as submeter por qualquer critério de merecimento. Como afirmou Porcel, a vida do letrado mais se aproximava da terrível roda de Íxion.¹¹⁴ De acordo com Adma Muhana:

Tudo tendo uma causa, embora seja, muitas vezes, inapreensível ao entendimento ou ao controle humanos. Aos indivíduos, de posse de uma vontade livre, cabe reagir com decoro àquilo que Fortuna lhes traz, aprendendo com ela acerca da fugacidade da vida e da constante insegurança das coisas. Com isso se isenta, além de tudo, a responsabilidade divina por males contingentes que ocorrem na esfera terrestre.¹¹⁵

Outro sentido relacionado ao termo “fortuna” remete ao dinheiro. Com efeito, a narração dos serviços de secretaria compulsa os negócios particulares. É neste aspecto que o discurso afina-se ao gênero da epistolografia conhecido como carta negocial.

1.4 CATÁLOGOS

Nos séculos XVII e XVIII, houve ao menos sete bibliografias específicas de Manuel de Faria e Sousa, sendo cinco em espanhol, uma em língua portuguesa e outra em latim.

A primeira lista consiste no *Nobiliario del Conde de Barcelos don Pedro (...)*¹¹⁶ (Roma, 1646), a última obra que Manuel de Faria e Sousa publicou em vida. Num dos paratextos do *Nobiliario*, intitulado “Elogio”, Manuel de Faria e Sousa fornece uma lista na qual discrimina os trabalhos impressos e os de manuscritura, ordenando-os por hierarquia de importância. Uma breve

pompas de grandeza y demostraciones de amor que jamás logró algún príncipe; porque sus validos, atentos sólo a sus particulares respetos, le vadaban el ver lo mucho de que podía gustar para detenerse y, finalmente, le arrancaron de allá improvisamente; de modo que habiendo entrado en junio, desapareció en octubre. (FARIA E SOUSA, 1975, p.164). Veja também a *Viagem*, de João Batista Lavanha, em que se ressalta a condição de Filipe III quase como um morto, um mero instrumento manipulado pelos ditames dos conselheiros: “Com estes antecedentes, é fácil de compreender que, quando finalmente visitou Lisboa, em 1619, D. Filipe II de Portugal tenha sido recebido – e para além dos arcos triunfais que João Baptista Lavanha compilou na sua formosa *Viagem* – por uma pequena multidão de pasquins que, entre outras coisas, o acusavam de não ser ‘molher neim home, senão figura que come’.” (BOUZA ALVAREZ, Fernando J., 2000, p.35).

¹¹⁴ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §9: “Acordavase despues nuestro FARIA de esse sucesso (por esso le referimos) y considerando, que su Vida fue siempre una perpetua rueda de trabajos, y peligros, dezia: *Si aquella rueda pudo obrar algo, mas fue para mi la penosa de Ixion, que la de la prospera Fortuna*”.

¹¹⁵ MUHANA, Adma, “Posfácio”, *Infortúnios trágicos da constante Florinda*, 2006. p.333-334.

¹¹⁶ O título completo dessa obra de linhagens é: *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal; traduzido castigado y con nuevas ilustraciones de varias notas por Manuel de Faria i Sousa* (En Madrid: por Alonso de Paredes, 1646).

nota descritiva acompanha cada item. A listagem contém 45 entradas.¹¹⁷ A primeira obra encabeçada é a *Europa Portuguesa. La fortuna* ocupa o 13º lugar. Aí, o autor do *Nobiliario* se refere ao livro como “Fortuna i Vida de Manuel de Faria i Sousa” (veja que essa forma assemelha-se ao título do Ms. de Michigan, “Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V”), informando que se trata de um “libro largo, i que ès màs para ver, que para imprimir”.¹¹⁸ Conforme podemos conferir, o dado mais curioso dessa alínea encontra-se na revelação de que o título não foi preparado para as prensas, porém para correr em mãos. A partir dessa declaração, podemos presumir que o estado de manuscritura da obra reflete diretamente as condições de circulação da obra. Isso porque o sentido restritivo lido na descrição supracitada evidencia com clareza a intenção de exercer um certo grau de controle ao público leitor do documento, visto não ser uma obra aberta para todos. Trataremos disso em nossa “Conclusão”. Para terminarmos o comentário dessa lista, a última posição corresponde ao grupo de discursos vazados na forma de apologias que, por integrarem poucos fólhos, não receberam a categorização de livros. Aqui, o autor aproveita para espezinhar os escritores que contabilizam papéis de brevíssima extensão enquanto livros, isso tudo com a intenção de avolumar a lista de obras escritas: “mas no quiere parecerse a los que llaman Libro a un memorial, en que a veces no tuvieron mas que el firmarle”.¹¹⁹ Dessa lista bibliográfica, formada ao todo por 45 entradas, é necessário ressaltar que *La fortuna* surge nominalmente, não sendo deslocada ao bloco de obras que foram deliberadamente condenadas ao fogo. A massa de obras rejeitadas, referidas indistintamente, totalizavam cerca de sete ou oito livros. Elas consistiam nas chamadas obras de juventude, compreendendo gêneros diversos, tais como comédias, novelas de cavalaria, diálogos entre pastores, missivas e alguns desenhos.¹²⁰

Uma segunda bibliografia encontra-se no *Retrato de Manuel de Faria y Sousa* (Madrid, 1650), composto por Francisco Moreno Porcel. Os capítulos “XXXVI” a “XXXVIII” quadram uma listagem diversa da primeira supracitada. Cada entrada apresenta o nome do livro seguido de um breve comentário acerca do assunto. Francisco Moreno Porcel divulga a produção de Manuel de Faria e Sousa em 37 tomos, acrescentando algumas obras que faltaram no catálogo do *Nobiliario*. O panegirista arroga a si o direito de omitir alguns títulos, segundo ele, “[que] creemos [Manuel de

¹¹⁷ Aqui convém lembrar que a marca de 45 entradas não é equivalente a 45 títulos. Manuel de Faria computa cada tomo ou volume por 1 entrada. Por exemplo: a *Ásia Portuguesa* ocupa 3 entradas, por integrar 3 tomos diferentes.

¹¹⁸ BARCELOS, 3º Conde de, “Prologo”, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal*, 1646, p.7.

¹¹⁹ Ibidem, p.7.

¹²⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.124: “(...) fui empezando a entender que había perdido el tiempo (esto sólo entendí bien) gastado en mis dibujos, en mis libros de pastores y de caballerías y de varios poemas, con que entregué al fuego la mayor parte de ellos, doliéndome aun que fuesen todos, como lo merecían”.; MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §11: “Con la leccion de Poetas, por la mayor parte vulgares, compuso entonces varias obras en prosa, y verso, que despues estrañó con otros ojos, y en una llama lo entregó todo al olvido.”

Faria e Sousa] no publicaria”.¹²¹ Nela o panerigista noticia o título de *La fortuna* como “Fortuna, y Vida de Manuel de Faria y Sousa”, acrescentando que a obra “murio con su Autor”.¹²² Repare que essa forma também se assemelha ao título do Ms. de Michigan, “Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V”. A propósito dos critérios seletivos e ordenadores presididos no *Retrato de Manuel de Faria y Sousa*, Jorge de Sena¹²³ observa que Francisco Moreno Porcel anunciou as *Noches claras* (Madrid, 1624) como a obra de estreia de Manuel de Faria. Mas, segundo os cálculos de Sena, a obra do escritor que primeiro veio à luz foi a *Muerte de Jesus y Llanto de Maria* (Madrid, 1623). Aqui, conferimos que o panegirista optou por sublinhar as *Noches claras* enquanto o primeiro impresso do escritor, provavelmente pelo sucesso que elas alcançaram. A propósito da *Muerte de Jesus y Llanto de Maria*, o fato do panegirista subtrair-lhe o lugar de destaque pode ter relação com os dissabores do escritor com a família dos Moura-Corte-Real. Parece razoável que o ato de omitir esse opúsculo enquanto o primeiro impresso do escritor atendeu ao propósito de desviar o foco de luz a esta família de mecenas, uma vez que a obra foi dedicada à dona Margarita de Melo, uma das filhas de Castelo Rodrigo. Esse deliberado apagamento da família Moura nos papéis de Manuel de Faria e Sousa ocorre também na segunda edição do *Epítome*. Se na primeira edição desta obra Castelo Rodrigo recebeu as homenagens enquanto um dedicatário, já a segunda edição oblitera-o por completo. A propósito do *Retrato*, voltaremos a falar dele ainda neste capítulo.

A terceira listagem corresponde a uma imagem de Manuel de Faria e Sousa inserto no *Retrato*. Trata-se de uma gravura de Francisco Gómez de la Reguera, tirada por Juan Van Noort. A imagem apresenta o escritor rodeado por nove inscrições que, no conjunto, ornaram uma coroa de louro, como sugerindo as nove musas. Cada inscrição traz o nome de uma obra de vulto. As nove obras elencadas na imagem são: *Historias Portuguesas y su Epítome* (XI tomos), *Lusiada Comentada y Defendida* (V tomos), *Discursos Morales y Politicos* (II tomos), *Rimas de Camões comentadas* (VIII tomos), *Fuente de Aganipe & Rimas varias* (VII tomos), *Imperio de la China* (I tomo), *Arte Poetica y Versificatoria* (I tomo), *El Gran Justicia de Aragon* (I tomo) e *Albania Poema Lyrico* (I tomo). Ao menos para o gravurista, *La fortuna* não é uma obra passível de imortalizar o escritor. Considerada de menor valor, não surge no desenho, como as demais citadas.

Uma quarta lista de livros surge num dos paratextos da *Lusiada comentada*. Trata-se do “Elogio al comentador”, composto por Lope de Vega e Juan Baptista de Sosa. O texto, igualmente, nada menciona sobre *La Fortuna*.

¹²¹ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §36.

¹²² Ibidem, §37.

¹²³ Ibidem, §18: “El año adelante 1623. dio principio a la impression de sus Escritos; y con ellos a manifestar el gran caudal de letras, ingenio, y juicio, que Dios depositò en el. Estrenose con la *Primera Parte de sus Discursos Morales, y Politicos*, que imprimio con nombre de *Noches Claras*. Mui otra es oy aquella, como tambien la *Segunda Parte de essos Discursos*: que devem estimarse, como primer fruto deste grande Ingenio, no menos por su erudicion, que es mucha, que por su enseñanza, que es buena.”

A quinta lista pertence a Diogo Barbosa Machado. O título do manuscrito de *La fortuna* referido na bibliografia de Diogo Barbosa Machado é “Fortuna, e vida de Manuel de Faria, e Souza Cavallero del Orden de Christo, e de la Casa Real”, dividido em 9 livros. Esta parece corresponder ao título do Ms. de Michigan, “Fortuna, y vida de Manoel de Faria e Souza cavallero de la Orden del Cristo de la Casa Real Libro V”. O dicionarista reproduziu o primeiro e último períodos de *La fortuna*: “El mejor titulo, que ai en el mundo es el hombre, aunque el hombre sea nacido en la maior miseria de calidad de sangre, e de bienes de la fortuna; esto enseño el increado Creador”; e “Yò sé que mi vida yà nò puede ser mucha porque al entrada del mez de Março hize 55. anos que son muchos para un cuerpo lleno de infermedades, de trabajos, y de flaqueza procedida dellos, e dellas”.¹²⁴ O fato do célebre bibliotecário ter reproduzido esses trechos pode significar que correu com algum manuscrito em mãos, visto que seguramente os trechos em destaque não haviam sido reproduzidos em nenhum outro lugar.

Uma sexta é a *Bibliotheca hispana Nova*, redigida em latim, de Nicolás Antonio. Na entrada “Emmanuel Faria de Sousa”, nada consta acerca de *La fortuna*.¹²⁵ Em seguida, a *Bibliotheca Hispanica Historico-Genealogico-Heraldica* (Lipsiae, 1724), de Gerhardi Ernesti de Franckenau,¹²⁶ nada menciona acerca de *La Fortuna*.

Enumeradas as sete bibliografias¹²⁷, e aqui encerrando a discussão acerca da ordem dos dois termos presentes no título do manuscrito, reportamos que a única ocorrência em que o termo “vida” antecede o termo “fortuna” ocorre no epílogo da obra, no “Libro Onceno”, cap. 4, p.387, como para fechar a quiasma: “Este fue el fin de nuestro Faría y el fin de su vida y fortuna.” Além disso, deparamo-nos com a polissemia do termo “vida”. Um dos sentidos alude ao final do ciclo terreno do escritor. Uma outra significação possível é o anúncio do fim do texto vazado ou proposto como uma *vida particular*.

1.5 PEDRO DE FARIA E SOUSA

Para Edward Glaser, as alterações deparadas no Ms. de Michigan podem ter sido resultantes do crivo de descendentes de Manuel de Faria e Sousa, ou mesmo de pessoas muito próximas a ele. Esses retoques pretendiam estancar o imenso desgaste da imagem do escritor a serviço da Espanha, bem como neutralizar as censuras dele para com a nobreza de Portugal, cujos

¹²⁴ MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca lusitana [...]*, 1752, t. III, p.260. Aqui, vale a pena referir que o *Diccionario bibliographico portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, nada menciona acerca de *La fortuna*.

¹²⁵ ANTONIO, Nicolás, *Bibliotheca Hispana Nova*, 1783. Tomus primus, p.346-7.

¹²⁶ FRANCKENAU, Gerhardi Ernesti de, *Bibliotheca hispanica*, 1724, p. 104-5.

¹²⁷ Após a preparação desta página, surgiram outros catálogos. Na *Lusitania Illustrata (...)*, nada se menciona acerca de *La fortuna* (ADAMSON, 1824, t.I, p.36-41). No *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, há uma breve menção ao título ‘Fortuna y vida de Manuel de Faria y Souza’ (PÉRES, 1890, p.214). Infelizmente não nos foi possível consultar o *Manual del librero hispanoamericano* (PALAU Y DULCET, 1923).

vícios não foram poupados por sua pena ferina. Em nosso entender, o verbo “suavizar” – como utilizado por Glaser – consiste num eufemismo, visto que as alterações feitas ao texto correspondem a verdadeiras machadadas, visando a deturpar os sentidos das palavras do autor:

If my assumption about the date of this manuscript is correct, then we may also conjecture that it was drawn up some time after Faria e Sousa's descendants had returned to Portugal and made their peace with Portuguese society. The scribes – presumably members of the author's family or individuals closely linked to it – may have deemed it politic to smooth the rough edges of Faria e Sousa's self-portrait.¹²⁸

Relativamente à descendência de Manuel de Faria e Sousa, cabe lembrar que o capítulo final de *La fortuna* enquadra a narração do desenlace da morte do escritor (*memento mori*), nela incluindo um curioso exame de autópsia.¹²⁹ Essa segunda voz do narrador surge somente nas últimas linhas do texto. Sem se identificar, ela coloca-se como testemunha ocular do último suspiro do falecido. Nessas condições, é razoável pensar que esse narrador pertencia ao arco de intimidade do escritor, podendo ser Pedro de Faria e Sousa, o marquês de Monte Belo (quem acolheu o escritor, bem como toda a família do letrado em Madrid), ou mesmo a viúva dona Catarina Machado, que detinha sólidos conhecimentos da escrita, conforme podemos conferir em sua carta do dia 2 de Outubro de 1634, documento esse apenso nas “Consultas”.

O *Nobiliario* apresentava as suas patentes de Pedro de Faria e Sousa, indicando que o herdeiro do escritor foi um militar da Infantaria Espanhola, tendo se casado com dona Lucia de Narvaez, dita de uma excelente família de Espanha. Não conhecemos qualquer artigo a respeito de Pedro de Faria e Sousa e, por isso, reunimos aqui algumas informações esparsas acerca dele.

As “Consultas” contêm uma declaração hológrafa de Pedro de Faria e Sousa. Uma declaração hológrafa consiste num testamento inteiramente escrito pela mão de um testador. Nela, o depoimento foi tirado no dia 17 de Outubro de 1634. Nesse documento, transcrito em “Apêndices”, o jovem, na altura com cerca de 18 anos de idade, ratificou a versão sustentada por seus pais perante um funcionário do Conselho. Sem adentrar em maiores detalhes, Pedro afirmou que Castelo Rodrigo havia solicitado a seu pai que falsificasse a firma do rei, bem como ouviu da boca de alguns funcionários que o marquês havia mandado matar Damián Martinez.

Já o *Retrato* (1650) dá mostras do provável protagonismo de Pedro de Faria e Sousa como testamenteiro-editor dos papéis de Manuel de Faria e Sousa. Se é verdade o que consta nessa obra, o escritor, antes de expirar, teria instruído o filho acerca de como proceder com os documentos, que ficariam a seu cargo: “dispuesto ya su testamento, ordenó sus Papeles, instruyendo a su hijo, de lo que acerca dellos juzgó necessario advertirle. Perdio luego el sentido”.¹³⁰ É nesse exato sentido que

¹²⁸ GLASER, Edward, “Preface”, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.20.

¹²⁹ Essas questões serão debatidas na “Conclusão”.

¹³⁰ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §56.

se apresentam alguns documentos notariais descobertos por Edward Glaser, que destacamos em nota.¹³¹

Pedro de Faria e Sousa surge com discursos derramados nos paratextos do primeiro tomo da *Ásia portuguesa* (Lisboa, 1666). Em “Al Rey nuestro Señor Don Alonso VI. de Portugal”, datado de 3 de Julho de 1662, o autor da dedicatória traça uma petição ao rei bragantino, implorando para que a majestade olhasse o vassalo com olhos piedosos:

De Peticion, porque con ella pido a V. Mag. ampare estos Escritos: que pues con ellos su Autor ilustra su Patria, razon seria (y aun obligación) que ella le premiasse, y no lo ha hecho por no aver quen los propusiesse, y es lastima, que las cosas grandes tengan necesidad de tercero para conseguir el premio de devido, quando el tercero mayor es su misma grandeza. Sirvió a su Patria con sus Obras, y ella nunca puso en ellas suyas para le mejorar de fortuna.¹³²

O Visconde de Juromenha reuniu alguns dados acerca de Pedro de Faria e Sousa. Juromenha apoiou-se na declaração supracitada – segundo qual Pedro de Faria e Sousa teria passado da Espanha a Portugal após a morte do escritor – trazendo consigo os papéis do escritor. Além disso, a família parece ter sido muito bem recebida pelo monarca D. João IV, que concedeu uma tença ao filho em 1651. Juromenha deixou algumas incógnitas acerca de um episódio da vida de Pedro, tendo sido mandado à cadeia de Limoeiro e, em seguida, condenado e mandado ao degredo para o Brasil. Pedro publicou o tomo II da *Ásia* em 1674, sendo que o tomo III foi publicado somente em anos mais tarde, já por incumbência do impressor Antonio Craesbeeck de Mello:¹³³

¹³¹ Cfr. GLASER, “Preface”, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.404: “Y el dicho Pedro de Faria dijo recibir el dicho libro original de mano escrito y quedar en su poder para efecto de corregirle y enmendar las erratas que tuviere y lo que estuviere escrito defectuoso; y se obligó a que el día que lo susodicho hubiere hecho, y que el dicho libro esté muy ajustado y corriente para imprimirse, avisará de ello al dicho Pedro Coello para que de él haga a su voluntad como cosa suya propia; (...)” Extraído de: Archivo Historico de Protocolos de Madrid, Mateo de Camargo, Protocolo 3971, Recibo de un libro, otorgado por Pedro de Faria, Fol. 270 de la primera numeración.; Ibidem, p.400-1: “En la villa de Madrid, a diez y siete del mes de septiembre de mil y seiscientos y cuarenta años, ante mí el escribano y testigos, Manuel Faria de Sousa, caballero del hábito de Cristo y estante en esta corte (que doy fe conozco), confesó haber recibido de Pedro Coello, mercader de libros, vecino de esta dicha villa, cinco mil reales en vellón que le estaba debiendo al otorgante en virtud de un escritura de obligación de plazo pasado de la dicha cantidad, que se los prestó al dicho Pedro Coello para poder hacer brevemente y con comodidad la impresión que hizo de un libro intitulado las Lusiadas, de Camoens, comentadas, compuesto por el dicho Manuel Faria de Sousa, como más largo lo susodicho consta y parece por la dicha escritura de obligación y concierto, otorgada entre el susodicho y el dicho Pedro Coello, por ante mí el dicho escribano, en esta dicha villa, en diez y siete días del mes de mayo pasado de mil y seiscientos y treinta y ocho. Y más, confiesa haber recibido el otorgante del dicho Pedro Coello los treinta cuerpos impresos del dicho libro de las Lusiadas de Camoens comentadas; cuatro de ellos en papel de marquilla, los dos encuadernados y dorados, y seis de papel fino, y veinte libros en papel ordinario, todos encuadernados de cuaternación ordinaria, que asimismo el dicho Pedro Coello se obligó a dar al otorgante por la dicha escritura y razón en ella contenida. (...)”. Extraído de: Archivo Histórico de Protocolos de Madrid, Mateo de Camargo, Protocolo 3965, Carta de pago por Manuel Faria de Sousa, Fol.349v-350r.

¹³² FARIA E SOUSA, Manuel de, *Ásia Portuguesa*, t.I, 1666, “Dedicala su hijo el Capitan Pedro de Faria y Sousa Al Rey N. S. Don Alonso VI de Portugal”.

¹³³ SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez*, 1800, v.14, p.446: “Foi esta a primeira obra posthuma de Faria, que se imprimiu em Portugal, começando a sahir á luz por diligencia de seu filho o capitão Pedro de Faria e Sousa. Este obteve privilegio real para a publicação d’esta, e de todas as que de Madrid trouxera ineditas, por alvará de 8 de Agosto de 1667 – Porem o caso é, que só publicou os tomos primeiros da Asia e da Europa, suspendendo-se, não sei como, nem porque a impressão: que só chegou a continuar-se ao cabo de alguns annos, e ja por virtude de novo e diverso privilegio, conferido então ao proprio impressor Antonio Craesbeeck de Mello.”

Por morte de Manuel de Faria e Sousa se passou de Castella a este reino, com toda a sua familia, seu filho o Capitão Pedro de Faria e Sousa, onde foi mui bem recebido de El-Rei D. João IV, que, por Alvará de 9 de Março de 1651¹³⁴, lhe fez mercê de um lugar de justiça que estivesse em relação com a sua pessoa, attendendo á falta de meios em que se achava, ao ter-se passado de Castella a este reino, e a ser filho de pessoa tão benemerita n'elle pelos escriptos e obras que compoz e deu á impressão, e na mesma data lhe fez mais mercê de uma tença de 50\$000 réis no reguengo de Aguiar. Trouxe o Capitão Pedro de Faria e Sousa comsigo as obras de seu pae, que no prologo do tomo II da Asia Portuguesa nos diz escrevêra uns cem tomos dos quaes deitára ás chammas uns dez, e alguns lhe furtaram, e entre os que trouxe vinham os oito tomos dos Commentarios ás obras de Camões. No anno de 1666 começou a impressão das obras de seu pae na officina de Henrique Valente, publicando o primeiro tomo da Ásia Portuguesa, e concedendo-se-lhe a 8 de Maio do anno seguinte de 1667 privilegio para a publicação d'estas obras, e das que lhe furtaram. No intervallo da publicação do segundo tomo da Asia achava-se Pedro de Faria e Sousa, por motivo que ignoro, preso na cadeia do Limoeiro e degradado para o Brazil, e tendo elle supplicado a El-Rei D. Pedro, então Principe Regente, o mandasse soltar para continuar com a impressão das Historias de seu pae Manuel de Faria e Sousa, por alvará de 13 de Janeiro de 1672 se lhe concedeu a cidade por homenagem, para continuar na publicação das ditas obras. Publicou-se o segundo tomo da Asia no anno de 1674, e a Europa no de 1678; e na censura d'esta, feita por D. Antonio Alvares da Cunha, (...).¹³⁵

Pedro de Faria e Sousa, na incumbência de promover os livros póstumos de seu pai em Portugal, recebeu o alvará em 1651, tendo só começado a publicar o primeiro tomo de *Ásia portuguesa* anos mais tarde, em 1666. Os demais volumes saíram espaçados quase dez anos depois. Da data do alvará de impressão à data de impressão efetiva correram muitos anos. Que razões explicam esse hiato de tempo?

Como declarou Juromenha, Pedro “foi mui bem recebido de El-Rei D. João IV.” Claramente as publicações póstumas dessa massa de livros históricos tiveram relação com o intuito de propagar e, com isso, legitimar o levantamento dessa nova dinastia. É nesse sentido que Hélio Alves afirmou que “[é] lícito concluir que a identificação e os encómios de Camões propostos e impostos por Faria e Sousa se harmonizaram com os objetivos propagandísticos da nova dinastia saída da Restauração”.¹³⁶

Jorge de Sena acrescentou mais alguns dados de interesse, revelando que Pedro de Faria e Sousa, experimentado na poesia, publicou o *Poema Nupcial*, dedicado a Nuno Álvares Pereira de Melo, duque do Cadaval.

Feita uma breve exposição da *recensio* de *La fortuna*, é necessário indagarmos acerca dos prováveis caminhos traçados pelos manuscritos de *La fortuna* em arquivos portugueses. As informações disponíveis são exíguas. Se a informação de Juromenha estiver correta, para quem “o Capitão Pedro de Faria e Sousa trouxe comsigo as obras de seu pae”, é muito provável que *La fortuna* estivesse entre os papéis inéditos que Pedro de Faria e Sousa carregara consigo da Espanha a Portugal. Consta que Pedro de Faria e Sousa estabeleceu-se nas antigas propriedades da família,

¹³⁴ Cfr. documento Torre do Tombo, PT/TT/RGM/Q/0019/345451. Carta. 50\$000 rs de renda cada ano de sua vida no Reguengo de Aguiar. Filiação: Manuel de Faria e Sousa. Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 19, f. 292v-29. Data incerta. 1651-03-09? a 1651-03-09? PT/TT/RGM/Q/0019/345454. Alvará. Promessa de um officio de Justiça ou Fazenda. Filiação: Manuel de Faria e Sousa. Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 19, f. 292v. Data incerta. 1651-03-09? a 1651-03-09?

¹³⁵ JUROMENHA, Visconde de, *Obras de Luiz de Camões*, v.I, 1860, p.336.

¹³⁶ ALVES, Hélio J. S., *Dicionário de Luís de Camões*, 2011, p. 371-378.

localizadas no Minho. Se é verdade que os descendentes do escritor estiveram em posse de alguma cópia do papel – e isso pode conferir-se por meio de algumas homenagens aos 370 anos de morte do escritor, feitas em 2019, em que alguns folders traziam fotos de alguns papéis da pena do escritor – isso pode explicar a localização geográfica dos testemunhos de *La fortuna*, todos próximos das terras do escritor. Conforme já falamos, o Ms. de Braga pertencia ao frei Alexandre da Paixão, clérigo nascido em Travanca, localidade do Norte português. Já o Ms. de Michigan manteve-se por séculos nas mãos de descendentes do escritor, estabelecidos também no Norte, de acordo com Edward Glaser.

1.6 FORTUNA CRÍTICA

Interessa agora descrevermos o histórico das recepções de *La fortuna*, marcadas pelas flutuações dos tempos. Para tanto, é necessário fazermos um breve excursus. É certo que a fama do escritor no século XVII não se manteve constante. No *Hospital das letras*, vale lembrar, o nome de Manuel de Faria figurava entre os escritores exemplares da técnica histórica:

[Autor:] Vedes lá está Gomes Anes de Azurara, coronista antigo, tão cândido de pena como de barba, Fernão Lopes e Fernão Lopes de Castanheda, Rui de Pina, Duarte Galvão, D. Rodrigo de Lima, Damião de Góis, Garcia de Resende, Duarte Nunes, António de Mariz, Diogo do Couto, Gaspar Estação, Gaspar Barreiros, o mestre André de Resende, Frei Bernardo de Brito, Francisco de Andrade, Diogo de Paiva e seu adversário Frei Bernardino da Silva, Manuel de Faria, Frei António e Frei Francisco Brandão, Luís Coelho de Barbuda, o chantre Manuel Severim, Frei Luís de Sousa, D. Agostinho Manuel, Luís Marinho de Azevedo, D. Gonçalo Coutinho, o Conde da Ericeira e João Nunes da Cunha, porque então andam os modos por bons passos quando seguem os passos dos velhos.¹³⁷

No paratexto de *Nenia. Poema acrostico*, Manuel Cortizos de Villasante afirmou que o escritor era “un Sugeto de mucha fama”.

Para falarmos da descrição histórica de *La fortuna*, é necessário relacioná-la com uma outra obra do século XVII, nomeadamente, o *Retrato de Manuel de Faria* (Madrid, 1650), redigido por Francisco Moreno Porcel, nome marcado pela autoria de uma única obra. No prefácio da *Ásia portuguesa*, passamos a saber que ele era natural de Sevilha. No *Retrato*, ele compõe-se como um discípulo de Manuel de Faria e Sousa. Como já dito, o *Retrato* inscreve-se no gênero panegírico fúnebre, visto que a obra saiu no contexto da morte do escritor. Esse opúsculo, de fácil leitura, alcançou grande sucesso em seu tempo, recebendo uma segunda edição no ano de 1733.

O *Retrato* apresenta um resumo da vida do escritor luso, acompanhado por uma relação de suas obras, como dito alhures. Além disso, o panegírico abriga uma recolha de diversas orações elegíacas ou fúnebres propostas por inúmeras autoridades de peso, testemunhando a favor da

¹³⁷ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p.135-6.

memória do escritor morto. Esta obra tornou-se como que a principal fonte “bio-bibliográfica” de Manuel de Faria e Sousa, como dissera o estudioso Jorge de Sena.¹³⁸

Uma determinada passagem do *Retrato* parece predizer o estado de dormência por que *La fortuna* foi acometida. O panegirista propagou a notícia de que *La fortuna* foi consumida pelo fogo e, com a morte do autor, perdeu-se em definitivo. Com efeito, Francisco Moreno Porcel fixou o ano de 1649 como a data de escrita de *La fortuna*. Ao que parece, pouco a pouco essa sentença foi perdendo a chave de seu código, adquirindo assim foros de verdade. Este fator, somada à desgraça caída, não somente por Manuel de Faria e Sousa, mas também pela maior parte dos escritores dos Seiscentos, contribuiu para o adormecimento de *La fortuna*.

Há razões para interpretarmos o caráter metafórico da notícia propagada por Francisco Moreno Porcel. O panegirista, com o intuito de destacar somente as obras que deviam ser de amplo conhecimento por parte do público, procedeu silenciando a existência de outros títulos que não eram previstos para esse fim, em especial os títulos mantidos em manuscritos, alguns deles até hoje inéditos. Assim, talvez como uma possível forma de aplacar o interesse do público por um título originalmente previsto para circular somente entre uma audiência restrita, o ato de propagar a notícia de que *La fortuna* fora consumida pelas chamas configura-se um excelente pretexto para diminuir o interesse dos mais curiosos para com a obra.

1.7 LEITORES MODERNOS

Camilo Castelo Branco era de parecer que o escritor era um “espírito inconsequente”. Veja-se, por exemplo, a escolha vocabular do escritor do Romantismo para contar acerca da concessão dos títulos honoríficos a Manuel de Faria e Sousa: “A baixeza e abjecção não lograram o estipendio com que os Filippes costumavam pagar as consciencias almoedadas. O habito de Christo e fôro de fidalgo já Manuel de Faria os recebêra antes de 1621, sem impedimento do menoscabo em que elle tinha as distincções nobiliarias”.¹³⁹ Em seu “Estudo histórico”, Camilo Castelo Branco ressalta as contradições do escritor seiscentista, demonstrando a sujeição do escritor à família de Castelo Rodrigo:

Seguem novos louvores a D. Christovão de Moura. O maximo assenta n’isto: O duque d’Alva entrega as chaves de Lisboa a Philippe; Fillippe quer dal-as a Moura, e diz-lhe: *Tenedlas vós, por que a vós se devem ellas*. D’esta honra de D. Christovão, portuguez, repartamos com Manuel de Faria, portuguez. E quem fôr sensível cubra a face diante da historia. A bizarra offerta de Philippe ao corrupto e corruptor em chefe foi lama eterna que elle atirou á cara de Portugal; e Manuel de Sousa enquadrou-a no seu *Epitome*.¹⁴⁰

¹³⁸ SENA, Jorge de, “Introdução”, *Lusiadas de Luis de Camões: Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1972, p.27.

¹³⁹ BRANCO, Camilo Castelo, *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, 1868. p.115.

¹⁴⁰ Ibidem, p.113.

Outro aspecto que mobilizou Camilo Castelo Branco foram os episódios da resistência contra a anexação da Coroa portuguesa à Espanha, movimento esse liderado pelo prior de Crato. O autor do Romantismo destacou o discurso – digamos assim – pouco empático do escritor seiscentista para com os heróis populares da pátria. No trecho abaixo podemos conferir o acúmulo dos nomes desses personagens, identificados um a um. Isso é colocado em fronteira com a alegada pouca consideração do historiador para com eles, referidos como *comida de peixe*, dada a violência do exército filipino para conter os rebeldes em Alcântara:

Com a prisão da condessa de Vimioso e das filhas, cujo pae e esposo morrêra nas fileiras do prior do Crato. Com o desterro da esposa e filhos de Diogo Botelho. Com a morte de D. Violante do Couto n'uma enxovia de Castella. Com o arrastarem a mulher do bravo Fonseca da Nobrega de ao pé do cadaver de seu marido, retalhado em Alcantara, para uma masmorra. Com a degolação de D. Diogo de Menezes, e a forca de Henrique Pereira de Lacerda. Com o envenenamento de Sfortia Orsini nas cadeias do Porto. Com a decapitação de Pedro de Alpoim. Com o cravejarem n'uma cruz Antonio Guedes de Sousa. Com o cadafalso em que acabou fr. João de Espirito Santo. Com a peçonha de Heitor Pinto. Com a degolação de D. Ruy Dias e forca de Balthasar Rodrigues. Com mais de dois mil religiosos mortos nas trevas, cujos cadaveres revessados pelas ondas chamaram ás praias o arcebispo de Lisboa a exorcismar as águas com estúpido espirito de piedade. Manuel de Faria chamou a isto: PURIFICAR.¹⁴¹

Para Augusto Epifânio de Silva Dias, autor da mais autorizada edição moderna d'*Os Lusíadas*, Manuel de Faria e Sousa expressou-se muito mal em castelhano:

Depois, Manoel de Faria e Sousa (1590-1649) dotou não só os *Lusiadas*, senão também as demais obras de Camões, de um *commentario* completo, escripto, ainda mal, em castelhano. De leitura verdadeiramente pasmosa, inflammado em sincero amor entusiastico do Poeta, consumiu no seu trabalho longos annos, não deixando muito que respigar aos futuros *commentadores* dos *Lusiadas*. Tem, superfluo é dizê-lo, erros e defeitos, mas, geralmente fallando, ninguém melhor comprehendeu o sentido do Poeta, não raras vezes difficil de alcançar. O senão mais grave, que no entendimento do Poema se lhe pode notar, é pretender interpretar christãmente o *apparato mythologico* dos *Lusiadas*. Mas havemos de lembrar-nos de que Faria e Sousa, que demais era muito entendido em theologia e por tal habituado á interpretação allegorica da Biblia, escrevia em um tempo em que, por considerações principalmente religiosas, a censura havia posto mão sacrilega na obra do Poeta. Faria e Sousa desarmava d'aquelle modo o braço dos inquisidores.¹⁴²

Para Sousa Viterbo, a erudição de Manuel de Faria e Sousa resultava em algo totalmente infecundo.¹⁴³

No artigo “Literatura Antiga Portuguesa”, Carolina Michaëlis de Vasconcelos considerava o escritor luso como a própria encarnação da gabarolice. A filóloga alemã colocou na boca do escritor que esse afirmava-se como um aparentado de Luís de Camões. Justiça seja feita. Aqui, vale a pena dizer que essa atribuição de parentesco com o grande poeta não se confere na obra do escritor seiscentista. E mais: Vasconcelos destacou que Manuel de Faria e Sousa dizia-se habitante de um

¹⁴¹ Ibidem, p.114-5.

¹⁴² DIAS, Augusto Epifânio da Silva, “Introdução”, *Os Lusíadas de Luís de Camões*, 1972, p.30-31.

¹⁴³ FLASCHE, Hans, “O método de comentar de Manuel de Faria e Sousa: contributo para a interpretação d'os Lusíadas”, I Reunião Internacional de Camonistas, ano, p.138.

rico palácio, porém vivendo às escondidas numa pobre choupana, sendo que a sua genealogia, antiquíssima, consistia na mais pura invencionice:

O Português, tal como eles o viram pela lente aumentadora da rivalidade natural, e como o viu por intermédio deles, o resto da Europa, é um fidalgo pobre, cuja altivez corresponde á pequenez do seu património continental, de presunção genealógica desmedida, visto que cada um se apregôa <<parente del-rei>> ou pelo menos <<moradôr da casa do rei>> - embora a sua choupana, como a do típico Faria e Sousa, descendente dos Farahs bíblicos estivesse numa aldeola desconhecida (...) ¹⁴⁴

Por razão semelhante, os investigadores espanhóis pouco se interessaram em estudar um nome que era praticamente a própria representação da pátria lusa. Em *Historia de las ideas estéticas en España*, Marcelino Menéndez Pelayo destacou no escritor português o aspecto de verborragia como efeito de uma mente insana: “Profesaba tal hombre sobre la poesía las ideas más extrañas y desvariadas... No es hipérbole decir que cada palabra de Camoens ha dado ocasión a Manuel de Faria para escribir dos o tres páginas de comentario”. ¹⁴⁵

Algo diverso dessas opiniões, para o crítico Manuel Lopes de Almeida “o processo histórico que carregou a memória de Manuel de Faria e Sousa com ferrete ignominioso merecia ser revisto.” ¹⁴⁶

Nessa linha, é interessante notar o balanço de Jorge de Sena a propósito do autor da *Lusiada Comentada*. Para o estudioso, a malfadada recepção dele entre os seus patrícios teve por razão as incompreensões históricas que se foram acumulando por diversas gerações. Para Sena, a má fama da personalidade do escritor determinou uma espécie de silenciamento dos comentários, ainda que essa obra jamais tivesse sofrido qualquer interrupção de leituras, transformando-se numa espécie de fonte semi-clandestina de saber:

o mais rico repositório de comentários sobre a epopeia, a fonte semiclandestina de mais três séculos de erudição camoniana, um dos mais extraordinários monumentos erguidos por alguém, devotamente, a um poeta e a uma cultura, eis o que regressa aberta e publicamente ao mundo português, que é o seu. ¹⁴⁷

Hélio Alves, no *Dicionário de Camões* ¹⁴⁸, complementou essa mesma ideia de Jorge de Sena, reportando que, independente dos sentimentos do público para com Manuel de Faria e Sousa,

¹⁴⁴ VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de, “Literatura antiga portuguesa”, Biblioteca Internacional de Obras Celebres: coleção das produções literárias mais celebres do mundo, 1913, p.3088-3089.

¹⁴⁵ PELAYO, Marcelino Menéndez y,

Historia de las ideas estéticas en España. Siglos XVI y XVII, v.II, 1940, p.348-349.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Manuel Lopes de, “Introdução”, *Ásia Portuguesa*, v.I, 1945, p.XI.

¹⁴⁷ SENA, Jorge de, “Introdução”, *Lusiadas de Luis de Camões: Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1972, p.[9].

¹⁴⁸ Hélio Alves fez uma síntese a respeito das recepções de Manuel de Faria e Sousa por parte das diversas audiências. As palavras de Hélio Alves são precisas ao observar que, malgrado as suspeitas de natureza diversa que contra o escritor foram se acumulando entre os públicos leitores, o aproveitamento de seus escritos foi inquestionável: “As vozes discordantes dos vários séculos, que as houve em razoável número, nunca deixaram, porém, de reverter para as

aderindo a ele ou afastando-se de suas ideias, as obras líricas de Camões a que diversas gerações tiveram acesso foram crivadas a partir das edições dos comentários do escritor seiscentista.

Para Edward Glaser, a perspectiva resultante de um conflito ou dissabor ou desacordo luso-espanhol explicou o relativo isolamento de Manuel de Faria e Sousa nos estudos literários, tendo sido acochado a um verdadeiro terreno sem pátria. Até então, os investigadores motivados ou influídos por nacionalismos rejeitavam-no pelo fato de ter-se expresso no idioma de Cervantes. Já os espanhóis desprezavam-no por seus elogios à nação portuguesa:

First, by choosing to write most of his work in Spanish, Faria e Sousa placed himself in a no-man's land of literary history. Students of Portuguese culture tend to leave aside an author who sillfully neglected to cultivate the national language at a moment when its very existence as a tool of artistic expression was a stake. Students of Spanish civilization are not particularly attracted to a writer who betrays in his work a marked Portuguese bias, even when he does not openly glorify his countrymen.¹⁴⁹

Em linhas gerais, os poucos artigos acadêmicos que se debruçaram ao estudo de *La fortuna* não teceram reflexões a respeito da estruturação retórica da obra. Quanto a isso, aqui muito nos interessa destacar as breves considerações de Eugenio Asensio que, numa influente recensão de *La fortuna*, ressaltou os aspectos contingentes do discurso de Manuel de Faria e Sousa, classificando-o como uma obra de ocasião. Para o estudioso espanhol, a chave de interpretação de *La fortuna* encontrava-se nos aspectos da mediatez, visto que o texto subsumia-se no interior de um contexto de comunicação bastante preciso, cuja escrita motivou-se em demanda a uma causa determinada: “La Fortuna, sin embargo, no está orientada hacia los problemas propiamente literarios, marginalmente tratados al hilo de la vida práctica. Es, sustancialmente, una obra de ocasión, una apología de la conducta moral del autor, encuadrada en un marco autobiográfico”.¹⁵⁰

Com efeito, a sobredita linha de leitura proposta por Eugenio Asensio foi uma voz dissonante ou isolada entre os críticos mais recentes, que, em linhas gerais, fincaram as suas análises do discurso de Manuel de Faria e Sousa na categoria autobiográfica, como originalmente proposta por Edward Glaser na distante década de 1970.

Maria Lucília Gonçalves Pires recolheu as chamadas biografias e autobiografias de Manuel de Faria e Sousa, resenhando-as de modo detido. De acordo com a estudiosa portuguesa, o *Retrato (...)* de Francisco Moreno Porcel, tanto na primeira impressão saída em 1650, quanto na segunda edição de 1733, constituem as chamadas biografias do escritor português. Já o discurso *La*

gigantescas publicações de Faria como fontes principais do saber. Até há bem pouco tempo, os textos que podiam ser lidos em todas as edições da lírica de Camões correspondiam aos textos publicados por Faria e Sousa, tendo sido essas as lições textuais que os portugueses se habituaram a ouvir e a celebrar. (...) Mas o cômputo final é claramente favorável ao comentador seiscentista: todos os editores, críticos e historiógrafos literários colheram, mais ou menos advertidamente, a grande maioria dos frutos da sua ciência naquele riquíssimo pomar.” ALVES, Hélio J. S., Manuel de Faria e Sousa, Dicionário de Luís de Camões, 2011, p.372.

¹⁴⁹ GLASER, Edward, “Preface”, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.5.

¹⁵⁰ ASENSIO, Eugenio, *La autobiografía de Manuel de Faria y Sousa*, Arquivos do Centro Cultural Português, n. 13, p.632.

fortuna, bem como o poema “Patria y vida del autor”, incluso em *Fuente de Aganipe*, integram as sobreditas autobiografias. Ao fim do artigo, a autora indagou-se acerca de quais modelos de *autobiografia barroca* poderiam ter guiado a composição de *La fortuna*, arrolando alguns títulos congêneres.

Diogo Ramada Curto, em artigo que mais tarde integrou o capítulo 6 de seu livro *Cultura escrita* (2000), segue numa direção similar às interrogações de Maria Lucília Gonçalves Pires, buscando estabelecer as complexas origens do chamado gênero biográfico e autobiográfico, propondo, assim, as raízes dessa massa genérica de textos em três grandes troncos.¹⁵¹ Ainda interessa notar no artigo de Curto a aproximação realizada entre *La fortuna* e a obra do coevo Miguel Leitão, ambas correspondendo às chamadas composições de gênero misto. Para o estudioso, a importância de *La fortuna* reside nas relações retóricas contidas nela. No entanto, algo paradoxal, o estudo apresentado não confrontou os instrumentos próprios do campo da retórica para analisar a estrutura discursiva da alegada autobiografia, retraçando, ainda que com comentários muito produtivos, o período da infância do escritor, bem como os serviços aos nobres em Espanha, enquanto histórias vividas.

1.8 AS “CONSULTAS”

Vale a pena notar que já se pensou que houvesse a existência de um manuscrito autógrafo de *La fortuna*,¹⁵² sob o abrigo da Biblioteca da Real Academia de la Historia, localizada em Madrid. Numa primeira vista, essa notícia já soava algo estranho, pois o título do manuscrito anunciado no *Catálogo general de manuscritos de la Real Academia de la Historia (1910-1912)* inseria o papel na categoria *apologia*, à semelhança da referida *Informacion*. Além disso, a quantidade de 75 fólios divulgada pela bibliografia da instituição espanhola integrava um conjunto de páginas bem inferior em face do derramado Ms. de Braga, com cerca de 300 fólios no total.

Sem menos valor, o documento monográfico consultado corresponde a um *memorial de serviços*, em encadernação de pele, por meio do qual Manuel de Faria e Sousa dirigiu-se ao rei Filipe IV, com o intuito de dar satisfações acerca de seus procedimentos na polêmica em que se envolveu em 1634, ao delatar a conduta criminosa de Castelo Rodrigo perante as autoridades espanholas.

É preciso trazer à discussão um outro conjunto documental que está intimamente relacionado com *La fortuna*. Trata-se das chamadas “Consultas” depositadas no Archivo Historico Nacional, de Madrid. O título reúne a documentação relativa ao processo de investigação que

¹⁵¹ Para continuação desse assunto, vide “Capítulo III”, seção 3.1 de nossa tese.

¹⁵² Fernando Bouza relacionou com erro a *Información en discurso histórico por el celo del bien público* (vide ainda neste nosso capítulo a apresentação formal desse papel) como sendo uma versão manuscrita de *La fortuna*. BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*, 2002, p.28: “Algunos de esos libros los había compuesto con la intención de que nunca llegaran a las prensas, tal es el caso de su *Fortuna* autobiográfica, de la que, sin embargo, se conservan hasta tres versiones manuscritas.”

Olivares mandou instaurar em 1634, para o exame da conduta moral de Castelo Rodrigo no posto de embaixador de Espanha em Roma. O motor do inquérito alimentou-se a partir das reclamações formalizadas por dois ex-funcionários do embaixador, nomeadamente, Damián Martínez Montaña e o próprio Manuel de Faria e Sousa. A cota da pasta de documentos é Estado (Roma), Libro 731, sem numeração, sob o abrigo do Archivo Historico Nacional. Essa documentação foi pela primeira vez examinada pelo estudioso Santiago Martínez Hernández no artigo fundamental “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, a que iremos recorrer muitas vezes. Vide também nosso estudo das “Consultas” no “Capítulo II”.

Nesse cômputo, a nossa investigação compulsou uma série de documentos primários relacionados às denúncias de Manuel de Faria e Sousa contra o marquês de Castelo Rodrigo em 1634. Para facilitar, apresentemos esses papéis de acordo com a divisão em três grandes grupos:

(i) *Información en discurso histórico por el celo del bien público*. Orig. 1634.- Cuaderno 4º. Encuad. en pergamino. Manuscrito. 9-24-2-B-32 9-5117. Da pena de Manuel de Faria e Sousa, esse *memorial de serviços* encontra-se em depósito na Biblioteca da Real Academia de la Historia, em Madrid.

(ii) *Fortuna de Manuel de Faria e Sousa*. Em depósito no Arquivo Distrital de Braga, sob a cota de PT/UM-ADB/COL/M/163. Em nossa visita ao arquivo, realizamos uma breve comparação entre o manuscrito bracarense e a edição impressa de *La fortuna*. No que foi possível coletar, relacionamos alguns erros tipográficos da edição publicada por Edward Glaser, conforme podem ser conferidos em “Anexos ao Capítulo I”.

(iii) Documentação relativa às “Consultas”, em abrigo no Archivo Historico Nacional, em Madrid. A direção da cota é: Estado (Roma), Libro 731, sem numeração.

A tabela abaixo expõe parte dos documentos relacionados às “Consultas”, cuja pasta tivemos acesso no Archivo Historico Nacional, em Madrid. Por se tratar de um conjunto de papéis bastante volumoso, registramos aqui somente os documentos que possuem vínculo direto com a delação de Manuel de Faria e Sousa.

Relação dos documentos integrantes das “Consultas”							
autoria	destinatário(s)	local e data	número de páginas	observações	título (se houver)	Documento	linha inicial do corpo da carta (exceto cabeçalho e título)
Manuel de Faria e Sousa		sem local e sem data	1			25	Considerando q V.m. me dixo hablasse al Exmo. Sr. Conde Duque; iva oy a dizir a V.m.
Francisco Gómez de Lasprilla (?)	ao Conde-Duque de Olivares ou a Filipe IV (?)	Roma, 1634 e 1635	1	relatório ou ofício protocolar	<u>C. P. Crim.</u>	1	Diferentes consultas del Consejo del Estado se. la dela-
Manuel de Faria e Sousa	Conde-Duque de Olivares	Madrid	2	A carta é escrita “deste aposento.”		2 e 3	Sen'or mio; si conviene que yo esté muy bien preso, i aun con publicidad, todo está muy
Manuel de Faria e Sousa		Madrid, 18 de Setembro de 1634	5		Preguntas que, parece, se deven hazer a Damian Martinez/ i en que manera, parece, se deve proceder en ellas./	8 a 12	Ponerle con el confessor de Su Majestad solo. I su Ilustrissima diestra i
Pedro de Faria e Sousa		Madrid, 17 de Outubro de 1634	1	carta hológrafa		27	En Madrid (...)/ de 1634 Pedro de Faria hijo de Manuel/
dona Catarina Machado		Madrid, 2 de Outubro de 1634	2			29 e 30	diguo yo doña catalina machada q viniendo yo de ro-/
Manuel de Faria e Sousa	Jerónimo Villanueva	Madrid, 22 de Outubro de 1634	1		Mi G. Protonotario	22	Ya ve V.m. que estaria yo desconsolado viendolo ausente sin aver/
Manuel de Faria e Sousa	conde-duque de Olivares	22 de Outubro de 1634	1		Excelentissimo Senor	23	V.E. se sirvió de mandarme, en S. Jeronimo, q me detuviesse; i que esto seria por diez o doze
Francisco Gómez de Lasprilla		Madrid, 18 de Setembro de 1634	4	<ul style="list-style-type: none"> • lê-se em pdf 4: “t n 26/ 1 Papel de Faria para el Protº/ despues que se le pusieron dos guardas” • lê-se em pdf 5: “n 23/ 4 Negocio de Faria” 		4, 5, 6 e 7	Concurriendo en el Conselho los Senores Conde/
marquês de Castelo Rodrigo	Conde-Duque de Olivares	Roma, 12 de março de 1635	3			31 a 33	
Manuel de Faria e Sousa		23 de Outubro de 1634	23	a página 23 está em branco	Memorias mías para advertir	34 a 56	
Manuel de Faria e Sousa		sem local e sem data	3		Advertencia a una duda que se propuso acerca de lo propuesto	14, 15 e 16	Parece que se entiende que nos equivocamos a falta de verdadero conocimiento

Para facilitar as nossas remissões a esse importante conjunto de papéis, iremos designar a pasta do processo por “Consultas”, termo esse que Francisco Gómez de Lasprilla registrou no fôlio

que parece servir de capa à reunião de documentos. O fólio em questão indica que o período compreendido pela documentação reunida é entre os anos de 1634 e 1635. No cabeçalho do fólio está escrito “Junta del Consejo de Estado. Roma, Años de 1634 y 35”. Os vários papéis são de dimensão aproximada de uma folha A4. Os fólhos, dobrados pela metade, sem numeração, estão soltos, sujeitas, portanto, ao embaralhamento. O volume contém cerca de 40 maços delgados. Cada bloco varia entre um e vários fólhos. Na pasta, o secretário Lasprilla interpõe algumas folhas com didascálias, em que vai anotando as deliberações tomadas pelo Conselho consultivo. A pena de Lasprilla, muitas vezes, intercepta com didascálias os papéis produzidos pelos delatores, informando a data de recebimento dos papéis, bem como as deliberações tomadas pelo conselho mediante o exame dos papéis. Há papéis cifrados, papéis hológrafos, papéis de testemunhas, relatórios, etc.

Entre os documentos da mão de Manuel de Faria e Sousa, estão a “Advertencia a una duda que se propuso acerca de lo propuesto” (Madrid, sem data), há cartas do letrado endereçadas a destinatores específicos: ao conde-duque de Olivares (Madrid, 22-10-1634 e outra sem datação) e ao protonotário Jerónimo Villanueva (Madrid, 22-10-1634). Para a Junta do Conselho de Estado: “Memorias mias para advertir” (Madrid, 13-10-1634) e “Preguntas que, parece, se deven hazer a Damián Martínez i en que manera, parece, se deve proceder en ellas” (Madrid, 18-09-1634). Além disso, a pasta contém um raro bilhete de dona Catarina Machado (Madrid, 02-10-1634), um documento hológrafo de Pedro de Faria e Sousa (Madrid, 17-10-1634), cartas de Castelo Rodrigo ao valido (Roma, 09-08-1634 e 12-03-1635), entre outras didascálias, papéis cifrados e toda a documentação relativa ao caso de Damián Martínez.

Destaquemos com brevidade alguns dos papéis depositados no códice. Em “Memorias mias para advertir” (Madrid, 13-10-1634), 23 f., Manuel de Faria e Sousa reúne nada menos que 71 capítulos, em que lista os crimes e comportamentos vexatórios imputados a Castelo Rodrigo. No âmbito da retórica, o papel concentra o que se entende por provas intrínsecas (*pisteis entechnoi*). Os capítulos ordenam-se por acumulação (*acumulatio*). Nesse bloco de argumentos,¹⁵³ o *incipit* de cada parágrafo inicia-se pela anáfora “Que es verdad que”. Eis alguns crimes dessa longa relação: juízo particular com os assuntos da *hacienda* (cap. 1 e seguintes); uso da máquina do Estado em benefício particular (cap. 53, 54, 55); revelação dos segredos das cifras (cap. 1 e seguintes); solicitar a falsificação da firma do rei (cap. 42); molície (*mollities*), *sexus contra naturam*, pecado nefando, atos libidinosos, comportamento libertino, suposto enlace com o funcionário italiano César Marteli (cap. 1, 27, 28); tentativa de assassinato de Damián Martínez (cap. 1 e seguintes); esquematização da morte de Manuel de Faria e Sousa e dona Catarina Machado (cap. 43); promover conversações suspeitas com o papa Urbano VIII (cap. 33, 59); favorecimento de um membro da família Bourbon (cap. 43); amizade suspeita com o infante dom Carlos, cujo retrato o marquês guardava consigo, no

¹⁵³ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, II, 82.

interior de sua câmara (cap. 69), etc. Ainda nesse documento, Manuel de Faria e Sousa relaciona alguns nomes de pessoas supostamente envolvidas nas tramóias de Castelo Rodrigo. É frequente encontrar perífrases acompanhadas por um sinal crítico que, à margem esquerda do papel, revela o nome da pessoa sobre quem se fala. Por exemplo: em “para escribir una carta de letra fingida a una persona +”, junto ao sinal + aparece lateralmente o complemento “que es don Manuel Lasto”. Nessa mesma lógica, outros nomes laterais são: Cardeal de la Cueva (f.42), don Gómez de Zaraúz (f. 45) e Lucas Bandarra (f. 55).

O conjunto desses crimes relatados afigura-se no discurso *La fortuna*, conforme veremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

1.9 ANEXOS AO CAPÍTULO I

TABELA 1 ERROS TIPOGRÁFICOS EM <i>LA FORTUNA</i> (EDIÇÃO DE EDWARD GLASER)¹⁵⁴			
caso	Termo duvidoso extraído da edição impressa	termo correspondente consultado no Ms. de Braga	localização da página da ed. impressa
1	aenetrar	penetrar	141
2	cominos	caminos	142
3	so pena	sob pena	148
4	si bien s endo	si bien siendo	157
5	de[l] rey	del rey	161
6	Álvez	Álvarez	162
7	renumeración	remuneración	169
8	Flandes	Flandes	169
9	trbunal	tribunal	174
10	y igrande	y grande	174
11	contandos	contados	175
12	y entrando	y entrado	194
13	que daros	que claros	194
14	desestimaba	desestimava	198
15	[e]scitas y egipcios	scitas y egipcios	198
16	excelensia	excelencia	205
17	minstro	ministro	209
18	para que solo[s]	para que solo	217
19	vamos tentando a Dios	vamos tentando a Dios	224
20	vengarse	vengança	225
21	eschaba	echaba	229
22	actuar	azar ou osar	230
23	Reprobéle pr uno y lo otro	Reprobéle por uno y lo otro	251
24	Cuanto a la loimera	Cuanto a la primera	251
25	animba	animaba	261
26	adarme	alarme	265
27	malísima sospechas	malísimas sospechas	272
28	Desde valle donde estoy	Deste valle donde estoy	273
29	la musas	las musas	276
30	mi Perico	mi perico	284
31	propio propio interés	propio interés	284
32	solamante	solamante	292
33	con se yerno	con su yerno	301
34	arcedianato	arcedianato	302
35	fino	sino	304
36	La estada	la estada	318
37	A Dios	A Dios	324
38	pleigrosa	peligrosa	325
39	el francés de nuevo	el Francez entrado de nuevo	325
40	matara mi mujer	matar a mi mujer	341
41	p querer	y querer	342
42	yrocedimientos	procedimientos	342
43	Volviendo a vuestra tema	Bolviendo a vuestro tema	353
44	agnus déi	Agnus Dei	356
45	amonestéis	amonesteys	356
46	malísima desistión	malísima desistion	360
47	a tomerle	a tomarla	369
48	qorue	porque	373
49	hech[a]	hecho	373
50	cuadal	caudal	375

¹⁵⁴Explicação da tabela. A coluna 1 contém as gralhas ou termos duvidosos extraídos da edição impressa de *La fortuna*, preparada por Edward Glaser. O preenchimento da coluna 2 corresponde ao termo consultado no Arquivo Distrital de Braga. A coluna 3 indica o número da página da gralha ou do termo duvidoso de *La fortuna*, da edição de Edward Glaser.

TABELA 2 TERMOS DUVIDOSOS EM <i>LA FORTUNA</i> (EDIÇÃO DE EDWARD GLASER) AGUARDANDO NOVA CONSULTA			
caso	termo	página	hipótese
1	O Manuel de Faría merece muy bien	199	lusismo?
2	emfim	157	lusismo?
3	adradastes	318	seria agradastes?
4	chapeo	318	lusismo?
5	mucha bulla	319	não faz sentido
6	a pos sí	325	não faz sentido
7	proprio	337	lusismo?
8	gota de xaype de más	352	o que é gota de xaype?
9	12 de noviembre de 1641	379	A data correta é 1640
10	LIBRO OCTAVO!	p.VII	erro de digitação?

Fotografia 1- frontispício do ms. PT/UMADB/COL/M/163

Fonte: Arquivo Distrital de Braga

Fotografia 2- frontispicio do ms. de Michigan DP 536.9.F3 A4 1600x

Fonte: Library of University of Michigan

3.ª *Letra C*
 Junta del Cons. de Estado. Roma, Años de 1634. y 35
 C. G. Crim.
 Diferentes Cons. del Cons. de estado, s.ª la delacion de delitos de muy calidad, mal mún. y sean.ª del Rey contra el Marques de Castel Rodri. en la m.ª casada de D.ª por su secc.ª Man.ª f.ª de persona y declaraciones q.ª sobre ellos, y su abeyguacion hizo y se tomaron a Damian Fernandez Suvece. y con fidente anterior. En que parecio, y Conforio S. M.ª por mirar al decoro del Marques, y Real Clem.ª no se gase al examen de testigos Citados, y terminos de zigzag. Just.ª Sino toma a Medio (Como Schizo) de mandarle p.ª diez.ª Con otro Precepto, y q.ª no la vigerase, Sino se retirase a Castilla.ª p.ª los dias de su vida, tomándole S. M.ª. Mandarles de haues pasado a flor sin su permiso. Imbiendole, q.ª no se precipitase I.ª.ª de Pedont. Cuya Minuta esta Inclusa, y M.ª guadeano forrado en Pergamino, y otros Papeles en q.ª se expone esta historia y Caros Particulares de la delacion

Fotografia 3 - Relatório de Francisco Gómez de Lasprilla, Estado (Roma), Libro 731, sem numeração

Fonte: Archivo Historico Nacional, Madrid.

É preciso pedir a Deus - respondeu Calmeta - que nos dê bons senhores, porque, quando os temos, somos forçados a suportá-los como são.

Baldassare Castiglione

E, assim, diz a sentença de Eurípides, que não há maior nem pior inimigo do que o criado. E Demócrito diz que o criado é cousa tão necessária como amargosa; Luciano diz que os criados sempre têm malícia e treições armadas contra seus amos.

Francisco Rodrigues Lobo

CAPÍTULO II - “ESTAS AVENTURAS DEL MARQUES”

PLANO DE TEXTO

O “Capítulo II” visa a investigar a regulação retórica de *La fortuna* ao gênero judiciário, averiguando como as três primeiras partes do discurso oratório (nomeadamente, o exórdio, a narração e a confirmação) constroem-se em torno de uma causa de base conjectural (*constitutio coniecturalis*). Para isso, analisa-se a configuração dos principais episódios digressivos componentes da narração da obra. Para isso, torna-se incontornável o estudo de noções poéticas que permeiam o modo de historiar a obra. Em específico, centra-se no estudo dos critérios de unidade e extensão da narração.

2.1 CONTROVÉRSIA DE BASE CONJECTURAL

No último decênio de sua vida, em Madrid, Manuel de Faria e Sousa sofria com o peso da idade, longe de qualquer remanso que lhe provesse algum conforto para uma velhice remediada. Após se apartar da influente Casa dos Moura-Corte-Real, em 1634, especula-se que o letrado sofreu uma espécie de ostracismo na corte espanhola, muito provavelmente por conta dos escândalos que se decorreram com o episódio das “Consultas”.¹⁵⁵ Ainda que as suas queixas em juízo tivessem sido ratificadas pelas autoridades espanholas – não sendo meras acusações infundadas, repletas de ingredientes da paixão – razões políticas parecem ter falado mais alto e Castelo Rodrigo, ainda que com sua imagem bastante arranhada, permaneceu no posto da embaixada por mais alguns anos, sendo transferido para a Alemanha depois de 1641, onde veio a falecer. Já o letrado, esgotadas as chances de firmar-se enquanto um funcionário na burocracia do Estado monárquico, deparava-se com uma situação quase insustentável. Embora tivesse sido contemplado com uma tença real, o valor fornecido pelo rei era insuficiente para cobrir as despesas da numerosa família. Na altura, o marquês de Montebelo, que era um parente distante de dona Catarina Machado, acolheu os Faria na capital espanhola, a quem o escritor parece ter desempenhado atividades letradas. Quanto a esse período final de vida, ficamos apenas no campo das conjecturas, pois *La fortuna* nada esclarece acerca desses últimos anos.¹⁵⁶

No “Libro Onceno”, cap. I (“Entretenimientos de Manuel de Faría en Madrid”), o letrado consola-se narrando as suas ocupações nesse período pouco próspero. É possível observar que, nessa fase, dedicou-se ao fechamento de suas obras. Em 1639 publicou a *Lusiada comentada* e, no

¹⁵⁵ GLASER, Edward, “Preface”, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975. p.23: “As soon as he reached Madrid, Faria e Sousa made matters worse by denouncing what he regarded as the marquis’ treasonable activities abroad. Hard as the informer and the authorities tried so keep the affair secret, Faria e Sousa’s detention in Madrid fanned the suspicions which his unexpected departure from Rome had aroused. In all likelihood, a distrustful court society ostracized Faria e Sousa, and this involuntary isolation aggravated the author’s propensity for brooding over the past”.

¹⁵⁶ Cfr. BALANDRÓN, Carlos V., *Félix Machado da Silva y la Tercera Parte de El Guzmán de Alfarache*, 1983.

lugar de colher os louros de uma recepção positiva da obra, preocupou-se em defender-se perante denúncias interpostas nas mesas da Inquisição, perante as quais se escudou por meio da redação do defensorio apologético *Informacion* (1640). Parece que enfrentou problemas semelhantes com suas obras históricas, vide a “Satisfacion”. Nesses anos, escreveu obras de encomendas, bem como integrou o elenco de alguns cancioneiros coletivos. Com a independência de Portugal, diversos naturais residentes em Espanha foram proibidos de deixar o país, e esta mesma regra aplicou-se ao escritor, impedido de atravessar a fronteira, ao menos é isso que alguns documentos permitem deduzir. No dia 8 de Fevereiro de 1635, o Conselho de Estado recomendou que o letrado jamais deixasse a Espanha:

Respecto de Faria, dado que se tenía por muy necesario mantenerle retenido en Madrid aún ‘sin culpa suya’, se estimó que debía socorrérsele con seiscientos reales al mes y ‘no contentándose, con sessenta ducados’ que se le librarían ‘desde primero de julio del año pasado que es el tiempo que a que está aquí por este negocio’.¹⁵⁷

Tais linhas parecem explicar a posição irredutível do conde-duque de Olivares, que se manteve firme todo o tempo, não autorizando o letrado a tornar a sua *natureza*, vide o que se diz acerca disso em *La fortuna*: “Duró en ellas desde aquel año hasta éste de 1648 en que estoy solicitando licencia para irme a mi patria”.¹⁵⁸ Tais registros permitem retocar uma afirmação do historiador Joel Serrão, segundo informou que o escritor seiscentista não havia manifestado qualquer interesse de tornar a Portugal:

Embora o seu patriotismo não possa hoje suscitar dúvidas, foi durante muito tempo acusado de pactuar com a realeza estranha, pelo que não teria expresso qualquer desejo de regressar a Portugal. A verdade é que Faria e Sousa passou os últimos nove anos de vida em condições extremamente difíceis, sem autorização para deixar a Espanha, mas jamais renegando a sua devoção à Pátria saudosa e distante.¹⁵⁹

É esse contexto que permeia a escrita de *La fortuna*. Por meio deste papel, Manuel de Faria e Sousa propôs realizar o que chamou de uma *limpeza de vida*, determinado a confrontar o veneno dos homens, cuja maledicência estaria a borrar-lhe o dito caráter idôneo, o que, muito possivelmente, acabava por reduzir-lhe as chances de travar negócios na corte. No *Retrato*, Francisco Moreno Porcel captou esse mesmo quadro de linhas de forças. Na nossa “Introdução” já apontamos uma passagem-chave em que o panegirista justifica os excessivos autoelogios do escritor

¹⁵⁷ MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago, “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al Marqués de Castelo Rodrigo, Embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, *La Corte en Europa: Política y Religión* (Siglos XVI-XVIII), 2012, v.3, p.1180.

¹⁵⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.382.

¹⁵⁹ FELGUEIRAS, *Manuel de Faria e Sousa: 400 anos*, 1992, p.36.

como procedimentos que visavam a tirar máculas de uma reputação posta em xeque, “caluniada iniquamente”.¹⁶⁰

Como registros escritos, as sobreditas passagens pertencem ao campo da elocução, compulsando categorias dialético-argumentativas. Ao mesmo tempo, permitem visualizar a dimensão do discurso, enquanto enunciado que “encontra a sua razão de ser em circunstâncias concretas, e a sua finalidade na acção sobre tais circunstâncias”, como dito por Margarida Vieira Mendes.¹⁶¹ *La fortuna* inscreve-se retoricamente, pautando-se segundo os propósitos de uma refutação. No texto abundam as circunstâncias que influíram no preparo do papel, tais como o tempo, o lugar, os destinatários, etc. Necessariamente, vale a pena reforçar que o texto não nasce como que saído de uma geração espontânea, para atender as demandas de uma motivação subjetiva, de um capricho interno.

Antes, tais códigos evidenciam o estado de uma luta cerrada (*maché*). Aristóteles considerou que as primeiras sistematizações da técnica retórica são devidas a Córax. O filósofo grego conta que, por volta do século V a.C., os tiranos foram expulsos da Sicília. Nessa bagunça, os antigos proprietários de terras quiseram reaver as suas posses. As reivindicações fizeram-se por meio da defesa verbal.

Ao sobreimprimirmos esse quadro ao nosso objeto de análise, conferimos na nossa “Introdução” que a carta de 12 de Março de 1635, redigida por Castelo Rodrigo, bem como o discurso de *La fortuna*, fazem largo uso de termos oriundos do universo da caça. Como numa espécie de guerra por vias verbais, o afã de apanhar o adversário em contradições evidencia-se nas linhas de ambos os textos. Castelo Rodrigo atacou o caráter de Manuel de Faria e Sousa dizendo que, com o agravante da sua pobreza de meios, constrangia-se às ações mais baixas, dignas da deploração. Por sua vez, o letrado desejava surpreender o oponente nas suas alegadas mentiras, para assim o esmagar por meio de uma perseverante argumentação dialética, objetivando a mais completa destruição da honra da pessoa adversária. Em diferentes momentos do texto o letrado português figurou Castelo Rodrigo enquanto um urso. Veja-se isto no “Libro Noveno”, cap. IV (“El notable modo [con] que Manuel de Faría se despidió del marqués”), em que traça uma curiosa passagem fabular. Nela, dois animais de estatutos distintos altercam os seus papéis habituais. Mas deixemos a análise deste trecho para a seção **2.1.2.3.5** do presente capítulo, aqui apenas adiantando que a estrofe 157 do poema “Patria y Vida del autor” desenvolve uma semelhante inversão de qualidades. O poema é pontuado por inúmeras referências à matéria da historiografia latina. Na estrofe apontada, delineia-se a imagem de uma piedosa loba que alimenta Rômulo e Remo, salvando da fome os irmãos míticos fundadores de Roma. Em paralelo oposto, um dito “Rodrigo”, numa

¹⁶⁰ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §69: “Yo por ventura aurè excedido, mas tambien es alabanza de MANUEL DE FARIA el bolver por su reputacion, calumniada iniquamente. Pero prosigamos sus Elogios.”

¹⁶¹ MENDES, Margarida Vieira, *A oratória barroca de Vieira*, 1989, p.206.

indisfarçada referência ao aristocrata espanhol, é colocado como causa do infortúnio do “eu” narrador, agindo com a bruteza de um animal: “Por monumentos, pues, hallè, Romanos,/ en fiera, lo que en hombre hallar devieras/ una fiera regala a dos Hermanos; un Humano conmigo es cruda fiera:/ Para mi estrago, alfin, Hado enemigo,/ qual si yo fuera España, hallò Rodrigo”.¹⁶²

Na carta supracitada de 12 de Março de 1635, Castelo Rodrigo escreve por duas vezes a sentença “y despues de [Manuel de Faria] salir de mi caça”. Aqui, o sentido do termo ‘caça’ é totalmente unívoco, podendo ser cambiado por ‘Casa senhorial’, ‘habitação’. Apesar de inexistir qualquer intenção de um registro ambíguo em torno do termo ‘caça’, mesmo assim não deixa de ser curiosa a aplicação da palavra na forma expressa. Se ‘caça’ estivesse em seu sentido usual da língua portuguesa, Castelo Rodrigo parecia dizer acerca das reais intenções por trás das ações do desafeto, este mostrando-se tão excitado em destruir-lhe a imagem, como se ambos estivessem numa operação de caçada.

Na introdução de *De inventione*, em I,6,8, “¿cuál es la magnitud del sol? Estimamos que todos entienden fácilmente que estas cuestiones están muy apartadas del oficio del orador”,¹⁶³ o trecho define o campo da retórica em face da sofística. Para Cícero, o ofício do orador não era ocupar-se com toda a sorte de assuntos, mas somente com aqueles em que pairavam dúvidas. O gênero judiciário integra um dos três gêneros paradigmáticos da técnica retórica, ocupando-se de fatos (*factum*) passados. Perante uma controvérsia, é necessário que o orador emita um discurso convincente. Dito de um outro modo, se quiser sair-se vencedor do debate, deve expor argumentos com asseveração. A controvérsia conjectural consiste em indagar se fatos duvidosos ocorreram conforme expressos. Caso negativo, como eventualmente teriam sucedido. A observância desses fatos cobertos por névoas contribui para o ajuizamento de uma sentença. De todo modo, esta pertence ao campo das coisas verossímeis, da ordem dos opináveis, diversa da verdade propriamente dita.

Em “Retórica antiga”, Roland Barthes afere que, dos três gêneros retóricos aristotélicos, o judiciário foi o que mais recebeu comentários.¹⁶⁴

Em *A epopéia em prosa seiscentista* (1997), Adma Muhana define o gênero ficcional que identifica obras inaugurais como *Os Infortúnios trágicos da constante Florinda* (1625), de Gaspar Pires de Rebelo, e *Los trabajos de Persiles, y Sigismunda*, de Miguel de Cervantes, para aqui nos restringirmos somente ao âmbito das letras ibéricas. Esse gênero surge em meados do Quinhentos, adquirindo o apogeu no século XVII, mas rareando no início do século seguinte. O surgimento da *Poética* de Aristóteles no século XVI causou grande impacto no quadro das letras. Além disso, a

¹⁶² FARIA E SOUSA, Manuel de, “Patria i Vida del autor. Poema duodecimo”, Fuente de Aganipe o Rimas Varias Divididas en siete Partes: Parte Segunda, 1644, est.157.

¹⁶³ CÍCERO, *De inventione*, I,6,8: “Quae sit solis magnitudo? Quas quaestiones procul ab oratoris officio remotas facile omnes intellegere existimamus”.

¹⁶⁴ BARTHES, Roland, “A retórica antiga”, *A aventura semiológica*, 1987, p. 72: “O judicial foi, destes três gêneros, o que a Antiguidade comentou melhor”.

redescoberta de inúmeras preceptivas gregas, antes adormecidas, alteraram as fronteiras dos gêneros paradigmáticos greco-latinos, havendo uma intensa reestruturação deles. A propósito da tríade retórica de Aristóteles, Muhana pondera que o reordenamento do campo literário “não se tratou de uma submissão às regras descritas por Aristóteles, mas de uma impossibilidade de abdicar do conhecido”.¹⁶⁵

Com isso, a epopéia em prosa do século XVII forma-se a partir de conceitos retóricos e poéticos que então se recodificavam. Dada a contemporaneidade desses eventos, uma preceptiva da epopéia em prosa ficou ausente. Não raras vezes o gênero foi refletido pelos próprios autores que o exercitavam. A epopéia em prosa, apesar de ter uma especificidade bastante própria que a validasse enquanto um gênero poético, compõe-se a partir da assimilação de outros tipos de textos, encaixando-se entre as epopéias em prosa antigas, a exemplo d’*As etiópicas*, de Heliodoro, e as novelas de cavalaria ibéricas. A propósito dos aspectos do misto, Muhana pondera que:

essas espécies de causas que as narrações da fábula épica imitam têm por modelo umas que, presentes nos mais diversos gêneros de discurso, poéticos e historiográficos, eram acolhidas pelo gênero judiciário da retórica: assassinios de tiranos, piratarias, naufrágios, disputas por heranças, envenenamentos, adultérios e incestos – altissonantes, na verdade, e atraentes.¹⁶⁶

Na *Retórica* de Aristóteles, 1358b, o fim do gênero forense consiste em se chegar a uma decisão arregimentada por leis, daí a sentença tribunícia qualificar-se como justa ou injusta: “para os que falam em tribunal, o fim é o justo e o injusto”¹⁶⁷

As características do forense predominam com força no discurso de *La fortuna*, tecido como memória. Nele, o narrador expõe os serviços de secretaria ao senhor Castelo Rodrigo com minúcias, estribado a partir da condição de ex-funcionário que frequentou os espaços de privança.

La fortuna permeia-se de fortes elementos persuasivos. Com máxima eloquência, toda e qualquer ocasião do texto corrobora a fala asseverada, seja por meio da demonstração de ações, seja por meio da evidenciação de caracteres, seja por meio da apresentação de discursos, tais como as diversas cartas e bilhetes que se dissipam ao longo de seus onze livros, estes operando como provas não-técnicas. Nessa situação comunicativa, o autor visa à tomada de uma ação por parte da audiência, dela esperando a emissão de uma sentença, questão que aprofundaremos na parte **2.1.2.3.3** deste capítulo.

Na retórica ciceroniana, o ‘argumento’ designa uma das três espécies da narração judiciária. As outras duas consistem na fábula e na história. As pragmáticas gregas e latinas fizeram largo uso do argumento em torno da conhecida rivalidade entre Ulisses e Ájax, com o fim de apontar os componentes partícipes de uma demanda. Contam que, nos jogos fúnebres, ambos os guerreiros

¹⁶⁵ MUHANA, Adma, *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*, 1997, p.22.

¹⁶⁶ Ibidem, p.235

¹⁶⁷ ARISTÓTELES, *Retórica*, 1358b.

entram em contenda, disputando a armadura de Aquiles. Com a morte do filho de Tétis, Ájax passa a ser considerado o mais excelente dos guerreiros. Apesar disso, os helenos decidem por legar o prêmio em disputa a Ulisses, a este atribuindo o título que outorgava superioridade em relação aos demais. Ájax revolta-se com essa decisão e avança para matar os juízes. A deusa Atenas, para evitar que o guerreiro cometesse algum desatino, turva por um momento o juízo do guerreiro, confundindo-lhe os sentidos. Ájax, em loucura, desarrazado, põe-se a matar ovelhas, iludido de que, naquela ilusão, estava a tirar a vida dos juízes que intercederam a favor de seu adversário. Após esse breve surto, ao dar-se conta da loucura, vexando-se, comete o suicídio.

Com base nessa lenda grega, o Anônimo da *Retórica a Herênio*, I, 18, exemplifica a contenda de base conjectural (*constitutio coniecturalis*). Ampliando-a, propõe que Ulisses depara-se com o corpo de Ájax já sem vida. Nisso, reage com espontaneidade, retirando a espada traspassada no corpo do aqueu. Teucro, irmão de Ájax, surpreende o guerreiro ensanguentado, empunhando a suposta arma do crime justamente naquele instante. Na *Retórica a Herênio*, I, 27, o ponto a julgar que norteia a parte acusatória define-se pela fórmula legal “mataste Ájax” (*occidisti Aiace*m). Dialeticamente oposta, a defesa baseia-se na tese de que “não mataste” (*non occidisti*)¹⁶⁸. Ainda nessa pragmática latina, o argumento mitológico torna em II, 28, para elucidar o conceito de confirmação (*confirmatio*). A argumentação completa compõe-se de cinco partes: proposição, razão, confirmação da razão, ornamentação e complexão. Embora o argumento possa englobar todas essas partes, nem sempre se faz necessário fazer uso de todas elas. Para o Anônimo latino, a acusação deve descobrir os meios mais adequados para persuadir, expondo argumentos comprobatórios, visando ao convencimento, ou seja, tornar o que é tido por duvidoso como sendo o mais próximo à verdade.

No caso da contenda entre Ulisses e Ájax, o Anônimo latino afirma que investigar as razões do crime extrapola os limites da controvérsia. Antes, a pergunta primordial deve responder se Ulisses foi ou não o autor do assassinato. Para o ataque, é necessário alegar argumentos que provem ser Ulisses o assassino de Ájax. Contra Ulisses, cabe à parte acusatória alegar fatos acerca de seu hábito de delinquir, argumentando acerca de sua conduta pregressa, a exemplo da conhecida tramóia que arquitetou contra Palamedes, levando este à desgraça. O anedotário conta que Ulisses suborna um escravo de Palamedes. O parasita, então, deposita de modo velado uma elevada quantia em dinheiro na tenda do príncipe. Para completar esse plano, Ulisses forja uma carta de Príamo destinada a Palamedes. Na carta ficta, o rei troiano agradece os serviços de Palamedes e que, como forma de recompensá-lo, mandava uma elevada soma de moedas. Preparado o terreno, Ulisses faz cair as suspeitas de traição por parte de Palamedes. Para tirar a história a limpo, os aqueus vasculham a tenda do príncipe, nela encontrando a exata soma de dinheiro informada pelo papel falso. O fato de Palamedes jurar inocência não foi suficiente para ser sentenciado a uma morte

¹⁶⁸ Cfr. semelhante formulação em QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, II, 13.

imerecida. Assim, acerca dessa história, cabe à acusação alegar que, se Ulisseu age com baixeza até mesmo com seus comparsas, poderia agir de modo equivalente, como assassinando Ájax. Numa direção oposta, a defesa deve contradizer as afirmações feitas pelo litigante, alegando razões em prol da inocência do réu. Nas *Institutio oratoria*, em (IV, II, 13), Quintiliano afirma que a defesa deve lançar o argumento de que Ulisses não travava qualquer inimizade com o morto, tendo lutado com honra (*kleos*) contra o falecido, logo, fazendo crer que qualquer sentença que o declarasse como culpado soaria como algo totalmente fora da realidade.

Visto isto, em *La fortuna*, o par alternante (*sic et non*) da base conjectural atualiza-se na seguinte questão: se o letrado teria agido com correção ou, ao contrário, com infidelidade e ingratidão, ao conduzir suas graves queixas contra Castelo Rodrigo perante as autoridades espanholas, no momento subsequente quando abandonou as suas atividades em pleno curso na legação romana. Como já dito, essa controvérsia de fundo moral consiste no motor de todo o discurso, a operar o ponto a debater, o resumo da causa, isto é, a proposição (*propositio*). De acordo com Maria Lucília Gonçalves Pires:

Censurado por ter denunciado perante o rei, em Madrid, irregularidades cometidas pelo marquês de Castelo Rodrigo, embaixador de Roma, de quem fora secretário ao longo de muitos anos, faz desta sua narrativa (a partir do capítulo quarto do Livro Segundo) essencialmente um discurso de autojustificação.¹⁶⁹

Como já dito alhures, a denúncia feita em 1634 resulta na deflagração das “Consultas”, em que Olivares decreta uma junta para examinar a conduta de Castelo Rodrigo enquanto embaixador em Roma. O trecho a seguir trata dessa controvérsia. Nele, o narrador de *La fortuna* afirma que, munido com informações de bastidores, teria agido com certa *belevolência* – se esse for o termo – ao postergar ao máximo as suas denúncias contra Castelo Rodrigo. Ou seja, que se arrepende de não ter denunciado as falcatruas do marquês no momento em que passou a ter total certeza delas.

A passagem a seguir esboça um quadro respeitante a uma disputa judiciária, confira o uso intenso de vocabulários tribunícios, como “juzgar”, “acusan”, “acusador”, “acusarle”, etc. Além disso, a diatribe é envolta por patetismos, prova-se pela repetição enfática do pronome pessoal “eu”. A passagem delinea o estado de uma contenda, na qual se encontra em disputa a adesão do público:

Vengan ahora aquí las finezas que me acusan de acusador y juzguen con entera noticia, pues sin ella no hay juzgar, si sabiendo yo, yo, mil veces yo, lo que sabía y hallándome con el marqués al hombro para degollarme, hice poco en no decir de plano cuánto sabía de él. Tal era la gana que tenía de acusarle.¹⁷⁰

¹⁶⁹ PIRES, Maria Lucília Gonçalves, “Manuel de Faria e Sousa: autobiografias e retratos”, *Xadrez de palavras: estudos de literatura barroca*, 1996, p.168.

¹⁷⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p. 363.

Ainda quanto ao trecho supracitado, é de se destacar o termo “finezas”, cuja acepção expressa o sentido de esperteza, agudeza, artilosidade, etc., em suma, tratando-se de uma ação resultante da fricção de um engenho, uma espécie de golpe advindo da eloquência. Por meio desse termo revelador – aliás, reporte-se a polêmica em torno do termo “finezas” que a soror Inés Juana de la Cruz levantou contra o “Sermão da Montanha”, de Vieira – é possível inferirmos a opinião de leitores coevos, considerando a conduta do letrado como traiçoeira, que teria agido com malícia ao, digamos assim, forçar o sucedimento dos fatos para encorpar uma narrativa e, a partir disso, conduzir as suas queixas contra Castelo Rodrigo na forma de uma acusação em juízo. De fato, ainda hoje, os passos de Manuel de Faria e Sousa parecem ter sido fruto de uma ação minuciosamente calculada, sobretudo pelo fato dele ter procurado obter o favor justamente de Olivares – notavelmente conhecido por rivalizar-se com Castelo Rodrigo – tendo o valido razões mais do que pessoais para desejar empreender a destruição de seu adversário político e pessoal. O letrado, para desfazer essa imagem de ingratidão que recaía sobre si, muito ciente das “malísimas sospechas contra mí”,¹⁷¹ incita tais destinatários a conhecerem a matéria que tem a despejar, precavendo-os de que é dever de uma audiência discreta ter uma “entera noticia” antes de formar qualquer juízo.¹⁷²

Não há qualquer ponto de concordância entre as partes em litígio. Qual das partes estaria mentindo? Ambas? Como observada naquela carta de autodefesa de 12 de Março de 1635, Castelo Rodrigo sentenciou que o seu ex-funcionário detinha um dos piores ânimos já havidos no mundo, tendo aproveitado o tempo em que assediava a residência do embaixador – visto que não tinha onde cair morto na cidade italiana – para ajustar a cronologia dos fatos que então viriam a ser denunciados em Madrid, encaixando as suas imaginosas mentiras numa patranha. Castelo Rodrigo visava a tirar o crédito do letrado, afirmando que a sua acusação era infundada, absurda, pautada em más intenções: “ (...) estubo aqui seis mezes procurando bolver a ella, y en este medio tiempo devio aiustar los enredos q ha hecho haviendolos offrecido aqui primero. y si yo volbiera fiado del coça de que me recatase no soi tan tonto q dexara de assegurarame del”.¹⁷³

Aqui, façamos um rápido parênteses, verificando que a pecha de infidelidade perseguiu o letrado nos séculos seguintes. Por exemplo, confira o curso de literatura portuguesa de Camilo Castelo Branco, acusando o escritor seiscentista de agir com artilosidade. Segundo o escritor do Oitocentos, o letrado não passava de um traidorzinho. Com ações características de um agente duplo, Castelo Branco acusou-o de estar tanto a serviço da causa espanhola – declarando-se um súdito fiel de Filipe IV – quanto da pátria lusa, prova-se pelas correspondências secretas que trocou com membros da família Bragança:

¹⁷¹ Ibidem, p.273.

¹⁷² Dada a importância da pesquisa acerca dos destinatários do papel, tornaremos a essa questão na seção **2.1.2.3.3** deste capítulo.

¹⁷³ RODRIGO, Castelo. Carta do marquês de Castelo Rodrigo ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Roma, 12 de Março de 1635.

Ora, assim como os Filippes não tinham tido português, senão Manuel de Faria, que difamasse Portugal na história, aconteceu que D. João IV querendo negociar em Hespanha espião e denunciante, encontrasse sómente o mesmo Manuel de Faria. Era justo. Não havia outro azado para se penitenciar da infamia pela perfidia. Terá, porventura, o conde da Ericeira falsificado o character de Faria, como Faria falsificára a verdade historica?¹⁷⁴

Já na década de 1970, Eugenio Asensio muito bem identificou a questão que se interpõe em *La Fortuna*, relativamente a um conflito entre duas jurisdições ou comarcas. Isto é, se o letrado, na condição de um secretário, devia calar-se para cumprir os deveres de sigilo aguardados a um privado; ou se, na condição de um vassalo, devia prestar satisfações a Filipe IV, já que a fidelidade ao rei significava ao mesmo tempo o zelo para com o bem comum ou a generalidade: “A quién servía en última instancia, al Embajador o al Rey?”¹⁷⁵

2.1.1 EXÓRDIO INDIRETO DE *LA FORTUNA*

Na *Retórica* aristotélica, o proêmio, como elocução, consiste no começo do discurso persuasivo, proporcional ao que é o prelúdio para a música, o prólogo para a poesia.¹⁷⁶ É sabido que o orador deve cultivar o interesse da audiência em todas as partes do discurso, porém, é especialmente no exórdio que convém arrebatá-la para que, ao menos, este venha a conhecer a causa. As chamadas “fórmulas proemiales de búsquedas”¹⁷⁷ são: *iudicem benevolum, docilem e attentum parare*.¹⁷⁸ A disposição dos ouvintes, isto é, os sentimentos jurídicos que os movem quanto à justiça de uma causa podem ser tanto a favor, contrário ou indiferente a uma demanda processual. Logo, o modo de compor o início do discurso deve levar em consideração o estado de ânimo da audiência, não havendo uma receita única para a composição eficaz do exórdio. Dito isso, vejamos como ocorre a convocação desses estados anímicos em *La fortuna*.

No “Libro Primero”, cap. I, o narrador remete ao bíblico *fiat lux* como início de seu discurso, ordenando-o *ab ovo*. Nele, observa-se a coincidência entre a arte de um exórdio elaborado *in principio res* e o princípio absoluto dos tempos. Com efeito, a alusão que permeia toda essa parte do texto é o “Gênesis”, livro de abertura das *Escrituras*:

El mayor título que hay en el mundo es el hombre, aunque el hombre sea nacido en la mayor miseria de calidades de sangre y bienes de la fortuna. Esto enseñó clarísimamente el incriado creador de la máquina del universo y de cuanto en ella existe, formando al hombre, no de las luces ni de todas las otras materias preciosas de que ya había adornado esta lustrósima

¹⁷⁴ BRANCO, Camilo Castelo, *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, 1868, p.118.

¹⁷⁵ ASENSIO, Eugenio, “La autobiografía de Manuel de Faria y Sousa”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, n. 13, 1978, p.634-5.

¹⁷⁶ ARISTÓTELES, *Retórica*, p.214.

¹⁷⁷ LAUSBERG, Heinrich, *Manual de retórica literaria*, I, verb. Exordium.

¹⁷⁸ *Institutio oratoria*, IV, I, 5.

fábrica, sino del lodo, para que no se jactase de su origen; y desnudo, porque no presumiese de pompas vanas.¹⁷⁹

O trecho supracitado repisa o tema imemorial do homem enquanto *filho da terra*. As *Escrituras* ditam que o Criador concebe a criatura no sexto dia, destinando-o o fado de exercer o domínio sobre os demais seres vivos. A criatura é elaborada a partir do barro, que é uma matéria humilde. Outras variantes consistem no lodo e no pó da terra. O signo térreo liga-se à modéstia. Além disso, outra característica que acompanha a gênese do homem é a sua nudez, signo da simplicidade ou da pureza, em oposição ao rebuscamento ou sofisticação expresso por meio do panejamento.

O homem histórico, marcado pela finitude, torna ao barro ao fim de seu ciclo terreno. Confira essa tópica no “Sermão de Quarta-feira de cinza”, bem como o soneto atribuído ao poeta Gregório de Matos, que traz a conhecida enumeração de acúmulos, “em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada”.

O anônimo da *Retórica a Herênio* preceitua que, tendo por base a pessoa do orador, a benevolência pode ser obtida caso o loquente louve o seu ofício sem arrogância.¹⁸⁰ Isso tudo atende ao sentido de humildade expresso no exórdio de uma causa complexa, conforme veremos com mais detalhes o tipo da causa retórica na seção **2.1.2.3.3**.

Nas *Instituições oratórias*, Quintiliano preceitua alguns métodos para a captação da benevolência. Ao falar de si, o orador deve comprometer-se com a modéstia, visto que o juiz tende a desaprovar o ar de presunção, próprio de quem emana uma excessiva autoconfiança: “Pois o juiz detesta o excesso de confiança do litigante”.¹⁸¹ A construção de um caráter modesto tem por fim despertar a simpatia por parte do ouvinte, que deve ser cativado, no entanto, essa estratégia não deve passar a impressão de artificialismo, fruto de uma ação premeditada: “Às vezes é oportuno que a apresentação dos méritos próprios do orador seja feita de modo mais modesto que a dos outros”.¹⁸²

No trecho de *La fortuna*, abaixo apresentado, são descritas as nuances da inteligência. O homem, reflexo do Ser, contém a centelha divina, isto é, o princípio da mente racional. É por meio dela que co-participa da matéria divina. A razão é uma dádiva que se estende a todos os homens, sendo-lhes, portanto, congênita, ainda que distribuída em partes desiguais, cabendo a uns uma parca quantidade e, a outros, uma porção maior. Entre os homens, a racionalidade é a principal causa que demarca a diferença entre o discreto e o vulgo, comumente comparado às bestas do natural:

¹⁷⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.123.

¹⁸⁰ ANÔNIMO, *Rhetorica ad Herenium*, I, 8: “Ab nostra persona benivolentiam contrahemus, si nostrum officium sine adrogantia laudabimus”.

¹⁸¹ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, I, 55: “Odit enim iudex fere litigantis securitatem”.

¹⁸² Ibidem, IV, I, 13: “Nonnunquam contingit relatio meritorum, de quibus verecundius dicendum erit sua quam aliena laudanti.”

Estas no fueron otras que razón, ciencia, entendimiento, juicio y, al fin, magisterio de varias artes, coronándolo todo en la observancia de la religión. (...) Y aunque de ellos se adorne la mínima parte de los hombres, trató Dios tanto de no dejar de todo punto deslucida esta suprema dignidad en la tierra que no se hallará algún hombre, por más bruto que parezca, en que no se descubra de algún modo la lumbre de la razón y en que falte aptitud particular para alguna arte de las que son propias de la esfera de hombres.¹⁸³

Outra característica presente no exórdio são fórmulas que visam a captar a atenção do auditório. Para despertar o interesse do público, o narrador propagandeia a utilidade (*docere*) da matéria. Quintiliano sentencia que “(...) o juiz se torna mais atento, se o assunto a ser tratado for novo, grande, horrível e passível de se tornar exemplo”.¹⁸⁴ Em busca da atenção do ouvinte, o narrador de *La fortuna* vale-se de uma metáfora náutica. O narrador outorga-se como um homem de engenho, saber e experiência. Com base nesses atributos intelectuais, propõe-se como um modelo de ação a todos, isto é, como um “moldes de acertos”¹⁸⁵ aos demais. Em prol da utilidade, sob o argumento do aperfeiçoamento do bem comum, o narrador oferece o seu escrito como um modelo de conduta de vida, isto é, como um bom *exemplum* (e não um *antiexemplum*) a ser seguido.

Em termos da dialética, a operação de espelhar-se constitui um raciocínio dedutivo, ou seja, os exemplos particulares lidos incitam o leitor a agir de modo semelhante, por analogia: “antes me persuado que sirviera de ejemplar a los que amaren el norte en la navegación de la vida, fin único de mis escritos”.¹⁸⁶ A propósito do *exemplum*, vale lembrar a noção de *historia magistra vitae*, consagrada por Cícero no *De oratore*. Vide o trecho a seguir, extraído do “Diálogo I” de *Corte na aldeia*:

A quem não move o desejo de igualar a fama que lê de suas obras? O governo da paz, a ordem da guerra, o trato dos homens, o comércio das províncias, donde se conserva, alcança e sabe senão pelas histórias verdadeiras? Porque nelas sabe cada um felicemente polos sucessos alheios o que deve seguir. Donde Marco Túlio chamou à História mestra da vida.¹⁸⁷

Para López Pinciano, iniciar o discurso desde o começo de tudo gerava o enfado aos leitores.¹⁸⁸ Para o contorno dessa ressalva, Manuel de Faria e Sousa operou um exórdio com o máximo de engenhosidade. De modo sutil, resgata a antiga tópica do *deus artifex*, ao traçar a similitude entre o Criador e o artista. Leia-se isso na passagem “¿qué será del hombre, que nunca es pequeño sólo por ser hombre e imagen mayor de su mismo artífice?”¹⁸⁹ Nessa equiparação entre o Opífice e sua obra, o Primeiro é figurado como o oleiro do homem, moldando-o à Sua imagem e semelhança. Dada essa parecença, a criatura, saída do torno Dele, criatura feita à semelhança divina,

¹⁸³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.123.

¹⁸⁴ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, I, 33: quia plerumque attentum iudicem facit, si res agi videtur nova, magna, atrox, pertinens ad exemplum.

¹⁸⁵ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p. 85.

¹⁸⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.124.

¹⁸⁷ LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na aldeia*, 1991, p.62.

¹⁸⁸ MUHANA, Adma, *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*, 1997, p.202-3.

¹⁸⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.124.

herda essas mesmas propriedades artísticas do Supremo, em especial, o artista, vide, por exemplo, o antigo dom divino do poeta, frequente no elogio das letras. Com efeito, a partir disso, o narrador, como um artista (ou logógrafo, redator de discursos) que é, franqueia-se a licença para compor uma *vida* acerca de si, baseando-se num costume amplamente estabelecido.

Isso tudo ocorre na divisão, parte fundamental que indiscutivelmente tipifica o discurso como um exemplar de uma *vida particular*. Mais à frente voltaremos à importante divisão, abaixo apresentada: “Yo, pues que de cualquier manera soy hombre, por cualquiera de estas razones, puedo lícitamente escribir mi nacimiento, mi crianza, mis costumbres, mis inclinaciones, mis empleos y mi fortuna, como lo hicieron de sí otros, sin que alguno lícitamente pueda escandalizarse de ello.”¹⁹⁰

A divisão supracitada acopla mais um outro dado importante: acerca dos objetos de representação de uma *vida*, a propósito de homens esquecidos. Aqui se extrai uma dupla valoração, ou seja, um duplo movimento contrário, que consiste no rebaixamento da pessoa representada, forma de auto-humilhação, dito um ser modesto, não se tratando de um homem da classe dos principais, como são os reis, os governadores e os líderes de Estado; nem de vulgares, corja que naturalmente não seria matéria de uma *vida*, por nada ter a oferecer de útil. Ao mesmo tempo, outro movimento observado é a elevação da matéria, propondo que o conteúdo destilado acerca desse homem oriundo de uma categoria intermediária contém ingredientes de interesse, como coisas aproveitáveis. Baltasar Gracián disse que “el hombre es un otro mundo abreviado”.¹⁹¹ Essa parte do exórdio assemelha-se por demais ao cap. “Do arrependimento”, dos *Ensaíes*, de Michel de Montaigne:

Apresento uma vida das mais vulgares, que nada tem de especial. A vida íntima do homem do povo é de resto um assunto filosófico e moral tão interessante quanto a do indivíduo mais brilhante; deparamos em qualquer homem com o Homem. Tratam os escritores em geral de assuntos estranhos à sua personalidade; fugindo à regra – e é a primeira vez que isso se verifica – falo de mim mesmo, de Michel de Montaigne, e não do gramático, poeta ou jurisconsulto, mas do homem.¹⁹²

Assim, ao ter por métrica o objeto de representação do discurso, o narrador alerta acerca da extensão do escrito, como proporcional ao interesse despertado por esse homem advindo de uma categoria intermediária: “Lo que será es ser cierto que no hay hombre de los más olvidados, cuya vida o fortuna no sea capacísimo asunto de larga historia; y a veces, de más larga los más cortos”.¹⁹³

Com relação à extensão da história, Quintiliano considera que o auditor deve ser preparado, caso o discurso exceda os limites estabelecidos pelo costume:

¹⁹⁰ Ibidem, p.124.

¹⁹¹ MORALES, Baltasar Gracián y, *El discreto*, de Lorenzo Gracian (...), 1669, p.342.

¹⁹² MONTAIGNE, Michel de, *Ensaíes*, 2016, p.760.

¹⁹³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.124.

Caso, porém, venha em seguida uma exposição mais longa e mais complicada, também para isso o juiz deve ser preparado, como Cícero o fez muitas vezes, mas particularmente na seguinte passagem: ‘Um pouco mais longamente irei expor o exórdio do assunto a ser demonstrado, pelo que, por favor, juízes, não leveis a mal, pois, conhecidos os fundamentos, com muito maior facilidade compreendereis os fatos finais’.¹⁹⁴

Por último, mas não menos importante, vide o Livro IV da *Rhetorica ad Herennium*, acerca da elocução grave, média e tênue. Em *La fortuna*, o exórdio propõe que a elocução da história segue a simplicidade, o plano, o medíocre, o meio, isto é, o estilo que acomoda a matéria do discurso afina-se de modo proporcional ao objeto da representação, relativamente a um homem proveniente de uma categoria intermediária: “Omito ejemplares porque no trato de hacer ostentación de erudiciones, antes de escribir con llaneza una historia, que no será pequeña, de un sujeto que no es grande”.¹⁹⁵

2.1.1.1 SINAIS

Em I, 6, a *Retórica a Herênio* recomenda o exórdio por insinuação, ou *éphodos*, relativamente a uma causa que instiga diversas dúvidas ao público ouvinte. Segundo o Anônimo latino, “na causa conjectural, a narração do acusador deve lançar suspeitas aqui e ali, de modo que todo ato, todo dito, todas as idas e vindas, tudo, enfim, pareça motivado. A narração do defensor deve ter exposição simples e clara, com atenuação da suspeita”.¹⁹⁶

Uma característica marcante das primeiras páginas de *La fortuna* é o ocultamento da causa propriamente dita. A impressão transparente é que, para um leitor desavisado, ler apenas o exórdio mostra-se insuficiente para conhecer qual será a matéria predominante do discurso, esta que vai se desvelando aos poucos, sobretudo nas partes exteriores ao exórdio. Esta parte do discurso é vastamente enxertada por diversos conteúdos velados. O narrador opera diversas insinuações com estratégia, enquanto verdadeiras armadilhas. No exórdio de *La fortuna*, o narrador evita fazer qualquer embate declarado contra Castelo Rodrigo, em observância à fama positiva dele. Perante a opinião coeva, este homem público era tido por ser um dos mais ilustres do quadro de servidores da Monarquia hispânica. Tanto que não faltavam ocasiões para propagandeá-lo com louvor. Confirmando-se, por exemplo, o mapa celestial de Michael Florent Van Langren. Por razões de mecenato, o nome desse poderoso clã serviu para batizar um dos acidentes topográficos lunares, destacando-se como a única referência ibérica lembrada na obra. Com tantos lugares de destaque, Fernando Bouza

¹⁹⁴ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, I, 79: “Si vero longior sequetur ac perplexa magis expositio, ad eam ipsam praeparandus erit iudex, ut Cicero saepius, sed et hoc loco fecit: Paulo longius exordium rei demonstrandae repetam, quod, quales, iudices, ne moleste patiamini; principiis enim cognitis multo facilius extrema intelligetis”.

¹⁹⁵ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.125.

¹⁹⁶ ANÔNIMO, *Rhetorica ad Herennium*, II, 3: “In causa coniecturali narratio accusatoris suspensiones interiectas et dispersas habere debet, ut nihil actum, nihil dictum, nusquam umentum aut abitum, nihil denique factum sine causa putetur”.

perguntou-se “como esquecer que Francesco Borromini considerou Manuel de Moura, o mecenas de San Carlino alle Quattro Fontane, seu padrone romano, ou que a sua ‘relazione’ sobre o Oratório dos Filipenses foi dedicada ao Marquês de Castelo Rodrigo (...)”.¹⁹⁷

Os *Dialogos de varia Historia* (Coimbra, 1594), de Pedro de Mariz, consistem numa seriação das *vidas* dos reis de Portugal. Na obra, o período filipino foi circunscrito nos limites de um solitário “Suplemento I aos dialogos”, reduzido a um mero apêndice, como sinalizando que o período de 60 anos da governação espanhola não passava de uma casualidade na história reinol. Por esse ponto de vista anti-espanhol, o dito “primeiro intruso” valia por Filipe II (Filipe I de Portugal).

Como se sabe, no ano de 1578 o rei Sebastião desaparece na batalha de Alcacer-Quibir, cidade do Marrocos. O cardeal dom Henrique substitui-o por um breve período de regência, vindo a falecer dois anos depois, em 1580. Com o vácuo instalado, ocorre uma grave crise sucessória. Assim, dona Catarina (Duquesa de Bragança), Filipe II e dom Antonio (prior do Crato) disputam o direito de assumir o trono.

De acordo com Mariz, o imbróglio caminhava para uma resolução jurídica, por meio de pleitos ditos civilizados. No entanto, a alegada intransigência de Filipe II desarranjou os diálogos entre as partes. Mariz insere as seguintes palavras na boca do espanhol: “Si la corona era mia, nada os devo; pues me distes lo que era mio: y sino era mia, assás de merced os hago en no castigaros por el delito”.¹⁹⁸

É nesse exato contexto histórico que a *familia de Moura* começa a surgir com força. Cristóbal de Moura y Távora, pai de Castelo Rodrigo, notabilizou-se por advogar em favor da causa filipina. Mais tarde, com o sucesso dos espanhóis, este senhor tornou-se um dos conselheiros diletos de Filipe III (II de Portugal).

Durante essa crise, Filipe II da Espanha envia Cristóbal de Moura a Lisboa, na qualidade de emissário. Na cidade atlântica, destacou-se como um hábil mediador de ambas as coroas. Cristóbal negocia com o prior do Crato, oferecendo-lhe inúmeras vantagens para deixar o caminho completamente livre aos Habsburgos espanhóis.

Diversos papéis da época satirizaram essa dita mediação, pondo em xeque os reais interesses políticos que moviam esse senhor. Vide, por exemplo, as linhas de deboche que se fizeram contra esse personagem:

Aquí yaze el que medró/ por hacer a muchos daño,/ siempre usó de engaño/ por eso a Conde passó./ A la patria que le crio/ hizo todo el mal que sabía./ Sin tener nunca valentía/ muchos valientes derribó./ A un hixo que dexó/ ningún amigo le dio,/ porque no le tuvo suyo/ en quantos años mandó./ Está en esta sepultura/ porque la gente portuguesa,/ que vio su naturaleza,/ vea aquí su ventura.¹⁹⁹

¹⁹⁷ BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações* (1580-1668), 2000, p.27.

¹⁹⁸ MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia Historia*, 1594, p.186.

¹⁹⁹ Ibidem, p.34.

Nessa altura, Filipe II da Espanha encontrava-se na cidade fronteiriça de Badajoz. Na companhia de militares a postos, exercia grande pressão para fazer valer o direito de assumir o trono. Por outro lado, forças populares somavam-se em favor de dom Antonio. Contrárias ao jugo espanhol, estavam dispostas a lutar pela permanência de um lusitano no comando do reino.

Dom Antonio e Filipe de Habsburgo travaram uma disputa para a sucessão. O português proclamou-se rei. Para contê-lo, Filipe II invadiu o país, tomando com facilidade a cidade de Elvas. Nos arredores de Lisboa, o exército espanhol trava um violento embate, massacrando uns populares que estavam a favor de dom Antonio. Com obviedade, a vitória calhou ao espanhol, entronizado em Portugal como Filipe I.

Para Pedro de Mariz, o Rei “nas Cortes prometteo guardar aos Portuguezes seus fóros; o que cumprio tão mal, como as mais promessas (...)”.²⁰⁰ Mediante essas palavras, o elemento que Mariz destacou foram os instrumentos que garantiram a adesão de uma fidalguia portuguesa à causa filipina. Para coroar-se, Filipe estava disposto a reconhecer as particularidades da jurisdição portuguesa e, entre outras medidas, criar o Conselho do Estado de Portugal. Para o estudioso Fernando Bouza, esse Conselho consistia numa “memória do Reino junto do Rei”:²⁰¹

Estava neste tempo o Duque de Ossuna em Portugal, mandado por ElRei Filippe por Embaixador a ElRei Dom Henrique, para effeito de o declarar em sua vida por sucessor; e Dom Christovão de Moura para tentar, e grangear os animos dos Conselheiros a favor de Castella. Fez bons officios Dom Christovão com o Senhor Dom Antonio, para que desistisse do direito que tinha á successão, offerecendo-lhe mercês, e honras da particular do Rei Catholico; e para lhe ganhar o animo, se fazião as maiores diligencias; e este era o maior empenho de Castella; porque se temia Filippe o prudente, que os sequazes do Senhor Dom Antonio lhe dispuzessem as cousas em fôrma, que os povos o seguissem, e tomassem sua voz, e as armas em sua ajuda, como antigamente tinhão feito em favor do Mestre de Avis o Senhor Rei Dom João o I.²⁰²

Ainda no “Suplemento I aos dialogos”, Mariz relata alguns estranhos prodígios (*prodigia*) ocorridos no céu, com o aparecimento de um grande cometa. Em seguida, relata que nesse primeiro ano do governo filipino apareceram alguns sócias de dom Sebastião, cada qual afirmando que era o próprio rei desaparecido, arrogando-se o direito de sentar no trono.

Por causa da semelhança física, um desses aventureiros acabou por mobilizar os ânimos de populares, ameaçando a instalação de motins na cidade. O falso rei foi preso e, sob tortura, confessou ser filho de um pescador. Este, condenado por conjuração contra o reino, teve o corpo violentamente massacrado por esquartejamento, cujas partes foram expostas em diferentes pontos de Lisboa.

²⁰⁰ MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia Historia*, 1594, p.186.

²⁰¹ BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*, 2000, p.23.

²⁰² MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia Historia*, 1594, p.182-3.

É nessa linha que, num trecho bastante lacunar de *La fortuna*, surgem tópicos políticos a propósito de um fantasmagórico dom Sebastião. Na cena, um frade indaga ao narrador a identidade de um menino, cuja imagem está pintada num quadro. Horas depois, essa conversa passada na Casa senhorial chega aos ouvidos de Castelo Rodrigo, que se altera com o teor da conversa. O narrador sublinha as risíveis alterações de Castelo Rodrigo, que parece afinar-se ao imaginário popular, acreditando ainda na possibilidade de um disparatado retorno de um rei, há tempos defunto. Nesse relato, fantasia e realidade parecem misturar-se numa cena de devaneio. Nela, Castelo Rodrigo se reduz perante a presença de um simulacro do rei-menino, que o expulsa da casa, por sua adesão à causa castelhana. Com efeito, o ressurgimento do rei Sebastião significa a perda de privilégios trazidos por sua posição. O nobre demonstra-se transido de culpa pelo histórico de sua família, amplamente conhecida por ter regateado a própria pátria com a facilitação da entrada dos espanhóis em Portugal:

Entró un día en su casa un religioso y pidióle . . . Hícelo; y en llegando adonde estaba un retrato de . . . , de edad de tres años o cuatro, puesto en un haca, m[e preguntó qué ni]ño era aquél. Respondíle: *Este fue el rey don Sebastián*. [Dirigi]éndose a mí con un cierto modo de ira dijo: *¿Qué lla[ma vuestra merced] fue? No ha de decir sino es; que vivo es y no está con . . . [sino] con unas barbazas que le dan por la pretina. ¿Y por qué . . . tiene aquí el marqués? Yo se lo diré: Es para que cuan[do] . . . Véis aquí, señor, como siempre os tuve delante de los ojos . . . rando, etcétera*. Habiéndome yo siempre burlado de quien me decía [que había] portugueses con esta esperanza, quedé pasmado al oír esto y a . . . se burlaba. Viniendo el marqués a la noche, le referí [lo aconteci]do con aquel religioso, creyendo que le daría un grande . . . tal disparate. No fue así porque, en oyéndome el cuento, se que[dó] . . . como pudiera quedar si al mismo punto entrara el rey don Sebastián a desnudarle de aquella casa por castellano. Allí eché de ver que el temor de perderla le hacía creer que era vivo y que venía el rey don Sebastián como lo dijo el fraile. De esto resultó el decir yo después que, cuanto para conmigo, no había hombre que tanto como el marqués esperase al rey don Sebastián. Véase, pues, lo que temería a un vivo que le hacía queja de que de su casa salían cosas malsonantes contra Castilla, quien estaba temiendo la resurrección de un difunto de tantos años.²⁰³

Feito esse longo parêntesis, nas seções seguintes estudaremos o modo como o narrador compõe o exórdio indireto, por meio do uso de dois recursos, mormente a disseminação de tópicos e uma curiosa digressão.

2.1.1.1.1 TÓPICAS EXORDIAIS

Para a inoculação de uma espécie de embrião da censura, veladamente plantado, o narrador faz largo uso de sinais (*signum*, *signa*) semeados com estratégia. As *semina probationum* consistem num recurso que promove a implantação de pistas acerca de uma causa que, na economia retórica, convém ser tratada de modo indireto, evitando assim provocar uma imediata rejeição do público ouvinte. Para tanto, o narrador vale-se do procedimento de usar fórmulas gerais, que são as

²⁰³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.200.

tópicas, isto é, argumentos que, de tão usados e repisados, tornaram-se consagrados, lugares-comuns. Para Aristóteles, um lugar é “aquilo em que coincide uma pluralidade de raciocínios oratórios”,²⁰⁴ operando como “sede do argumento”.²⁰⁵

Nas *Institutio oratoria*, IV, II, 54, Quintiliano considerava que o uso de fórmulas gerais corroborava a persuasão, sendo úteis a uma causa ambígua. O retor latino vale-se de uma imagem mórbida para exemplificar a noção de tópica. Perante uma morte repentina, a parte acusatória deve encontrar argumentos comprobatórios que maximizem as suspeitas de ter havido um assassinato por envenenamento. Para tanto, o advogado deve ser perito quanto aos sinais deixados por uma morte provocada pela ingestão de uma substância tóxica. Nessa gramática forense, deve alegar que o morto gozava de boa saúde, que nada indiciava a proximidade da morte, a não ser por um motivo de assassinato. As marcas encontradas no corpo, tais como intumescência, palidez e cor arroxeada, são signos de um envenenamento: “Algunas veces, sin embargo, confirmaremos también con algún argumento lo que propusimos pero con un argumento simple y breve, como en casos de envenenamiento: ‘El bebió teniendo buena salud; enseguida se desmayó y al punto se le siguieron la palidez y la hinchazón’”.²⁰⁶

O exórdio de *La fortuna* faz uso de duas tópicas amplamente conhecidas pela memória coletiva. A primeira delas consiste no lugar-comum do “mundo às avessas” ou do “desconcerto do mundo”.²⁰⁷ A outra tópica consiste na oposição entre a nobreza de sangue e a nobreza de ações, que será estudada com mais detalhes no “Capítulo III”. Centremos nossos esforços quanto à primeira, que opera a inversão da ordem, bagunçando o estado natural das coisas. Quanto a isso, vide um exemplo cheio de humor n’*O hospital das letras*.²⁰⁸ Um dialogante manifesta a vontade de ser enterrado na posição de bruços, já que a posição invertida do morto corresponderia ao sentido correto do universo terreno, pois o mundo andava invertido.

Em *Literatura Européia e Idade Média Latina*, seção “A Tópica”, Ernst Curtius propôs que o tema do “mundo às avessas” aplica-se à censura dos tempos atuais em relação a uma referência passada. Para Curtius, a origem dele localiza-se nos *adunata (impossibilia)* de Virgílio, a exemplo

²⁰⁴ Cfr. BARTHES, Roland, “A retórica antiga”, *A aventura semiológica*, 1987, p.65.

²⁰⁵ HANSEN, João Adolfo, “Lugar-comum”, *Agudezas seiscientistas e outros ensaios*, 2019, p.174.

²⁰⁶ *Institutio oratoria*, IV, II, 54: “Non-nunquam tamen etiam argumento aliquo confirmabimus, quod proposuerimus, sed simplici et brevi, ut in veneficiis: Sanus bibit, statim concidit, livor ac tumor confestim est insecutus”. Semelhante argumento ocorre no *Decamerão*: o escorrimento de sangue pelo nariz era signo de uma morte já iminente.

²⁰⁷ “Opóngome solamente porque la experiencia, contra la cual no hay argumentos ni presunciones, me há enseñado, con la noticia alcanzada por vista de ojos, después de ser habitador de limitadas aldeas y lucidas cortes, que en éstas se crían y sustentan innumerables sabandijas y de estotras han salido y salen excelentes sujetos”. (FARIA E SOUSA, 1975, P.124-5); “Trujo el tiempo a tanta baja este puesto de amo, que hoy son amos de reyes los mecánicos, y sus caballerizos los grandes señores. ¿Quién no se admirará de que la ciega presunción humana viniese a hallar más honra en los pesebres reales que en las reales cunas?” (FARIA E SOUSA, 1975, p.129); “Veía señoras que parecían pícaras, y pícaras que parecían señoras”. (FARIA E SOUSA, 1975, p.166); e “veis que va el calendario desde tres del mes pasado, que fue junio, pues es julio éste en que escribo; si no es que los meses andan con lo restante del mundo, que viene a ser estar encima quien había de estar debajo”(FARIA E SOUSA, 1975, p.312).

²⁰⁸ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, v.II, 1999, p.79.

do lobo que foge do cordeiro: “O quadro do antigo *adynaton* serve para censurar e lamentar os costumes da época; da seriação de *impossibilia* nasce o *topos* do ‘mundo às avessas’”.²⁰⁹

No artigo “*Florebat olim...*”, Segismundo Spina incluiu a poesia dos trovadores galego-portugueses no horizonte de ressonância da antiga tópica. O estudioso defendeu que os poetas líricos adaptaram como nenhuns outros a matéria ocitânica, produzindo versos de rara beleza, como os cantados da pena do rei dom Dinis.

N’*Os motivos da sátira romana*, Salvatore D’Onofrio sublinha a *Sátira* 1-22-30, em que Horácio justifica a matéria de seus versos satíricos por causa da corrupção dos costumes:

Quando um mole eunuco tem coragem de se casar e Mévia, com as tetas postas à mostra e com um ferro na mão, tenta espetar, na arena, um javali toscano; quando um trapaceiro que, quando eu era mocinho, me cortava a barba, agora é o mais rico de todos os nobres romanos; quando Crispino, um resto da plebe do Nilo, um escravo de Canopo, dobrando nas costas púrpura de Tiro, anda por aí, mostrando a todo o mundo, nos dedos suados, o seu anel de verão, e parece que quase não aguenta o peso da imensa jóia: ah, é difícil, então, não escrever sátiras!²¹⁰

Para Gregorio Marañón, “a corrupção existiu nas classes altas, mentoras e, portanto, nas que, historicamente, dão o tom a uma época. A Grandeza, oferecida por sorte e não conquistada por um esforço real, transformou “os cavaleiros cristãos em senhores e, depois, em senhorzinhos”.²¹¹ O estudioso espanhol já se atentava aos lances satíricos contra Olivares, que foi tantas vezes alvejado nas comédias de Quevedo. Vide, por exemplo, *La hora de todos y la fortuna con seso*, em que o valido espanhol surge na figura de um bruxo, perito nos segredos da alquimia, convertendo metais comuns em ouro precioso. Não à toa, especula-se que a prisão de Quevedo deveu-se a sua pena ferina:

Já então se dizia em Madrid que a prisão obedecia a causas mais graves. O testemunho dum cronista da Corte, Pellicer, eco do sentimento popular, é do seguinte teor: ‘O vulgo fala com variedade da prisão de Quevedo. Uns dizem: é porque escrevia sátiras contra a Monarquia; outros, porque falava mal do Governo; e outros asseguram que adoecia do mesmo mal que o senhor Núncio, e que com grande frequência entrava em sua casa certo francês, criado do senhor Cardeal Richelieu’. (...) Há indícios de que os fios da teia chegaram aos mais altos postos da Monarquia, e isso justifica a susceptibilidade do Governo ao proceder então a frequentes prisões por suspeita.²¹²

Para Fernando Bouza, um rico e multifacetado conjunto de papéis satíricos circulou com força no período dos Áutrias espanhóis:

O *corpus* de literatura satírica produzida durante o Portugal dos Filipes é muito rico, e continua à espera de uma edição que o dê a conhecer como merece. Evidentemente, *o escrever com malícia* ou com *mãos embuçadas*, nas felizes expressões de Rita Marquilhas para o

²⁰⁹ CURTIUS, Ernst Robert, *Literatura Européia e Idade Média Latina*, 1996, p.141.

²¹⁰ D’ONOFRIO, Salvatore, *Os motivos da sátira romana*, 1968, p.70-71.

²¹¹ MARAÑÓN, Gregorio, *Olivares: a paixão de mandar*, [19--], p.141.

²¹² Ibidem, p.90.

Portugal seiscentista, não é específico ou exclusivo da luta política em sociedades como as europeias dos séculos XVI e XVII, onde uma escala de desqualificações que iam da murmuração ao pasquim e que expressavam uma violência que era quotidiana, caracterizavam a ofensa aos outros. Sem dúvida, a frondosa árvore do burlesco tinha uma multidão de ramos, desde o ludo universitário ao libelo sobre linhagens obscuras, passando ainda pela copla infamatória de corte e pelos vexames literários entre autores.²¹³

O estudioso espanhol notou a presença da tópica do “il mondo alla roversa”. A agudeza encontrava-se na troca de papéis entre os ofícios, resultando no indecoro da profissão:

Durante os dez últimos anos do reinado de D. Filipe I de Portugal não foram poucos aqueles que recorreram à imagem do “mundo às avessas” para se referirem ao estado de confusão e de incerteza que parece ter sido bastante geral, e que não pode apenas ser atribuído às repercussões da severa crise que a Europa estava então a atravessar. Assim, em 1597, ao descrever as “diferenças” que teve com a jurisdição eclesiástica durante o seu governo milanês, o Condestável de Castela lembrava ante o rei “ciertas estampas que suelen yntitular en Italia il mondo alla roversa [i.e. rovescia]”, nas quais “el bassallo juzga y el rey es juzgado, el cavallo es cochero y el cochero tira de la carroça”.²¹⁴

É modelar a obra *A Sátira e o Engenho*. Nela, João Adolfo Hansen codifica a sátira enquanto sub-gênero do cômico. O estudioso lê a *Vida do Excelente Poeta Lírico, o Doutor Gregório de Matos e Guerra*, composta em meados do século XVIII pelo licenciado colonial Manuel Pereira Rabelo, de acordo com os instrumentais verossímeis para a interpretação e circulação dela no seu tempo histórico, isto é, enquanto um registro de ficção que estabelece a moralidade virtuosa do poeta ibero-brasileiro. Hansen recusa as interpretações biográficas que se fizeram do texto de Rabelo a partir dos estudos do cônego Januário Barbosa no XVIII. Sem se fixar numa suposta existência vivida pelo poeta, Hansen analisa o nome de ‘Gregório de Matos’ enquanto uma *autoritas* da sátira própria do local e tempo históricos, isto é, a cidade da Bahia do século XVII. É pela noção de *autoritas* que se desfaz o forte conceito de empiria. Com efeito, os poemas compilados por Rabelo não eram necessariamente saídos da boca de Gregório de Matos, mas reificações consequentes de um selo satírico, isto é, sob o nome do poeta circulavam poemas que, com cunho moralizante, denunciavam a corrupção de agentes administrativos da colônia. Daí a tamanha insistência em propor que a dita poesia de Gregório de Matos consiste numa atribuição. No *corpus* do poeta, confira o soneto “Neste mundo é mais rico o que mais rapa”, em que ocorre o tema do “desengano”, afim ao “desconcerto do mundo”.

Para o narrador de *La fortuna*, o retrato da corte consistia num império marcado por vícios, relativamente a “osadías, entremetimientos, adulaciones, bufonerías, embelecós y, finalmente, infamias, que se disfrazan con nombres de esparcimientos y galanterías”.²¹⁵ No exórdio indireto de *La fortuna*, a acomodação da tópica do “desconcerto do mundo” corrobora o

²¹³ BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*, 2000, p.31-2.

²¹⁴ Ibidem, p.129-130.

²¹⁵ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.166.

desferimento de acusações contra Castelo Rodrigo, figura de enorme poder que ocupava um dos cargos de maior poderio da Monarquia hispânica. Por meio desse recurso da arte, o narrador espezinha a relativa modernidade dos Moura-Corte-Real. Embora fossem provenientes de uma classe aristocrática, essa família não pertencia, digamos assim, aos primeiros ramos da árvore de sangue. De acordo com Santiago Martínez Hernández, “graças ao patrocínio régio, num espaço de tempo relativamente curto tornaram-se numa das linhagens mais ricas e poderosas do Portugal agregado à Monarquia”.²¹⁶ Assim, a disseminação de tópicos, ainda que indiretamente, preparava o terreno da desforra, amaciando a carne para, enfim, introduzir as graves acusações que, durante o exórdio, estavam guardadas na manga, conforme veremos em breve o teor das imputações de crimes contra Castelo Rodrigo.

2.1.1.1.2 EXÓRDIO COM DIGRESSÃO

Outra forma de disseminar pistas ocorre por meio da inserção de uma digressão no exórdio. Para Quintiliano, o exórdio pode conter uma digressão.²¹⁷ Isso implica dizer que os fatos podem ser invertidos, sendo, no entanto, preferível seguir a ordem das coisas.²¹⁸

No “Libro Primero”, cap. I, o narrador compõe uma digressão na forma de um colóquio entre Manuel de Faria e Sousa e Castelo Rodrigo, sendo esse senhor mencionado no discurso pela primeira vez. Por meio deste ingresso, a presença dele permeia a narrativa desde os começos, percorrendo-a transversalmente até, quando, na conclusão, o casal de embaixadores é ferido por um raio que ribombo do céu.

Certifico que embarcándose en mi capitana Estacio de Faría y conociendo su valor, le encomendé en la ocasión uno de los castillos de popa, y que peleando en él y defendiéndole, cumplió enteramente con las obligaciones de caballero hasta que nos quedamos con la victoria etcétera. (...) mostré yo en Lisboa al marqués de Castel-Rodrigo, don Manuel de Moura, que como noticioso de semejantes papeles y conocedor de firmas de ministros, reconoció por limpia la verdad de aquellas memorias (...).²¹⁹

A conversa gira em torno da genealogia abrasonada do escritor, não servindo apenas como um subterfúgio para antecipar considerações acerca da família do narrador, tópica do epidítico cara ao gênero *vidas*. Na cena em foco, Manuel de Faria e Sousa mostra ao marquês uma certificação original assinada pela pena de Diogo Lopes de Sequeira (1465-1530). O documento atesta a participação do patriarca Estacio de Faria na armada portuguesa. Esse senhor, avô materno de

²¹⁶ HERNÁNDEZ, Santiago Martínez, “Os marqueses de Castelo Rodrigo e a Nobreza portuguesa na monarquia hispânica: estratégias de legitimação, redes familiares e interesses políticos entre a agregação e a restauração (1581-1651)”, *Ler História*, n. 57, p.265, §39.

²¹⁷ Cfr. QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, III, 17.

²¹⁸ Ibidem, IV, II, 87.

²¹⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.127.

Manuel de Faria e Sousa, é dignificado como um dos heróis que pelejaram em defesa do rei dom Sebastião. Os interlocutores estão de acordo que teria sido de direito ao parente herdar um benefício real, ou galardão, em função dos serviços prestados pelo valoroso soldado. A referida digressão, apesar da aparente falta de importância, adquire forte destaque, por ser a única cena que quebra a linearidade da ordem natural (*ordo naturalis*), segundo a sucessão *ab initio* de fatos que perpassam a infância, a adolescência, a vida adulta e, por último, a velhice. Observado esse destaque, a importância da cena consiste em promover uma preparação (*praeparatio*) suspeitíssima, ao antecipar o assunto central de *La fortuna*, relativamente às acusações quanto à prática de crimes graves por parte do marquês. O teor da conversa, a propósito da autenticidade de um papel, como examinado por Castelo Rodrigo, conglobará mais à frente com a acusação de que Castelo Rodrigo teria solicitado ao letrado a falsificação da firma real, posto que era um exímio calígrafo.

Sub-repticiamente, o trecho ainda fixa a informação de que o marquês era experimentado em assuntos de chancelaria, aspecto esse que somará mais gravidade ao suposto pedido de adulterar uma certificação real. Isso porque, se o marquês era “*noticioso de semejantes papeles y conocedor de firmas de ministros*”, então se prova a capacidade dele de examinar a autenticidade de um ofício, sabendo distinguir um documento verdadeiro de outro falsificado. Nisso, se Castelo Rodrigo era conhecedor dos elementos que forneciam a autenticidade de um registro oficial, então o seu suposto pedido de solicitar a adulteração de conteúdos de um documento real torna o crime ainda mais grave, eliminando a absurda hipótese de que agiu apenas por imprudência. Como ensina a *Retórica a Herênio*, “se o réu diz ter errado por imprudência, primeiro investigaremos se seria possível que ignorasse”.²²⁰ Portanto, por meio dessa digressão, vemos que o narrador visa a colar as suspeitas de criminoso e de falsário ao marquês. Além disso, uma outra dimensão surge com força no trecho em destaque, tratando-se do descumprimento da fé jurada entre cavaleiros, uma vez que Castelo Rodrigo havia prometido comprometer-se com a melhora da fortuna do funcionário. Ocorre que a promessa não se cumpre, e sim o contrário: este senhor persegue o funcionário, minorando-o por completo. Com efeito, como prolongamento da tópica do *mundo às avessas*, *La fortuna* narra as ações de boicote que o dito cavaleiro Castelo Rodrigo promove contra Manuel de Faria e Sousa. Examinado o exórdio de *La fortuna*, passemos ao estudo de sua narração.

2.1.2 NARRAÇÃO

2.1.2.1 NECESSIDADE

²²⁰ Rhetorica ad Herennium, II, 24: “Si imprudentia reus se peccasse dicet, primum quaeretur, utrum potuerit nescire an non potuerit.”

Na *Retórica* aristotélica, dos três gêneros retóricos, a narração procede como essencialmente ao forense: “Com efeito, a ‘narração’ é própria apenas do discurso judiciário”.²²¹

Um trecho de *La fortuna* dimensiona aspectos relativos à necessidade da narração. No trecho “obrar a gran distancia del príncipe”,²²² a categoria ‘distância’ é validada como medida para justificar a necessidade do discurso. Isto é, a lonjura existente entre a legação de Roma e os pretensos destinatários ibéricos do papel impõe-se como um impedimento para se conhecer o que supostamente se passava nos bastidores da embaixada chefiada por Castelo Rodrigo. Perante essa realidade, o narrador propõe-se como um mediador para desvelar uma dita grande farsa, arvorando-se da incumbência de “desengañar el mundo de lo que piensa del marqués”.²²³

Em *A epopeia em prosa seiscentista*, fica assente que o surgimento de uma ficção poética deve-se sobretudo ao ócio, ingrediente que possibilita ao discreto redigir sua ficção para outrem de igual categoria. Para a apreciação das espécies poéticas, é necessário tempo livre, daí que se falava que a biblioteca de Olivares era purificada de novelas, poesias e outras fantasias, contendo apenas livros históricos, mapas e instrumentos de escritório de um grande estadista.

Diverso de um capricho meramente destinado a passar o tempo, a ressalva de *La fortuna* é que o seu texto não se justificou como uma mera conversa suave, prazerosa entre cortesãos, mas sim uma matéria que surge da necessidade de seu autor escudar-se, uma defesa propriamente dita. Nisso, o texto é composto por um intrincado painel de ações baixas e execráveis, como imputadas a Castelo Rodrigo, um dito criminoso contra o bem da República.

2.1.2.2 UNIDADE E VARIEDADE DE AÇÃO

O corpo da narração de *La fortuna* configura-se como uma soma de episódios digressivos, como uma espécie de decalque de uma memória, esta que, sobretudo, supõe seleção e deformação. Ao assumir o caráter (*ethos*) de um venerando, o narrador expõe em retrospecto os passos da vida de um homem sábio, marcada pelo saber e experiência prática. Ao analisar o que ficou para trás, averigua os interstícios de uma existência que, enfim, chegava ao seu término. Como algo esperado à velhice, é possível notar que o estado físico do narrador vai se degradando, à medida do correr da história, com o esgotamento do bem maior que é o tempo de vida terrena. Já em suas páginas finais, tendo já transcorrido o episódio das “Consultas”, o que se impõe é o anúncio de uma morte iminente, que ocorre no ano de 1649. Apesar da idade avançada, não lhe é concedido o *nostos*, como já dito. Entre outras passagens, duas fotografias do discurso de *La fortuna* marcam em específico o ano de 1641, quando, na altura, o escritor tinha cerca de 51 anos de idade:

²²¹ ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 13, 14 a 38.

²²² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.385.

²²³ Ibidem, p.251.

En estos cuatro años tuve tres hijos: Juan, que nació en agosto de 1615 y murió luego; Pedro, que nació a las seis horas de la mañana de 17 de septiembre de 1616, y [en] este de 1641 es capitán de infantería española, residente en Málaga; Manuel, que nació a las cinco de la mañana de 2 de septiembre de 1618, y hoy es soldado en la India Oriental.²²⁴

Bem como o trecho “Algunos he apuntado en el prólogo que va en la primera parte de mis propias Rimas, enmendadas y muy otras, que he puesto en limpio este año de 1641 en que escribo esto”.²²⁵

Os supracitados feixes de memória vincam o tempo da enunciação do texto²²⁶ por razões de circunstâncias. Tais trechos possibilitam mais ou menos apontar que o texto de *La fortuna* vai sendo redigido ao longo da década de 1640, também sendo muito provável que o autor incorporou fragmentos de textos acerca de si redigidos muito antes dessa década. Veja-se, por exemplo, o poema “patria y vida”, cuja data de publicação é o ano de 1633. No entanto, mais revelador do que uma necessidade de atribuir um ano específico de surgimento do texto, um trecho de *La fortuna*, abaixo em destaque, reforça uma cisão havida entre dois “eus”, mormente, um “eu” oriundo de um passado distante, apartado de um outro “eu” do tempo presente. Isso não deixa de constituir um paradoxo: ambos os “eus” referem a um mesmo ser, sendo, no entanto, díspares: “Hago aquí esta división de lo que iba refiriendo porque desde este punto fueron en mí los pensamientos muy otros de lo que eran antes”.²²⁷

Já vimos que *La fortuna* abre-se com um exórdio indireto. O assunto central é introduzido sob modos disfarçados. Os propósitos do discurso, pleno de características do gênero judiciário, vão se revelando aos poucos, à medida que a história avança. Nesse emaranhado, é possível identificarmos os chamados lugares especiais do forense, que se encontram encrustados na narração.

No cap. 3 da *Poética*, o critério ‘modo da imitação’ opera a distinção da poesia em três espécies, quais sejam: narrativa, dramática e mista. Na primeira espécie, o poeta assume a voz de outrem, ou a própria voz, por meio dela fazendo movimentar os personagens. Quanto ao drama, a ação dos personagens efetua-se por meio de atores, que nessa ilusão agem como se fossem os próprios personagens representados. Na cena dramática, expressam caracteres, que consiste no elemento que vinca a diferença entre os personagens. Por meio da fala, expressam os pensamentos dos personagens.

²²⁴ Ibidem, p.153.

²²⁵ Ibidem, p.184.

²²⁶ GLASER, Edward, “Preface”, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.23: “The yoking of the past and the present is a feature common to many autobiographies. There are other traits, however, which are peculiar to the *Fortuna*. Once more it is necessary to emphasize that the date of its composition is a matter of prime moment. If Faria e Sousa in fact began the writing of the biography around 1640, he did so at a time when his fortunes were at their lowest ebb. In 1633 he had abruptly left the service of the Marquis of Castelo Rodrigo to return to his homeland.”

²²⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.143. Semelhante tópica ocorre com o fechar e abrir dos olhos.

Entre outros quesitos, a epopeia distingue-se da tragédia quanto à extensão. No texto de Aristóteles se registra que a ação trágica deve procurar caber dentro da revolução de um dia, ou pouco mais, ao passo que a ação da epopéia não comporta propriamente um limite de tempo para transcorrer. Antes, a epopéia deve ocupar-se com a ação de um único personagem, mas não se tratando de toda e qualquer ação por ele realizada, mas somente aquela que diz respeito a um ato completo. Na *Odisséia*, Homero canta as desventuras de Ulisses enquanto sai da guerra de Tróia e retorna para Ítaca, o seu lar.

A fábula deve ser tecida com certa extensão. Para isso, o poeta deve selecionar os elementos que a integrarão, dispondo-os com coerência. Nessa composição estendida, o poeta encaixa os chamados argumentos à ação principal. A consideração que se destaca aqui consiste no ensinamento de que a narração trágica constitui-se pela junção da ação principal com episódios. De acordo com a Poética aristotélica, “na epopéia, porque narrativa, muitas ações contemporâneas podem ser apresentadas, ações que, sendo conexas com a principal, virão acrescer a majestade da poesia”.²²⁸

Nas retóricas gregas e latinas, a narração judiciária tem por fito informar os juízes acerca de uma causa, de modo a prepará-los para a recepção dos argumentos. Em outros termos, a narração opera como uma prótase argumentativa.²²⁹ A apresentação dos fatos não deve ocorrer sem sentido, de modo errático, porém seguindo uma estratégia, em auxílio da persuasão. Nas *Instituições oratórias*, Quintiliano considera que “la narración no estriba tan solo en esto: en que el juez se informe, sino en algo más: en que esté de acuerdo (con nosotros)”.²³⁰

Na *Sexagésima*, uma das cinco circunstâncias que corroboram a eficácia do discurso parenético consiste na unidade temática, devendo o orador sacro tratar de um único assunto por sermão:

Por isso Christo disse, que o lavrador do Evangelho, não semeàra muytos generos de sementes, senão huma só: *Exiit, qui seminat, seminare semen*. Semeou huma semente só, & não muytas; porque o Sermaõ há de ter huma só materia, & não muytas materias. Se o lavrador semeàra primeyro trigo; sobre o trigo semeàra centeyo, & sobre o centeyo semeàra milho grosso, & miúdo, & sobre o milho semeàra cevada, que havia de nacer? Huma matta brava, huma confusão verde.²³¹

O arranjo da trama de um discurso não se faz visível como são as sementes germinadas, em que basta o agir da natureza para brotá-las e, a partir daí, possibilitar a distinção de cada espécie vegetal da sementeira, a partir do exame das diferenças de morfologia. Antes, o discurso assemelha-se com peças bem acabadas, cujos elementos essenciais e acessórios são fundidos a ponto de

²²⁸ ARISTÓTELES, Poética, XXIV.

²²⁹ BARTHES, Roland, “A retórica antiga”, *A aventura semiológica*, 1987, p.79.

²³⁰ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, II, 21: “Neque enim narratio in hoc reperta est, ut tantum cognoscat iudex, sed aliquanto magis, ut consentiat.”

²³¹ Cfr. “Sermam da Sexagesima”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, 1679, §6, col.46.

mostrarem-se indistinguíveis, como bem lembrou Manuel Pires de Almeida, com base na arte poética de Horácio:

Episódios se chamam aquelas ações, as quais, ainda que sejam externas, se podem tirar dela, ficando inteira e perfeita; contudo hão de ser tão aplicados e cosidos com a fábula, que pareçam uma mesma coisa, como se sói dizer das guarnições dos vestidos bem acabados, que parecem tecidos com a mesma seda.²³²

Para Segismundo Spina:

Uma tragédia seria tanto melhor quanto o conjunto de seus acidentes se subordinassem à ação nuclear da peça. Sucedem que na prática nem sempre se distinguia, entre várias intrigas, qual era a principal; isto denotava pura e simplesmente que o autor não soube ordenar os elementos constitutivos da peça segundo uma hierarquia muito clara.²³³

Numa direção diversa ao autor da *Introdução à poética clássica*, Adma Muhana não se atém apenas às ditas preceptivas clássicas. A estudiosa investiga outras fontes retóricas e poéticas, sobretudo as do Quinhentos, as quais influenciaram na constituição da fábula poética no século XVII. Na sobredita *A epopéia em prosa seiscentista*, a autora destaca um trecho da *Philosophia antiqua poetica*. Nele, Pinciano reflete acerca da ligadura do argumento principal com as ações episódicas que o rodeiam, não verificando nesses componentes uma relação de subordinação, como expressa na *Poética*, e sim outros vínculos. Com efeito, tal ligação representa-se por meio da metáfora de uma rosa, cujo centro corresponde à ação primária; as folhas, ações secundárias.

Já no capítulo “Narrada” desse livro, a autora brasileira investiga o comportamento da narração das fábulas poéticas, como extrapolando os limites da prótase argumentativa. Adma Muhana considera que traçar a distinção entre a ação principal e seus acessórios consiste numa tarefa impropriedade, já que o limite que há entre as partes confunde-se. Embora o poeta possa insinuar qual seja a ação principal por meio do uso da apóstrofe, ações secundárias invadem deliberadamente o terreno do que é tido por nuclear. Isso nos faz recusar a sobredita afirmação do estudioso Segismundo Spina, declarando que essa confusão significava má aplicação ou mesmo desconhecimento do conceito de *simplicidade* por parte do escritor do Seiscentos. Para a estudiosa, tais terminologias, ainda que em voga, são mais exemplificadas do que definidas:

Tudo isso indica a incerteza de qualquer critério que estabeleça o que é inerente à causa, como narração instrutiva, e o que é alheio ou digressivo em relação a ela – e que participa da mesma dificuldade com que nos deparamos ao tentar identificar o que era principal e o que episódico em relação à fábula.²³⁴

²³² ALMEIDA, Manuel Pires de, “Discurso sobre o poema heróico”, *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, n. 2, p.3.

²³³ SPINA, Segismundo. *Introdução à poética clássica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.152.

²³⁴ MUHANA, Adma, *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*, 1997, p.239.

Adma Muhana destaca as considerações do retor Jorge de Trebizonda, que se vale do conceito de *ingressio*, como demarcando o encaixe, resultante de uma *inventio*, indefinindo o que poderia ser considerado como uma digressão ou amplificação:

A se ater à letra, no âmbito da retórica, qualquer invocação, quer afetiva quer instrutiva, externa à *probatio* é passível de atuar como uma *digressio*, uma *egressio*, ou, melhor, uma *ingressio*: ‘tudo o que se diga ao largo de qualquer discurso que seja trazido para provar uma coisa sem ser tomado da coisa de que se trata ou das circunstâncias que lhe são inerentes, tudo isso deve ser julgado digressório.’²³⁵

Tais considerações acerca da ação da fábula poética pode aplicar-se ao texto de *La fortuna*. Com efeito, essa possível indefinição de conceitos opera em *La fortuna*. A intensa evidenciação dos crimes contra a fazenda imputados a Castelo Rodrigo pode tanto classificar-se como digressão quanto amplificação.

Dada essa dificuldade de manejar tais conceitos da narração, isto é, distinguir a matéria principal de seus possíveis elementos acessórios ou dependentes, centremos, ainda que provisoriamente, o que mais ou menos se estabelece como certo nesse emaranhado de lembranças. Já dissemos alhures que a ação principal da obra parece ser o momento crucial de afastamento, quando o secretário, após padecer por cerca de doze anos nas mãos da *familia de Moura*, enche-se de ira e rompe as amarras que o atavam a Castelo Rodrigo, desligando-se em definitivo da Casa nobiliárquica comandada pelo marquês. Tal episódio dramático ocorre no ano de 1634, quando, em plena atividade, o secretário desliga-se da embaixada em Roma e torna a Madrid. Quanto ao critério que fornece coesão à obra enquanto uma unidade²³⁶, todos os episódios digressivos parecem desembocar para a consecução desse fato norteador. A centralidade desse episódio é tamanha, que dele nascem outras ações consequentes, como resultantes de uma vida definitivamente contaminada por aquele momento. Reparemos que, depois desse episódio de 1634, a exposição dos acontecimentos não retarda mais, ausentando-se as costumeiras idas e vindas características da obra. Após esse fato ocorrido no “Libro Noveno”, cap. IV (“El notable modo [con] que Manuel de Faría se despidió del marqués”), carecem somente alguns poucos capítulos para o rápido encerramento do texto, cuja conclusão, ocorrida no “Libro Onceno”, cap. IV (“Lo que pasó, y qué hizo Manuel de Faría en Madrid el año de 1646”), concilia o *memento mori* com o fim da narrativa.

Dito isto, podemos trazer para nosso auxílio o *Discurso sobre o poema heróico*, de Manuel Pires de Almeida. Com base no paradigma aristotélico, esse texto preceptivo elenca os três

²³⁵ Ibidem, p.239.

²³⁶ MUHANA, Adma, *A epopéia em prosa seiscentista*: uma definição de gênero, 1997, p.200-1: “Com base nessas regras, no século XVII ‘unidade’ significa que todos os acontecimentos narrados ou dramatizados devem convergir para a consecução de uma ação em vista da qual os outros elementos – sejam os “elementares” ou “essenciais” da invenção (caracteres e pensamentos, como já vimos), sejam os quantitativos (relativos à disposição), sejam enfim os das partes do discurso (invenção, disposição e elocução) – estão subordinados”.

pares binários que condicionam grandeza à fábula poética. Quanto ao critério opositivo *unidade* e *variedade*, diz-se *una* a fábula épica que se desenvolve em torno de uma única ação de um personagem, devendo sê-la completa. *Variedade* condiz ao modo como o poeta a compõe, propondo ingredientes que venham a favorecer o andamento da narrativa, aliviando a tensão do texto com o enxerto de momentos que trazem prazer ou desprazer. Em observância à integridade da fábula épica, a sua composição pode assemelhar-se a uma corda, como pressupondo o elemento de unidade, que necessariamente apresenta um início, um meio e um fim, bem como o nó e a soltura. Tal modo de segmentar a fábula adota como critério a moção dos sentimentos do público, divisão estabelecida a partir dos efeitos que se incitam no público. Como disse A. Muhana, “esta junção entre a extensão da fábula e sua unificação relativamente às expectativas do leitor é de tamanha importância para a poética seiscentista que se torna pedra de toque para a preceituação da sua grandeza”.²³⁷

A partir desses conceitos, vamos conferir como se projetam os chamados elementos quantitativos, relativamente ao início do nó do problema, que se identifica com o encontro nada auspicioso do escritor com Castelo Rodrigo; o meio da corda; bem como o desenlace (ou soltura do nó), seguramente o sobredito momento que o secretário afasta-se de seu amo. Quanto ao desfecho do texto, confira a nossa “Conclusão”.

2.1.2.3 EPISÓDIOS

Dito isto, estudemos os episódios que compõem a obra, destacando em cada um deles o que há de particular para a caracterização da causa retórica. Para facilitação, em prol do didatismo, iremos dispor tais episódios segundo uma ordenação cronológica. Eles são: **2.1.2.3.1** início dos serviços ao marquês no ano de 1624; **2.1.2.3.2** demonstração de um comportamento baixo do marquês, similar a um discreto; **2.1.2.3.3** fuga de Damián Martínez, seguida da reação intempestiva de Castelo Rodrigo, ameaçado; **2.1.2.3.4** imputação de crimes (falsário, revelação dos segredos das cifras, acumulação de crimes contra a fazenda, plano de assassinato, *sexus contra naturam*); **2.1.2.3.5** caso de afastamento em definitivo, em que ocorre um violento embate verbal; **2.1.2.3.6** episódio de delação, que deflagra as Consultas; e **2.1.2.3.7** anexação de cartas familiares.

2.1.2.3.1 O COMEÇO

No “Libro Segundo”, cap. IV (“Ejercicios de Manuel de Faría en la corte mientras esperaba tiempo para dejarla”), um mensageiro traz uma notícia súbita ao letrado: “un criado de

²³⁷ Ibidem, p.215.

don Manuel de Moura Corte-Real, marqués de Castel-Rodrigo, que me pedía quisiese hablarle. Díjome el mensajero lo que era (...).²³⁸ Como a *Poética* ensina, o trecho supracitado consiste na agnição, sendo “uma notícia súbita e repentina de alguma coisa”.²³⁹ Isso pode considerar-se como o início do nó, ou início do problema, porque ele começa a “abrir os olhos”.²⁴⁰

Manuel de Faria e Sousa recebe a notícia de que o marquês o convocava a comparecer:

tenía afición el marqués a lo que se llama ciencia de nobiliarios, y habíale hecho Juan Bautista Lavaña, hombre que medró por ella, unos árboles grandes de su linaje (...) murióse éste, habiendo dado principio a aquella escritura, que no era poca, e iba de letra como de molde redondo, y del tamaño de aquel que entre los impresores se llama lectura.²⁴¹

Lavana havia iniciado uma encomenda, relativamente a papéis genealógicos. Por causa de sua morte, ocorrida em 1625, o trabalho se interrompe, sendo necessário alguém para dar cabo a ele, substituindo o difunto Apeles: “Mostróme lo que había dejado imperfecto de escritura aquel defunto Apeles, y, visto, me preguntó si me atrevía a proseguirlo con igualdad y fenecerlo”.²⁴²

Castelo Rodrigo era conhecido pelas grandes mostras de superioridades: “!Recibíome aquel señor con su buena gracia exterior, por la cual era muy aplaudido”.²⁴³ Contudo, apesar dessa casca de cor dourada, o letrado não se deixa enganar pelas aparências, guiando-se por coisas mais profundas:

Hasta entonces, por aquel trabajo, yo no había visto alguna demostración de su mano de que pudiese inferir su grandeza; porque nunca la pude inferir de buenas gracias exteriores, porque hallé siempre escrito que los que consiguieron renombre de grandes, le compraron con generosas dádivas, que so gracias buenas interiores.²⁴⁴

Célere, termina os trabalhos eventuais que lhe foram atribuídos. Desejoso de tornar a Portugal, Castelo Rodrigo dissuade-o de tomar essa decisão. Para isso, sedu-lo com promessas, oferecendo-lhe uma *buena dicha*:

Aunque los señores piensan que sus ruegos son mandatos a que no se puede faltar, yo estuve para no obedecer; así porque mi intento era no desistir de algún modo de irme a mi patria en apuntando el verano, por las razones que ya dije, como porque, a toda verdad, siguiendo mi humor libre, hacía poquísimo caso de las superioridades señoriles, de que nunca fui vasallo. (...) Y esto (y no sé si más algo de lo visto) enamoró tanto a aquel señor, que me fue acariciando y dándome consejos de que no me ausentase de la corte, adonde acaso me esperaba alguna buena dicha.²⁴⁵

²³⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.178.

²³⁹ ALMEIDA, Manuel Pires de, Discurso sobre o poema heróico, *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, n. 2, p.178.

²⁴⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.185.

²⁴¹ Ibidem, p.179.

²⁴² Ibidem, p.179.

²⁴³ Ibidem, p.179.

²⁴⁴ Ibidem, p.181.

²⁴⁵ Ibidem, p.179-80.

O que surpreende é a curta duração do bom convívio entre as partes, visto que tão logo ocorre uma situação de conflito em torno da remuneração. Numa determinada cena, Manuel de Faria e Sousa solicita o aumento do soldo, mas recebe a negativa de Castelo Rodrigo. Este responde ao empregado que a remuneração era feita sempre em dia: “y ésta vine a saber que montaba cuatro reales, y que se hacía gran alarde de que se pagaban con mucha puntualidad”.²⁴⁶ Aqui, o que há é o confronto entre duas perspectivas. Enquanto o empregado reivindica um soldo maior, mais proporcional aos seus esforços, o senhor é caracterizado pela sovinice, dando vazão ao fato de realizar o pagamento com pontualidade, propagandeando isso como se fosse algo extraordinário. Para ilustrar essa situação vivida, o narrador resgata a tópica horaciana da *Ars poetica*, verso 139,²⁴⁷ aludindo ao “antiguo refrán de que preñados los altos montes, parieron un ridículo ratoncillo”.²⁴⁸ Em paráfrase livre, mais ou menos tais palavras diziam que passar verniz sobre uma porcaria é um gesto inútil.

Sabe-se que a peripécia consiste numa “mudança súbita da coisa em contrário estado do que antes era”.²⁴⁹ Como já dito, a marca específica desta digressão consiste numa quebra imediata de qualquer expectativa de esperança que os leitores pudessem nutrir em relação ao início dos serviços à Casa nobiliárquica, engendrando de imediato a frustração a todos.

Para sermos mais exatos, não há uma peripécia positiva, mas sim um processo constante de empauperamento, veja-se pela seguinte metáfora a propósito dos serviços que se iniciam em torno do desenho de árvores genealógicas: “y vine a coger de ellos lo que Adán del vedado, con la diferencia considerable de que él, estando desnudo, por tocar en el árbol se vio vestido, y yo, entrando vestido en aquéllos, salí desnudo; y de que él entró en lo vedado y yo en lo apetecido por quien me mandó que entrase”.²⁵⁰

2.1.2.3.2 DISSIMULAÇÃO HONESTA OU SIMULAÇÃO

“E como era avisada dissimulou por então em o rosto o que não podia em o coração”
(*Infortúnios trágicos da Constante Florinda*)

No “Libro Segundo”, cap. VI (“Suceso considerable que descubre cuál fuese la mala fortuna de Manuel de Faría, y el ánimo de su dueño”), dá-se continuidade à exposição do modo de vida (*victus*) vicioso de Castelo Rodrigo. O tema da discrição cortesã surge com força no trecho exposto a seguir, em que o narrador visa a fulminar a imagem inquebrantável do marquês, “tenido por la cosa más sincera de este mundo”:

²⁴⁶ Ibidem, p.181.

²⁴⁷ HORACIO, *Ars poetica*, 139: “parturient montes, nascetur ridiculus mus”.

²⁴⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de, The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa, 1975, p.181.

²⁴⁹ ALMEIDA, Manuel Pires de, Discurso sobre o poema heróico, *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, n. 2, p.4.

²⁵⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.182.

Era él tenido por la cosa más sincera de este mundo, y a la verdad, las exterioridades así lo podían persuadir. Pero venía a ser tanta la doblez que ella misma no se podía disimular. Fundábase aquella opinión en su semblante siempre risueño y en ser con exceso liberal de cortesías. Mas éstas, también excesivas, ordinariamente las usa sólo quien no quiere despendir más costoso caudal; y el reír siempre es el mayor indicio de tener ánimo de hacer llorar. Yo, aunque estaba de las puertas adentro y no dejaba de conocer de cuál llama procedía este humo, íbame con la fe de los que estaban fuera del juego. El propio marqués me la barrió de la imaginación una tarde en que, sentados ambos a una mesa de papeles, le dieron recado que estaban algunas personas en la sala para hablarle. Enfadóse con esto, porque no gustaba de salir del entretenimiento en que estábamos, y, todavía saliendo, dijo: *Ea, ya no tiene remedio; vamos a engañar a estos ignorantes con estas risas y con estas cortesías*. No quiero discurrir sobre un tal dicho. Diré sólo que no era esto cosa para que nadie la dijese ni aun a sí propio.²⁵¹

Nesta cena curiosa, Castelo Rodrigo entretém-se com o jogo de baralhos. O marquês sofre uma interrupção indesejada, que o tira do seu divertimento mais diletto. Ele encontra-se na incumbência de recepcionar algumas pessoas num outro átrio do palácio. Como um ator que veste (ou desveste) o figurino de um personagem, o aristocrata revela aos privados, que então o acompanhavam no passatempo, a obrigação de tornar a sua aparência pública, uma “manifestación hecha de sí mismo”. Como relatado em diversas fontes, o seu impressionante porte aristocrático enchia os olhos da generalidade com admiração.

O trecho supracitado é imbuído de uma complexa gramática de “sinais”,²⁵² ou melhor, de minudências, cujos termos centrais são “dobleza” e “disimular”. De um só lance, o narrador golpeia três ações: a primeira delas consiste em arrancar uma espécie de máscara do marquês para, em seguida, revelar uma outra face dele mais oculta, um suposto verdadeiro “ánimo”, relativamente a um caráter baixo, próprio de um homem da pior espécie. Dados esses dois passos, o terceiro visa a confirmar, por meio de palavras emitidas da própria boca de Castelo Rodrigo, que este teria admitido que a sua imagem exterior consistia numa falsa aparência, sendo o nobre habilidoso na arte de enganar os sentidos de todos com truques impressionantes.

O termo “dobleza” (refolho) supõe uma falsa aparência que, no entanto, encobre uma natureza que se pretende esconder. Necessariamente, implica o jogo de duas realidades distintas. Em *Da dissimulação honesta*, no cap. “O que é a dissimulação”, Torquatto Accetto sublinha o seguinte verso extraído da *Eneida*: “No rosto simula a esperança, sufoca no coração a dor profunda”.²⁵³ Numa paráfrase livre dessa copla virgiliana, Enéas finge no seu semblante o sentimento de esperança, que lhe falta na alma, ao passo que comprime o seu sofrimento transbordante, que deveras sente.

Visto isto, o trecho supracitado de *La fortuna* maneja noções do âmbito da dissimulação honesta, que consiste numa das características partícipes de um gentil-homem. Com sutileza, o

²⁵¹ Ibidem, p.189.

²⁵² Cfr. PÉCORA, Alcir, “Apresentação: o livro do prudente secretário”, *Da dissimulação honesta*, 2001.

²⁵³ ACCETTO, Torquato, *Da dissimulação honesta*, 2001, p.27.

narrador faz desvelar o funcionamento de uma máquina de ações simuladas, isto é, atos realizados por um fingidor que disfarça a sua real natureza. A prática da dissimulação honesta supõe esconder uma realidade que é partícipe ao ser. Isto é, “todo verdadeiro ser admite a dissimulação”.²⁵⁴ No trecho, porém, ocorre o inverso, que é a montagem de uma figura de alinho que finge ser o que não é. Figura fraudulenta, o narrador insinua que Castelo Rodrigo disfarça a sua natureza anímica e, em lugar disso, cobre-se com um ar de discrição. Isto é, o verdadeiro “eu” de Castelo Rodrigo consiste num ser vil, próprio de um caráter de um vilão, a partir do qual se justificam as mais perversas ações.

Como argumentos comprobatórios, o narrador dá vazão a uma confissão tirada da boca do marquês. O Anônimo da *Retórica a Herênio* afirma que, “na *sermocinação*, atribui-se a uma pessoa fala que se expõe conforme sua dignidade”.²⁵⁵ Nas *Institutio oratoria*, essa figura retórica corrobora a confiabilidade da causa: “¿E qué? en *Pro Cluentio* el coloquio de Estayeno y Bulbo ¿no confiere al relato más rapidez y credibilidad?”²⁵⁶

Além disso, um outro elemento de prova se impõe. A expressão de uma imagem pública perfeita é intrínseca a uma fraude. Ora, nada é perfeito. Como dito por Baltasar Gracián,²⁵⁷ o cortesão também pode apresentar excentricidades, paradoxos, partes imperfeitas. Para Alcir Pécora, “a condição humana supõe a imperfeição, sendo, no entanto, passível da perfeição”.²⁵⁸ Com efeito, o estar sempre risonho e a demonstração de excessivos atos de cortesias (“en su semblante siempre risueño y en ser con exceso liberal de cortesías”) são comportamentos típicos de uma simulação, isto é, de um simulacro de nobre, cujo procedimento, já se disse alhures, consiste em fingir uma natureza alheia de si, sendo, assim, procedimentos de um impostor. Aqui, vale lembrar que, nas *Lágrimas de Heráclito*, Antonio Vieira considerou que o riso constante e desatado de Demócrito significava outra coisa que não o riso, senão o choro permanente de sua alma: “Que Demócrito não risse, eu o provo. Demócrito ria sempre: logo nunca ria. (...) e como Demócrito se ria dos ordinários desconcertos do mundo, e o que é ordinário e se vê sempre não pode causar admiração nem novidade; segue-se que nunca ria, rindo sempre, pois não havia matéria que motivasse o riso”.

Contudo, permita-se fazer aqui uma espécie de advogado do diabo. A pergunta que fica nesse xadrez de disfarces é se o marquês não estaria, na verdade, a dissimular uma simulação, já que é pressuposto da discrição o fingir-se vulgar entre os vulgares?²⁵⁹

²⁵⁴ PÉCORA, Alcir, “Apresentação: o livro do prudente secretário”, *Da dissimulação honesta*, 2001, p.XVII.

²⁵⁵ ANÔNIMO, *Rhetorica ad Herennium*, IV, 65: *Sermocinatio est, cum alicui personae sermo adtribuitur et is exponitur cum ratione dignitatis*.

²⁵⁶ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, II, 107.

²⁵⁷ MORALES, Baltasar Gracián y, *El discreto, de Lorenzo Gracian*, 1669, p.435: “Dale su lugar à cada uno, quilatando las eminencias, y apreciando su valor. Pone tambien en su juiziosa nota, lo paradoxo del un Principe, lo extravagante del otro Señor, lo afectado deste, lo vulgar de aquel”.

²⁵⁸ PÉCORA, Alcir, “Apresentação: o livro do prudente secretário”, *Da dissimulação honesta*, p.XX.

²⁵⁹ HANSEN, João Adolfo, “O discreto”, *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*, 2019, p.109: “Conforme Accetto, a cautela que se toma contra os lobos e os leões é coisa óbvia, por causa do conhecimento que já se tem da sua violência.

2.1.2.3.3 FUGA DE DAMIÁN MARTÍNEZ, SEGUIDA DA REAÇÃO EXTRAVAGANTE DE CASTELO RODRIGO

No «Libro Sexto» de *La fortuna*, o narrador medita acerca da jornada em Roma. Expliquemos os antecedentes. Em 1630, Filipe IV nomeia Castelo Rodrigo para capitanear a embaixada de Espanha em Roma. No testemunho algo maledicente de Manuel de Faria e Sousa, o inconstante senhor não recebe com bom grado a notícia dessa nova colocação que, embora o aproximasse da corte papal, afasta-lo-ia da corte filipina, a *servir de lejos*. Longe de manter uma retidão desinteressada, em observância ao bem comum, Castelo Rodrigo calcula que essa promoção poderia servir de atalho para um cargo de maior poderio, como, talvez, encabeçar um vice-reinado na Itália.²⁶⁰ Assim, aceita o posto de embaixador extraordinário, não sem se sentir humilhado pelo posto de segunda fileira, incômodo que só viria passar em 1638, quando foi promovido a embaixador ordinário, aí permanecendo até 1641.

À altura da nomeação, o convívio entre o senhor e seu secretário já apresentava inúmeras corrosões. Com a promoção de Castelo Rodrigo ao cargo que era tido por ser o do *rei dos embaixadores*, o secretário medita se devia ou não continuar a servi-lo. O narrador assegura que Castelo Rodrigo o teria convencido para permanecer junto a si, prometendo-lhe um sem-número de vantagens, mas que, ao fim das contas, não se cumpriram por inteiro, como assumir o ofício de preceptor de um dos filhos de Castelo Rodrigo, cargo que na altura era exercido pelo aio don Antonio de Figueredo.

O momento que aqui gostaríamos de abordar de modo mais detido quadra os acontecimentos passados em 1634 na cidade de Gênova, onde a legação havia se instalado, de modo provisório, até receber a permissão do rei para dar entrada na *Cidade Eterna*.

Na estada em Gênova, Damián Martinez, filho do cozinheiro-mor do rei, teria se amancebado a olhos vistos com uma mulher casada. Os murmúrios incitados por essa união, digamos assim, circunstancial, estavam a causar muito alvoroço na esfera diplomática de Castelo Rodrigo. Para que os rumores não respingassem em sua reputação, o embaixador teria solicitado o fim dessa licenciosidade, ordenando ao funcionário para dar término ao caso de cupidez, sobretudo pelo fato do enlace envolver uma mulher comprometida.

Mas as raposas também estão entre nós e nem sempre são reconhecidas; quando se conhecem, usa-se a arte contra a arte, e nesse caso jogará melhor quem for mais capaz de parecer estúpido, fingindo crer em quem deseja enganá-lo com o fingimento, pois é grande inteligência que se dê a ver que não se vê quando mais se vê, num jogo em que os olhos aparecem fechados e estão totalmente abertos.”

²⁶⁰ A Itália como laboratório de governação dos espanhóis, cfr. MARAÑÓN, Gregorio, Olivares: a paixão de mandar, [19-], p.29: “A Itália foi, para os espanhóis daquele tempo, escola e campo de experiências de governo, de diplomacia e até de guerra; a sua influência no curso interno e externo da história da Espanha, nunca se encarecerá demasiadamente.”

Ainda segundo *La fortuna*, perante tal solicitação, Damián Martinez encheu-se de ira, insurgindo-se contra os mandos do senhor. A causa do desagravo explica-se pela conduta moral marcada pelas contradições do embaixador. Para o empregado licencioso, Castelo Rodrigo não tinha qualquer autoridade para sustentar a ordem, uma vez que os procedimentos do embaixador não eram exemplares, motivo por que desabonaria a validade da solicitação.

O funcionário faz troça do embaixador, ironizando que, caso o seu conluio se transcorresse com jovens rapazes, tudo seria permitido: “Viendo Damián Martínez que le apretaban sobre lo de volver aquella mujer a España, empezó a quejarse del marqués y a preguntar a aquéllos a quien se quejaba, si por ventura quería él que entendiese con rapaces, pues le quitaba una mujer”.²⁶¹ Nas palavras de Manuel de Faria e Sousa, Damián Martinez afirmou que “en la casa del Marques todo[s] eran putos”.²⁶² Damián Martinez alegou que o marquês mantinha, sem tantos segredos assim, relações de foro íntimo com diversos efebos. No calor do conflito, o funcionário demite-se, prometendo que, ao chegar em Madrid, prestaria queixas diretamente ao rei, informando a majestade acerca da prática de inúmeros crimes praticados pelo marquês, entre outros escândalos, o do *sexus contra naturam*, isto é, relações homoeróticas.

A ameaça teria desestabilizado por completo o senso do embaixador, temente de que as reclamações de Damián Martinez, ao chegarem aos ouvidos das autoridades, enlameassem o seu nome, o que poderia por fim ao estado de privilégios garantidos pelo alto cargo.

O receio do embaixador residia no poder de virulência das palavras de Damián Martinez. Castelo Rodrigo sabia que o ex-funcionário, embora carregasse consigo uma má fama de assassino confesso, detinha alguma circulação de prestígio na corte, sobretudo por ser um dos filhos do cozinheiro-mor de Filipe IV, funcionário dileto da majestade. Em suma, o quadro de forças que se desenhava levava fortemente em conta o peso da palavra de um protegido da família real, opinião essa que poderia, com larga suficiência, disparar algum tipo de investigação contra o alto servidor, conforme ocorreu de fato. De acordo com Manuel de Faria e Sousa, o rei havia recomendado o aumento da fortuna de Damián Martínez, que recebia tratamento diferenciado entre os servidores da criadagem. No âmbito da nomeação do marquês ao cargo de embaixador em Roma, Damián Martínez foi o responsável pela transferência do guarda-roupa portentoso do marquês, de Madrid a Roma: “El decir que el rey le había encargado al marqués el aumento de Damián Martínez es creíble, porque con la razón de ser hijo de su cocinero mayor Antonio Montaña que fue hombre de honrados procedimientos, se le dio no sé qué ocupación en palacio”.²⁶³

Sentindo-se ameaçado, Castelo Rodrigo reage com desespero, ordenando que dois capatazes partissem à caça de Damián Martínez, com o intuito de coibir a saída do ex-funcionário

²⁶¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.249.

²⁶² Ibidem, p.249.

²⁶³ Ibidem, p.285.

do perímetro de influência de Castelo Rodrigo. Ou melhor dizendo, que investissem para matar Damián Martínez. No entanto, o funcionário insurgente antevê uma aproximação de mau agouro, prevendo os passos de seus perseguidores. Ao antecipar-se, inicia uma fuga pelas ruas de Gênova, tendo finalmente conseguido se livrar das garras dos lacaios ao embarcar às espreitas numa nau ligeira, sem se esquecer de carregar consigo *aquela mulher*.

Ao manejar de modo exímio as técnicas narrativas (*narratio*), Manuel de Faria e Sousa expõe uma inusitada cena de perseguição. Ao menos da perspectiva do escritor, no episódio focaliza-se Castelo Rodrigo a receber a péssima notícia de que Martínez então escapava naquela nau em movimento. No presente daquela ação, o marquês, posto de costas, põe-se a observar a partida da barca, que risca o mar até desaparecer do horizonte:

Entregada la cadena, volvió el Téllez a la ciudad en busca de Damián para la ejecución de su muerte, pero él ya entonces estaba con aquella mujer en el navío, que con el otro empezó a navegar. Vinieron los dos, Téllez y Roque, a decirlo al marqués; y él se puso en un corredor de donde se descubre el mar, a ver cómo navegaban, sin quitar los ojos de ellos hasta que de todo punto desaparecieron.²⁶⁴

O desenho dessa cena de fuga no mar ocorre justamente na mediania de *La fortuna*, posição deveras marcada para constituir uma mera coincidência. Não por acaso, n’Os *Lusíadas*, é justamente na travessia do “Canto V” ao “VI” que os navegantes portugueses, no contorno da costa africana, vencem os perigos do Cabo das Tormentas, ponto mais austral do continente. Sob esse viés, a cena de fuga agita com força os afetos dos leitores, para em seguida apaziguar as emoções de todos com o desfecho do escape. Manuel de Faria e Sousa, assim, aproveita o momento oportuno (*kairós*) para introduzir-se com mais clareza na oração.

Nas primeiras páginas de *La fortuna*, o narrador credencia-se enquanto um discreto de grande saber, pleno de méritos, compondo, enfim, um caráter virtuoso. Vale dizer que, até então, os ataques à parte adversária não eram, digamos assim, diretamente postos. Como visto na seção **2.1.1.1.1**, as *semina probationum* consistem em indícios de provas e, por meio delas, o narrador insinua, faz declarações de modo indireto, dá a entender, sem, no entanto, dizer algo de concreto. Como Roland Barthes observou a propósito desse dispositivo narrativo, deve-se distribuir a oração com armadilhas que, na progressão do discurso, deflagrarão sentidos determinados na percepção da audiência e, a partir desse ponto, com a colocação às claras das provas argumentativas, já não se faz mais possível tornar ao estágio aparentemente inócuo do discurso.

A essa altura da narração, já distante de ser uma mera *semina probationum*, o narrador, pretensamente impassível, parece descumprir uma regra da filosofia estoica a que se submete, ao, digamos assim, deixar escapar o princípio da ataraxia. Como num lampejo, ele discorre palavras nutridas de forte carga emocional, mas sob a licença de uma “piedad bien ordenada”. Trocando em

²⁶⁴ Ibidem, p.252.

miúdos, de acordo com os ensinamentos da *Retórica* aristotélica, as emoções, se bem apuradas, servem como componentes persuasivos:

Entro a referir cosas que, a unos casi y a otros totalmente, han de parecer increíbles. A la verdad igualaré el dolor con que las referiré, sin poderlo excusar, deseándolo mucho, porque como la piedad bien ordenada es necesario que empiece del mismo que usa de ella, yo me hallo en precisa necesidad de dar cuenta de mí, por lo que de mí se dijo con la ocasión de estas aventuras del marqués, haciéndome a mí todo culpado y a él todo justo, a mí doble todo y todo sencillo a él. Lo que solamente puedo hacer, y lo haré, es callar todo aquello que, pudiéndole deslucir, no ha de hacer al propósito de limpiarme de las manchas con que han pretendido deslucirme los que, soltando toda la rienda a los discursos, no tenían todas las noticias que debieran tener para soltarla.²⁶⁵

A passagem supracitada, ao surgir em sequência da movimentada cena de fuga, revela com nitidez os fins do discurso, reificados por meio das expressões correlatas “en precisa necesidad de dar cuenta de mí” e “limpiarme de las manchas”. Essas duas fórmulas permitem deduzir que o discurso vem a propósito de operar uma justificativa de conduta, isto é, uma defesa, gênero judiciário (*genus iudiciale*). O narrador depara-se com a necessidade de posicionar-se frente a rumores que alguns sujeitos estavam a bafejar contra ele. Em *La fortuna*, a identidade desses alegados “ignorantes” não é revelada.

Para o narrador, esses sujeitos, com más intenções e que se presumiam de “fidelísimos” – repare-se na forma superlativa plural, indicativa de recrudescimento do tom narrativo – não detinham a devida licença para veicular tais notícias, por desconhecerem a globalidade das informações acerca do caso. Sob uma máscara apolínea, Manuel de Faria e Sousa põe-se a barafustar, desafiando para um duelo verbal, de vias dialéticas, todos esses incógnitos pseudo juízes que teriam ventilado notícias falsas ou parciais acerca dele, não passando de simples “ignorantes de estas materias”. Ainda acerca desse transbordamento emocional, nossa dúvida seria se essa suposta perda de compostura, ainda que durável por alguns átimos de segundo, não passava de uma encenação de descontrole, visto que emoções também servem a persuadir, ainda que a conta-gotas, rememore-se o famoso adágio de que nada seca mais rápido do que uma lágrima?

Se é válido pensar que, a priori, um discurso escrito espalha-se aos quatro cantos, inclusive, podendo chegar às mãos de quem não detém condições para o compreender como se deve, naquele presente da enunciação percebe-se o enxerto de diversas marcas da interlocução, definindo a quem se pretende aceder por meio do discurso, vide o aparecimento da segunda pessoa do discurso, isto é, a quem o papel se propõe atingir. O autor dirige-se com certa frequência ao seu narratário.²⁶⁶

Numa passagem complementar, abaixo exposta, a fisionomia desses leitores revela-se com um pouco mais de nitidez, ao perfilhar pessoas não individualizadas, referidas no texto por

²⁶⁵ Ibidem, p.253.

²⁶⁶ Cfr. FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.280.

meio de pronomes indefinidos, “los”, “ustedes”²⁶⁷ e “quien”.²⁶⁸ Além disso, os possíveis referenciais dessa segunda pessoa do discurso correspondem a um rol de destinadores discretos, a quem Manuel de Faria e Sousa roga a maleabilidade, isto é, que tenham o “*juicio libre*”,²⁶⁹ purificado de toda a paixão, para que se prestem à gentileza de examinarem o caso que tem a informar. É nessa configuração que os chamados “olhos intelectuais” devem entrar em ação, conduzindo a todos que são discretos às alegadas verdades das razões.

Como “instrumentos de mi judicaria”,²⁷⁰ o narrador oferece provas lógicas, que se fundamentam em razões. O narrador reforça a solidez de seu discurso, disseminando, ora cá, ora acolá, que se apoia em certezas e não suspeitas, “se vea que yo no escribo sospechas sino certidumbres”.²⁷¹ Tal audiência discreta não deve formar julgamentos com parcialidades, sob o risco de não acederem ao que é verdadeiro. Além disso, não deve deixar-se impressionar e, assim, influenciar-se pelo calor das paixões. Isso tudo que se aguarda de uma audiência seleta distingue-se das opiniões formadas pelos toscos, conduzidos pelos sentidos, tais como os brutos, seres da natureza:

Los que presumen de fidelísimos y los que llegaron a notarme de infiel para con el marqués sin saber las causas de estas discordias, ahora que las saben, examinen consigo si llegados a los términos a que yo llegué con él, usaran de tanta fineza. (...) Muéstrenme otra acción suya como ésta, y algunas más que ya referí, los que osaron juzgarme, ignorantes de estas materias.²⁷²

Há outros lugares especiais do discurso forense. A expressão “parecer increíbles” remete o exato ponto em que Cícero, em *De inventione*, distingue as categorias de fábula, história e argumento: a primeira diz respeito à ordem das matérias fingidas, isto é, ficcionais; a segunda, a acontecimento real; a última, ao que é ficto, mas factível. O narrador presume uma audiência resistente e, como medida de defesa, propõe circular uma matéria propagandeada enquanto um valor mais sólido, diversa de uma mera opinião que se apoia em murmúrios. Como estratégia para vencer essa oposição montanhosa, convoca o leitor a receber tais revelações ditas verdadeiras. Estas, em termos platônicos, consistem nas proposições icásticas, isto é, proporcionais ao paradigma, ainda que o argumento da história mais se assemelhasse a uma fantasia, a uma fraude, a uma nuvem de invenção, ao menos da perspectiva da maior parte da gente. Dito de um outro modo, as histórias, de tão absurdas que eram, quase soavam ou mesmo soavam como mentiras.

²⁶⁷ Ibidem, p.265.

²⁶⁸ Ibidem, p.264.

²⁶⁹ Ibidem, p.264.

²⁷⁰ Ibidem, p.259.

²⁷¹ Ibidem, p.277.

²⁷² Cfr. “Buenas y sólidas eran todas estas razones si las escuchara quien tuviera juicio libre para admitirlas y no quien estaba arrebatado de un terror increíble y de una vanidad tan grande como la de llamar profecías a aquellas simplicidades.” (FARIA E SOUSA, 1975, p.264); “con esto satisfago yo a los que vanamente discurrieron en esta materia, y los tendré por ignorantes si no se satisfacen con esto, por ser esto de todas maneras indubitable.” (FARIA E SOUSA, 1975, p.352).

Com isso, o trecho supracitado permite refletir acerca do gênero de causa instaurado no discurso, mais apropriadamente do gênero de causa dúbio (*genus dubium*²⁷³ ou *anceps*²⁷⁴). Perante a *doxa*, o narrador dá o braço a torcer, admitindo que a matéria de sua comunicação soa como fabulosa, sendo inacreditável “a unos casi y a otros totalmente”. Isso perfaz a sua absoluta posição de desvantagem perante a parte adversária, ainda que, na altura desses acontecimentos, detivesse uma relativa fama de escritor público. Em *Sobre a dissimulação honesta*, capítulo “Jamais é lícito abandonar a verdade”, Torquato Accetto apregoa que não convém declarar uma verdade com aparência de mentira. Por meio desta passagem do *Inferno* de Dante, “(...) àquela verdade que tem feição de mentira deve o homem fechar os lábios o quanto puder, antes que sem culpa passe vergonha”,²⁷⁵ o autor italiano considera que adiar uma verdade consiste num ato de discrição. Com relação ao que é verdadeiro, mas escondido sob uma capa de falsidade, Accetto é da opinião que não convém colocar a verdade em desafio, sendo mais válido adiá-la, ou suspendê-la, já que opiniões são mudáveis. Vale dizer que, para o autor de *Da Dissimulação honesta*, o adiamento ou suspensão da verdade não equivale ao abandono dela.

Constata-se a especificidade de *La fortuna*: os alegados boatos contra o letrado ventilaram-se por todos os cantos, tendo adquirido enormes e perigosas proporções. Com efeito, dada a gravidade do caso, o ato de eximir-se não parece constituir o passo mais acertado. No lugar disso, é imperativo a ação de reagir para escudar-se contra a maledicência alheia, como por meio do disparo de folhetos defensórios apologéticos, a operar como uma espécie de antídoto. Vale observar que essa ação contrária à corrente majoritária exige, por parte do contendor, uma força descomunal para vencer a parte adversária. Figurativamente, um David contra Golias ou, com ares esópicos, uma formiga contra uma fera, animais fabulosos de estatutos dessemelhantes.

Nessa alegada inversão de posições, o ponto mais baixo da roda reservava-se àqueles que não mereciam o recebimento da má sina. Com nojo, o narrador coloca-se em fronteira com Castelo Rodrigo, numa cisão. Veja-se a antinomia ou o binômio opositivo que se estabelece entre o secretário e o amo. Em termos das verdades socialmente aceitas (*doxa*), a primeira pessoa do discurso lamenta a etiqueta que lhe é cunhada, sendo estigmatizado como culpado e doble²⁷⁶ (dúplice, falso), ao passo que a fama do adversário transita apenas por qualidades positivas, como o ser justo e simples (*simplex*). A mobilização desses traços constituintes do caráter de Castelo Rodrigo, como postos, beira as raias de uma legenda dourada que, fora de Portugal, parece repercutir até os dias de hoje.

²⁷³ ANÔNIMO, *Retórica a Herênio*, I, 5.

²⁷⁴ Cfr. QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, I, 40.

²⁷⁵ ACCETTO, Torquato, *Da dissimulação honesta*, 2001, p.13.

²⁷⁶ Cfr. Vide aforismo 16 de MORALES, Baltasar Gracián y, *Oráculo manual*, 1999, p.10: “Saber con recta intención garantiza la abundancia de aciertos. Un buen entendimiento casado con una mala voluntad fue siempre una violación monstruosa. La intención malévolá es un veneno de las perfecciones y, ayudada del saber, daña con mayor sutileza. ¡Desafortunada eminencia la que se emplea en la ruindad! Es una ciencia sin seso, una doble locura.”

Com a alegada fuga do ex-funcionário, o marquês reforma subitamente a sua conduta. Aqui, como no centro de um grande espetáculo, Castelo Rodrigo ameaça cometer suicídio – o mais vil dos pecados – destempero que passou a exigir ainda mais a companhia do secretário, que devia vigiá-lo para que freiasse um ímpeto ou impulso suicida. Além disso, *La fortuna* conta que o marquês passou a fazer doações onerosas aos pobres, tendo também consultado uma feiticeira para prever quais seriam os seus passos vindouros, além de espalhar imagens de santos por todas as paredes de sua habitação. Alguns observadores registraram em carta a fé fervorosa do marquês que, como talvez conveniente a um varão investigado por pederastia, passou a aumentar a frequência às missas ao lado da esposa catolicíssima. Perante tais cenas passadas em Roma, as testemunhas de ocasião não podiam imaginar que a religiosidade do casal havia brotado da noite para o dia. Isso pode conferir-se num relato de Vicente Nogueira: “aquele Santo Marquês que aqui fazia vida de beato, confesando e comungando cada semana mas que naide.”²⁷⁷ Em suma, ambos colocavam-se a rezar com fervor a olhos públicos. Com um certo teor risível, o narrador de *La fortuna* conta que um padre confessor havia sido escalado como que de última hora, alçado para frequentar o círculo de privança da autoridade. É nesse contexto que a pena ferina de Manuel de Faria e Sousa outorga a Castelo Rodrigo o apelido desdenhoso de “marqués de Castelrodillas” (“rodillas”, joelhos), ressaltando com chiste a sua falsa religiosidade.

2.1.2.3.4 IMPUTAÇÃO DE CRIMES

Na “Instrucción al conde de Monterrey para la embajada extraordinaria a Roma”, apregoa-se que a Casa do embaixador deve manter o recato: “será propósito ordenar a vuestros criados y familia y los demás españoles y allegados a vuestra Cassa, no den justa ni razonable ocasión de queja y escándalo, antes vivan modesta y cuerdamente”.²⁷⁸ Ocorre que isso não é conferido nos interiores do palácio de Castelo Rodrigo. Acerca da corrupção, vide Fernando Bouza:

Os fidalgos que dominavam o Conselho de Portugal foram os que verdadeiramente beneficiaram da capacidade graciosa do rei, já que Filipe II de Espanha reconheceu como privilégio que somente se concedessem mercês lusitanas a portugueses, consultando-se estas no Conselho de Portugal. Em relação a isto, e com uma claríssima animosidade, Diogo Manuel de Orta asseguraria, em 1638, que “los nobles y fidalgos comen y disfrutan todas las rentas reales y son señores de todo, ellos son los reyes”. Da outra parte, os oficiais letrados. Embora fossem, em teoria, os fiéis servidores do rei que se distribuíam por todo o domínio, ao administrarem um reino de monarca ausente acabavam por se beneficiarem a si mesmos.²⁷⁹

²⁷⁷ HERNÁNDEZ, Santiago Martínez, “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, *La Corte en Europa: Política y Religión (Siglos XVI-XVIII)*, 2012, p.1153. Extraído da Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Cod. 71-IX-7, ff. 273-274v.

²⁷⁸ RIVAS ALBALADEJO, Ángel, *Entre Madrid, Roma y Nápoles. El VI Conde de Monterrey y el gobierno de la Monarquía Hispánica (1621-1653)*, 2015, p.281. Extraído do Archivo General de Simancas, Estado, leg. 3139.

²⁷⁹ BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*, 2000, p.118.

Passemos ao exame da imputação de crimes a Castelo Rodrigo.

2.1.2.3.4.1 FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

O tema das falsificações tem sido bastante estudado. Gregório Maraño elencou alguns casos representativos dos falseadores. O relato mais famoso consiste no caso de Miguel de Molina. De acordo com Maraño, o servidor da Casa do aristocrata Conde de Saldaña foi acusado de ter falsificado mais de 300 documentos: “E o Tribunal que o julgou, formado por aristocratas, pôde acusá-lo de ter falsificado mais de 300 documentos como se fossem do Rei ou do Conde-Duque, que passavam para os governos estrangeiros e sobretudo para o de França”.²⁸⁰ Maraño ainda revelou que Miguel de Molina foi sentenciado em 1641 com a morte por esquartejamento. Mas Filipe IV, horrorizado com a brutalidade dessa condenação, concedeu-lhe o benefício de uma morte mais urbana, por meio da força.

Em seguimento da narração dos desvarios do marquês, Manuel de Faria e Sousa revela o grave intento de Castelo Rodrigo de falsificar um documento oficial, aproveitando-se das capacidades caligráficas do secretário, muito embora fosse canhoto, condição impeditiva para a aersidade dos movimentos, para a realização de tais adulterações. Em *La fortuna*, esse episódio ocorre no “Livro Octavo”, cap.I. Dito isto, vejamos a seguir como se configura essa assim chamada “ficción de letras”:

Llamóme el marqués un día y no me dijo menos de que le era necesario que yo falsificase una carta y firma del rey. Esto era a la entrada de la negociación de unos millones que el rey pretendía le concediese el papa en los eclesiásticos. Díjome estas palabras: Yo tengo aquella carta del rey que es fuerza mostrar al agente de Portugal, Miguel Suárez, mas porque hay en ella cosas que deseo no vea, quisiera que me diciéredes otra, imitando bien las letras del secretario y del rey para que no se dude de que es la propia; y esto ha de ser después que yo añadiere y quitare lo que fuere necesario.²⁸¹

No trecho supracitado, conta-se que o marquês solicita a Manuel de Faria a falsificação de um papel. O arremedo consiste na supressão de alguns termos da pena de Miguel Soares, agente português, seguido do acréscimo de outras alíneas mais favoráveis a Castelo Rodrigo. Feito isso, era preciso rematar a contrafacção com uma assinatura do rei a mais perfeita possível, para evitar o levantamento de suspeitas quanto à autencidade do papel.

O marquês, ao incitar que Manuel de Faria arremedasse o documento, fornece as direções das passagens que deviam ser alteradas, com o acréscimo de outras alíneas, fazendo menoscabo desse mero pedido, como se fosse algo sem importância. O narrador, atônito com o pedido, vacila se devia realizar ou não o serviço. Ele medita acerca das consequências que poderiam surgir, tanto para

²⁸⁰ MARAÑÓN, Gregorio, *Olivares: a paixão de mandar*, [19--], p.79.

²⁸¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.294.

o caso de aceitar fazer essa falsificação, quanto para o caso da recusa. Ele aventa a hipótese de que o pedido, aparentemente anódino, poderia ser uma tramóia para incriminá-lo.

Por outro lado, nas “Consultas”, Castelo Rodrigo afirmou que o secretário, competente na arte de fingir letras, havia falsificado a sua firma tantas vezes, passando-se por Castelo Rodrigo.

2.1.2.3.4.2 REVELAÇÃO DAS CIFRAS DA EMBAIXADA

Além do escândalo de falseamento de papéis, outro crime imputado consiste na revelação das cifras da Embaixada ao funcionário Damián Martínez, a quem o marquês confidenciou as chamadas instruções secretas, relativamente às orientações que o rei passava ao embaixador, revelando os objetivos pretendidos com a missão. Acerca disso, vide o capítulo “Do embaixador”, dos *Ensaïos*, de Montaigne, bem como a *Corte na aldeia*: “Porém, a eleição do tempo, ocasiões e palavras fica subordinada ao seu entendimento e, para isso, dão os reis e seus conselhos supremos largas instruções, regimentos e ordens de como se hão-de haver nas cousas os embaixadores que são mais largas quanto são mais remotas as províncias a que são enviados”.²⁸²

Em *La fortuna*, esse assunto ocorre no “Livro Sexto”, cap. 3. Vejamos um trecho acerca disso:

Si yo supiera entonces lo que después supe, aún pudiera decir más acerca de esto; y es que el marqués llegó a hacer de él una confianza que ningún fiel y prudente ministro puede ni debe hacer de su padre o de su hijo, y fue mostrarle la instrucción secreta que llevaba del rey para aquella embajada; crimen totalmente grande.²⁸³

A questão da confidencialidade dos papéis trocados entre autoridades surge no final de *De conscribendis epistolis*, de Luis Vives. Para este autor, a escrita oculta pode realizar-se por meio da utilização de uma língua pouco conhecida, tal como o grego, o alemão ou a língua inglesa. Contudo, a ressalva dessa solução consiste no aumento dos entendedores versados em diversas línguas, o que impede a manutenção do segredo das mensagens. No lugar disso, recomenda-se o que chama de notas herméticas:

Como sea que en los cortejos de cualquier príncipe andan individuos conocedores de muchas lenguas, se inventó un género de notas herméticas: llámanlas cifras, de las cuales nadie es capaz de arrancar sentido alguno si no se conoce el abecedario y el significado convencional de las palabras que usan entre sí.²⁸⁴

Quanto a esse tema tão pouco conhecido, Manuel de Faria revela que havia um funcionário que era alçado com exclusividade para lidar com as cifras, devendo conquistar a

²⁸² LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na aldeia*, 1991, p.113.

²⁸³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.264.

²⁸⁴ VIVES, Juan Luis, “Redaccion epistolar (De conscribendis epistolis)”, *Obras completas*, 1947, t.2, p.872.

facilidade de converter textos em códigos por meio da exercitação: “Platicábase que en la secretaría de la embajada solía haber un oficial mayor que atendía solamente a los papeles que se escriben en cifra”.²⁸⁵

2.1.2.3.4.3 CRIMES DA FAZENDA

No artigo “O discreto”, João Adolfo Hansen considera que:

A característica principal desse gênero literário conhecido como *speculum* ou *specula principum*, espelho ou espelhos de príncipes, é o fato de apresentarem o elenco completo das virtudes que o governante deve ter. Geralmente, os vícios mais criticados neles são a embriaguez, o orgulho, a ira, a venalidade e a aceitação de presentes. Propõem que, acima de tudo, o governante deve temer a Deus e honrar a Igreja, agindo segundo as quatro virtudes cardeais, prudência, magnanimidade, temperança e justiça.²⁸⁶

Manuel de Faria e Sousa tece um amplificado arco de vícios imputados a Castelo Rodrigo, dito um mau governante, ressaltando que o aristocrata detinha um juízo particular quanto à administração da “hazienda”, o que engloba a sobredita venalidade e aceitação de presentes. Leia-se o ponto primeiro do documento “Memorias mias para advertir”:

Que es verdad que sirviendose el Marques de CastelRodrigo en Genova con particularidad principalmente de hazienda i teniendo entregue la cifra de la embaxada a Damian Martinez moutiño se vinieron a descomponer de manera acerca de una mujer q el Damian despidiendose saliò publicando con terminos grandes que el dicho Marques era un malissimo servidor del Rey nuestro señor, i que tratava o usava de rapazes; i que en su casa todo eran putos.²⁸⁷

Para o propósito de fornecermos uma breve demonstração de como se configura essa verdadeira aberração moral, cujo vício liga-se ao acharque do dinheiro público, dilapidando-o, vale a pena lembrarmos um trecho da *Retórica a Herênio*. Na passagem o Anônimo latino ensina métodos para conquistar a confiança do público a partir da desqualificação moral da pessoa adversária. Para isso, aconselha insuflar os afetos da audiência contra a parte oponente, por meio da revelação de seus atos desprezíveis:

Baseados na pessoa dos adversários, granjearemos a benevolência se levarmos os ouvintes ao ódio, à indignação e ao desprezo. Ao ódio havemos de arrebatá-los se alegarmos que aqueles agiram com baixeza, insolência, perfídia, crueldade, impudência, malícia e depravação. À indignação os moveremos se falarmos da violência dos adversários, da tirania, das facções, da riqueza, intemperança, notoriedade, clientela, laços de hospitalidade, confraria, parentesco, e

²⁸⁵ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.216 e p.238.

²⁸⁶ HANSEN, João Adolfo, “O discreto”, *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*, 2019, p.119.

²⁸⁷ FARIA E SOUSA, *Memorias mias para advertir*. Ver “Consultas”.

revelarmos que se fiam mais nesses recursos do que na verdade. Ao desprezo os conduziremos se expusermos a inércia dos adversários, sua covardia, ociosidade e luxúria.²⁸⁸

É possível identificarmos praticamente todos esses atos de vilania como atribuídos a Castelo Rodrigo. Em inúmeras passagens o narrador denuncia a prática de nepotismo, afirmando que Castelo Rodrigo procede à formação de uma rede restrita, composta por parentes e amigos, beneficiando a si e aos mais próximos com cargos públicos, alimentando todos os escolhidos com vantagens, regando-os com títulos e mercês. Tomado pela ganância do entesouramento desmedido, Castelo Rodrigo procede com o favorecimento particular a partir do sequestro da máquina do poder, recebendo benefícios econômicos em razão de sua condição de mandatário de monta, isto é, apropriando-se dos aparelhos do estado monárquico de forma ilícita. São diversos os momentos em que denuncia a prática de nepotismo, como expostos em nota de rodapé.²⁸⁹

Como se sabe, a entrada de negros era restrita nas igrejas, vide a construção da Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto, Minas Gerais, entre outros exemplares. Com relação a isso, o poderio do clã era tamanho que, mediante uma simples recomendação da marquesa, um mulato, protegido da família, obteve autorização para circular nos espaços interiores de uma igreja de Coimbra:

cuando salió primero proveído de su mano un mulato (hoy me dicen vive en Lisboa), cuyo nombre era Domingo Suárez y su mérito andar por las casas con una guitarra cantando a ella. Fue notable la risa que causó en todos este principio en esta materia, y al fin tenía por disculpa que la marquesa había gustado de su música y buenos dichos; porque también tenía su parte de bufón, sin la cual no hay medrar con señores, y con la cual éste, por su color incapaz de entrar en iglesias catedrales, consiguió que la marquesa le hiciese dispensar para la entrada en ellas; y si no me acuerdo mal, he oído decir que en la de Coimbra tiene un canonicato.²⁹⁰

Dentre outras imagens bastante impactantes, o narrador traceja obliquamente, com insinuações, o nobre em analogia a um polvo, vide as *Imprese sacre con triplicati discorsi illustrate* (...), de Paolo Aresi, que traça o polvo como um sedicioso. Vide em nota de rodapé algumas

²⁸⁸ ANÔNIMO, *Rhetorica ad Herennium*, I, 8: “Ab adversariorum persona benivolentia captabitur, si eos in odium, in invidiam, in contemptum adducemus. In odium rapiemus, si quid eorum spurce, superbe, perfidiose, crudeliter, confidenter, malitiose, flagitiose factum proferemus. In invidiam trahemus, si vim, potentiam, si factionem, divitias, incontinentiam, nobilitatem, clientelas, hospitium, sodalitatem, adfinitates adversariorum proferemus et his adiumentis magis quam veritate eos confidere aperiemus. In contemptum adducemus, si inertiam, ignaviam, desidiam, luxuriam adversariorum proferemus.”

²⁸⁹ “atendiendo sólo a su particular, no había duda en que era muy fácil, pero muy difícil si se había de hacer atendiendo al servicio del rey. Así como yo no podía contenerme para disimular lo que entendía, él menos para dejar de decir al marqués lo que me escuchaba; pareciéndole mal, porque por los medios que el marqués quería enriquecer a sus hijos, quería él que el suyo enriqueciese” (FARIA E SOUSA, 1975, p.296); “Era tal codicia del marqués, que estando en Roma y habiendo ya alcanzado muchos beneficios (aunque en secreto) para sus hijos (FARIA E SOUSA, 1975, p.299) e “Había también alcanzado beneficios para sobrinos suyos, hijos del conde de Vimioso” (FARIA E SOUSA, 1975, p.303).

²⁹⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.303.

passagens extraídas de *La fortuna* em que Castelo Rodrigo aparece agindo como se fosse um polvo.²⁹¹

Vale a pena notar que, no “Sermão de Santo António”, pregado na cidade de São Luís em 1654, o padre Antonio Vieira cristianiza o polvo enquanto um traidor, tal como Judas. Vejamos uma passagem desse sermão:

O Polvo com aquelle seu capello na cabeça, parece hum Monge, com aquelle não ter osso, nem espinha, parece a mesma brandura, a mesma mansidão. E debayxo desta apparencia tão modesta, ou desta hypocresia tão santa, testemunhão contestamente os dous grandes Doutores da Igreja Latina, & Grega, que o dito Polvo he o mayor traydor do mar.²⁹²

Outra passagem do sermão trata da simulação do polvo: “O Polvo escurecendo-se a si, tira a vista aos outros, & a primeira trayção, & roubo, que faz, he á luz, para que não distinga as cores. Vê, Peyxe aleyvoso, & vil, qual he a tua maldade, pois Judas em tua comparação já he menos traydor”.²⁹³ Portanto, para o narrador, Castelo Rodrigo consistia num péssimo servidor para a Monarquia.

2.1.2.3.4.4 SEXUS CONTRA NATURAM

O tema da homossexualidade ocorre no *Banquete*, de Platão. Os convivas colocam-se a discorrer acerca do Amor. O discurso de Fedro trata de um tipo de amor entre homens, relação esta que era considerada a mais pura dentre todas as manifestações amorosas. Inspirado por Eros, tratava-se de uma parceria entre um homem mais velho, que se colocava na posição de oferecer bons preceitos ao mais jovem, iniciando-o aos assuntos da *pólis*. Para Parmênides, os homens consistiam numa peça única, cujo corpo era formado por duas unidades de ser. Nessa configuração, os seres andróginos eram formados por um membro masculino e outro feminino, havendo também a peça formada por dois homens, bem como outra constituição formada por duas mulheres. Tendo os homens perdido essa condição, passavam a procurar a outra parte que lhes locupletavam.

A embaixada de Espanha em Roma foi palco de inúmeros alvoroços. Ángel Rivas Albaladejo pontua um grave incidente ocorrido durante a embaixada do V conde de Oñate, que atuou na Santa Sé entre 1626 e 1628. Segundo o estudioso, o embaixador havia se envolvido numa

²⁹¹ “temíalos como la caza el lazo que ya conoce, por haber escapado de él alguna vez” (FARIA E SOUSA, 1975, p.296); “Allá había estado por agente de Portugal don José de Melo, que era ahora arzobispo de Évora, y pidiéndole el marqués una instrucción, la redujo él a que si quería negociar bien en Roma y conseguir gran nombre, no había que hacer más de traer la mano larga. Como esto era cosa ardua para el marqués, enfadóse mucho de este arbitrio.” (FARIA E SOUSA, 1975, p.296); “que tiene poder sobre los pequeños” (FARIA E SOUSA, 1975, p. 297); “En otro lance, me dijo el propio Mascareñas que mirase como hablaba del marqués en cualquier parte, porque en la más apartada le hallaría tan presente como en Roma para satisfacerse; por cuanto los brazos de los señores tan grandes eran de tanta longitud que alcanzaban del uno al otro clima o polo.” (FARIA E SOUSA, 1975, p.346).

²⁹² VIEIRA, Antônio, “S. Antonio no Maranhão”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, 1682, v.2, p.340-1.

²⁹³ Ibidem, p.341.

aventura amorosa com uma mulher comprometida. O caso acabou por se tornar uma grande confusão pública, resultando na morte de alguns funcionários de Oñate: “una dama de tierna edad, biçarra, hermosa, música, amorosa, apacible, graciosa de espíritu y endendimiento, partes que referidas de algunos obligaron al conde de Oñate a visitarla...”²⁹⁴

É nessa linha que Manuel de Faria e Sousa trata da questão do comportamento libertino de Castelo Rodrigo incontáveis vezes, como quem inserta a ideia de que o palácio de Castelo Rodrigo estava mais para um luxurioso harém formado por efebos. A *Retórica* aristotélica ensina que o hábito consiste “no que se faz por se haver feito muitas vezes”.²⁹⁵ Tecnicamente, a frequente retomada dessas histórias visa a perfazer o costume de um homem pernicioso, que se divertia sexualmente com jovens desbarbados²⁹⁶, praticando o *sexus contra naturam*, o dito pecado nefando. Pela frequência, o hábito contrapõe-se a um fato isolado, que pode ou não pode ocorrer, portanto, sendo aquele algo mais grave que uma mera eventualidade.

Entre outros casos assinalados, destaca-se o de César Martelli, “su querido mozo de cámara” (p.293), que parece ter sido o adolescente ou efebo preferido do aristocrata. O narrador afirma que ambos passavam horas a fio no interior da câmara, trancafiados, numa clara insinuação de que ambos mantinham relações homoeróticas. As más línguas diziam que César Martelli, em privado, vestia-se com roupas e adereços femininos. A expressão “César gastó como César”²⁹⁷ remete o suposto socorro financeiro ao amante esbanjador:

Tenía el marqués un criado mozo llamado César, porque era italiano, y tratábase a lo precioso y con algunos aderezos más propios de mujer que de hombre. Su propia ocupación era de abrirle los cuellos que entonces se usaban y aderezarle las valonas, que después se usaron y usan hoy. Era casado y ya había servido a otro título, que había sido preso a título no bueno. Lograba singularmente la gracia del marqués, porque con él se recogía y trataba a solas (decían) sus secretos.²⁹⁸

No trecho exposto, o caso relatado adquire ainda mais gravidade, por insinuar relações que invertem os papéis ditos por naturais, como um homem usar adereços de uma mulher. Isto parece insinuar a prática de sexo passivo, daí o termo *sexus contra naturam*. Se é verdade ou não que os dois mantinham um caso, o fato é que esse jovem funcionário não foi obliterado no testamento de Castelo Rodrigo, recebendo um rico legado, conforme informou Santiago Martínez Hernández: “En el codicilo redactado por Castelo Rodrigo en Madrid el 26 de enero de 1651,

²⁹⁴ RIVAS ALBALADEJO, Ángel, *Entre Madrid, Roma y Nápoles. El VI Conde de Monterrey y el gobierno de la Monarquía Hispánica (1621-1653)*, 2015, p.244. Extraído de “Caso que acaeció el conde de Oñate siendo embaxador en Roma”, Archivos de los Duques de Alba, Caja 75-3.

²⁹⁵ ARISTÓTELES, *Retórica*, p.92.

²⁹⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.310.

²⁹⁷ Ibidem, p.289.

²⁹⁸ Ibidem, p.189.

figuraba, en las mandas testamentarias, el citado César, entre otros muchos servidores, como ‘el criado más antiguo que tengo, que desde mi mozedad me a servido muy a mi gusto y satisfacción’”.²⁹⁹

Passemos a um outro caso, vide o trecho abaixo:

Llegamos a Cadaqués, adonde fue necesario parar no sé cuántos días porque el león del golfo andaba rugiendo de manera que bien parecía buscar a quien traga[r]se. Salimos por aquellos montes, en que encontré algunas veces al marqués arrimado a un mancebo que un mes antes había entrado a servirle; y éste era el mayor mérito, por aquel refrán de todo lo nuevo aplice (...) Yo pasaba por el marqués y él por mí con igual silencio; él ponía los ojos en el suelo y en el cielo yo. No había entre los dos otra diferencia, para parecer amo y criado, que la de quitar sombrero en estas vistas. Aquel mancebo andaba contentísimo con aquellos favores; (...) ³⁰⁰

Nele, o narrador insinua o interesse de Castelo Rodrigo por um mancebo que conhece na cidade litorânea de Cadaqués. Repare-se a escolha da palavra “favor”, que remete ao tema do lirismo amoroso. O uso do diminutivo, “mancebito de Cadaqués”, contrai um certo sarcasmo da pena ferina do escritor. A menção ao adágio “todo lo nuevo aplice” diz respeito aos foros de um comportamento sexual desregrado, equivalente à expressão hodierna *há carne nova no pedaço*.

Dessa passagem, centremos a nossa atenção ao período “él ponía los ojos en el suelo y en el cielo yo”,³⁰¹ que soma significados advindos de diferentes campos semânticos. No artigo “Manuel de Faria e Sousa: autobiografias e retratos”, Maria Lucília Gonçalves Pires comenta esse exato jogo de palavras contido na expressão, averiguando que os termos presentes dispõem-se na fronteira de seus contrários, isto é, a contraposição do par “él” vs. “yo” alinha-se ao outro par “suelo” vs. “cielo”. Certamente os dois pares reforçam a posição de antagonismo que há entre “yo” (Manuel de Faria e Sousa) e “él” (Castelo Rodrigo), mas não só. As possibilidades oferecidas por essa expressão não se esgotam aí. Maria Lucília Gonçalves Pires, ao resenhar *La fortuna* no artigo supracitado, nada comenta acerca das acusações de homossexualidade presentes no discurso de Manuel de Faria e Sousa, muito embora esse tema fosse incontornável para o papel, já que o tema da sexualidade libertina do amo constituiu um dos pilares da intrincada impreciação. O que gostaríamos de acrescentar é que os movimentos antagônicos dos olhares de cada personagem, em que um mira para cima, e outro mira para baixo, exprimem conteúdos éticos, revelando um estado de constrangimento entre as partes. Castelo Rodrigo, ao olhar para baixo, parece fugir ao encontro do olhar (certamente) condenatório do secretário. Este, por sua vez, evita a contemplação do conluio, como quem o condena com veemência, sem verbalizar.

²⁹⁹ MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago, “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al Marqués de Castelo Rodrigo, Embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, *La Corte en Europa: Política y Religión* (Siglos XVI-XVIII), 2012, v.3, p.1167. Extraído de: Biblioteca Ambrosiana de Milán [BAMi], Fondo Falcò Pio di Savoia, VN. 201, sin foliar.

³⁰⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.233.

³⁰¹ Ibidem, p. 233.

Cfr. também *Fedro*. No diálogo, a parábola da biga (seções 246a - 254e) vale-se de dois cavalos para elucidar a visão platônica acerca da alma humana.

Esse modo de afirmar e não afirmar, mas que deixa mais ou menos claro se tratar de um caso de homoerotismo, como explicitamente expresso no trecho “Lo que en esto quiso decir quiero yo callar”,³⁰² entre outros, também se confere numa passagem da *Sexagésima*, em que Antonio Vieira, ao tratar da vaidade de alguns religiosos atuantes no paço, censura alguns oradores que chegavam ao cúmulo de pronunciar sermões em voz de falsete. Para expressar a sua ojeriza, Antonio Vieira não reveste com palavras a censura que quer imprimir, mas somente oferece mostras desse sentido por meio de interrupções, ocultamentos, gestos e expressões, visagens no curso da oração sacra: “Na comedia o Rey veste como Rey, & falla como Rey: o lacayo veste como lacayo, & falla como lacayo: o rustico veste como rustico, & falla como rustico: mas hum prégador vestir como religioso, & fallar, como: não o quero dizer por reverencia do lugar”.³⁰³

A frase em destaque permite sobrepor uma outra camada de significação, como a oposição entre céu vs. inferno. No *Fedro*, de Platão, os cavalos alados lutam entre si na condução da biga (metáfora do Intelecto humano). O cavalo branco, de boa estirpe, deseja ascender, enquanto outro, selvagem, deseja rumar para direção oposta. No “Sermão de Santo António” (1654), realiza-se o elogio do peixe quatro-olhos, metáfora do fiel ideal. Por movimentar-se na superfície, esse peixinho pode deparar-se tanto com inimigos do céu, mormente as aves, quanto inimigos que surgem das fossas, mormente os peixes maiores, que querem abocanhá-lo. Por esse motivo, o referido peixe possui um par de olhos voltado para cima, e outro par voltado para baixo.

Oh que bem informára estes quatro olhos huma Alma racional, & que bem empregada fora nelles, melhor que em muytos homens! Esta é a prêgação que me fez aquelle peyxesinho, ensinandome, que se tenho Fé & uzo da razão, só devo olhar diretamente para cima, & só direytamente para bayxo: para sima, considerando, que ha Ceo, & para bayxo, lembrandome, que ha Inferno.³⁰⁴

Diante do exposto, o trecho quiasmático de *La fortuna*, aqui analisado, adjunge duas (ou mesmo três, se lembrarmos do *Fedro*...) camadas de significação, tanto acerca do âmbito da moralidade, quanto acerca do sagrado, com a clara oposição entre céu e inferno.

2.1.2.3.4.5 PLANO DE ASSASSINATO (PASSEIO DE COCHE)

Diogo Barbosa Machado lista, entre as obras de Manuel de Faria e Sousa que permaneceram em estado de manuscritura, uma desaparecida *Historia de los marquezes do castello rodrigo, e de la familia de moura*. Acerca desta, Machado afirma que João Baptista Lavanha deixou-a incompleta. É justamente em torno da redação desse livro que se dá início à perseguição cerrada ao funcionário, em especial, por um fato bastante comprometedor. Tudo isso se passa quando a

³⁰² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.298.

³⁰³ VIEIRA, Antônio, “Sermam da Sexagesima”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, v.1, 1679, §10, col.76-7.

³⁰⁴ VIEIRA, Antônio, “S. Antonio no Maranhão”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, 1682, v.2, §3, 344.

comitiva já se encontra instalada em Roma. O marquês, aficionado por papéis de sangue, encomenda a Manuel de Faria e Sousa que dê continuidade à redação de uma obra de genealogia acerca dos Moura-Corte-Real:

otra, que el suyo era tal que, deseando una historia de la familia de Moura ([que] es la suya), trujo a casa un pariente suyo (ya le he nombrado) para que se la escribiese, y este tal escritor, que también imitaba al marqués en la opinión que tenía de mi estilo, no escribía cláusula sin comunicármela, aprovechándose siempre de mis reparos y advertencias, con que se quedaba castigando a sí propio; y bien podía decir yo que aquella obra era mía, pues el no salir deslucida se debía a mis retoques. Ni el marqués dejó de darse también a sí mismo esta propia pena, pues pidiéndome en Roma que tomase a mi cuenta aquella escritura, no lo quise hacer aunque la di principio por no disgustarle tanto.³⁰⁵

Ocorre que este volume, que já havia sido iniciado, talvez pela pena do marquês e/ou pela pena de Lavanha, continha vários pontos de motejos a Olivares, bem como ao rei Filipe IV. Lemos em seguida que o marquês, arrependido de ter entregue esse texto de vida, pede para que Manuel de Faria queime o documento. Ocorre que Manuel de Faria não queima esse papel diante dos olhos do marquês, o que abre uma prerrogativa para que o marquês passe a suspeitar que o seu secretário tinha em mãos um documento comprometedor, podendo usar contra o marquês:

Estos días quemó el marqués algunos papeles y me mandó que quemase uno que estaba en mi mano. De ella era escrita la última mitad de él y de la suya la primera. El asunto era su propia vida, y cansábame mucho, porque en lo que estaba escrito de su mano se incluía el tiempo que había servido al rey siendo príncipe, y su entrada a reinar, y trataba de deslucir sus acciones y sus dichos, y del conde duque. Por esto, apenas me dijo que le quemase, cuando lo ejecuté; y apenas lo ejecuté cuando, saliendo él en busca de su confesor al convento y llevándome consigo, me preguntó si había quemado el papel.³⁰⁶

As suspeitas do marquês para com Manuel de Faria prosseguem:

Estos días andaba ya Juan Téllez con las alas muy caídas, porque hallaba en el marqués muy diferente rostro y ánimo; pero no por eso dejaba de hacer conmigo las diligencias que él le ordenaba. Una fue que, por arte, procurase saber de mí si era cierto que yo había quemado en Génova aquel papel que era relación de su vida, y en que trataba con desprecio de algunas acciones del rey y del conde duque. (...) De esta invención inferí que el marqués tenía sospecha de que yo, no habiendo quemado aquel papel, le guardaba con malicia/ y estas sus maliciosas sospechas, fueron las que de todo punto me hicieron aborrecerle; (...) ³⁰⁷

Conforme podemos notar, o que vai se desenhando ao final de *La fortuna* é a acumulação de indícios de que o marquês tinha a intenção de assassinar Manuel de Faria. Esse plano perverso culmina num episódio em que Manuel de Faria é obrigado a entrar num coche, onde já estavam dois lacaios. O secretário segura bem a espada. Por algum motivo o suposto plano de assassinato não se efetua. Manuel de Faria, ao retornar à casa, percebe que um outro funcionário de Castelo Rodrigo,

³⁰⁵ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.288.

³⁰⁶ Ibidem, p.288.

³⁰⁷ Ibidem, p.330.

provavelmente já ciente do plano, por um átimo de segundo expressa um susto ao deparar-se com ele. É por meio desses traços de caracteres que ele compõe a *confirmatio*, que não é o indício seguro, a *teckmerion*. No “Libro Décimo”, cap. III (Intento de una traición del marqués contra Manuel de Faría), o narrador dispõe uma prova final, propagandeada como “Al fin somos llegados al último peligro”,³⁰⁸ de que podemos inferir ser o argumento mais potente. O letrado relata que foi submetido a um passeio de coche.³⁰⁹ Ao entrar no veículo, dois capatazes o aguardavam, com a alegada intenção de eliminá-lo. Por qualquer motivo que se desconhece, o suposto plano de assassinato não se executa. No retorno a casa, o letrado percebe que um fiel funcionário de Castelo Rodrigo, ciente desse suposto plano de eliminação, ao deparar-se com ele vivo, reage com espontaneidade, deixando escapar um brevíssimo susto no semblante. Como visto, é por meio da mobilização desses traços de caráter que o narrador apresenta a confirmação (*confirmatio*) de um plano maligno, proposta como um indício seguro (*tekmérion*).

2.1.2.3.5 AFASTAMENTO EM DEFINITIVO, COM EMBATE VERBAL

No trecho a seguir,

Respondíome, pues, todo encogido y todo trémulo: Está bien. Y yo: No está bien; y porque no está bien, digo que protesto delante de Francisco de Párraga que ahí está, y que de cualquier manera es oficial del rey, que vuestra excelencia anda fulminando trazas sobre mi vida y [la] de mi mujer por las razones que vuestra excelencia sabe y que el mundo sabrá a su tiempo; y que ésta es la causa de usurparme mi libertad y querer con tantas violencias detenerme aquí. Y que salgo de esta casa limpio y sano de procedimientos y de vida, y que a nadie consta cosa en contrario, para haberse usado conmigo lo que es manifiesto; y que todo lo que a mí y a mi mujer sucediere de daño violento, procederá de vuestra excelencia que lo solicita. Ahora se quedó el marqués pareciendo la hormiga, y yo la fiera.³¹⁰

o narrador recorre ao recurso da dramatização, sem fazer uso dos costumeiros comentários agudos dos quais lança mão. A passagem constitui um dos pontos nodais de *La fortuna*, ou melhor, o momento de desenlace seguido de uma reviravolta. Além disso, joga luz às premissas ou circunstâncias que levam à composição do discurso. Isso porque o trecho flagra o exato instante em que o secretário afasta-se em definitivo do marquês. Após o episódio aterrorizante do passeio no coche, o narrador resolve romper os grilhões que o atavam à Casa do marquês de Castelo Rodrigo. O trecho deixa transparecer o forte antagonismo entre o secretário e o amo.

Conforme podemos conferir, ambos protagonizam em claro-escuro uma indisfarçada situação de contenda, a qual pode ser evidenciada por meio do choque de opiniões, como a expressa em “*Está bien*”, nas palavras do marquês, e “*No está bien*”, nas palavras do funcionário. Além disso,

³⁰⁸ Ibidem, p.339.

³⁰⁹ Para Marañón, o uso do coche servia como um subterfúgio para obter privacidade. MARAÑÓN, Gregorio, *Olivares: a paixão de mandar*, [19--], p.76: “É curioso notar que o Valido usava frequentemente o coche como escritório e salão de embaixadores, sem dúvida para procurar, nos seus receios, um isolamento maior que nos palácios.”

³¹⁰ Ibidem, p.342.

o narrador, nesse rapto de ira, parece subverter, ainda que por breves instantes, a forte relação de hierarquia a qual regula a dinâmica entre amo e funcionário, fixada, por exemplo, pelo uso constante do pronome de tratamento “*vossa excelencia*”, forma pela qual o subalterno dirige-se ao superior.

O narrador utiliza o recurso da fisiognomonia, isto é, caracterização de pessoas por meio de traços retirados de animais, procedimento de larga historicidade.

Ao observarmos a utilização dos símiles de animais, é de se esperar que, numa configuração habitual, um serviçal mais se identifique com a figura da formiga, inseto comumente caracterizado pelos traços de humildade e pequenez. Contudo, nessa reviravolta apresentada – raro uso da tópica do *mundo às avessas* num sentido positivo – o subalterno cobre-se com a imagem de uma fera. O funcionário, ao equiparar-se a uma fera a rugir, eleva o tom de voz para posicionar-se frente aos alegados excessos cometidos pelo aristocrata que, surpreso com as palavras pungentes do subalterno, reage com recolhimento e alteração de estado, meneios mais decorosos a quem faz as vias de uma formiga. O narrador fecha a fisiognomonia, ao dizer que “Ahora se quedó el marqués pareciendo la hormiga, y yo la fiera.”

Nessa dinâmica instaurada, Manuel de Faria e Sousa, ao responder diretamente ao marquês, comete um poderoso ato de fala, que é a ação de defrontar-se. A força do verbo performativo “protestar” é tamanha, pois alude a elementos importantes do tecido textual, como os fins do discurso. Dito isto, verifiquemos passo a passo as razões do protesto. O narrador age em resposta a uma ação do marquês que, segundo o texto, “anda fulminando trazas” contra a boa fama do empregado. Em outros termos, podemos supor que tais murmúrios, difundidos pela boca do marquês, maculam o bom nome de Manuel de Faria e Sousa. Em resposta a tais investimentos ou ofensiva, Manuel de Faria e Sousa depara-se com a necessidade de rebater as injúrias que o alvejam, prestando satisfações a essas maledicências. Pela régua da *Ética* aristotélica, o ato de reagir supõe um espírito viril, corajoso, oposto ao parasita, que rasteja regido pelo medo.

Continuemos com o estudo do trecho. A expressão “sair de esta casa limpio y sano de procedimientos y de vida” – constituída por termos pertencentes ao campo da ética – revela o intento de defender a própria dignidade. Mas não somente uma defesa de si. Em *La fortuna*, a defesa estende-se por todos os membros da família Faria, ou seja, dona Catarina Machado e Pedro de Faria e Sousa. O retrato moral do letrado, de acordo com Maria Lucília Gonçalves Pires, corresponde a uma “imagem do indivíduo de inquebrável rectidão de carácter, apresentando uma conduta sempre regida por elevados valores éticos”.³¹¹

No instante do relato, isto é, o ano de 1634, a delação de Manuel de Faria e Sousa perante as autoridades espanholas, conforme disparadora das “Consultas”, ainda não tinha sido aprontada. Pergunta-se se Manuel de Faria e Sousa, naquele momento, tinha em mente formalizar a acusação

³¹¹ PIRES, Maria Lucília Gonçalves, “Manuel de Faria e Sousa: autobiografias e retratos”, *Xadrez de palavras: estudos de literatura barroca*, 1996, p.165.

às autoridades? A razão de nossa suspeita explica-se a seguir. Em tom ameaçador, o funcionário vocifera que, oportunamente, o “mundo” tratará de conhecer a sua própria versão do litígio, alegação esta que se dará por meio da exposição de fatos ditos verdadeiros. O uso da expressão “el mundo” aponta para o provável lugar das pessoas destinatárias. Manuel de Faria e Sousa, no ato de protestar, parece guardar algum tipo de estratégia. Isso porque a declaração, conforme dita, parece antever os possíveis destinatários a que *La fortuna* acedeu de fato, conforme o papel correu em forma de manuscritos num círculo de leitores bastante restrito.

2.1.2.3.6 A DELAÇÃO

Quanto ao episódio da delação, para melhor compreendermos o contexto ou os meandros dessa controvérsia, faz-se necessário tornarmos ao personagem Damián Martínez, cuja nau ligeira em que embarcou às pressas prosseguiu viagem e o ex-funcionário, ao chegar em Madrid, conduziu as suas queixas à corte, como então havia prometido no calor daquele alvoroço. Mas qual a relação ou vínculo entre Martínez e Manuel de Faria e Sousa?

Estamos em 1634. Após passar pouco mais de dois anos a desempenhar a função de funcionário da Embaixada romana, Manuel de Faria e Sousa desliga-se energeticamente do corpo da comitiva e retorna junto com sua esposa e filhos para Madrid. Na sequência desses acontecimentos, já na capital do império espanhol e após muitas ponderações, o casal medita se devia ou não relatar a conduta criminosa ou as contravenções cometidas pelo marquês às autoridades espanholas. Manuel de Faria e Sousa vacila se devia ou não prestar queixas contra o marquês, temendo que fosse relacionado aos crimes cometidos por seu amo, seja na condição de uma testemunha, seja como um aquiescente. Ao fim, o letrado decide-se por ação mais ou menos espontânea prestar queixas das supostas contravenções cometidas por Castelo Rodrigo às autoridades espanholas.

A rigor, afirmar que a denúncia motivava-se por espontaneidade não é bem o termo. O casal considerava que antecipar o relato quadraria como a melhor saída. Eles supunham que as autoridades invariavelmente chegariam até os dois, uma vez que os escândalos do embaixador na corte papal, regados de excessos, já eram notados em Madrid. Assim presume o narrador de *La fortuna*, ao afirmar que os escândalos passados em Roma já eram conhecidos por um amigo residente em Madrid. Sob a alegação de proceder conforme o decoro que se espera de um súdito fiel para com o rei, Manuel de Faria e Sousa justifica o relato de seu caso particular sob a argumentação em defesa do bem público.

La fortuna narra esses passos com detalhes, como os momentos que antecedem a ida de dona Catarina Machado até o escritório em São Jerônimo El Real, em Madrid, onde Olivares despachava. Catarina Machado após passar por uma série de triagens, insistindo ser recebida, visto

que Olivares não concedia audiências a mulheres, ela é finalmente recepcionada pelo funcionário Francisco Gómez de Lasprilla.

Após descartarem a possibilidade de que suas palavras fossem apenas caluniosas, cheias de invenções ou paixões de um ser inferior, as autoridades acabaram por demonstrar bastante interesse para ouvir as graves acusações da própria boca de Manuel de Faria e Sousa. O teor da matéria atinge os ouvidos do valido. Este escuta o letrado com máxima atenção, que revela o conteúdo das graves reclamações.

O valido demonstra muito espanto, por serem as queixas semelhantes às relatadas por Damián Martínez. Então, Olivares solicita ao letrado para formalizar o que havia dito em um papel. Como veremos, a sequência de ações acaba por insuflar o escritor a relatar mais e mais detalhes sobre os procedimentos de Castelo Rodrigo em Roma, vide, por exemplo, o papel “Advertencia a una duda que se propuso acerca de lo propuesto.”

Ao que parece, quando Manuel de Faria e Sousa formalizou a sua queixa contra Castelo Rodrigo, o conde-duque de Olivares de algum modo já tinha ciência ou notícia acerca do comportamento do marquês a partir da boca do referido Damián Martínez. A justaposição de duas queixas de teor semelhante parece ter induzido o valido a instaurar uma rigorosa sindicância para averiguar a conduta do embaixador.

O valido decide-se por instaurar um processo para apurar a conduta do embaixador. Para isso, consolida uma junta de conselheiros egrégios, que incluía o próprio Filipe IV. Segundo disseram, o rei participou de um dos interrogatórios às escondidas.

O narrador de *La fortuna* revela ter sido conduzido ao Palácio de Alcázar, uma ou duas vezes, para que relatasse tudo que sabia a respeito do embaixador diante de uma junta formada especialmente para averiguação do caso. O rei, escondido, teria ouvido o depoimento atrás de um espelho falso ou postigo. A obra revela a tessitura de uma sucessão de cartas às autoridades nesses meses de 1634.

Conforme a narrativa de Manuel de Faria e Sousa permite entender, ele próprio como que passou a funcionar involuntariamente como uma peça da manipulação do habilidoso conde-duque de Olivares. O homem de letras assim passou a fazer parte de um joguete político que, com mais ou menos acréscimos de cores, poderia operar em definitivo a derrubada daquele que era um dos principais oponentes do conde-duque de Olivares, isto é, o marquês Castelo Rodrigo.

O plano inicial de Manuel de Faria e Sousa e dona Catarina Machado era o de somente informar as autoridades, de modo extraoficial, acerca dos maus procedimentos do marquês. Contudo, o caso tomou rumos não previstos, tendo adquirido proporções bem maiores do que inicialmente se previa.

A princípio, Manuel de Faria e Sousa desejava inscrever-se na posição de testemunha, evitando o desconfortável lugar de um acusador em juízo. Ele visava a advertir em segredo as más

ações do marquês. Na visão dele, isso se traduziria apenas em facilitar os nomes de determinados funcionários da Embaixada, para que os próprios arrolados pudessem, a partir de seus depoimentos, fornecer informações mais precisas a respeito da conduta de Castelo Rodrigo. Contudo, o plano do letrado não sai como esperado. A marcha dos acontecimentos acabou por configurar um caso não pretendido de delação. Por diferentes estratégias, o habilidoso Olivares insufla-o a vazar mais e mais informações acerca de Castelo Rodrigo. É nessa direção que o papel “Advertencia a una duda que se propuso acerca de lo propuesto” se justifica. Ao ser, digamos assim, apertado, o letrado reescreve alguns pontos que não estavam suficientemente claros, documentando o caso com mais riquezas de detalhes.

Sob o comando de Olivares, o caso vai adquirindo os traçados de uma “grande dilación”. Se o plano inicial de Manuel de Faria e Sousa marcava-se pela reserva, os documentos com que nos deparamos provam uma postura inversa. Os registros permitem entrever que o letrado acaba por enovelar-se mais e mais com a trama. Sob a justificativa de proteger-se, “era necesario decir más algo en el papel que había de hacer de lo que tenía dicho de palabra”. Por um alegado motivo de segurança, Olivares, com sagacidade, ordenou que o letrado fosse mantido em cárcere privado por cerca de três ou quatro meses. Ele e sua família foram encaminhados a uma residência do cunhado do protonotário Villanueva. Sob a vigia de guardas, eram autorizadas saídas somente para ir à igreja. A dita prisão arranjava-se de tal modo aprazível, talvez para que o letrado se sentisse confortável para realizar o que sabia de melhor: correr a ditosa pena, de modo diligente, sem abreviar os acontecimentos.

Todos esses depoimentos do letrado em forma de cartas e advertências integram o conjunto de papéis conhecido como “Consultas”. Esses documentos, vale lembrar, revelavam uma tácita ameaça contra Manuel de Faria e Sousa. Dada a gravidade das acusações, que envolviam nomes de monta do círculo privado do rei, em diversos pontos das “Consultas” lê-se que as palavras de Manuel de Faria e Sousa também eram colocadas sob suspeita. O risco não era pequeno, visto que qualquer reviravolta dos acontecimentos poderia trazer-lhe graves consequências.

2.1.2.3.7 CARTA

Em *La fortuna*, há diversos instantes em que a fronteira entre um relato sério e cômico faz-se bastante esmaecida. No « Libro Octavo », cap. VII, « Entrada del duque de Crequi, embajador de Francia en Roma », Manuel de Faria e Sousa expõe Castelo Rodrigo ao ridículo, numa atualização da célebre segunda Filípica (*Oratio Philippica Secunda*), de Cícero. O capítulo transcorre sob a moldura de uma carta familiar, narrada em estilo festivo a um amigo inominado de Lisboa (Roma, 28-07-1633). Como o título indica, a matéria da carta consiste numa animada recepção que Castelo

Rodrigo oferece para comemorar a entrada de um embaixador francês, na carta alcunhado agudamente como *Duque de Quiquiriquí*.

O inusitado do episódio é o fato de nos depararmos com o trancorrer de uma cena de bacanal, ao invés de uma entrada solene própria para recepcionar um dignatário de Estado. Explica-se o contexto. Dona Leonor de Melo, esposa de Castelo Rodrigo, encomenda ao letrado a escrita de uma *relação*. Nela se deveriam enaltecer as graves ações empreendidas pelo embaixador no estrangeiro. Porém, o secretário obedece ao pedido a seu modo, de um jeito um tanto quanto particular. Finda a carta, um seletto grupo de gentis-homens, entre os quais se incluía o casal de embaixadores, solicita ao letrado a declamação (*hypocrisis*) do texto de gala.

Numa indisfarçada imitação da segunda Filípica,³¹² em que Cícero expõe uma longa lista de crimes cometidos por Marco Antônio, fazendo troça do militar romano em pleno Senado, Manuel de Faria e Sousa narra as picardias de uma orgia, arrancando gargalhadas (*cachinus*) da audiência culta. No “Libro Octavo”, cap. IX (El intento de las cartas antecedentes y lo que de ellas resultó), o secretário afirma ter recebido diversos pedidos de cópias da carta jocosa, tamanha a repercussão dela. A provocação constrange Castelo Rodrigo, que sugere obstar a reprodução do papel. Ao contrário dele, dona Leonor de Melo,³¹³ por needade, imagina-se como alvo de um elogio altissonante, como quem tem os ouvidos moucos adulados, sem perceber os segundos intentos do letrado:

Esta carta llegó luego por información a sus oídos, y con todo el rigor de los disfavores me mandaron que la leyese un día a la mesa. La marquesa, o porque no penetró los segundos intentos de algunas cláusulas de ella, o porque no se los dejaba penetrar la alabanza que allí se le ofrecía de sí propia (tanto ciega la adulación!), quedó muy satisfecha y díjome que se la copiase para enviarla a España. Pero el marqués, que hasta en mi singelez hallaba dobleces (como si yo fuera el que estaba más doble cuando parecía más sencillo), conoció en lo que de esto había entendido, y [dijo] que no me pidiese las copias de aquella carta o relación. Yo no dejé de hacerlas, mas no se las di, esperando que me las volviese a pedir, porque no le pareciese que estaba muy deseoso de sus favores. [...] ³¹⁴

³¹² Cfr. VIVES, Juan Luis, “Redaccion epistolar (De conscribendis epistolis)”, *Obras completas*, 1947, t.2, p.867: “Así lo denuncia Cicerón contra Antonio en su *Filípica segunda*. Transcribiré entero ese pasaje, porque todo él está dictado por la prudencia más elemental: “Leyó en voz alta también aquella carta, que decía que yo le había enviado; hombre ayuno de humanidad, ignorante de la vida común. ¿Quién hubo jamás, por poco que tuviera conocida la costumbre de los hombres buenos, que por una molestia que pasara entre ambos sacase cartas enviadas a él por un amigo y las pregonase en voz alta? ¿Qué otra cosa es este proceder sino eliminar de la sociedad las relaciones sociales y cortar brutalmente la conversación entre los amigos ausentes? ¡Cuántas cosas suelen contener las cartas, que si se hacen públicas, semeja puras ineptias! ¡Y cuántas cosas serias que de ninguna manera deben divulgarse! Aquí se puede ver la increíble estupidez de tu grosería. Pero, en fin de cuentas, ¿qué razón opondrás si yo digo que esta carta jamás te ha sido enviada? ¿Con qué testigo me convencerás? ¿Por mi carácter de letra? ¿Cómo lo podrás demostrar, si es del puño del escribano?”.

³¹³ Cfr. seção “Diplomacia *femminile*” em GARCÍA CUETO, David, “Mecenazgo y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma”, *Roma y España: un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*, v.II, 2002, p.712-715.

³¹⁴ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.329.

Nesse relato irônico, a pena de Manuel de Faria e Sousa marca-se pela urbanidade (*urbanitas*).³¹⁵ Castelo Rodrigo, embora constituísse o anfitrião da festa – logo, o maestro do indecoro, determinando « que fuesen a hallarse en ella [na festa] sus criados con la mayor gala que pudiese ser »³¹⁶ – não é surpreendido ora alguma como participante do banquete, que é desfrutado apenas pelos comensais ensandecidos. Essa situação parece ressoar *O cortesão*, em que o duque de Urbino recolhe-se mais cedo em seu aposento, sem aproveitar as agitadas noites de serões oferecidas amavelmente por dona Elisabetta Gonzaga.

O episódio faceto pontua uma série de insinuações que forçam a conexão de Castelo Rodrigo à figura de Marco Antônio, validadas principalmente pela caracterização de dona Leonor de Melo como Cleópatra, signo da veleidade, que ingere uma pérola dissolvida em vinagre. Pelo jogo hermenêutico disparado, seria natural deduzir que o papel de um sedicioso militar romano caberia a Castelo Rodrigo. Ocorre que o lugar de um mencionado « moderno Marco Antonio »³¹⁷ é atribuído a um personagem secundário da festa, sem qualquer relevância para a trama. No saldo final, com suavidade (*suavitas*), a relação de correspondências que se impõe equaciona o ministro português como encarnação de Marco Antônio. Essa sutil sobreposição de imagens evidencia o chiste – dito e não dito – contra os dois personagens vilipendiados, cada qual a seu tempo histórico. Com delicadeza (*jocositas*), a carta encontra-se no limiar entre um escárnio e uma terrível censura velada, plena de humor.

2.2 CONCLUSÃO AO CAPÍTULO II

No “Libro Décimo”, cap. II, o narrador assina a acusação, implicando os nomes de outros funcionários que, se idôneos, confirmariam a verdade de suas palavras: “(...) digo solamente que siempre los principales venían a ser el mozo de cámara César Marteli y Damián Martínez, y después de éstos: don Antonio de Figueredo, Juan Téllez, don Roque, Martín de Arana, Gonzalo de Sousa”.³¹⁸ O propósito disso é desigualar-se desta Casa a que serviu como secretário.

Em *La fortuna*, o narrador reivindica ao seu discurso a condição de um discurso verdadeiro, embora se valendo de recursos da ordem poética. A interface entre história e poesia é perfeitamente observável, vide a tripartição de Cícero, argumento, fábula e história.

³¹⁵ CASTIGLIONE, Baldassare, *O cortesão*, 2018, p.132: “[...] como se vê em alguns homens, que com tanta graça e tão agradavelmente narram e exprimem uma coisa que lhes tenha acontecido, ou que tenham visto ou ouvido, que com gestos e palavras colocam-na diante dos olhos e quase permitem tocá-la com as mãos; e isso, talvez, por não haver outro vocábulo, se poderia chamar de *festividade* ou *urbanidade*”.

³¹⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.318.

³¹⁷ Ibidem, p.329: “Dicen los oidores de la embajatriz que así como el triz está en ella, está ella en un triz de parecerse a Cleopatra en lo de arrojar perlas en que se arrojaron mundos, de puro picada del presente; y que anda chueca empollando otro con que se vea corrido esse moderno Marco Antonio; y sueña sobre las invenciones de que ha de constar. Como saliere verdadero el sueño, os lo diré; si no fuere el de Crisfal, porque ese allá le tenéis».

³¹⁸ Ibidem, p.367.

Era de mediana estatura, de la de mujeres, que por la mayor parte no es grande, y más gruesa de lo que convenía a la propia estatura; la blancura natural no era tanta que no se valiese mucho de la del arte; siendo uso de las españolas gastar mucho rojo en las mejillas, ella era de las que más le gastaban, y esto en Italia se hace ver con demasía porque apenas se ve en las italianas, y en la princesa de Oria venía a ser de modo, que su rostro, en frente del de la marquesa, parecía de alabastro, retocado de sus propios colores en cejas, ojos y labios.

Manuel de Faria e Sousa

O seu traje habitual era, como o de todas as mulheres da sua condição e esfera, uma saia de lila preta, que se vestia sobre um vestido qualquer, um lenço branco muito teso e engomado ao pescoço, outro na cabeça, um rosário pendurado no cós da saia, um raminho de arruda atrás da orelha, tudo isto coberto por uma clássica mantilha, junto à renda da qual se pregava uma pequena figa de ouro ou de osso. Nos dias dúplices, em vez de lenço à cabeça, o cabelo era penteado, e seguro por um enorme pente cravejado de crisólitas. Este uso da mantilha era um arremedo do uso espanhol; porém a mantilha espanhola, temos ouvido dizer, é uma coisa poética que reveste as mulheres de um certo mistério, e que lhes realça a beleza; a mantilha das nossas mulheres, não; era a coisa mais prosaica que se pode imaginar, especialmente quando as que as traziam eram baixas e gordas como a comadre. A mais brilhante festa religiosa (que eram as mais freqüentadas então) tomava um aspecto lúgubre logo que a igreja se enchia daqueles vultos negros, que se uniam uns aos outros, que se inclinavam cochichando a cada momento (...). Mas a mantilha era o traje mais conveniente aos costumes da época; sendo as ações dos outros o principal cuidado de quase todos, era muito necessário ver sem ser visto. A mantilha para as mulheres estava na razão das rótulas para as casas; eram o observatório da vida alheia.

Manuel Antonio de Almeida, Memórias de um sargento de milícias

CAPÍTULO III - “UN TAL MENTECATO”

PLANO DE TEXTO

No presente capítulo centraremos a nossa atenção ao tratamento das tópicas do gênero epidítico em *La fortuna*, discurso que obedece à moldura do gênero *vidas particulares*, de rotunda repercussão no século XVII. Nas *Institutio oratoria*, de Quintiliano, o fragmento V, X, 23-31 esquematiza os atributos que servem de argumentos para o elogio de uma pessoa. Além disso, em III, VII, 10, o retor ordena o discurso demonstrativo de acordo com os tempos históricos relativos ao homem: quanto aos elementos prévios ao nascimento; quanto às etapas de uma vida temporal e quanto aos acontecimentos que sucedem após a morte dele. Assim, dirigiremos nossas considerações com base nesses dois pontos do manual de retórica latina.

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O livro IV das *Institutio oratoria*, de Quintiliano, propõe métodos de como narrar com eficácia (*ratio narrandi*). Os meios para a exposição de fatos e acontecimentos não cabem a todas as situações em que a disputa verbal se faz presente, servindo para umas e não para outras. Assim, os fatores de persuasão ordenam-se segundo os gêneros de causa honesta, admirável e ambígua. Com relação à primeira causa, Quintiliano preceitua três qualidades aristotélicas da narração, relativamente à clareza, credibilidade e brevidade, bem como três atributos não-aristotélicos, que são a *magnificentia*, *iucunditas* e *evidentia*.

Partindo da noção de credibilidade, Quintiliano deduz diversos outros itens que corroboram a ação de persuadir. Entre outros, recomenda o caráter fidedigno do orador, visto que o pressuposto admitido por todos é que tendemos a acreditar mais em pessoas idôneas do que em pessoas que não inspiram confiança. É nessa linha que o autor das *Institutio oratoria* considera que o comportamento exemplar do orador fornece autoridade às asserções: “Tampoco omitiré lo siguiente, cuánta credibilidad aporta a la exposición el prestigio del narrador, que debemos conseguir ante todo por la conducta pero también por el mismo estilo del discurso porque cuanto más serio y digno sea, tanto más peso tendrán las afirmaciones”.³¹⁹

³¹⁹ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, IV, II, 125: “Neque illud quidem praeteribo, quantam adferat fidem expositioni narrantis auctoritas; quam mereri debemus ante omnia quidem vita, sed et ipso genere orationis, quod quo fuerit gravior ac sanctius, hoc plus habeat necesse est in adfirmando ponderis”. (tr. de Elena Artaza).

Dito isto, o presente capítulo consiste num desdobramento de questões mencionadas no anterior, pretendendo observar com mais atenção as qualidades da narração. Assim, meditaremos acerca da construção do carácter de Manuel de Faria e Sousa, personagem central de *La fortuna*.

La fortuna inscreve-se na tradição dos homens ilustres (*de viris illustribus*), de larga historicidade.

Em *De historia para entenderla y escribirla*³²⁰ (1611), o historiador Luis Cabrera de Córdoba estabeleceu que a matéria das *vidas* pende da filosofia moral. Como um sub-gênero dela, as *vidas* bifurcam-se em espécies. Uma destas consiste ao ramo da matéria profana. A outra, ao âmbito da matéria religiosa. Pelo critério de ‘número’, cada tronco dessa matéria divide-se entre a chamada *vida particular*, concernente a apenas um personagem de existência histórica ou supostamente histórica; e a *vida pública*, acerca de um conjunto de indivíduos que se agrupam numa dada categoria de profissão, podendo sê-la, por exemplo, a dos artistas, vide as *Vidas dos artistas*, de Giorgio Vasari; de notáveis de uma dada região, vide o *Libro de descripción*, de Francisco Pacheco, entre outros inumeráveis exemplos.

De uma extensa bibliografia acerca do tema, assinalemos os escritos de Margarida Vieira Mendes. Para esta autora, as ‘biografias’, o teatro jesuítico, bem como a assim chamada ‘literatura didática’ foram os gêneros responsáveis pela divulgação dos modelos de virtude humana nos séculos XVI e XVII. De acordo com a estudiosa, a *imago* consistia num modo de persuasão feito a partir da exemplaridade de uma conduta, influenciando todos a agir superiormente pelo processo de dedução. Margarida Vieira Mendes seccionou a matéria biográfica entre as vidas de religiosos e as vidas de pessoas civis. Além disso, operou mais um outro corte, dividindo cada parte segundo critérios diacrônicos:

Quatro tipos de literatura biográfica parecem ter criado no século XVII um ambiente cultural, moral, literário e religioso, endemicamente sugestionado pelas “Vidas”. À tradição cristã medieval das vidas e milagres de santos já consagrados, acrescentou-se um surto de vidas exemplares de religiosos modernos (frades, freiras, pregadores, bispos). Homologamente, às biografias de homens políticos, filósofos ou oradores da antiguidade, divulgadas pelos *studia humanitatis*, de modelo sobretudo tacitiano e plutarquiano, vieram adicionar-se as recentes autobiografias e vidas civis de artistas e de homens públicos da actualidade.³²¹

Com relação à categoria das *vidas de religiosos*, vale lembrar as hagiografias e os martirológicos de raízes cristãs medievais, que divulgaram modelos edificantes de devoção, tais como a lidíssima *A lenda dourada*, de Jacobus de Voragine. Nos séculos XVI e XVII, as vidas de religiosos da chamada *devotio moderna* vieram somar-se a essa fértil galeria de santos, vide, por exemplo, o *Libro de vida*, de Teresa de Jesus, a *vida* de João da Cruz, bem como a *Acta P. Ignatii ut primum scripsit P. Ludovicus Gonzales excipiens ex ore ipsius Patris*, isto é, *vida* de Ignacio de

³²⁰ CABRERA DE CÓRDOBA, Luis, *De historia para entenderla y escribirla*, 1611, p.18-9.

³²¹ MENDES, Margarida Vieira, *A oratória barroca de Vieira*, 1989, p.41.

Loyola ditada ao padre Luis Gonçalves da Câmara. No campo das vidas laicas, Plutarco foi elevado a um dos paradigmas do gênero, cujos *Paralelos* ditaram modelos de composição das antigas *vidas* de políticos, príncipes, governantes, filósofos e chefes militares.

No século XVI, os escritos de Paolo Jovio foram bastante influentes.

Em Espanha, as *vidas* políticas de Virgilio Malvezzi (1595-1654) alcançaram largo sucesso. Esse autor gozava de grande prestígio na corte e, sob a proteção do conde-duque de Olivares, alçou-se à posição de cronista-real de Filipe IV. De seu *Il Romulo* (1629), Francisco de Quevedo editou para o castelhano o *El Rómulo* (1632). Isso atçou os brios de um outro historiador bastante conhecido na época, Juan Pablo Mártir Rizo (1593-1642), que imediatamente publicou a sua lição do estadista romano, *El Rómulo* (1633).³²²

Os objetos de representação das *vidas* modificaram-se com o surgimento de novos atores na sociedade. Se na *Retórica* aristotélica o ofício mecânico confundia-se com a própria vileza, já que, de acordo com o filósofo grego, a dependência por outrem era considerada vergonha, símile à condição dos escravos, no século XVII houve a circulação, bem como a valoração de novos modelos de heroicidade profana, como consequência da concorrência de outros critérios nobilitantes que não a nobreza de sangue. No *Retrato* (1650?), Francisco Moreno Porcel apontou os modelos artísticos que seguiu para o preparo de seu escrito, admitindo que entre os possíveis objetos de *vida* podiam pulular palavras acerca dos oficiais que mais se destacavam em suas profissões mecânicas:

De muchos grandes ha sido virtuoso empleo escribir las Vidas de los que fueron en qualquier Arte, no solo liberal, mas aun mecanica. El clarissimo Plutarco, y el feliz Paulo Jovio sirvan de exemplo de lo mas moderno, y de lo mas remoto. Mucho lucen ambos por la excelencia de sus varios Escritos, y dignos son por ellos de perdurable memoria, mas por ventura lucen mas por las vidas de los Varones Claros.³²³

A propósito do alargamento dos objetos de representação das *vidas*, vale a pena lembrarmos o curioso caso de Miquel Parets (1610-1661), um jovem aprendiz de artesão que deixou composto o *De molts successos que han succeït dins Barcelona y en molts altres llocs de Catalunya, dignes de memòria*, na Barcelona do século XVII.³²⁴

Na supracitada investigação de Margarida Vieira Mendes, a estudiosa propôs o conceito de “tematização pessoal” ou “tematização biográfica”, averiguando os artifícios com que o padre Antonio Vieira munuiu-se para preencher a categoria de ‘pessoa’ com sutilezas. Em resumo, tais manipulações para realizar o contorno do ‘eu’ explicavam-se a partir de dois conceitos vigentes no século XVII.

³²² Cfr. DELAGE, Agnès, “Las vidas particulares bajo el reinado de Felipe IV: ¿un problema de definición genérica?”, *Criticón*, 2006, p.62.

³²³ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*: contiene una relacion de su vida, un catalogo de sus escritos, y un sumario de sus elogios, regogidos de varios autores, 1650?, §1.

³²⁴ Cfr. o Ms. na Biblioteca Universitària, de Barcelona, cota Mss. 224-225.

A primeira desta baliza vinculava-se aos chamados *livros de literatura didática*, que arregimentavam os códigos de conduta cortesã. A norma censurava a prática do autoelogio, veja-se, por exemplo, n’*O oráculo manual*, o aforismo 117. Nele, Baltasar Gracián prescreveu que o homem prudente jamais devia falar de si. Os manuais da arte de pregar alertavam que o orador sacro não devia colocar-se como exemplo na pregação, exceto nas situações em que fosse imprescindível falar de si: “nunca ha de tratar de primera pessoa (...) ni diga casos que a el le hayan acontecido, si no fuese alguno muy raro y de gran edificación”.³²⁵

O outro ponto decorre de um efeito da própria formação jesuítica. Sendo uma ordenação religiosa voltada para a ação, a Companhia estimulava o exercício lúdico da palavra por meio de disputas verbais, insuflando os seus discípulos a práticas emulatórias. Em outros termos, o afã de atingir uma eloquência perfeita propagava a vontade de liquidar o adversário por meio do uso hábil da palavra, numa atualização do antigo papel do orador ciceroniano, assimilado pela oratória sacra no contexto da Reforma Católica. Por outra via, as virtudes teologais também deviam imperar aos membros da Ordem. Logo, valores como a humildade, a abnegação e a anulação da própria vontade eram altamente estimulados, devendo o locutor sacro ajustar-se a esse espaçamento de modos de ser quase paradoxais.

Com isso, a busca pelo brilho oratório não devia ser o propósito principal que guiasse a pregação. No *Sermão da Sexagésima*, pregado na Capela Real em 1655 e mais tarde publicado no primeiro volume dos *Sermoens*, figura-se um dilema que se passa em torno do desempenho de dois célebres oradores sacros de Coimbra. Para saber qual destes era o melhor em sua arte, consultou-se um religioso de máxima autoridade. Como resposta, o lente da Universidade sentenciou que, enquanto um fazia com que o público saísse bastante admirado com o pregador, o outro fazia com que os ouvintes saíssem em desgosto consigo próprios. Assim, a lição da *Sexagésima* é que a atividade de pregação deve guiar-se em primeiro plano por um propósito espiritual. Averiguar se a colocação das palavras era ou não do agrado do público consistia apenas numa questão de segunda monta. Antes, o fundamental era que a Palavra chegasse ao fiel, não importando caso o orador sacro se colocasse em lugar de conflito com o ouvinte.

A pregação não devia servir de subterfúgio para alimentar a vaidade do orador, este mais preocupado em conquistar as galas da linguagem. Para Vieira, glosar a Palavra com pompa, como se matéria de divertimento, não consistia numa ação decorosa ao templo do Divino. Vieira faz troça quanto à possibilidade do público deparar-se com um padre “a brilhar auras: a derreter crystaes: a desmayar jasmins”.³²⁶ Ao censurar o estilo culto como prática habitual nos discursos sacros, Vieira reprovou o hábito em voga de “vestir” os santos com cognomes agudos. Entre outras notações que

³²⁵ TERRONES AGUILAR DEL CAÑO, Francisco. *Arte o instrucción que ha de tener el predicador*, 1617, cap. IV, “De otros documentos para la invención o materia del sermón”.

³²⁶ VIEIRA, Antônio, “Sermam da Sexagesima”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, v.1, 1679, §9, col.76.

variavam entre a clareza e a escuridão, perífrases como “Favo de Claraval” e “Aguia de Africa”³²⁷ “desbatizavam” São Bernardo e Santo Agostinho, em respectivo.

Margarida Vieira Mendes exemplificou as estratégias de Antonio Vieira para realizar o contorno de si, como se fosse um auto-esvaziamento. Ainda na *Sexagésima*, no capítulo IV, ocorre uma hábil sobreposição de camadas narrativas:

Vay hum prègador prègando a Payxaõ, chega ao Pretorio de Pilatos, conta como a Christo o fizeraõ Rey de zombaria; diz que tomàraõ huma purpura, & lha puseraõ aos hombros; ouve aquillo o auditorio muyto attento. Diz que teceràõ huma coroa de espinhos, & que lha pregaraõ na cabeça: ouvem todos com a mesma attençaõ. Diz mais que lhe atàraõ as mãos, & lhe metèraõ nella huma canna por cetro: continúa o mesmo silencio, & a mesma suspensaõ nos ouvintes. Correse neste passo huma cortina, apparece a imagem do Ecce homo: eys todos prostrados por terra, eys todos a bater nos peytos, eis as lagrymas, eys os gritos, eys os alaridos, eys as bofetadas: que é isto? Que appareceo de novo nesta Igreja? Tudo o que descobrio aquella cortina, tinha já ditto daquela coroa, & daquelles espinhos, já tinha ditto daquelle cetro, & daquela canna.³²⁸

A fusão de planos inicia-se com o prosseguimento da história de um pregador hipotético, que está a pregar o episódio da Paixão, que, como é sabido, foi o último ciclo da vida terrena de Jesus Cristo. Na cadência do sermão, essa história corresponde ao tema de Mateus, 13, 3, “a semente é a palavra de Deus”, “*semen est Verbum Dei*”. Em seguida, ocorre a sobreposição de um outro plano narrativo, inserindo a própria *via crucis* de Jesus Cristo. O termo “passo”, ao concentrar diversas significações no sermão, dá abertura a uma gama de outros sentidos que já apareciam como pistas no sermão. No ato da pregação da oração sacra, o termo “passo” alude ao conceito predicável que anima o sermão. Outra alusão que o termo “passo” suscita, por metonímia, é o caminho da Via-Sacra. Pela proximidade sonora, vale a pena destacar que “*passio*”, em latim, significa “sofrimento”. Uma outra significação de “passo” conota os pregadores evangélicos, cuja missão é propagar a fé de Cristo seja onde estiver. Trata-se dos passos dados pelos missionários no Novo Mundo, que convertem bárbaros, gentios e boçais para a cristandade. Os “passos” encontram-se na fronteira de outros religiosos que se comprazem no conforto do “paço”. Em seguida, o tema bíblico conhecido como “Ecce homo” unifica as significações abertas, conjuminando assim tanto a referência ao pregador sem nome; tanto à história de Jesus Cristo que, ao ser traído por Judas, é entregue aos soldados romanos; e tanto à pessoa do orador que, no ato da enunciação do discurso, está a falar perante uma plateia.

Em paralelo, a inserção do termo “espinho” segue o mesmo esquema supracitado. Os “espinhos” aludem à própria história do conceito predicável. Os “espinhos”, os “pássaros” e mais as “pedras” perfazem as três metáforas acerca dos obstáculos à disseminação da Palavra. Além disso, o “espinho” alude à coroa que os soldados romanos depositam sobre a cabeça de Cristo na cena da Paixão. E também alude à natureza selvagem do Novo Mundo, para onde os padres missionários

³²⁷ Ibidem, §5, col.43.

³²⁸ Ibidem, §4, col.32-3.

militam, sem saber se irão voltar. Assim, essa fusão de planos narrativos consiste numa estratégia de Antonio Vieira para o falar de si de modo indireto, visto que arquiteta uma confusão entre diversos planos, tanto do âmbito do enunciado, quanto da enunciação.

Já no *Sermão de Santo Antonio aos Peixes*, pregado no Maranhão em 1654, Antonio Vieira faz uma brincadeira com o nome ‘Antônio’. No elogio do famoso santo medieval, comete uma velada qualificação de si a partir da homonímia:

Vindo pois, irmãos, ás vossas virtudes, que são as que só pòdem dar o verdadeiro louvor, a primeira, que se me offerece aos olhos hoje, he aquella obediencia, com que chamados acudistes todos pela honra de vosso Criador, & Senhor, & aquella ordem, quietação, & attenção, com que ouvistes a palavra de Deos da boca do seu servo Antonio. Oh grande louvor verdadeyramente para os peyxes, & grande afronta, e confusão para os homens! Os homens perseguindo a Antonio, querendo-o lançar da terra, & ainda do mundo, se podessem, porque lhe reprehendia seus vícios, porque lhe não queria fallar à vontade, & condescender com seus erros; & no mesmo tempo os peyxes em innumeravel concurso acudindo á sua voz, atentos & suspensos ás suas palavras, escutando com silêncio, & com sinaes de admiração, & assenso (como se tiverão entendimento) o que não entendiaõ.³²⁹

Assim, o trabalho de Margarida Vieira Mendes investigou a complexa estruturação retórica da parenética de Vieira. Como discurso de uma pregação evangélica, pregar um sermão envolvia uma série de recursos da ordem da encenação. Diversamente era um sermão previsto para circulação impressa. Aplicado a essas diferenças, o *ductus* consistia num recurso de atualização do contexto, permitindo o aumento de clareza do sermão veiculado como uma leitura posterior ao momento da pregação.

Numa direção semelhante à de Margarida Vieira Mendes, Diogo Ramada Curto propôs no artigo “Uma autobiografia de Seiscentos: a *Fortuna* de Faria e Sousa” as prováveis gêneses da matéria biográfica e autobiográfica, ordenando esses conteúdos, reconhecidamente de difícil manipulação, em três grandes grupos: o fenômeno das relações místicas, afins aos exercícios espirituais, em que diversas religiosas se desafiavam a compor relatos de suas próprias histórias a pedido de um diretor de alma, prática que visava a feitura de um exame de consciência antes da morte (*memento mori*). Acerca disso, vide o caso de Antónia Margarida de Castelo Branco (1652-1717), irmã do Convento de Xabregas que, ao final de 1703, terminou a sua *Relação (fiel e verdadeira) que dá dos sucessos da sua vida a criatura mais ingrata ao seu criador, (...)*. Tal título, tendo sobrevivido em mais de um fonte, foi editado no século XX por João Palma-Ferreira, que interpretou a dita *relação* nos moldes de uma autobiografia. O segundo grande grupo que Diogo Ramada Curto destacou é o relato picaresco, de cunho ficcional, veja-se a *Historia de la vida del buscon, llamado don Pablo, exemplo de Vagamundos, y espejo de Tacaños* (1626), de Francisco de Quevedo. Por fim, o terceiro conjunto consistia nos *memoriais de serviços*, uma das espécies da epistolografia:

³²⁹ VIEIRA, Antônio, “S. Antonio no Maranhão”, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, v.2, 1682, §2, 337.

Os registos autobiográficos, à época pouco valorizados, têm uma tripla origem. Temos, em primeiro lugar, o discurso confessional, com raízes augustinianas, que encontrou no Livro de la vida de Santa Teresa de Jesus um modelo para a escrita feminina, mas que também poderá estar relacionado com os incitamentos a este género de escrita existentes nos próprios manuais de confissão. Temos, depois, o relato picaresco, que tem sido visto como um discurso impregnado de um intuito moralizador, facultando exemplos de vício e pecado, e simultaneamente equiparado a um discurso que parodia, em termos de uma construção ficcional, a expressão de sentimentos e experiências individualizadas. E, por fim, existe o memorial de serviços, normalmente associado a uma petição junto dos conselhos das monarquias peninsulares, cujas formas mais elaboradas e autónomas se encontram nas autobiografias de soldados.³³⁰

3.2 TÓPICAS DO EPIDÍTICO

Em geral, os estudos acerca das biografias e das autobiografias antigas partilham de uma mesma queixa, relativamente à dificuldade de encontrar esquemas que possam orientar os estudos para uma sistematização desses gêneros de composições. Até o momento, temos notícias acerca de uma arte retórica dirigida para a composição de discursos de *vidas*, da pena do historiador Giovanni Antonio Viperano. Assim, o *De scribendis virorum illustrium vitis sermo* consiste num texto, de extensão reduzida, contendo cerca de 35 fólios, apenso à *opera omnia* do autor. No prefácio do texto, vazado como uma carta ao leitor, Viperano comenta que o surto de escritores desejosos de compor retratos discursivos obrigou-o a escrever um método eficiente, isto é, que fosse de auxílio para tantos pretensos escritores. Nela, o autor italiano visava aproveitar as leis dos antigos que experimentaram a arte. No trecho a seguir, Viperano recorreu à tópica horaciana, estabelecendo uma analogia entre a arte da pintura e a escrita de *vidas*:

como o pintor, ao delinear os contornos do rosto, nos quais os movimentos do ânimo se manifestam, emprega o maior esforço e cuidado, assim também o bom escritor, ao exprimir os caracteres do ânimo, a partir dos quais a regra de *vida* claramente se enxerga, nisso colocará todo o seu zelo e diligência. Em primeiro lugar, então, considerará escrupulosamente os atributos das pessoas: nação, pátria, família, progenitores, constituição do corpo, estudos, fortunas, amizades, e coisas semelhantes a essas.³³¹

Uma das balizas obrigatórias ao género *vidas* consiste em percorrer os tópicos do epidítico, recomendados pela retórica para a construção do elogio ou do vitupério de uma pessoa. Em *La fortuna*, o carácter fidedigno do orador recebe tratamento amplificado por meio do desenvolvimento de um texto de *vida*, que se inicia com a demonstração dos atributos de pessoa.

³³⁰ CURTO, Diogo Ramada. Uma autobiografia de Seiscentos: a *Fortuna* de Faria e Sousa, *Cultura escrita. Séculos XV a XVIII*, 2007, p.149-152.

³³¹ VIPERANO, Giovanni Antonio. *Io. Antonii Viperani de scribendis virorum illustrium vitis Sermo*, 1570, p.[14]: “ut pictor in conformandis lineamentis oris, in quo motus animorum elucet, summam operam consumit, sic bonus scriptor in exprimendis animi moribus, e quibus vitae ratio perspicitur, omne studium suum & diligentiam ponet. Primum igitur accurate personarum attributa considerabit, nationem, patriam, genus, parentes, corporis temperationem, studia, fortunas, amicitias, & his similia”. Agradeço ao estudioso Antonio Ayres Jr. pela tradução do opúsculo. Cfr. também SANCHEZ MARIN, José A. Un tratado biográfico renacentista: el *De scribendis virorum illustrium vitis sermo* de Giovanni Antonio Viperano. *Humanitas*, v.LIII, 2001, p.365-383.

Para Quintiliano, em III, VII, 10, o louvor de um homem ordena-se segundo os seus três tempos históricos: relativamente à época anterior a sua existência; a era em que o homem vive; e o tempo que sucede após a morte do homem, sendo esta parte cabível ao elogio fúnebre:

Há maior variedade de espécies de louvor relativas aos homens. Primeiramente, divide-se por épocas e o que aconteceu antes deles e também no tempo em que viveram; em relação àqueles que já morreram, é preciso levar em conta também o tempo posterior. Antes do homenageado estarão a pátria, os pais e os antepassados, para os quais há um duplo tratamento: ou será belo terem correspondido às exigências da nobreza, ou terem enobrecido com grandes feitos uma origem mais humilde.³³²

Nas *Institutio oratoria*, V, X, 23-31, Quintiliano trata dos argumentos relativos a pessoas, fornecendo ao todo onze lugares demonstrativos, que são as qualidades de pessoa (*loci a persona*) do gênero epidítico: “Para pessoas, no entanto, acredito que não se deva examinar todos os seus atributos, como muitos fizeram, mas os que possam fornecer argumentos”.³³³ Examinemos os atributos de pessoa em *La fortuna*, concentrados especialmente no “Libro Primero”, que contém as partes intituladas como “Introducción” e mais seis capítulos. A partir de um trecho retirado do exórdio, abaixo exibido, é possível conferirmos a inserção de *La fortuna* no gênero *vidas particulares*. Revisitemos, pois, a divisão de *La fortuna*, cujo projeto de texto propõe uma sinopse acerca do tema sobre que intenta discorrer:

Yo, pues que de cualquier manera soy hombre, por cualquiera de estas razones, puedo lícitamente escribir mi nacimiento, mi crianza, mis costumbres, mis inclinaciones, mis empleos y mi fortuna, como lo hicieron de sí otros, sin que alguno lícitamente pueda escandalizarse de ello.³³⁴

La fortuna mais ou menos segue esse preceito recomendado pelo anônimo latino, ao limitar-se no anúncio de seis pontos principais relacionados à biografia do escritor seiscentista. Manuel de Faria estabelece que a narração perpassará os locais de nascimento, infância, costumes, inclinações, cargos e, por último, fortuna. A seguir, comentaremos os principais atributos de pessoa presentes em *La fortuna*, na composição autógrafa de Manuel de Faria e Sousa, a começar pelo “nascimento”, que engloba as espécies “família” e “nome”.

3.2.1 FAMÍLIA (*GENUS*)

³³² QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, 3, 7, 10: “Magis est varia laus hominum. Nam primum dividitur in tempora, quodque ante eos fuit quoque ipsi vixerunt; in iis autem, qui fato sunt functi, etiam quod est insecutum. Ante hominem patria ac parentes maioresque erunt, quorum duplex tractatus est: aut enim respondisse nobilitati pulchrum erit aut humilium genus illustrasse factis.”

³³³ Ibidem, V, X, 23: “Personis autem non quidquid accidit exsequendum mihi est, ut plerique fecerunt, sed unde argumenta sumi possunt.”

³³⁴ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The «Fortuna» of Manuel de Faria e Sousa: an autobiography*, 1975, p. 124.

Quintiliano principia a listagem dos atributos de pessoa com a espécie “família”: “pois geralmente se acredita que os filhos são semelhantes aos pais, dos quais decorrem as causas da vida honesta ou torpe”.³³⁵

No “Prologo” do *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro (...)* (1646), Manuel de Faria e Sousa ajuizou que a nobreza de linhagem não outorgava a virtude de forma automática. Para ele, os méritos mais aplaudidos de um homem eram os oriundos da grandeza de ações. Claro que o fruto advindo de uma fidalguia herdada também era celebrada, porém, menos, se posto em face das ações. A propósito da composição de linhagens, Manuel de Faria e Sousa compulsou termos extraídos da retórica, ao antepor a espécie “modo de vida” ao argumento de “origem”, relativo ao sangue: “Soy de parecer, que para poner a uno en los mayores lugares, no se devia hazer informacion de como nació, sino de como entiende, i singularmente de como vive”.³³⁶

Em *La fortuna*, Manuel de Faria retraça a origem de sua família deduzida exclusivamente do ramo materno, nada informando acerca do lado paterno, que é coberto devida à provável pouca antiguidade de seus membros. Com relação aos antepassados, em *La fortuna* ocorre o enaltecimento da antiguidade de seus membros mais ilustres, o que destaca, assim, a nobreza de sangue. Os principais ascendentes trazidos à história são: o patriarca e bisavô da família, Manuel de Sousa Homem, casado com dona Catalina de Faria; o avô Estácio de Faria, que casou com Francisca Ribeira; e o pai Amador Peres de Eiró.

Manuel de Faria e Sousa desconhece ou não declara a genealogia anterior ao patriarca e bisavô da família, Manuel de Sousa Homem, senhor de Valmelhorado, justificando essa falta de informações com a desculpa de que desprezava essa matéria: “Yo fui siempre tan opuesto a la ciencia de genealogías que no he llegado a averiguar quién fuesen los padres y abuelos de Manuel de Sousa Homem”.³³⁷

No *Nobiliario*, é-se de reparar que o ponto de origem do ramo sétimo dos Faria inicia-se com Beatriz de Faria, desposada com Francisco Novaes, da vila de Guimarães. Desse casal nasce dona Catalina de Faria, então casada com o sobredito Manuel de Sousa Homem, senhor de Valmelhorado. Esse casal, por sua vez, dá à luz a Estacio de Faria.³³⁸

O avô do lado materno Estacio de Faria foi um luzido senhor, de espada e pena. Na milícia, pelejou nas Armadas do rei dom Sebastião. Na corte, foi um exímio poeta. Casou-se com Bernarda de Novaes e, mais tarde, com Francisca Ribeira. Com esta mulher teve Luisa de Faria, mãe de Manuel de Faria e Sousa.

³³⁵ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 24: “Ea porro sunt, genus, nam similes parentibus ac maioribus suis plerumque creduntur, et nonnunquam ad honeste turpiterque vivendum inde causae fluunt”.

³³⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de. “Prologo”, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro, hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, p.[13].

³³⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de. *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.126.

³³⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de. *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro, hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, col.683.

Com relação ao pai do escritor, Amador Peres de Eiró, o narrador procede com o enobrecimento do homem por meio de suas ações, visto que, com toda probabilidade, a sua linhagem era de origem plebéia. Assim, Manuel de Faria e Sousa ressalta as características do ânimo prático de seu pai, afeito aos livros de curiosidades. Apesar de não ser um erudito, dava mostras de suas qualidades interiores, posto que a sua grafia era similar à de um nobre: “No era mi padre [Amador Peres de Eiró] hombre de letras de alguna profesión, mas muy inclinado a los libros vulgares y singularmente de historia, leyes y astrología”.³³⁹ Com afeto, Manuel de Faria e Sousa associa a figura de Abraão à lembrança do pai: “tanto que nunca veo una buena pintura de un Abraham que no me parezca que le veo”.³⁴⁰

No *Mosaico e Sylva*, Camilo Castelo Branco iniciou o seu estudo acerca do escritor seiscentista, lembrando que Luís de Camões, no soneto “Agora toma a espada agora a penna”, aludia a Estacio de Faria, mas isso sob a responsabilidade e o risco “no dizer do neto”.³⁴¹ Em chave maledicente, Camilo Castelo Branco apontou as supostas contradições de Manuel de Faria que, apesar de tanto afirmar o desprezo que sentia pelas ciências genealógicas, não deixava de edulcorar a fidalguia de sua origem familiar.

Os irmãos de Manuel de Faria e Sousa foram: Antonio de Magallaens Clerigo, morto pelos holandeses em Pernambuco; Leandro e Tomas de Faria, crianças que não vingaram; Diego de Sousa i Faria, escrivão; Benito de Faria Homem, militar, cativo dos mouros; Maria de Faria, dita “casada” e Ines de Faria, dita “não casada”.

Com relação aos descendentes, Manuel de Faria e Sousa teve uma prole numerosa, com dez filhos no total ou ao todo. Desses, somente três atingiram a vida adulta. Os demais morreram ainda na infância, ou nasceram mortos:

Tuvo de su muger estos hijos. Pedro de Faria i Sousa. num. 89. Manuel de Faria, que sirve en la India, para donde se embarcô el año 1639. Doña Luisa de Faria, que casô con don Conrado de Freytas Paim. Iuan, Diego, Maria, Juan Rufo, Ana Maria, Francisca, i Iuan Baptista, que nacieron en Portugal, en Castilla, i en Italia, i murieron niños, unos en Castilla, otros en Portugal, i el postrero en Genova.³⁴²

3.2.2 NOME (*NOMEN*)

Em Quintiliano:

Examina-se na pessoa também o nome: é um atributo da pessoa, mas raramente serve de argumento, a menos que tenha sido dado por uma razão específica, como Sapiens (sábio), Magnus (grande), Pius (piedoso), ou que por si só produza causa para pensar, como ocorre

³³⁹ FARIA E SOUSA, The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa, 1975, p.127.

³⁴⁰ Ibidem, p.146.

³⁴¹ BRANCO, Camilo Castelo. *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, 1868, p.105

³⁴² FARIA E SOUSA, Manuel de. Notas de Manuel de Faria e Sousa al Nobiliario del Conde D. Pedro, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro, hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, col. 684.

com o Lentulus da conjuração. Os livros Sibilinos e as respostas dos arúspices prometiam sucessivamente o poder a três Cornélios e, como ele também se chamava Cornélio, acreditava que era o terceiro, depois de Sila e Cina. Vê-se também em Eurípides que, por meio de um argumento bastante frio (forçado, afetado), o irmão de Polinice (= “muitas vitórias”) reprova-lhe o nome como argumento contrário aos seus costumes. O nome frequentemente fornece matéria para jocosidades, como Cícero mais de uma vez usou contra Verres (“porco”).³⁴³

Em *La fortuna*, o narrador afirma que a escolha do nome “Manuel” teve como causa homenagear o bisavô, Manuel de Sousa Homem: “El dárseme el nombre de Manuel fue en memoria del de mi bisabuelo Manuel de Sousa Homem, y los dos apellidos de que uso (Faría y Sousa) por la misma, y por la de mi abuelo Estacio de Faría. Otros hermanos he tenido que variaron en esto, como es costumbre”.³⁴⁴

Em registro cômico, vale a pena lembrar uma passagem d’*O hospital das letras*, em que o personagem Francisco Manuel de Mello rememora um pseudo-escritor que, tendo-lhe esgotada a facúndia, perdia-se completamente no emaranhado do discurso, sem jamais conseguir terminar as histórias a que dava início muitas vezes, “donde procedeu chamarem-lhe então, na corte, Fulano Começos”.³⁴⁵ Em *La fortuna*, os nomes fornecem matéria para episódios jocosos, vide os casos do “Duque de Quiquiriquí”³⁴⁶ e a expressão “el César gastó como un César”.³⁴⁷

O episódio da “Buscona do Porto” consiste num dos prolongamentos da tópica do ‘desconcerto do mundo’, conforme tratada no capítulo anterior. Nessa breve historinha, Manuel de Faria e Sousa conta que, ao andar pelas ruas de Madrid, uma transeunte dirigiu-se a ele, enunciando as seguintes palavras com efusão: “¡Ah, señor Manuel de Faria! ¿Vuestra merced no me conocerá?”,³⁴⁸ identificando-se com o nome magno de “Juana de Castro”. Mesmo com essa apresentação, o escritor não reconheceu a moça, cuja aparência mais condizia com a figura de uma “reina de España”. Constrangido, ele desculpa-se de modo galante: “Verdaderamente, soy novicio en esta corte pero conozco a vuestra merced por un ángel, que es superior conocimiento”. Com quem diz para deixar essas meras formalidades de lado, a moça acresce a informação de era a Domingas, filha de Baltasar Duarte, um costureiro residente no Porto. A partir dessa explicação, que finalmente refrigera a memória do letrado, o narrador interpreta o caso com agudeza. A encenação traz a moça arrivista, imaginando-se pertencer a uma fidalguia comprada pela força da moeda. A tratante, ou melhor dizendo, a “buscona do Porto”, acreditava poder esconder a vergonha de sua baixa estirpe

³⁴³ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 30-1: “Ponunt in persona et nomen; quod quidem ei accidere necesse est, sed in argumentum raro cadit, nisi cum aut ex causa datum est, ut Sapiens, Magnus, Pius; aut et ipsum alicuius cogitationis attulit causam, ut Lentulo coniurationis, quod libris Sibyllinis aruspicumque responsis dominatio dari tribus Corneliis dicebatur, seque eum tertium esse credebat post Sullam Cinnaeque, quia et ipse Cornelius erat. Nam et illud apud Euripidem frigidum sane, quod nomen Polynicis, ut argumentum morum, frater incessit. Iocorum tamen ex eo frequens materia, qua Cicero in Verrem non semel usus est. Haec fere circa personas sunt aut his similia. Neque enim completi omnia vel hac in parte vel in ceteris possumus, contenti rationem plura quaesituris ostendere.”

³⁴⁴ Edward Glaser. *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.129.

³⁴⁵ MELLO, Francisco Manuel de, *O Hospital das Letras, Apólogos Dialogais*, 1999, v. 2, p.112.

³⁴⁶ FARIA E SOUSA, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.319.

³⁴⁷ Ibidem, p.289.

³⁴⁸ Ibidem, p.166.

por meio do câmbio de seu nome original por um outro mais potente. Ao decompor o comentário agudo do narrador, vale destacar a operação dialética que se realiza a partir do nome “Castro”, comum tanto à moça de origem vulgar quanto à nobre Inês. Na censura da fidalguia comprada, o narrador ironiza que a arrivista está para a nobreza de Inês de Castro, assim como Manuel de Faria e Sousa está para o nobre dom Pedro, que pensou ter ressuscitado a amada donzela. Esta agudeza de proporcionalidade culmina com uma *impossibilia*, isto é, ressuscitar a rainha morta é tão impossível quanto Domingas ser uma nobre de respeito: “acá se llamaba doña Juana de Castro; que si así como era Juana fuera Inés y yo el rey don Pedro, pensara que había resucitado mi querida”.³⁴⁹

Além disso, Manuel de Faria e Sousa invectiva essa ruptura das convenções hierárquicas tão observadas no mundo contemporâneo, sendo risível (ou algo para se chorar) o fato de uma vulgar – um, digamos assim, simulacro de cortesã – fazer uso inapropriado da colocação pronominal, valendo-se do pronome “tu” para referir-se a um “señor”. Como é sabido, esse tratamento pronominal supõe igualdade de estamento, coisa que o narrador não vê entre ele e Domingas. Em outros termos, a moça comete uma grave falta, ao optar pelo dito equivocadamente nivelamento de estatuto entre os participantes da interlocução. O narrador, mostrando-se ofendido, termina o comentário do caso com um deboche mordaz: “creyendo que podía ella llamar de tú a grandes señores”.³⁵⁰

Nas “Notas ao Nobiliário”, Manuel de Faria e Sousa compara os tempos do passado com os atuais, observando que antigamente “no avia màs de Vos a secas”. Para ele, as fórmulas de tratamento dos mais altos eram marcadas pela simplicidade, uma vez que os atos de nobreza concentravam-se mais no ‘modo de vida’ e menos em títulos, hoje distribuídos às cegas, sem qualquer propósito: “Mas aunque por aquel Señorío se llamavã Condes, no avia con esso el tratamiento de Señorías que tan arrastrado anda oy. Para ellos, i aun para los Reyes, no avia màs de Vos a secas; que el Vuestra, Alteza, Magestad, o Señoría, o Excelencia es Vos con adherentes”.³⁵¹ É por esse raciocínio que o tratamento pronominal de “hoje” mostrava-se “tan arrastrado”, visto que os títulos, compráveis como se fossem meras mercadorias, nada diziam sobre a honradez. Manuel de Faria e Sousa apresenta um exemplo retirado de Horácio, ao dizer que as vestes magníficas que cobrem uma macaca não lhe garantem magnitude:

Pero esto que oy se tiene por menos que Conde era en aquellos Siglos la mayor grandeza: i esta es la razon porque algunos se dexavan de llamar Condes, pareciendo les que se abatian: en contrario de oy en que andando estos titulos tan abatidos; no ay quien no anhele por ellos con la presunçió de que se exalta. Muchos Siglos ha que dixo Oracio que la Mona vestida en adornos reales no dexa de ser Mona.³⁵²

³⁴⁹ Ibidem, p.166.

³⁵⁰ Ibidem, p.166.

³⁵¹ FARIA E SOUSA, Manuel de. Notas de Manuel de Faria e Sousa al Nobiliario del Conde D. Pedro, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro, hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, col.659.

³⁵² Ibidem, col.660. Não encontrei nas *Sátiras* de Horácio essa passagem, mas sim em Cícero, *Orator*, XXIII, 78.

Na *Sexagésima*, Antonio Vieira desigualava o nome e a ação. A serventia do nome consiste na sua função de informar, dando identificação a seres, coisas, sentimentos, etc. Se desacompanhado de ações, o nome não exerce qualquer peso:

Por isso Christo no Evangelho não o comparou ao sementeiro, senão ao que semeia. Reparay. Não diz Christo: Saio a semear o sementeiro, senão, saio a semear o que semear: *Ecce exiit, qui seminat, seminare*. Entre o sementeiro, & o que semear ha muyta differença: Hũa cousa he o soldado, & outra cousa o que peleja: huma cousa he o governador, & outra o que governa.³⁵³

Em *La fortuna* surge uma outra agudeza em torno do nome inusitado “duque de Quiquiriquí”, na parte das epístolas finais de *La fortuna*. Sob o molde de uma carta familiar, Manuel de Faria e Sousa narra com comicidade a entrada que Castelo Rodrigo oferece a Carlos I de Crequi, embaixador da França. No artigo “Agudezas Seiscentistas”, João Adolfo Hansen enumera em três as espécies de agudeza artificiosa proposta por Baltasar Gracián, a saber: agudeza de “conceito”, agudeza de “ação” e agudeza de “palavra” ou “verbal”, sendo que esta última “consiste nas correspondências inesperadas estabelecidas entre as representações gráficas, sonoras e conceituais”.³⁵⁴ Visto isto, Manuel de Faria e Sousa aclara a agudeza verbal encrustada no referido nome jocoso, compulsando as relações de proporcionalidade que envolvem uma inusitada onomatopéia. A operação dialética pode ser decomposta do seguinte modo: o nome do aristocrata é Carlos I de Crequi, de nacionalidade francesa. O símbolo da França é a imagem de um galo, ave que cacareja o som ‘quiquiriquí’. Logo, pelo processo da transferência de propriedades de um para outro, Carlos de Crequi é cognomizado ridiculamente de duque de Quiquiriquí: “cuando apareció en él el embajador extraordinario de Francia; que así como por otro nombre es gallo, tiene el título del canto de esta ave en la pronunciación de muchos, porque dicen que es duque de Quiquiriquí”.³⁵⁵

Por fim, a expressão “El César gastó como um César”³⁵⁶ não é propriamente uma agudeza, sendo intermediada pela partícula “como”, que opera a metáfora por comparação. A língua viperina de Manuel de Faria e Sousa dizia que o marquês sustentava César Marteli com mordomias. O seu “querido mozo de cámara”³⁵⁷ costumava desatar os sacos de moeda com superfluidades. A graça encontra-se na homonímia do termo próprio “César”, alusivo aos imperadores romanos.

3.2.3 PÁTRIA (*PATRIA*)

³⁵³ VIEIRA, Antônio, Sermão da Sexagesima, *Sermoens do P. Antonio Vieira*, v.1, 1679, §6, col.27-8.

³⁵⁴ HANSEN, João Adolfo, “Agudezas Seiscentistas”, *Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaíos*, 2019, p.155.

³⁵⁵ FARIA E SOUSA, The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa, 1975, p.319.

³⁵⁶ Ibidem, p.289. Recorde-se que este funcionário italiano não foi esquecido como beneficiário do testamento de Castelo Rodrigo, vide “Capítulo III”, seção 2.1.2.3.4.4 de nossa tese.

³⁵⁷ Ibidem, p.293.

Para Quintiliano, “a pátria, porque de modo semelhante, as leis, as instituições e as opiniões das cidades têm diferenças”.³⁵⁸

Na divisão do elogio ao homem de acordo com os tempos históricos, a tópica “pátria” relaciona-se à época que antecede a vida dele. Em III, VII, 26, Quintiliano ordena os elementos que se prestam ao elogio de localidades, destacando os fundadores das cidades:

Por outro lado, tecem-se elogios de modo semelhante às cidades e aos homens. De fato, o fundador é considerado pai e a antiguidade ostenta grande prestígio, como para os que se dizem nascidos da terra; as virtudes e os vícios manifestados pelos feitos heroicos são os mesmos encontrados nos indivíduos; mas são próprios os vícios e as virtudes que dependem da posição e das fortificações do lugar. Os cidadãos lhes atribuem honras como os filhos o fazem em relação a seus pais.³⁵⁹

La fortuna trata da topografia da região do Norte de Portugal. O escritor, nascido na desconhecida vila de Pombeiro, estabelece como referência mais próxima desta localidade a vila de Guimarães, berço de Portugal, sede da primeira dinastia portuguesa:

Mi patria es la región de Entre Duero y Miño que antiguamente fue la mejor parte de la Galicia. Yace entre esos dos ríos bien notorios y por eso se llama de ellos. El Miño se queda al norte, y el Duero al austro. Báñala al occidente el mar océano, múranla por el levante unas altas serranías. Tiene de longitud dieciocho [o] hasta veinte leguas, y menos [de] siete u ocho de latitud. Centro de estas distancias, poco más o menos, es la ilustre villa de Guimaraens, trono primero de los reyes de Portugal y cuna del primero. Dos leguas antes de llegar a ella los que caminan del Duero al Miño, aparece el delicioso valle de Visela. No sabré decir si tomó este nombre de un río, no pobre, que le baña o si éste de él. Poco antes de una puente que le atraviesa y se llama el Arco, a la salida de un lugarejo llamado Burgo, queda el monasterio de Pombeiro, hoy de monjes de san Benito, fábrica vistosísima y antiguamente casa de ilustrísimos señores con el título de comendatarios, adonde se solía sustentar un retrato no deslucido de una lucida corte. Algunos de estos hubo en Portugal, pero éste con tal ventaja que vulgarmente se decía y aun hoy se dice, por encarecimiento de su grandeza, *Mayor es Dios que el comendatario de Pombeiro*.³⁶⁰

3.2.4 INCLINAÇÃO OU NATUREZA DO ÂNIMO (*ANIMI NATURA*)

Para Quintiliano:

pois a avareza, a ira, a misericórdia, a crueldade, a severidade e outras coisas semelhantes frequentemente produzem a crença (fidem) ou a tornam incrível, e assim se observa se a vida é luxuriosa ou frugal ou sórdida;³⁶¹

³⁵⁸ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 25: “patria, quia similiter etiam civitatum leges, instituta, opiniones habent differentiam”.

³⁵⁹ Ibidem, III, VII, 26: “Laudantur autem urbes similiter atque homines. Nam pro parente est conditor, et multum auctoritatis adfert vetustas, ut iis, qui terra dicuntur orti; et virtutes ac vitia circa res gestas eadem quae in singulis, illa propria quae ex loci positione ac munitione sunt. Cives illis ut hominibus liberi decori”.

³⁶⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.125.

³⁶¹ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 27: “animi natura, etenim avaritia, iracundia, misericordia, crudelitas, severitas aliaque his similia adferunt frequenter fidem aut detrahunt, sicut victus luxuriosus an frugi an sordidus, quaeritur”.

Nas *Institutio oratoria*, II, VIII, 1-15, a inclinação consiste em habilidades inatas, que pertencem ao ser. Os dons podem se aprimorar pela arte e exercício.

No *Ratio Studiorum*, 19, § 5, as crianças que apresentavam inclinações para a vida religiosa eram estimuladas com mais aulas de teologia:

Consideração dos talentos. A quem será concedido um biênio de teologia. – Os que são medianos nas letras e não possuem outras habilidades sejam também enviados aos Casos; os que, porém, juntamente com virtude notável tiverem talento para a pregação ou governo, então, afim de que a Companhia possa, com maior segurança e autoridade, servir-se de seus préstimos, delibere o Provincial com os seus consultores se, além da filosofia, não convenha assegurar-lhes dois anos de teologia. Neste caso, advirta-lhes abertamente que, só nesta medida, irão continuar os estudos.³⁶²

La fortuna trata particularmente da inclinação a partir da exposição de um retrato moral, percorrendo temas da astrologia, uma das disciplinas que compõem as sete artes liberais. O narrador forja um retrato tirado das previsões de cada signo do zodíaco. Esse recurso, menos como uma propaganda de assuntos místicos, consiste num subterfúgio para demonstrar as inclinações e caracteres a partir de Áries, signo sob o qual o escritor nasceu. Fala-se também do signo de Peixes, seu ascendente. As previsões para o signo de áries são:

Las pronosticaciones del de Aries son: que será ingenioso, y cierto es, aunque yo lo diga, que no fui muy pobre de este caudal, ya fuese influido de las estrellas, ya heredado de mi abuelo Estacio de Faría, en quien hubo un vivísimo ingenio; que será prudente, y mucho sería menester para que yo creyese que lo fui; de noble ánimo, y no hay duda en que siempre me incliné a las animosidades nobles; hablador, y aunque no soy mudo en las conversaciones, siempre la he huido tanto que asistiendo muchos años en dos cortes tan grandes como las de España y Roma, nunca entré en otra casa que la mía y la iglesia sino casualmente o por no faltar a la policía, y esto raras veces; si el escribir es hablar (ya lo dije), mucho he hablado pues mucho he escrito;³⁶³

As previsões ou os prognósticos para o signo de peixes são:

Después que tuve conocimiento de esta ciencia y de mis inclinaciones, anduve confirmando si tenía más influencias del Aries, en que mi padre decía haber nacido, si del Piscis que le precede. Las pronosticaciones de éste son: deseo de ver tierras, que en mí fue singular; gusto de navegar, que no hubo cosa que yo más aborreciese; comer mucho y enfermar por ello, y yo siempre fui enfermo comiendo poco; ser de pocas palabras, y siempre hablé poco aunque escribí mucho; no vivir en su patria, y en la ajena pasé lo más de mi vida; ser inclinado al juego, y cuando muchacho en cogiendo dos reales los empleaba e na baraja de naipes satisfaciéndome con ofrecerlos a quien jugase, porque juego alguno jamás le supe, pero es verdad que por el de la argolla me olvidé muchas veces de las aulas del estudio, sin que lo pudiesen remediar ni la palmatoria ni aun los azotes; una enfermedad a los 15 años y otra a los 30 y a los 38, y yo las padecí; que vivirá 65 años, y si lo he de creer poco me falta que vivir.³⁶⁴

³⁶² FRANCA, Leonel, *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*, 1952, p.124.

³⁶³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.128.

³⁶⁴ Ibidem, p.128.

3.2.5 EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO (*EDUCATIO ET DISCIPLINA*)

De acordo com Quintiliano, “é uso referir por quem e de que modo alguém foi educado”.³⁶⁵ Nas *Institutio oratoria*, o Livro I (capítulos I a XII) e o Livro II (capítulo I ao X) refletem acerca da educação ideal do orador romano, propondo uma série de medidas que devem ser averiguadas na sua formação. Os cuidados devem concorrer desde muito antes da criança completar os sete anos de idade, faixa estipulada para o ingresso na escola: “Alguns julgaram que não se deveriam instruir nas letras os menores de sete anos, porque aquela faixa etária, em primeiro lugar, não poderia captar o significado das matérias nem suportar o esforço exigido”.³⁶⁶

Para Quintiliano, a educação demanda uma grande soma de empenhos, envolvendo a escolha dos melhores preceptores, o oferecimento de uma sorte de disciplinas dos saberes e esforços ingentes por parte de todos. Mesmo com todas essas medidas, a ação educativa pode falhar, sem conseguir inculcar os melhores comportamentos e hábitos nas crianças:

Se a alguém pareço exigir muitas coisas, que reflita tratar-se de formar um orador, tarefa árdua mesmo quando nada estiver faltando em sua formação; além disso, restam muitas e mais difíceis ações: em verdade, são necessários um esforço contínuo, excelentes mestres e conhecimentos múltiplos.³⁶⁷

A educação para a eloquência não deve dissociar-se da formação moral. No Livro XII, I, Quintiliano retoma o antigo lema de Catão, *vir bonus dicendi peritus*. Quintiliano defende que a fonte primordial da boa eloquência é o saber. Sob esta bandeira, o *curriculum* deve abranger uma ampla variedade de disciplinas, sendo central o conceito de *encyklios paideia* (I, X, I), educação integral dos homens. Quintiliano ajuíza que os preceptores devem vigiar a educação, para evitar que a criança torne-se um ser ignaro, ou pior, que exalte a ignorância como valor positivo, produzindo formas de agir próprias de uma pessoa sem qualidades:

Daqui nascem, nos pais incultos, uma vã satisfação e, nelas mesmas, o menosprezo pelo trabalho, uma atitude despuddorada, uma péssima forma de falar, uma prática de maus hábitos e, o que frequentemente deita por terra os melhores êxitos, uma arrogante auto-suficiência.³⁶⁸

³⁶⁵ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 25: “educatio et disciplina, quoniam refert, a quibus et quo quisque modo sit institutus”.

³⁶⁶ Ibidem, I, I, 15: “Quidam litteris instituendos, qui minores septem annis essent, non putaverunt, quod illa primum aetas et intellectum disciplinarum capere et laborem pati posset”.

³⁶⁷ Ibidem, I, I, 10: “Si cui multa videor exigere, cogitet oratorem institui, rem arduam, etiam cum ei formando nihil defuerit; praeterea plura ac difficiliora superesse. Nam et studio perpetuo et praestantissimis praeceptoribus et plurimis disciplinis opus est”.

³⁶⁸ Ibidem, II, IV, 16: “Hinc parentium imperitorum inane gaudium, ipsis vero contemptus operis et inverecunda frons et consuetudo pessime dicendi et malorum exercitatio et, quae magnos quoque profectus frequenter perdidit, arrogans de se persuasio innascitur”.

No século XVI, a educação dos jesuítas absorveu o legado pedagógico dos romanos, sobretudo no *Ratio studiorum atque Institutio Societatis Jesu*, compêndio de recomendações pedagógicas direcionadas para sistematizar o ensino ministrado pelos padres da Companhia de Jesus, cujos colégios e universidades expandiram-se em grande número a partir da segunda metade do século XVI, tanto na Europa quanto nos territórios ultramarinos. O *Ratio* foi publicado em 1599, em Nápoles. Antes da publicação da edição de 1599, o texto passou por um longo processo constitutivo.

Em particular, o roteiro das primeiras aprendizagens em *La fortuna* marca-se por uma educação que transcorre num ambiente de província, em que os padres eram convocados para o papel de educadores das crianças, dentro dos limites e das possibilidades ofertadas pelos ditos *montes rudes*. Ao que parece, a educação de Manuel de Faria e Sousa é do tipo privada, com o financiamento de professores particulares, não havendo a frequência regular em colégios.

Dito isto, mais importante do que evidenciarmos dados ou fatos históricos, tais como a listagem de professores que o menino teve ou os locais da região Norte onde as classes transcorriam, o que de mais importante gostaríamos de reter no relato é a sobredeterminação de uma formação que pretendia ser como a mais universal possível, vista a evidente ostentação de variados saberes, sobretudo das disciplinas das humanidades, as quais o menino experimentou em seus primeiros anos de vida e, diga-se a verdade, nunca as abandonou.

Para Quintiliano, os pais, sejam instruídos ou não, deviam cuidar da educação dos pequenos desde os seus primeiros anos de vida: “Contudo, nem aqueles, aos quais faltou a oportunidade de aprender, tenham menor preocupação de ensinar os filhos, mas sejam por isso mesmo mais cuidadosos nos demais aspectos”.³⁶⁹

Quintiliano apregoou que a escolha das amas ideais devia se pautar pela observância do modo como elas expressavam-se, sendo as melhores aquelas que zelavam para com a própria linguagem: “Antes de tudo, que as amas de leite não tenham uma linguagem viciosa (...)”.³⁷⁰ Em *La fortuna*, Manuel de Faria e Sousa revela que a sua ama de leite transmitiu-lhe uma grave doença, sendo que a sobrevivência da criança à moléstia consistiu num verdadeiro ato de milagre:

Aquella antigua costumbre de criar las madres a sus hijos se observa aún en Portugal entre algunas mujeres nobles, aunque no señoras o que quieren parecerse a señoras por la senda de violar las buenas costumbres. Mi madre empezó a criarme pero no pudo proseguirlo por incurablemente enferma de los pechos. Con gran dolor suyo, ya por ser yo el primero ya porque adivinaba lo que había de ser, me entregó a una ama que a los tres meses me llenó de bubas, con que vine a empezar la vida por donde otros la acaban. Salí de la cuna enfermo y así he vivido hasta ahora, por testimonio de que no son fiadores ciertos de más larga vida la salud ni el regalo, y de que quien está destinado a ser ejemplar de infortunios, no hay alguno que le acabe para excusarle los otros, ni aun uno tan grande como el de enfermedad que necesita de tan violenta cura en sujeto tan débil como el de tres meses de vida.³⁷¹

³⁶⁹ Ibidem, I, I, 7: “Nec tamen ii, quibus discere ipsis non contigit, minorem curam docendi liberos habeant; sed sint propter hoc ipsum ad cetera magis diligentes”.

³⁷⁰ Ibidem, I, I, 4: “Ante omnia ne sit vitiosus sermo nutricibus (...)”.

³⁷¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.130.

A propósito da criadagem vulgar, Manuel de Faria e Sousa menciona um episódio transcorrido nos seus primeiros anos de vida, trazendo à memória uma velha lavradora que, ao ouvir imprecações de que a criança manifestaria os dotes da inteligência, isto é, do engenho, conduziu a criança para um moinho de engenho, acreditando que o simples toque de suas mãozinhas na roda do instrumento garantiria a boa sina da criança. Esse episódio segue o esquema narrativo de um *prodigia*:

Saliendo, al fin, de aquel riesgo, no sé cómo, también no sé cómo fui criado. Tendría tres años cuando una vieja vecina de mis padres, que tenía un molino allí cerca, me llevó a él diciéndoles que me iba a hacer muy ingenioso. Sobre la piedra del molino se sustenta en el aire casi un modo de arquilla en que se echa el grano, y de allí viene cayendo (como la arena en el reloj) de ella en el hoyo de la muela que corriendo le vuelve harina. A este artificio se llama ingenio en aquella región. En aquel hoyo y en aquella arquilla me metió las manos la vieja una y otra vez, con que la muela pudiera más llevármelas que darme ingenio. Esto lo vio una criada nuestra que quiso ir a aprender como se hacían ingeniosas las criaturas. Volvíome la vieja a mis padres y toda bañada en alegría les dijo esto: Aquí, señores, os entrego vuestro hijo, y podéis tener por cierto que ha de ser muy ingenioso porque yo diestramente le metí las manos en el ingenio. Como si dijera que me había metido el ingenio en las manos. Pasó en risa (como era razón) el dicho y la diligencia, pero yo menos me reía que me espantaba cuando me referían esto después que empecé a tener algún uso razonable.³⁷²

Quintiliano advoga que a criança deve receber instruções nas escolas, reservando-se a educação realizada em casa somente se esta for a única possibilidade existente. Para o pedagogo latino, é falso o argumento de que a criança não deve frequentar o banco escolar, onde supostamente assimilaria uma conduta vergonhosa a partir do convívio com outros pequenos. De acordo com o autor das *Institutio oratoria*, a absorção de maus costumes é uma característica intrínseca da juventude, sendo indiferente o fato da criança estar ou não na presença de outros condiscípulos. Na *Ars poetica*, Horácio sentencia que o jovem “molda-se como cera ao vício”.³⁷³ A vantagem da educação realizar-se na escola pública advém dos estímulos, visto que a criança move-se mais pela vontade de sobressair-se perante os seus iguais. Para não ficar para trás, visto que o ser superado pelos colegas é uma vergonha imensa, a criança empenha-se mais e mais no aprender.³⁷⁴

Para Quintiliano, o mestre que ensinava o abecedário tornava-se uma espécie de pai intelectual da criança: “Tendo falado muitas coisas sobre o trabalho dos docentes, aos alunos sugiro, nesse meio-tempo, apenas o seguinte: que amem seus preceptores não menos que seus estudos e considerem que seus pais não o são apenas do corpo, mas também da mente”.³⁷⁵ A propósito disso, Manuel de Faria e Sousa considerava que Amador Peres de Eiró foi o seu pai por duas vezes, visto que o seu primeiro contato com as letras aconteceu por intermédio dele:

³⁷² Ibidem, p.130.

³⁷³ Q. Horatius Flaccus, *de arte poetica (epistula ad Pisones)*, vers. 163: “cereus in vitium flecti”.

³⁷⁴ Cfr. QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, II, 1-4.

³⁷⁵ Ibidem, II, IX, 1: “Plura de officio docentium locutus discipulos id unum interim moneo, ut praeceptores suos non minus quam ipsa studia ament, et parentes esse non quidem corporum sed mentium credant”.

Suelen los hombres principales de aquellos montes, a falta de maestros, pedir a algunos clérigos les enseñen sus hijos a leer y escribir. Mi padre tomó por gusto el hacer conmigo este oficio, para serme dos veces padre, y mejor la segunda, porque más me dio en la doctrina que en la vida. Leía él con destreza de entendido y de político, no solamente habitador del campo sino con ventaja a muchos que se llaman soles de las cortes y leen un papel de modo que atormentan al que los escucha, si no les es parecido en aquella torpeza; lo propio digo del escribir, porque si no era grande escribano, hacía una letra cual conviene que la haga un hombre noble, no como algunos senores que escriben como mujeres y a veces de modo que ni aun su firma la puede leer quien no sabe sus nombres.³⁷⁶

Já falamos de Amador Peres de Eiró na seção “Família”. No trecho supracitado, Manuel de Faria e Sousa enfatiza a grafia de seu pai que, embora não fosse um homem de instrução, tinha uma letra parecida com a de um homem nobre. Vale a pena observar que o estilo da letra alinhava-se fortemente a uma categoria ou a um estamento, não sendo decoroso a um homem expressar-se por meio de uma letra feminina, por exemplo. Hoje o estilo da letra é próprio de uma expressão psicológica individual. Para Quintiliano, a grafia correspondia aos primeiros passos do educando. O professor devia atentar-se ao ensino das formas das letras, antes mesmo de preocupar-se com a lição dos nomes das letras e da ordenação alfabética delas:

Imaginemos então que Alexandre fosse entregue a nós, confiado a nossas mãos um menino merecedor de tamanho cuidado (ainda que do mesmo cada um seja merecedor): acaso não me envergonharia de apresentar, logo nos primeiros elementos, breves resumos do ensino? Em verdade, pelo menos não me agrada, como vejo acontecer entre muitos, que os pequenos aprendam os nomes e o encadeamento das letras antes das formas.³⁷⁷

A propósito do tema da arte caligráfica, vale a pena lembrarmos a escrita célere de Teresa de Jesús, cujo modo furioso de anotar era conveniente com as visões beatíficas que recebia. Uma religiosa testemunhou que o seu modo de escrever aproximava-se à rapidez do traçado de um notário: “La mano llevaba tan ligera que parece imposible que naturalmente pudiese escribir con tanta velocidad”.³⁷⁸

Para Quintiliano, a boa memória observa-se na facilidade de retenção de conteúdos e na qualidade do que se grava. Isso tudo consiste numa das claras manifestações da inteligência da criança:

Tendo-lhe sido entregue o menino, o perito em ensino examinará primeiramente sua capacidade intelectual e seu caráter. Nos pequenos, o principal sinal de inteligência é a

³⁷⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.130.

³⁷⁷ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, I, 24: “Fingamus igitur Alexandrum dari nobis impositum gremio, dignum tanta cura infantem (quanquam suus cuique dignus est): pudeatne me in ipsis statim elementis etiam brevia docendi monstrare compendia? Neque enim mihi illud saltem placet, quod fieri in plurimis video, ut litterarum nomina et contextum prius quam formas parvuli discant”.

³⁷⁸ TERESA de Avila, Santa, *Libro de la vida*, 2001, p.11.

memória: sua dupla capacidade consiste em apreender facilmente e em reter com fidelidade.³⁷⁹

Contrariando o bom indício do pedagogo latino, passamos a saber em *La fortuna* que a criança tinha uma péssima capacidade de memorização, frequentando as classes sem ter a lição aprendida. Por conta da rudeza da memória, o pai, cheio de impaciência, aplicava-lhe um “tal golpe con el tintero en el cogote, que me abrió la cabeza, y después de la cura me quedó abollada en aquella parte”.³⁸⁰ Salientemos o modo como o narrador traceja o vitupério de si, como em “el quererme hacer estudiante era martillar em hierro frío”.³⁸¹ Com relação aos castigos físicos, Quintiliano não recomendava a violência como método para a correção do comportamento, ainda que fosse um costume já estabelecido, sobretudo porque essa prática podia repelir a criança aos gêneros de estudos:

De forma alguma aceitaria que os alunos fossem surrados, embora isso seja aceito e Crisipo não desaprove, em primeiro lugar porque é degradante e próprio de escravo e, sem dúvida, seria injurioso - caso alteres a idade, até concordaríamos: depois porque, se alguém tiver a mente tão escravizada que não se corrija com repreensão, esse também se tornará insensível às pancadas como certos péssimos escravos. Por fim, esse castigo não será sequer necessário, se um assíduo controlador dos estudos se fizer presente.³⁸²

João Adolfo Hansen observou que o uso da violência na educação dos jesuítas era previsto: “Os castigos previam a moderação, prescrevendo-se que o professor não devia ser precipitado em castigar nem excessivo na inquisição de faltas”.³⁸³

O *Ratio* proibia com veemência que a criança frequentasse jogos e festas paroquiais. Acerca disso, conferimos em *La fortuna* que o cabulador de aulas demonstrava mais interesse nos prazeres dos passatempos do que uma aplicação detida aos estudos. As festas, pois, ofereciam mais atrativos com encontros e trocas de olhares. A criança já dava mostras de inclinar-se para os afetos juvenis. Veja-se isso num diálogo enérgico que Amador Peres de Eiró trava com o menino:

Qué quiere decir esto? qué has tenido que te vienes del estudio? Respondíle muy contento que venía con los otros a ver la fiesta. Apenas lo dije cuando le vi apresurarse a tomar un palo, y como ya le conocía bien, me pareció que no debía fiarme de la paternal misericordia sino de los filiales pies.³⁸⁴

³⁷⁹ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, III, 1: “Tradito sibi puero docendi peritus ingenium eius in primis naturamque perspiciet. Ingenii signum in parvis praecipuum memoria est. Eius duplex virtus, facile percipere et fideliter continere”.

³⁸⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.131.

³⁸¹ Ibidem, p.135.

³⁸² QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, III, 14: “Primum, quia deforme atque servile est et certe, (quod convenit, si aetatem mutes), iniuria est; deinde, quod, si cui tam est mens illiberalis, ut obiurgatione non corrigatur, is etiam ad plagas ut pessima quaeque mancia durabitur: postremo, quod ne opus erit quidem hac castigatione, si assiduus studiorum exactor astiterit”.

³⁸³ HANSEN, João Adolfo, “Ratio studiorum e política católica ibérica no século XVII”, *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*, 2001, p.24.

³⁸⁴ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.136.

Com um sarrafo em mãos, o pai valia-se da agressão física para evitar que o menino adquirisse maus hábitos. Repare-se que a educação rigorosa do pai, fiscal do comportamento do filho, serviu de referência para a forma como, anos mais tarde, Manuel de Faria e Sousa educou os seus, com a mesmas exigências: “En estas dudas andaba yo, cuando me desapareció de casa mi hijo Manuel, porque en el castigo de su enseñanza usaba yo con él lo que mi padre había usado conmigo”.³⁸⁵

Quintiliano afirma que a faculdade da memória podia estimular-se por meio da retenção de trechos escolhidos de poetas consagrados, visto que a poesia era do agrado das crianças, por conta da sonoridade musical:

Essa memória se mantém até a velhice e, gravada no espírito não trabalhado, será proveitosa também para os costumes. É ainda conveniente que, entre as brincadeiras, aprendam de cor as declarações de homens famosos e excertos escolhidos principalmente dos poetas (pois o conhecimento deles é mais do gosto dos pequenos). Realmente, a memória é absolutamente necessária ao orador, como direi no lugar próprio; e ela se robustece e se alimenta principalmente pelo exercício, e nessas faixas etárias, das quais estamos falando agora, que não conseguem produzir nada por si mesmas, ela é como que a única faculdade que pode ser desenvolvida pelo cuidado dos mestres.³⁸⁶

Esse mesmo sentido quanto ao encantamento pela poesia presentifica-se no relato da infância de Manuel de Faria e Sousa, podendo ser conferido logo abaixo: “Este libro llevé conmigo cuando me dei a aprender con aquel abad, y acudiendo en los días de fiesta por las tardes a la iglesia, los mozos de la parroquia gustaban mucho de oirme leer las coplas que en él había y yo no menos de leerlas”.³⁸⁷

Com especificidade, a poesia de Luís de Camões mobilizava a todos os pequenos um grande interesse por conta dos sons das rimas. Os meninos, embora ignorassem o sentido de seus versos, visto que ainda não tinham uma compreensão intelectual mais desenvolvida, ainda assim apreciavam a harmonia sonora: “los mozos de la parroquia gustaban mucho de oirme leer las coplas que en él había y yo no menos de leerlas; y pienso que todos las entendíamos igualmente, que era no entenderlas alguno; mas de en cuanto esperaba el oído el engaño de los consonantes”.³⁸⁸

As crianças da região frequentavam a Igreja da Pedreira, onde eram ministradas preleções dos primeiros degraus escolares. Nela, Manuel de Faria e Sousa apresentava um desempenho pífio em praticamente todas as disciplinas, com exceção das artes pictóricas. Ele afirma que estudou neste lugar por cerca de meio ano. É de interesse notar o modo elogioso como, naqueles

³⁸⁵ Ibidem, p. 202.

³⁸⁶ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, I, 36: “Prosequitur haec memoria in senectutem et impressa animo rudi usque ad mores proficiet. Etiam dicta clarorum virorum et electos ex poëtis maxime (namque eorum cognitio parvis gratior est) locos ediscere inter lusum licet. Nam et maxime necessaria est oratori (sicut suo loco dicam) memoria, et ea praecipue firmatur atque alitur exercitatione, et in his, de quibus nunc loquimur, aetatibus, quae nihildum ipsae generare ex se queunt, prope sola est, quae iuvare cura docentium possit”.

³⁸⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.132.

³⁸⁸ Ibidem, p.132.

tempos passados, o narrador acreditava ser suficiente nas artes, propondo-se exageradamente como um prodigioso Apeles:

Fui notablemente (...) inclinado a todo lo que se obra con la pluma, ya no era necesario que i padre por esto me abriese la cabeza de un golpe ni de muchos. Llegué a hacer toda suerte de letras, de modo que decían era un prodigio; (...) Proseguí con esta ocupación de la pluma dos años, y di en imitar cualquier imagen que hallaba en libros impresos y misales y breviarios, y salía con ello razonablemente aunque no tenía maestro que me diese luz de los principios del dibujo. Con la misma falta de noticias me día a pintar (...).³⁸⁹

Perceba-se o modo como o narrador mostra um lado vulnerado de si próprio, ao dizer-se como a própria encarnação de um mentecapto: “Que aunque mis fines son de filósofo, los principios fueron de lindo y pisaverde, no comoquiera sino de los más observantes de la bobería. Y es tanto, que muchas veces me admiro de que viniese a saber algo (si lo sé) un tal mentecato”.³⁹⁰ Mais tarde, o narrador abre os olhos para a sandice ao ter-se acreditado como um Apeles, descartando essa matéria produzida na infância, a qual incluía desenhos, poemas, livros de cavalaria e novelas pastoris.

Em *De inventione*, Cícero precisa que a tópica “modo de vida” inclui a relação dos mestres das artes liberais: “En el modo de vida es oportuno considerar junto a quién y con qué costumbre y con el arbitrio de quién fue criado; qué maestros de artes liberales ha tenido, qué preceptores del vivir, de cuáles amigos usa, en qué negocio, ganancia, artificio, se ha ocupado”.³⁹¹

O relato acerca da educação lista os nomes de professores, destacando o nome de Benito de Matos, mestre de caligrafia que ensina os primeiros rudimentos dessa técnica:

Las primeras fueron de un Benito de Matos, su vecino y escudero limpio, que era extremado en la letra llamada canceleresca, que viene a ser la usada en secretarías. Las segundas, impresas y que hoy permanecen, de aquel rarísimo (por único le tengo) en toda suerte de letras Manuel Barata, que enseñó en Lisboa, y que yo imagino fue maestro del príncipe don Juan, hijo del rey don Juan el Tercero (...) Las terceras, también impresas, eran castellanas, de mediana suficiencia aunque con más invenciones de rasgos, cosa a que siempre fui adverso. Era su autor Ignacio Pérez, aún hoy conocido en Castilla.³⁹²

Com os progressos, o pai envia o filho para ter aulas particulares de gramática em Braga:

Empezó mi padre a entregarme a maestros de gramática porque él no la sabía para podérmela enseñar. Fueron varios los que tuve medio año, hasta que su amigo Francisco de León, abad de una iglesia que llaman la Pedrera, distante una legua de nuestra casa, me llevó a la suya para enseñarme.³⁹³

³⁸⁹ Ibidem, p.132.

³⁹⁰ Ibidem, p.135.

³⁹¹ CÍCERO, *De inventione*, I, 25: “In victu considerare oportet, apud quem et quo more et cuius arbitratu sit educatus, quos habuerit artium liberalium magistros, quos vivendi praeceptores, quibus amicis utatur, qui in negotio, quaestu, artificio sit occupatus, quo modo rem familiarem administret, qua consuetudine domestica sit.”

³⁹² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.131.

³⁹³ Ibidem, p.132.

O menino frequenta as classes de gramática por quase quatro anos: “Al fin, yo anduve casi cuatro años en Braga, y era tal mi negligencia, que en todos ellos no oí más de tres aulas o clases: la quinta, en que se lee el género, la cuarta en que los pretéritos, la tercera en que la sílaba; y tanto supe en una como en otra”.³⁹⁴

O narrador elenca o nome dos preceptores da gramática: frei Mauro de Santiago, predicador, conhecedor da arte das iluminuras; Antonio Leão, teólogo, sobrinho do abade da Igreja da Pedreira. Em paralelo, o menino já dava mostras de sua inclinação à vida secular. Isso porque, ao ter classes na casa de Antonio Leão, chamada de Quinta Margarida, demonstrava estar mais interessado pela irmã do padre. Se a menina não estivesse presente, a *Arte* de Manuel Álvares, isto é, a cartilha *De Institutione Grammatica Libri Tres*, não tinha qualquer função: “Tenía este clérigo una hermana de poca edad y a mi parecer hermosa, y si he de hablar verdad, muchas veces dejara yo de llegar a casa de su hermano con mi *Arte* de Manuel Álvarez, si su hermana no estuviera allá con su buena gracia.”³⁹⁵

O narrador rememora um fato relevante, o de reconhecer-se como partícipe dos livros de história. Sabe-se que Diogo de Couto noticia o *Parnaso*, de Luis de Camões, e a leitura desse relato histórico acende-lhe a impressão de já ter corrido com esse livro em mãos, que estava entre os antigos papéis do seu avô Estácio de Faria, um dito amigo do grande poeta:

Luego que lei esto en Diego de Couto, acordándome de que mi abuelo había tratado con particular amistad a Luis de Camoens en Lisboa y de que el estilo de aquel libro se me parecía tanto al de Luis de Camoens, tuve para mí que era de él el libro y que por su muerte había quedado a mi abuelo;³⁹⁶

Quintiliano afirma que os meninos devem começar pela leitura dos melhores historiadores, a começar por Lívio e Salústio:

Eu, porém, preferiria sem hesitação e sempre os expoentes e ainda assim deles o mais brilhante e o mais em evidência, como para os meninos escolheria Lívio em vez de Salústio, embora esse seja um historiador maior, ainda que para entendê-lo seja necessário maior grau de conhecimento.³⁹⁷

Quintiliano propõe a leitura de Homero e Virgílio. O canto heróico, ao tratar de temas grandiosos, dissemina a elevação do espírito, ao fornecer exemplos de condutas edificantes:

Em vista disso, ficou muito bem determinado que a leitura comece com Homero e Virgílio, embora seja necessário um critério mais seguro para compreender as qualidades deles: para isso, porém, há tempo de sobra, pois não serão lidos uma só vez. Nesse ínterim, que a

³⁹⁴ Ibidem, p.136.

³⁹⁵ Ibidem, p.135.

³⁹⁶ Ibidem, p.134.

³⁹⁷ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, II, V, 19: “Ego optimos quidem et statim et semper sed tamen eorum candidissimum quemque et maxime expositum velim, ut Livium a pueris magis quam Sallustium, etsi hic historiae maior est auctor, ad quem tamen intelligendum iam profectu opus sit”.

disposição se eleve pela sublimidade do poema heróico, a grandeza dos temas arraste o espírito e se enriqueça com o que há de melhor.³⁹⁸

Quintiliano recomenda a leitura dos textos trágicos e dos poetas líricos, desde que o preceptor selecione as partes mais adequadas para o conhecimento dos alunos, reservando as partes licenciosas para os de mais idade:

As tragédias também são úteis, alimentam, como as poesias líricas, contanto que nelas seleções não só os autores, mas também partes da obra; em verdade, preferiria não comentar muitas do grego, por licenciosas, e algumas de Horácio. Mas as elegias, especialmente as de caráter amoroso, e os hendecassílabos, que são pés de verso dos sotádicos (aliás, os sotádicos não merecem menção sequer), sejam eliminados se for possível ou, pelo menos, que sejam reservados com mais firmeza para uma idade maior.³⁹⁹

É nessa linha que Manuel de Faria preparou uma espécie de catálogo contendo os autores canônicos que leu no alvorecer da vida:

Pero más adelante, cuando empecé a entender a Luis de Camoens en sus admirables poemas, viniendo en mi idea algunas resultancias del sonido de la elegancia de aquel libro, las hallaba muy parecidas a la que altamente me sonaba en ellos. En estas dudas anduve, hasta que con los ojos más abiertos (abrióronseme bien tarde; en esto, poco que se me abrieron) me di a leer historias, y fui a encontrar en las Décadas de Diego de Couto la memoria de que Luis de Camoens, habiendo dado fin a su poema heroico en la India, se vino de allá con Pedro Barreto, que vino a ser capitán de Zofala; y viviendo allí con este caballero, dio principio a otro libro que intitulaba El parnaso de Luis de Camoens, y le tenía en buen estado cuando Diego de Couto, viniendo a Portugal, aportó allí y le comunicó, como amigo que era suyo, su nuevo asunto: era de prosas y versos este Parnaso, y parece obligó a esta suerte de escrito el grande aplauso que entonces lograra Jorge de Montemayor por el de su Diana, con que fue el primero que en España usó de esta mezcla de estilos.⁴⁰⁰

Em I, II, 22-30, Quintiliano discorre acerca da competição. Embora não recomende a competição em si, dá o braço a torcer, admitindo que a disputa serve de alimento para os jovens caminharem em direção do aperfeiçoamento, visto que se guiam pela vontade de superar os demais, ao mesmo tempo que temem perder o posto conquistado a duras penas: “a emulação será incentivada pelo elogio, considerará desonroso ceder aos da mesma idade e bonito ter superado os mais velhos. Tudo isso inflama os espíritos e a ambição, embora seja um vício, frequentemente se torna causa de fatos meritórios”.⁴⁰¹

³⁹⁸ Ibidem, I, VIII, 5: “Ideoque optime institutum est, ut ab Homero atque Vergilio lectio inciperet, quanquam ad intelligendas eorum virtutes firmiore iudicio opus est; sed huic rei superest tempus, neque enim semel legentur. Interim et sublimitate heroici carminis animus adsurgat et ex magnitudine rerum spiritum ducat et optimis imbuatur”.

³⁹⁹ Ibidem, I, VIII, 6: “Utiles tragoediae, alunt et lyrici; si tamen in his non auctores modo sed etiam partes operis elegeris, nam et Graeci licenter multa et Horatium nolim in quibusdam interpretari. Elegia vero, utique quae amat, et hendecasyllabi, qui sunt commata Sotadeorum (nam de Sotadeis ne praeciendum quidem est) amoveantur, si fieri potest, si minus, certe ad firmitus aetatis robur reserventur”.

⁴⁰⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.134.

⁴⁰¹ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, II, 22: “excitabitur laude aemulatio, turpe ducet cedere pari, pulchrum superasse maiores. Accendunt omnia haec animos, et licet ipsa vitium sit ambitio, frequenter tamen causa virtutum est”.

O autor das *Institutio oratoria* acresce a informação de que os alunos crescem por estímulos externos:

Mas, assim como a emulação assegura o progresso nos que se encontram mais avançados nos estudos das letras, os incipientes e de idade ainda tenra gostam mais de imitar os condiscípulos do que os professores, porque é para eles mais fácil. Com efeito, aqueles que começaram apenas com os rudimentos, ousarão esperar alcançar uma eloquência que pensam perfeita; abraçam com maior facilidade o que lhes está perto, tal como as videiras plantadas junto a árvores começam por se enlaçar nos ramos inferiores para se elevarem até à copa.⁴⁰²

Quintiliano estimula que os alunos exercitem composições de própria lavra:

Todavia, deve-se por vezes permitir que declamem as que eles mesmos escreveram, para que colham o fruto de seu trabalho também com os mais desejados aplausos de uma multidão. De fato isso também convirá ser feito, quando tiverem adequadamente burilado algo, de modo que se lhes atribua como prêmio de seu esforço e se alegrem por o terem merecido.⁴⁰³

A propósito da competição, Manuel de Faria e Sousa narra um episódio em que se transcorre um certame poético, tendo por desafio glosar o tema de São Sebastião. Apesar do jovem não ter se saído vitorioso, a ocasião contribuiu para que, aos poucos, ele fosse sendo reconhecido enquanto um poeta público:

Por este tiempo, entre mis diecinueve y veinte años, tuve noticia que en la ciudad se hacía una fiesta a san Sebastián, y que lo singular de ella era una justa poética. Escribí no solamente a todos los asuntos de ella, que eran algunos ocho, sino muchas cosas fuera de ellos, con que mis papeles solamente ocupaban mucho y eran vistosos porque estaban escritos de mi buena letra, que por lo otro, hasta los cominos [caminos] se pudieran enojar de ser allí envueltos. De mucho atrás era yo inclinado ya a la lección de la escritura sagrada, y, así, todas aquellas composiciones estaban llenos de lugares de ella, y [a] quien sabía que yo no sabía nada decían que no eran míos, aunque los más harto mal manejados; y los que pensaban que sabía algo, se admiraban de verme tan escriturario. A un soneto de que cada verso era un lugar de la escritura (de que se me acuerdan dos versos bien malos, si debían ser los mejores de él pues se me acuerdan) se dio el primer premio, según me dijo el mayordomo de la fiesta que me le trujo; aunque yo pienso (por honra de los jueces) que no se me dio premio, sino que el mayordomo me dio de su buena gracia unos guantes (tal era el premio), metiéndome en cabeza que me habían premiado; aunque entonces creyera yo que se me debía el laurel de Petrarca, cuanto más aquel negro premio, porque los guantes eran negros, y creo que a poder de papel quemado. Otros tales vinieron también a título de premio de una glosa a un mote que empezaba Penas de setas e amor, y ella así:

Quando quereis alcançar
a glória con padecer,
vos vejo penas levar,
de amor para merecer,
de setas para voar, etcétera.⁴⁰⁴

⁴⁰² Ibidem, I, II, 26: “Sed sicut firmiores in litteris profectus alit aemulatio, ita incipientibus atque adhuc teneris condiscipulorum quam praeceptoris iucundior hoc ipso quod facilius imitatio est. Vix enim se prima elementa ad spem tollere effingendae, quam summam putant, eloquentiae audebunt; proxima amplectentur magis, ut vites arboribus applicitae inferiores prius apprehendendo ramos in cacumina evadunt”.

⁴⁰³ Ibidem, II, VII, 5: “Aliquando tamen permittendum quae ipsi scripserint dicere, ut laboris sui fructum etiam ex illa quae maxime petitur laude plurium capiant. Verum id quoque tum fieri oportebit, cum aliquid commodius elimaverint, ut eo velut praemio studii sui donentur ac se meruisse ut dicerent gaudeant”.

⁴⁰⁴ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.x.

O manuscrito da *Fuente de Aganipe, ó rimas varias de Manuel de Faria e Sousa. Parte 7a. Toda de invenciones metricas, muchas dellas inimitables*, depositado na Biblioteca Pública de Évora, cota MS CXIV/2-5. Parte VII, guarda o soneto “A una mala justa Poetica que se juntò en alabanza del martyr San Sebastian”, que parece corresponder a uma composição de juventude:

Vendo buscarvos gente que compunha,
 hum conceito busquey de quatro cantos:
 màs achei, porque não o achei de tantos,
 que quando importa maes, peor se arruma
 meti o entendimento em cõsta, e cunha;
 nunca me quis calçar louvores santos.
 Emfim, quaes sam, vão esses não sey quantos,
 fruta de roer caspa, e roer unha.
 E digo, que onde eãvos seteãram,
 separa o corpo vosso hà tiradores;
 quã muitos a louvarvos atirãram.
 màs entre estes, e aquelles contendores,
 melhor no corpo eãvos acertaram,
 do que quã vos acertam nos louvores.

Assim, o relato acerca da educação de Manuel de Faria e Sousa tem por intuito demonstrar que a pessoa expôs-se desde os começos da infância a bons professores, sendo instruído nas disciplinas de saberes, tão próximas da educação da nobreza, sendo isso tudo uma prova argumentativa ética, depondo a favor da probidade do orador.

3.2.6 IDADE (*AETAS*)

Para Quintiliano, “(...) pois algumas coisas convêm mais a alguns anos que a outros”.⁴⁰⁵ Com relação a isso, o retor latino aprova a leitura dos comediógrafos, visto a grande variedade de caracteres que o gênero mobiliza. Por essa razão, o gênero cômico é apropriado para a educação infantil, com a ressalva de que a criança já tenha iniciado um certo grau de desenvolvimento do intelecto, para compreender devidamente a matéria de riso:

As comédias, que muito podem contribuir para a eloquência, uma vez que atingem todas as pessoas e sentimentos, logo mais direi que utilidade delas considero favorável para os meninos; de fato, assim que os bons costumes se tiverem firmado, deverão ser lidas entre as mais importantes.⁴⁰⁶

Manuel de Faria e Sousa, com pouca idade, começa a sentir-se atraído pelas comédias, sobretudo as peças de Lope de Vega:

⁴⁰⁵ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 24: “aetas, quia aliud aliis annis magis convenit”.

⁴⁰⁶ Ibidem, I, VIII, 7: “Comoediae, quae plurimum conferre ad eloquentiam potest, cum per omnes et personas et adfectus eat, quem usum in pueris putem, paulo post suo loco dicam; nam cum mores in tuto fuerint, inter praecipua legenda erit”.

También me empezaron a embarazar entonces las comedias de Lope de Vega, que ya embarazaban a cabezas que eran más obligadas que la mía a la cordura, y parecíame que quedaba en grande obligación a quien por su gusto me mandaba que copiase de muy buena letra una comedia; la primera que copié fue *La de Ursón y Valentín*.⁴⁰⁷

Um episódio de doença, em específico uma grave inflamação na garganta, ocorre em 1604, quase tirando a vida do menino. O repouso necessário para a restauração da saúde propicia os ócios requeridos pelas obras de juventude. O menino lê novelas de pastores e as histórias de cavaleiros da Bretanha:

De esta enfermedad salí con menos hastío a los libros y dime a la lección de los que llaman de entretenimiento y que son de ruina, como novelas y comedias. Era entonces fresco el que se intitula *Primavera*, de Francisco Rodríguez Lobo, y muy estimado en el reino. Parecíame a mí que no podría llegar a mayor bienaventuranza que a hacer otro como aquél; y también entraba en esta cuenta la *Diana* de Jorge de Montemayor, sin que le valiese el ser entonces vedada por la santa inquisición; y la *Arcadia* y los *Pastores de Belén* de Lope de Vega, y *Don Quijote* y las *Novelas* y aun la *Galatea* de Miguel de Cervantes. También tenía su lugar el *Clarimundo* de Juan de Barros y el *Palmerín de Inglaterra* de Francisco de Morales, aunque éste es bien justo le tenga siempre entre los hombres cuerdos, por estilo, por invención y por cortesanía; al fin, de los libros de caballería el único.⁴⁰⁸

Vale a pena aproximarmos o relato supracitado de um passo do *Libro de mia vida*. Ao rememorar as leituras realizadas na infância, Teresa de Jesus confessa o apreço que tinha às novelas de cavalarias. Os seus pais desestimulavam-na à leitura desse tipo de texto, no entanto, lia às escondidas. Então, a religiosa aproveita a ocasião para comentar que os progenitores deviam zelar mais pela educação dos filhos. Por serem inexperientes e, portanto, falhos na capacidade do ajuizamento, estariam sujeitos aos vícios deformantes dos costumes:

Paréceme que comenzó a hacerme mucho daño lo que ahora diré. Considero algunas veces cuán mal lo hacen los padres que no procuran que vean sus hijos siempre cosas de virtud de todas maneras; porque, con serlo tanto mi madre, como he dicho, de lo bueno no tomé tanto – en llegando a uso de razón – ni casi nada, y lo malo me dañó mucho. Era aficionada a libros de cavallerías, y no tan mal tomava este pasatiempo como yo le tomé para mí, porque no perdía su lavor, sino desenvolvíemenos para leer en ellos. Y por ventura lo hacía para no pensar en grandes trabajos que tenía, y ocupar sus hijos que no anduviesen en otras cosas perdidos. De esto le pesava tanto a mi padre, que se havia de tener aviso a que no lo viese. Yo comencé a quedarme en costumbre de leerlos, y aquella pequeña falta que en ella vi, me comenzó a enfriar los deseos y comenzar a faltar en lo demás; y parecíame no era malo, con gastar muchas horas de el día y de la noche en tan vano ejercicio, aunque escondida de mi padre. Era tan extremo lo que en esto me embevia, que, si no tenía libro nuevo no me parecia contento. Comencé a traer galas y a desear contentar en parecer bien, con mucho cuidado de manos y cavello, y olores y todas las vanidades que en esto podía tener, que eran hartas, por ser muy curiosa. No tenía mala intención, porque no quisiera yo que nadie ofendiera a Dios por mí. Duróme mucha curiosidad de limpieza demasiada, y cosas que me parecía a mí no eran ningún pecado, muchos años. Ahora veo cuán malo devía ser.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de, The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa, 1975, p.136.

⁴⁰⁸ Ibidem, p.140.

⁴⁰⁹ TERESA de Avila, Santa, *Libro de la vida*, 2001, p. 101-3.

Até o momento, presenciemos uma exposição de si bastante negativa em *La fortuna*. A reviravolta do menino ocorre no encontro da criança com a poesia de Luís de Camões, cuja leitura possibilita-lhe um estalo.

Para Quintiliano, o exercício de imitação consistia numa espécie de motor para que a criança, ao seguir bons exemplos, pudesse inculcar bons hábitos e comportamentos. Imitar não consiste no arremedo de qualquer superfluidade, senão apenas do que é útil, servindo para instruir: “O sinal seguinte é a imitação: de fato, essa também aprende de modo naturalmente fácil, de tal maneira, porém, que reproduza o que aprender, não assim uma atitude casual ou um passo e caso algo pior lhe chame a atenção”.⁴¹⁰

Passamos a saber que a criança adquire o ímpeto da escrita, ao arremedar as autoridades letradas com muita coragem. O narrador comenta que a fantasiosa expectativa de sucesso, tal como o ambicioso vôo de Ícaro, é desculpável nos jovens que, dada a pouca experiência de vida, não têm os olhos treinados para a prudência. A pouca idade serve de escudo, mas essa benevolência não se aplica a homens feitos que, insensatos, dão azo a criações incultas, candidatando-se fortemente ao lugar de alvo da chacota: “y de esta tontería me consuela hoy mucho el ver que era niño cuando me sucedía esto y ahora lo veo sucedido en muchos barbados”.⁴¹¹ A reviravolta insufla o menino ao ímpeto de dedicar-se com mais afinco aos estudos das humanidades, meio propício para atingir um maior entendimento da poesia camoniana:

Así pasé dos o tres años, hasta que vine a tener unas y otras obras de Luis de Camoens, y aunque no las entendía, me sonaba tanto la armonía de su estilo que por él me vine casi a olvidar de todo lo otro. Bien echaba yo de ver que no le entendía como era necesario, y las ansias de entenderle fueron la total causa de que viniese a saber algo, si es que lo sé.⁴¹²

Para Quintiliano, “o esforço de aprender reside na vontade, que não pode ser forçada”.⁴¹³ A propósito disso, vale a pena observarmos a escolha de léxicos relacionados à vontade: “las ansias de entenderle”⁴¹⁴ e “golosina”.⁴¹⁵ O jovem motiva-se pelo desejo de atingir os altos pensamentos da poesia camoniana, colocando-se a redigir livros com fervor: “empecé a escribir libros con gran coraje”.⁴¹⁶ Para essa empreitada, o jovem toma lições dos poetas latinos, lendo os bons modelos. No trecho abaixo, o narrador elenca as autoridades da poesia lírica, citando os autores Virgílio, Horácio e Ovídio. Tais nomes concorrem no fazer poético, cuja operação principal consistia no recurso da imitação (*imitatio*):

⁴¹⁰ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, III, I: “Proximum imitatio; nam id quoque est docilis naturae, sic tamen, ut ea quae discit effingat, non habitum forte et ingressum et si quid in peius notabile est”.

⁴¹¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.140.

⁴¹² Ibidem, p.141.

⁴¹³ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, III, 8: “studium discendi voluntate, quae cogi non potest, constat”.

⁴¹⁴ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.141.

⁴¹⁵ Ibidem, p.142.

⁴¹⁶ Ibidem, p.140.

(...) viniendo a mis manos una edición de la *Lusíada* en octavo, que tiene unas advertencias o notas (que yo creo fueron trasladadas de las que puso Luis de Tapia en la traducción castellana que hizo de aquel poema), leyéndolas, eché de ver que no había entendido en él sin ellas lo que ellas decían de él. Con esto me pareció que aún había más que entender, y con el poco latín que sabía me di a la lección de Virgilio y de Horacio y de Ovidio, y ya gustaba más de Luis de Camoens, porque en él los hallaba imitados en algunos lances aunque pocos, así porque entonces no penetraba tanto como porque me ayudaba a penetrar menos el no entender bien en todos los lugares aquellos autores latinos.⁴¹⁷

Do trecho supracitado, é possível extrair a informação de que o motor que animava Manuel de Faria e Sousa a buscar a suficiência na poesia camonianiana, desejoso de compreender todos os lances poéticos da obra, provinha das frustrações nascidas com a leitura do tão aguardado comentário de Manuel Correia a *Os Lusíadas*. *Os Lusíadas (...) Commentados pelo Licenciado Manoel Correa* vieram à luz em 1613, intensamente publicizados e aguardados, cujo resultado, entretanto, acabou por insatisfazer o então jovem desconhecido Manuel de Faria e Sousa, quando tinha cerca de 23 anos de idade. Na opinião de Manuel de Faria e Sousa, o livrinho de meras notas recém saído falhava quanto aos fins de um comentário, cujo papel é colaborar para a elucidação do texto de partida. Vejamos como se configura a censura intelectual ao cura. Relativamente à variedade de línguas, o licenciado era tido por “grande humanista” e “peritísimo en las lenguas hebraica, griega y latina”. Para Manuel de Faria e Sousa, a introdução desses vocábulos gregos e latinos era feita de modo gratuito. A supérflua proposição desses itens não colaborava para o acompanhamento das complexidades de Luís de Camões. Na verdade, essa erudição tão aclamada de Manuel Correia fazia enganar os sentidos da generalidade, tal como a fumaça embaraça a vista, tal como os ruídos que, em excesso, desviam o pleito de uma assembléia, prejudicando a deliberação de uma pauta importante, tópica do deliberativo. Em outras palavras, a nomenclatura grega desacompanhada de um motivo firme que justificasse a sua inclusão servia apenas como um disfarce, escondendo a superficialidade do estudo:

(...) porque no aviendole alcançado el entendimiento, por la mayor parte, nos quieren embaraçar la vista con empanarle en erudiciones tramposas, i desabridas [imoderadas], metiendolo a voces (ordinariamente Griegas) como los que no teniendo justicia en los pleytos, la quieren hazer de confundirla con el estruendo.⁴¹⁸

A criação de inimizades parece ter sido uma constante em Manuel de Faria e Sousa. A sua censura contra o comento de Manuel Correia funda-se de tal modo a estabelecer uma barreira entre um e outro. Nesse território fronteiriço, Manuel Correia contraía os traços daquilo que é gasto, clamando a superação. Além disso, o olhar dele vincava a condição urbana do cura, residente em Lisboa, onde recebia mimos, tendo adquirido os invejáveis louros da fama. Por sua vez, naquele

⁴¹⁷ Ibidem, p.141.

⁴¹⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de, “Prologo”, *Lusiada de Luis de Camões*, v.1, 1639, col.5.

momento, Manuel de Faria e Sousa era apenas um jovem principiante, logo, desconhecido por todos. Em contraste com Correia, advinha de uma localidade de província:

Eran ya entonces los 23 años de mi edad, cuando el año de 1613 salió un llamado comento póstumo a la *Lusiada* de mi maestro, escrito por Manuel Correa (...) Aquí obró la ira lo que había de obrar la ciencia: airado yo contra aquel comentador, me resolví no a serlo mas a hacer con mi poco caudal demostración de cuanto el de Manuel Correa era ninguno, siendo yo un mozo apenas conocido en un rincón del reino, y él [Manuel Correia] un viejo con fama en todo él de gran humanista y de peritísimo en las lenguas hebraica, griega y latina.⁴¹⁹

É neste aspecto que a argumentação contra a obra de Manuel Correia parece repisar o Livro I das *Institutio oratoria*. Nele, Quintiliano lança imprecações contra certos livros de gramática que, com muitas patranhas, isto é, informações inúteis, serviam apenas de subterfúgio para ilustração de seus autores, como ostentação de saberes vãos:

Assim, por exemplo, quem agita todas as páginas, mesmo as indignas de leitura, pode dar atenção também às narrativas de mulheres velhas: mesmo os comentários dos gramáticos estão repletos de embaraços desse gênero, mal conhecidos pelos mesmos que os compuseram.⁴²⁰

Repare que Manuel de Faria e Sousa justifica a fatura de seu comentário, ajuizando que a proposição de um novo escrito devia guiar-se ou pela novidade da abordagem, isto é, a matéria que ainda não recebeu estudo urge ser compulsada; ou caso a matéria, ainda que estudada, foi com pouca profundidade, sendo essa segunda opção aquela que lhe aprouve abraçar:

Los Hombres que en toda edad se dieron a semejantes estudios, i se arrojaron a publicar escritos, por la mayor parte eligieron los assumptos, incitados de dos causas: una, no verlos tratados de nadie: otra, ver que si alguno los tratò, vino a ser quedandose muy lexos de lo que ellos pedian. Esto ultimo me obligò à emplearme en el Comento deste gran Poema (...).⁴²¹

Assim, sob o auspício da emulação, o jovem passa a ter gana para compor um comentário que superasse a edição de Manuel Correa.

3.2.7 O QUE A PESSOA APARENTA (*QUID AFFECTET*)

Para Quintiliano:

(...) rica ou eloquente, justa ou poderosa. Examinam-se os atos e os discursos anteriores, pois é uso julgar o presente com as coisas passadas. A esses se juntam certas paixões temporárias da alma, como a ira e o pavor; os juízos que se referem ao presente, ao passado e ao futuro;

⁴¹⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.150-1.

⁴²⁰ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, I, VIII, 19: "Nam qui omnes etiam indignas lectione seidas excutit, anilibus quoque fabulis accommodare operam potest. Atqui pleni sunt huiusmodi impedimentis grammaticorum commentarii, vix ipsis qui composuerunt satis noti".

⁴²¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, Prologo, *Lusiada de Luis de Camões*, v.1, 1639, col.1.

relacionados às pessoas, consideradas em si mesmas, devem ser ordenados entre os argumentos que extraímos das causas, conforme certo hábito do ânimo com que se trata alguém como amigo ou inimigo.⁴²²

A presente tópica comumente compõe o jogo entre o que a pessoa aparenta e o que efetivamente ela é. No capítulo XLII do *Retrato*, Francisco Moreno Porcel informa o comportamento familiar do letrado, “siempre apacible” e de “conversacion agradable”, cujas falas eram repletas de ditos agudos e festivos. Já no âmbito público, o falecido era mais formal, circunspecto, ensimesmado, chegando a ser até mesmo austero:

Los que familiarmente le tratavamos, le experimentamos siempre apacible, y su conversacion agradable: y adornada de agudissimos, y festivos dichos. No era assi para con todos (digo en quanto al aspecto exterior) antes le juzgara, quien no le conociera, aspero en el trato, y poco humano en la conversacion. Resultava esto, de que èl naturalmente hablava poco, y por enfermedad contraida oía menos. Con aquella falta, pues, de palabras, combidava poco a su comercio, y con este defecto del oido se retirava, o retirava a muchos de tratarle. Yo le tratè màs que alguno de sus amigos, aunque en poco tiempo, y hallèle siempre comunicable, y en las cartas familiares admirablemente festivo. No resultava, segun esto, de condicion intratable aquel su retiro, resultava de la experiencia, de que los hombres, muy comunicados, descubren ser menos hombres, que fieras. *No se libra un sencillo (dezia él) de la molestia de conocerlos, sino es con hazerse Passer solitarius in tecto.*⁴²³

3.2.8 HÁBITO DO CORPO (*HABITUS CORPORIS*)

Para Quintiliano: “(...) pois frequentemente a espécie de desejo e a força da petulância constituem provas e, seus contrários, provas opostas”.⁴²⁴

No *Retrato*, o capítulo XLIX exhibe a compleição de Manuel de Faria e Sousa segundo o esquema de um medalhão⁴²⁵:

Era de estatura mediana. Mas redondo, que largo tuvo el rostro: y esse teñido de color moreno, no desagradable, aunque unido con la palidez propia de su Patria, y mas propia de sus estudios. Los ojos negros, y grandes: alegres con modestia, y vivos con sossiego. La nariz sin exceso abultada: la boca pequeña, y los labios gruesos sin fealdad. Mas que negro era castaño el cabello. Assi la barba: y ella mas que èl blanqueava ya con algunas canas. Era esta bien poblada, y era ancha, al modo que la usó aquella noble antigüedad Portuguesa: mas cuidadosa de que el pelo pendiesse desde la barba a la cintura, que desde la cabeça a los ombros. Robusto, y agíl a qualquier exercicio, fue hasta los cinquenta años de su edad. De ahí, con ella, declinaron las fuerças, se atenuò el cuerpo, se marchitò el vigor, yá con enfermedades, yá con disgustos, yá con miserias. La compostura, y adorno de su trage, y persona, conveniente mas a la profession de las letras, que al uso de las Cortes. Mas que moderno Cortesano parecia

⁴²² QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 28: “Intuendum etiam, quid adfectet quisque, locuples videri an disertus, iustus an potens. Spectantur ante acta dictaque, ex praeteritis enim aestimari solent praesentia. His adiiciunt quidam commotionem; hanc accipi volunt temporarium animi motum, sicut iram, pavorem”.

⁴²³ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, § 42.

⁴²⁴ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 26: “habitus corporis, ducitur enim frequenter in argumentum species libidinis, robur petulantiae, his contraria in diversum”.

⁴²⁵ Cfr. outros medalhões. TERESA de Avila, Santa, *Libro de la vida*, 2001, p.9-10; HANSEN, João Adolfo, *A Sátira e o Engenho*, 2004, p.30.

visto, y tratado, alguno de aquellos antiguos Filósofos. Ni es mucho, que en el traje se les pareciesse, quien en humor, y costumbres les fue tan semejante.⁴²⁶

Francisco Moreno Porcel rememora a fisionomia de Manuel de Faria e Sousa, descrevendo os aspectos que compõem um varão garboso, segundo as suas características físicas e anímicas. Quanto aos dotes físicos, o panegirista destaca as grandezas do corpo como bem proporcionadas, isto é, de aparência galharda. De estatura mediana, o tamanho do nariz quadra-se entre o pequeno e o avantajado. Os olhos, negros e de grandes dimensões, revelam o estado da alma, ao transparecer um modesto estado de alegria. O estilo da barba, caudalosa, é análoga aos costumes da antiga nobreza de Portugal, o que repisa a espécie “pátria”. Além disso, o tom moreno claro da pele, dito “*no desagradable*”, é usual aos portugueses. Os costumes marcam-se pela sobriedade, cujo caráter é marcado pelo espírito lacônico, austero, de total moderação dos sentidos. O traje do letrado é conveniente com o vestuário de um profissional das letras, distanciando-se da figura de um cortesão.

Ainda com relação ao *Retrato*, observa-se o aguçamento das características do caráter. O capítulo XLIII focaliza os atos exteriores do letrado, dizendo que ele não aceitava merendas. De gestos moderados, ele satisfazia-se com uma alimentação frugal, de pequena quantidade:

Algunas personas de autoridad le combidaron a comer muchas vezes, sin que alguna le pudiesen persuadir, a que lo acetasse. Hallo (dezia) menos gusto en los mas sabrosos manjares, que en estar a mi gusto, y no al ageno. Filosofia es esta, de que se burlara Epicuro, y quantos discipulos suyos andan llenando el vientre por agenas mesas; sin examinar lo que se les dize a las espaldas, y a vezes en el rostro. Pero burlese norabuena, que nuestro FARIA huyò de dar justo motivo a la nota, o a la murmuracion. Ayudavale mucho a esto la tenacissima inclinacion a los estudios. En ellos se ocupava de suerte, que quien lo viesse creeria sacava dellos alguna utilidad; siendole ellos totalmente inutilis. Es necessario entender, que vivia con lo que pudiera matar a muchos; y alfin a el le apresurò la muerte esse modo de vida.⁴²⁷

3.2.9 CONDIÇÃO (*CONDITIO*) E DIFERENÇA DA CONDIÇÃO

Para Quintiliano:

pois a mesma coisa não é crível em um homem rico de companheiros, amigos, clientes e um pobre destituído de todos eles; também a diferença de condição: pois é grande a distância entre ilustre ou obscuro, magistrado ou particular, pai ou filho, cidadão ou estrangeiro, livre ou servo, casado ou solteiro, pai de família ou sem filhos;⁴²⁸

⁴²⁶ MORENO PORCEL, Francisco. *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §49. Cfr. *Bibliotheca lusitana*, onde o medalhão é lido enquanto um retrato empírico do letrado. MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca lusitana*, 1752, t. III, p.256.

⁴²⁷ Ibidem, §43.

⁴²⁸ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 26: “fortuna, neque enim idem credibile est in divite ac paupere, propinquis amicis clientibus abundante et his omnibus destituto; condicionis etiam distantia, nam clarus an obscurus, magistratus an privatus, pater an filius, civis an peregrinus, liber an servus, maritus an caelebs, parens liberorum an orbus sit, plurimum distat”.

A respeito dessa tópica, faz-se corrente o elogio de um homem que, a despeito de ter sido beneficiado pela fortuna, que são bens exteriores, faz uso das condições favoráveis senão em proveito de aperfeiçoar-se, agindo com moderação e dando mostras de suas qualidades intrínsecas. Isso é o que o jesuíta Cipriano Suárez afirmou no “Capítulo XLIV” do *De arte rethorica*:

Nestes merecem sumo louvor o não se ter alguém vangloriado em situação de poder, o não ter sido insolente em situação de riqueza, nem se ter sobreposto aos outros pela abundância vinda da fortuna; assim o poder e a riqueza parecem não ter servido para o orgulho e o prazer, mas ter dado meios e oportunidades à bondade e à moderação.⁴²⁹

Manuel de Faria e Sousa declara provir de um estamento intermediário, entre a casta dos mais ricos e a camada mais pobre. Os seus pais, ainda que provindos de uma condição remediada, não lhe legaram grande quinhão. Na partilha dos bens, o espólio desinchou ao ser partilhado entre os herdeiros. Contudo, Manuel de Faria e Sousa foi agraciado com um grande dote, ao desposar-se com dona Catarina Machado, filha única de uma família detentora de grandes solares na região duriense e minhota. A propósito da presente tópica, repare-se o modo como o narrador declara o declínio de sua boa posição social, cujas propriedades e rendas vão se dissipando para cobrir gastos vulgares, necessários para a subsistência:

Yo, para pobre era rico y para rico era pobre; porque se quedan neutrales entre estos dos extremos aquéllos que para pasar la vida tienen el caudal tan ajustado que ni les falta ni les sobra. Con esta igualdad estaba para mí pasaje el fiel de la balanza de la fortuna. Por esto, en lo que toca al lucimiento de la casa y personas, no desdecía de las del quilate de nobleza que me cupo en suerte entre las de nuestra ciudad, y en el monte me quedaba muy ventajoso. Mis padres tuvieron razonable hacienda, mas como sus hijos eran seis, distribuida por ellos, quedó siendo limitado lo que tocó a cada uno. Al contrario, mi mujer era única en la casa de sus padres, que no eran pobres, y cuanto tenían, que no fue poco, principalmente en dinero, joyas y otras alhajas nobles, vino a ser mío. Tuve yo siempre más de lo liberal que de lo escaso, y no dejé de gastar con menos atención al caudal que al ánimo.⁴³⁰

3.2.10 OCUPAÇÕES (*STUDIA*)

De acordo com Quintiliano, “pois um rústico, um homem do foro, um negociante, um soldado, um marinheiro, um médico fazem coisas diferentes”.⁴³¹

Em *La fortuna*, o desenvolvimento da tópica “ocupações” relaciona-se fortemente com o gênero da epistolografia conhecido como cartas negociais, tendo em vista que os assuntos derivados das ocupações de uma profissão orbitam em torno dos negócios. Em *De conscribendis epistolis* (1536), Juan Luis Vives afirma que as cartas podem comportar quaisquer assuntos. Entre as divisões

⁴²⁹ BENEDITO, Silvério Augusto, *Arte de retórica do jesuíta Cipriano Soares. A tradução, a obra e o seu contexto histórico-pedagógico*, 1995, p.34.

⁴³⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.157.

⁴³¹ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, V, X, 27: “studia quoque, nam rusticus, forensis, negotiator, miles, navigator, medicus aliud atque aliud efficiunt”.

possíveis dessa ampla matéria, opera-se o critério de interioridade e exterioridade. Na primeira categoria os assuntos da carta são elementos derivados de pessoas, tais como o corpo, a alma ou acerca dos tempos que passam após a morte de um ente. Já a segunda categoria versa sobre temas como o dinheiro, os trajes, os bens materiais, a honra, a dignidade, a linhagem, as obras, os amigos ou os inimigos, a pátria e a infâmia.⁴³² Com relação às ocupações, Manuel de Faria e Sousa considerava-se pouco apto aos assuntos de negócios: “Pedro Álvarez Pereira había (como ya lo dije) dado principio a mi pretensión em el consejo de Portugal, y yo fui siempre tan libre y poco instruido em las artes de negociar, que de aquel consejo, ni de outro, aparecí nunca a algún ministro más de aquel a quien servía.”⁴³³

Outra afinidade de *La fortuna* com os gêneros epistolográficos é por meio dos memoriais de serviços. Para o desenvolvimento disso, o narrador vale-se do tom grave para expor os serviços que prestou a destacados senhores da corte, com o intuito de demonstrar a singularidade de suas qualidades pessoais, manifestas por meio de ações pretensamente conduzidas pela ética. Vejamos o tratamento que o narrador dá à tópica ‘ocupações’ em *La fortuna*, ordenando-a por assuntos, isto é, pelos senhores a quem serviu. O primeiro deles consiste no frei Gonçalo de Moraes, a quem serve de 1603 a 1615. Em seguida, entre 1619 e 1622, Manuel de Faria e Sousa passa à Espanha, a serviço de Pedro Álvares Pereira, membro do Conselho de Estado de Portugal. Tendo este senhor falecido com precocidade, Manuel de Faria e Sousa não obtém as benesses que lhe foram prometidas. De 1622 a 1634, o secretário esteve aderido aos Moura-Corte-Real, como se sabe. Por fim, parece que o letrado termina sua atividade de secretário ao serviço do marquês de Monte Belo.

3.2.10.1 FREI GONÇALO DE MORAES

No ano de 1603, ainda com treze anos, Amador Peres de Eiró encaminha Manuel de Faria e Sousa ao hábito de São Bento, para frequentar o antigo convento do Salvador do Vairão da Maia. Esse tempo era da alçada de de frei Gonçalo de Moraes, conhecido regente da Sede Episcopal e diocese do Porto. Logo o clérigo enxerga um futuro promissor no jovem, chamando-o para convívio privado. Na igreja, ele passa a servir o frei enquanto fâmulos: “Mediaba aquel año de 1603 quando mi padre me llevó a servir al obispo”.⁴³⁴

Ao abrigo desse pastor, o jovem recebe uma excelente doutrinação das letras humanas e, sobretudo, das ciências eclesiásticas. Como já dito, o religioso tinha esperanças de que o jovem tomasse o hábito de noviço. Para seduzi-lo, confiou-lhe uma pensão eclesiástica em troca de serviços, que eram muitos. Com o intuito de demonstrar a sua *copia verborum*, o narrador expõe a

⁴³² VIVES, Juan Luis, “Redaccion epistolar (De conscribendis epistolis)”, 1947, t.2, p.847.

⁴³³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.172.

⁴³⁴ Ibidem, p.138.

sua laboriosidade. Como amanuense, o jovem ocupava-se com os papéis da chancelaria (‘papeles de negocio’), realizando cópias não somente dos chamados livros de curiosidades, mas também de matérias vulgares (‘libros impertinentes’) e de textos parenéticos (‘sermones’). A jornada iniciava-se logo no amanhecer e estendia-se até horas avançadas da noite, restando-lhe apenas o período da madrugada para a escrita às furtadas do tempo:

Cuando él no tenía papeles de negocio, hacíame escribir los de curiosidad y libros impertinentes y sermones, de modo que desde el amanecer hasta las diez de la noche, en doce años que le serví, no tuve para mí sino lo que iba de las diez de la noche al amanecer. Y era tal en mí la ansia de mis composiciones, que me ponía a ellas desde aquella hora y las más de las noches me acontecía el olvido de la cama, y cuando ya el sol me entraba por los resquicios de la ventana, estaba yo a la miserable luz de un candil soneteando.⁴³⁵

Apesar das investidas, que se resumiam em promessas de atribuir ao jovem menino a futura direção de uma abadia, a chegada da puberdade arrebatou-lhe de vez o faro para o mundano, inclinação essa mais do que patente desde os primeiros passos da criança. Fantasioso, o frei Gonçalo de Moraes imaginava o pupilo a batizar os pequenos. Ocorre que a predisposição desse errático candidato a padre não podia ser tão inversa. No lugar de um padre que batizasse os filhos de outrem, antes o jovem via-se no lugar de um progenitor, e dos bons:

Niño, permita Dios que viva el señor obispo tantos años, que te haga sacerdote y te dé una abadia. Oyóle Dios, porque si yo la quisiera aceptar como él quiso dármele, pudiera ser mi pastor algunos años, como fue doce mi señor. No quise yo seguir aquel camino y, así, el que deseaba verme dar el sacramento del bautismo a otros, me vio buscarle para mis hijos en su propia iglesia y violó muy contra su voluntad.⁴³⁶

O jovem serve a casa de frei Gonçalo de Moraes por cerca de doze anos. A narração deste período é bastante demorada, “para que se vea cuál era aquella casa en que fue mi principal crianza y en que viví 12 años”.⁴³⁷ O púbere, mais inclinado aos afetos amorosos, passa a corresponder-se em segredo com uma noviça, uma tal de Maria Pinto. As comunicações entre ambos, cheias de afetos, duram cerca de dois anos, o que lhe infunde um desejo quase que irrefreável de casar-se, tanto que “no sufría freno en esta materia”.⁴³⁸

Um episódio contribui para colocar uma pedra nessa história dos serviços ao padre. Frei Gonçalo de Moraes teria abrigado em sua comarca um religioso beneditino que estava de passagem. Esse era especializado em exorcismos, tanto que se proclamava um “expulsor de los espíritus malos que se entraban en los cuerpos humanos”.⁴³⁹ Durante essa visita, um livro desse padre desapareceu misteriosamente. Já naquela altura o volume que auxiliava na purificação dos possuídos chamava a

⁴³⁵ Ibidem, p.141.

⁴³⁶ Ibidem, p.138.

⁴³⁷ Ibidem, p.139.

⁴³⁸ Ibidem, p.145

⁴³⁹ Ibidem, p.145

atenção, sendo “menor que un misal e impreso de aquella letra usada a los principios de la impresión”.⁴⁴⁰

Com sarcasmo, o narrador indaga se os próprios demônios não haviam escapado do interior do livro e, assim, dado um sumiço no misterioso opúsculo. O fato é que a culpa do desaparecimento do tomo recaiu ao jovem: “porque el libro de los exorcismos, de que habían salido los demonios urdidores de esta tela, se había hallado, o porque estaba en otro lugar o porque no le vieron en el en que estaba; pero ignoraba yo que hubiese aparecido y que mi amo estaba con gran pesar de su sospecha”.⁴⁴¹

O jovem recusa com veemência a culpa que lhe foi atribuída, demonstrando-se bastante magoado com a desconfiança do padre, a quem acreditava ter oferecido mostras suficientes de seu alegado caráter de honestidade, dado o longo período que o havia servido. Ao ser julgado como ímprobo, o jovem parte para a defesa de própria honra. Ao que parece, obtém sucesso quanto ao modo incisivo e cheio de convicção como defendeu a sua justiça, “porque era necesario que se diese crédito a mi verdad sin su aparecimiento (...) Al fin, yo salí pareciéndome que salía muy brioso”.⁴⁴² O fato da suspeita do roubo ter caído ao jovem aguça-lhe ainda mais a vontade de traçar um outro caminho, começar uma nova vida. Amador Peres de Eiró interfere no impasse. No cumprimento dos deveres de um pai, ordenou que o filho retomasse imediatamente os serviços ao padre, ainda que, lá no fundo, estivesse achando muito graça da situação, “riéndose de mis bríos”,⁴⁴³ a propósito da maneira tão impertigada como defendia a própria reputação:

(...) anda por aquí y no me repliques, porque no he andado este camino para dejarte fuera del que te conviene. El señor obispo te ruega, sobre haberle tú escandalizado tanto, ¿tú, mereciendo castigo, te haces de rogar, perdonado? Hube de obedecer bien contra mi voluntad y, al fin, me quedé con mi amo, que me recibió como si no hubiera pasado lo referido, mandándome luego escribir un papel de su gusto⁴⁴⁴

Foi mais ou menos durante esse tempo que o jovem conhece na igreja a menina que irá tornar-se a sua esposa, dona Catarina Machado, filha do fidalgo Pedro Machado, contador da chancelaria real, casado com dona Catalina López de Herrera. Os namorados trocavam correspondências suaves, não “carta[s] de peligro sino unos versos de galantería”.⁴⁴⁵ Um pajem servia de intermediário entre os dois: “Traía doña Catalina un pajecillo a que se arrimaba, y a éste procuré ganar la voluntad”.⁴⁴⁶ Repare-se que a narração enfatiza os movimentos interiores de amor. O menino desejava contemplar a beleza da menina, coberta por um manto negro, que nada deixava transparecer por entre as tramas do tecido nobre:

⁴⁴⁰ Ibidem, p.145.

⁴⁴¹ Ibidem, p.146.

⁴⁴² Ibidem, p.146.

⁴⁴³ Ibidem, p.146.

⁴⁴⁴ Ibidem, p.147.

⁴⁴⁵ Ibidem, p.148.

⁴⁴⁶ Ibidem, p.148.

Yo me moría de deseos de ver su rostro y vedábamelo la costumbre inviolable de estar las doncellas en la iglesia (por la calle vienen del propio modo) con el manto caído ya no sobre los ojos, mas hasta los pechos. Apelar a la raridad o transparencia del manto era perder tiempo, porque ni ellos eran entonces cristalinos como ahora, ni yo quedaba tan cerca que estos cristales no bastasen para nubes, pues al fin son cristales negros.⁴⁴⁷

Como se sabe, a cor do manto era signo da condição da mulher. Se preto, significava que a mulher provinha de uma condição social superior. Se branco, o contrário. A nubente, sendo a única herdeira da família, recebia todo o amor e cuidados dos pais: “como en aquella casa no había otro hijo sino ella, era mayor el cuidado de sus padres para no perderla de los ojos”.⁴⁴⁸ Na altura com vinte e quatro anos, o jovem casa-se com Catarina Machado na igreja de São Tiago de Bougado. A união faz-se à revelia do bispo, desapontado por perder o fâmulos para o casamento. A partir desse desacordo, o recém-casado abandona a casa do bispo. Apesar dos vários anos dedicados aos serviços ao padre, o jovem não recebe qualquer tipo de remuneração, saindo com as mãos abanando: “salí de su casa con la pérdida de doce años, del más atareado y arduo servicio que de aquel género hizo algún criado a algún señor”.⁴⁴⁹

No início das núpcias, o casal vive na cidade do Porto por cerca de quatro anos, quando os primeiros filhos, de uma leva de dez, começam a nascer. A união matrimonial é rememorada com positividade:

Cuatro años pasé con gusto en aquella ciudad en varios entretenimientos, y el principal y que más me engañaba era mi estudio de las letras humanas; y para poder navegar mejor por ellas me hice (con maestro particular) suficiente estudiante en la filosofía, conociendo que sin esto camina muy ciego el que quiere conseguir noticias de las otras ciencias, por ser ésta el norte de todas.⁴⁵⁰

Ao fim da exposição dos serviços ao frei Gonçalo de Moraes, o narrador delineia alguns aspectos censuráveis quanto ao modo de ser de frei Gonçalo de Moraes, relativamente à homossexualidade manifesta na conduta de misoginia do padre. O relato começa a escancarar traços de um suposto comportamento afeminado ou pouco viril do padre. Repare-se, por exemplo, o uso sarcástico dos jargões religiosos: “en cuanto pastor, amaba a sus ovejas y, en cuanto hombre, aborrecía el rebaño de las mujeres”.⁴⁵¹ Nem mesmo a presença de um rainha podia quebrantar-lhe a ojeriza pelo sexo oposto, sofrendo com a incumbência de ter que recepcionar Filipe III e dona Margarita na igreja: “Túvose por cierto que los reyes don Felipe Tercero y Margarita iban a Portugal

⁴⁴⁷ Ibidem, p.147.

⁴⁴⁸ Ibidem, p.148.

⁴⁴⁹ Ibidem, p.152.

⁴⁵⁰ Ibidem, p.153.

⁴⁵¹ Ibidem, p.149.

y que venían a la ciudad del Porto, y afligíale grandemente al obispo que hubiesen de entrar en él mujeres aunque fuesen reinas.”⁴⁵²

Um outro aspecto risível surge na descrição da liturgia da bênção. Caso a fiel fosse uma *puella pulcra*, o padre evitava o mínimo contato físico que fosse com o *maculado* corpo feminino: “Quando ejercía el sacramento de la confirmación y venían a ella algunas doncellas crecidas y de buen parecer, no las llegaba con la mano al rostro como lo ordena el ceremonial”.⁴⁵³ Por fim, Manuel de Faria e Sousa insinua uma relação *contra naturam* entre o padre e seu nepote. Visto que padres e bispos não podiam casar-se, não tinham a quem legar os seus bens. Apesar dessa ressalva, parece que o Bispo do Porto não demonstrava qualquer interesse de fazer casar o seu acólito favorito. Com a morte do padre, toda a sua fortuna acumulada em vida acabou sendo dissolvida, desaparecendo tal qual a neve que derrete nos telhados, assim que o sol raia nas primeiras horas do amanhecer. Nessa comparação com a neve, Manuel de Faria e Sousa parece referir-se de modo velado ao famoso Névolos, nome celebrado pelo poeta latino Juvenal, que caçoa sem piedade da avareza desse homossexual na *Sátira 9*,⁴⁵⁴ ressaltando a condição risível dele acumular uma grande fortuna, porém, sem ter a quem deixar:

De esto resultó que habiendo hecho tanto en aquel criado su primer querido, y siendo la conservación de su riqueza el casarse para dejarlo a sus hijos, nunca se resolvió a casarle, y así se murió, y toda aquella hacienda se deshizo como nieve, que amaneciendo en los tejados no anochece en ellos.⁴⁵⁵

Numa perspectiva de elogio, o *Catalogo e historia dos bispos do Porto* (1623) abordou num outro ângulo o desbaratamento das propriedades do padre. Tendo o prelado se deparado com uma doença sem cura ao fim da vida terrena, destinou toda a sua fazenda aos pobres. O gesto tinha por intuito encarar as agonias da morte como convém a um cristão, purificado do dinheiro, à distância das tentações:

Depoes de aver governado sua Igreja quinze annos, no de 1617. no mes de Outubro, lhe sobreveo huma doença muy grande, a qual se descubrio ser mortal, por não valerem contra ella nenhuns remedios da medecina: oque conhecendo oBispo por informaçam dos Medicos, quis acabar como perfeito Religioso que era, em suma pobreza sem lhe ficar couza alguma que fosse propria, pera oque mandou logo ao seu Almoxarife, & Mordomo, lhe trouxesse todo o dinheiro que avia em caza, pera o repartir com os pobres, & pagar os serviços que seos criados lhe tinhaõ feito. Começou-se o dinheiro a despender em muita copia, & não ficou mosteiro pobre, nem viuva recolhida, nem donzela honesta, que naõ tivesse muy grossas esmolos, concorrendo neste tempo tanta pobreza ao paço, que era couza admiravel, chorando todos a falta que lhe avia de fazer, hum Prelado taõ grãde esmoler. Finalmente repartido tudo, ficou tam pobre, como verdadeiro Religioso. Mandou à See algumas tellas, & veludos, que tinha comprado pera ornamentos (...).⁴⁵⁶

⁴⁵² Ibidem, p.149.

⁴⁵³ Ibidem, p.149.

⁴⁵⁴ D'ONOFRIO, Salvatore, *Os motivos da sátira romana*, 1968, p.142.

⁴⁵⁵ Ibidem, p.149.

⁴⁵⁶ CUNHA, Rodrigo da, *Catalogo e historia dos Bispos do Porto*: segunda parte,v.2, 1623, p.360.

No século XIX, Camilo Castelo Branco ressoou a voz praguejadora de Manuel de Faria e Sousa, visto a forma pouco generosa como o escritor seiscentista referiu-se aos padres que o acolheram na infância, instruindo-o excelentemente nos gêneros escritos. No trecho abaixo reproduzido, o autor do Romantismo afirmou que antigos religiosos guardavam certa mágoa para com ele, reclamando a omissão das histórias dos padres nas obras do autor:

mas D. Fr. João de S. José Queiroz, bispo do Grão Pará, recolheu em 1728, no mosteiro beneditino de Refojos de Basto, a tradição de ter ali estudado alguns annos com os frades Manuel de Faria, protegido pelo bispo do Porto, D. Gonçalo de Moraes, que n'aquelle mosteiro tinha noviciado. Em quanto alguns historiadores consideram Faria aparentado com D. Gonçalo, o bispo do Pará o accusa afillhado, ou criado do prelado portuense. É de notar que o collegial beneditino Queiroz entrou em Refojos, decorridos setenta e nove annos áquem da morte de Faria. Os frades velhos, então existentes provavelmente ouviram de frades, talvez companheiros da mocidade de Manuel de Faria, o que transmittiram a Queiroz. O certo é que o prelado paraense accusa de ingrato Manuel de Faria, porque devendo tanto aos padres bentos, nunca os elogiou.⁴⁵⁷

Ao que esse curioso relato de Camilo Castelo Branco indicia, os padres minhotos não teriam aprovado as supostas malcriações ditas acerca de frei Gonçalo de Moraes, pastor que, de um vasto rebanho de almas, preferia ordenar somente os carneiros, não sendo muito chegado nas ovelhas...

3.2.10.2 PEDRO ÁLVARES PEREIRA

Em 1619, aos 29 anos de idade, Manuel de Faria e Sousa recebe a notícia de que o notável Pedro Álvares Pereira, Conde de Muge, nascido em Miranda, morto em Madrid, em 1624, desejava ocupá-lo com um expediente na corte em Madrid. O convite mostra-se providencial, por convergir com a antiga vontade do jovem de transitar por entre terras estrangeiras. Além disso, o serviço à corte consistia numa ocasião oportuna para obter renda, dando alívio às pressões econômicas que assediavam o líder da família:

Trújome mi hermano tales noticias de lo que Pedro Álvarez Pereira me deseaba, que junto esto a los deseos que yo tenía de ver mundo y a las importunaciones de los que me conocían, diciendo que esperándome mejor fortuna por mis partes fuera de la patria me quería dejar morir en ella, no sin escrúpulo de conciencia por el remedio que era obligado a buscar para mis hijos, hube de resolverme en ver por mis ojos lo que era aquel monstruo que se llama corte, tan sonante a lo lejos por lo que parecen grandezas, y poniéndolo en ejecución, vine a descubrir que las mayores bajezas son los hallazgos en las mayores cortes; después lo veremos.

⁴⁵⁸

Aos poucos Manuel de Faria e Sousa cresce de importância nos serviços a Pedro Álvares Pereira, à medida que dava mostras de suas capacidades:

⁴⁵⁷ CASTELO BRANCO, Camilo, *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, 1868, p.105-6.

⁴⁵⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p. 159.

Al fin, hube de quedarme allí a título de criado, que era lo de que principalmente huía. Luego me dio sus papeles, que eran de importancia, y luego me encargó su caballeriza, que era de las mejores de la corte, sin embargo de que no le faltaban criados antiguos, que le servían en uno y otro ministerio. Esto no pudo ser sin disgusto de ellos, y ésta era la razón que en particular me hacía aborrecible la servidumbre.⁴⁵⁹

A fortuna não sorri a Manuel de Faria e Sousa, pois Pedro Álvares Pereira morre em 1624, ficando frustradas as promessas que o egrégio havia feito ao criado:

También por este tiempo atendía ya Pedro Álvarez Pereira al despacho de mi pretensión en el consejo de Portugal, que residía en Madrid. Mas como también entonces había fallecido (al principio del año) el rey don Felipe Tercero, en cuyo último gobierno no había podido Pedro Álvarez conseguir la remuneración debida a tantos méritos de tantos años, dióse con más calor a conseguirla con el nuevo gobierno del rey Felipe Cuarto, porque él y sus ministros habían dado grandes muestras de mejoría en responderse a las justas pretensiones. Decíame él que no me molestase porque con su despacho había de ser mejor el mío; y podíalo yo creer seguramente si le viera llegar al logro de él.⁴⁶⁰

O narrador procede com a demonstração da família dos Álvares Pereira, tecendo considerações acerca de Nuno Álvares Pereira (pai) e de Pedro Álvares Pereira (filho):

Este [Nuno Álvares Pereira] había vivido más a lo parco y estotro vivió tan a lo espléndido que no hubo en sus días algún señor en la corte que más luciese. Tenía casa propia, adonde ahora se ve la del Duque de Lerma, de quien fue singular valido, y entendiendo que deseaba aquel sitio para fundar otras, se lo ofreció todo generosamente.⁴⁶¹

Nuno Álvares Pereira era um dos membros do Conselho de Portugal:

Empezó luego Nuño Álvarez Pereira a servir al rey con toda satisfacción, y sucediendo a pocos dias su entrada en Elvas, con él despachaba todas las cosas más principales de los portugueses. Duró esto así hasta que el rey volvió a Madrid, adonde instituyendo el consejo que llaman de estado de Portugal con cinco cabezas de sólida capacidad, fue Nuño Álvarez una de ellas, en el puesto de secretario de estado, no solamente único sino que venía a hacer el oficio de presidente, porque entonces sin presidente se instituyó este consejo y así estuvo muchos años.⁴⁶²

Nuno Álvares Pereira é caracterizado como um dos grandes expoentes da antiga nobreza de Portugal. Muito embora ocupasse um dos cargos mais altos da corte filipina, morreu de modo modesto:

Mucha utilidad promete esto pero mucho más es que no llegó a hacer tres mil ducados de renta, y los muebles con que murió eran casi inconsiderables; y lo que sobre todo se ha de considerar es que los primeros años no aceptó alguna cosa de pretendiente alguno. ¿Qué

⁴⁵⁹ Ibidem, p.165.

⁴⁶⁰ Ibidem, p.169.

⁴⁶¹ Ibidem, p.163.

⁴⁶² Ibidem, p.162.

diremos con esto a menores ministros [que] con menor ocasión y menos tiempo fundan mayorasgos?⁴⁶³

Pedro Álvares Pereira herda os cargos e os títulos de seu pai, sem ocorrer a diminuição do caráter. Era um dos cortesãos mais sofisticados de seu tempo. Tinha gostos de oferecer grandes banquetes, neles havendo ingredientes raros, como o cardamomo. Morre pelo pecado da glotonaria:

Era su mesa de las más espléndidas, y dejando lo saludable y regalado se iba a las frutas, a las yerbas, de que era por extremo adicionado; por buen hallador de éstas, sufría muchas impertinencias a un repostero italiano que tenía. Inventaba manjares, principalmente dulces, y de la semilla del cardamomo (cosa bien conocida y mordaz aunque amiga de estómago) mandó hacer confites, de que, por novedad (y éralo, mas de poco gusto), envió un presente a la infanta doña Clara Eugenia, gobernadora de Flandes. Esta inclinación le hizo que, hallándose con el consejo de Portugal (como es uso de todos los consejos) a la vista de unos toros que en presencia del rey se corrían en la plaza de Madrid, y dándose allí una merienda (también cosa usada de todos), tuvo solamente gusto de una ensalada, que le destempló de manera el vientre, que vino a morir de esta destemplanza en agosto, día de Nuestra Señora de las Nieves del año 1622, que fue el último día de mis esperanzas.⁴⁶⁴

A experiência adquirida a partir dos serviços de secretaria a essa importante Casa senhoril possibilita ao narrador estabelecer uma comparação direta com a Casa do marquês, dada a equivalência de condição entre os ministros. A partir disso, o narrador espezinha o marquês, ressaltando os vícios dele em torno do dinheiro, como o entesouramento febril de bens e ganância desmedida. No trecho abaixo, extraímos a informação de que o soldo de Castelo Rodrigo chegava ao montante de 40.000 mil escudos ao fim de quatro anos, sendo que a provisão de Pedro Álvares Pereira era de apenas 4.000 ducados:

No me admirara yo mucho si ellas fueran de considerable monta, porque la renta que su padre le había dejado (y ésa, adquirida de él y de su abuelo Nuño Álvarez) no excedía de cuatro mil ducados al año; cosa también rara en dos ministros tan grandes y que ambos, a lo menos, habían servido cincuenta años. Admírome todas las veces que me paro a contemplarlo, con los ojos de la vista moderna, entrándoseme por ella ministros de inferiorísimos talentos y puestos, que en cuatro años hacen cuarenta mil escudos de renta.⁴⁶⁵

Os estudos de David García Cueto e Ángel Rivas Albaladejo apresentam documentos primários que confirmam essas atitudes do marquês de Castelo Rodrigo, regateando os valores que julgava ser merecedor no exercício do cargo de embaixador. Rivas Albaladejo assinala, por exemplo, que Filipe IV demonstrou-se bastante enfadado para com as exigências do marquês de Castelo Rodrigo, ironizando que “egli [os membros do Conselho de Itália, responsáveis pelo pagamento do soldo do pessoal de Roma] non haveva mai lasciato morir di fame i suoi ministri in Roma”.⁴⁶⁶

⁴⁶³ Ibidem, p. 163.

⁴⁶⁴ Ibidem, p.169-170.

⁴⁶⁵ Ibidem, p.170.

⁴⁶⁶ Archivio Segreto Vaticano, Segreteria di Stato, Spagna, 72, f. 42 v. (08 de março de 1631). RIVAS ALBALADEJO, Ángel, *Entre Madrid, Roma y Nápoles. El VI Conde de Monterrey y el gobierno de la Monarquía Hispánica (1621-1653)*, 2015, p.267.

David García Cueto descobriu numa carta que os valores de 24.000 ducados, peremptoriamente exigidos pelo marquês de Castelo Rodrigo, finalmente se efetivaram.⁴⁶⁷

3.3 CONCLUSÃO AO CAPÍTULO III

Manuel de Faria e Sousa propaga imagens de si que o enaltecem enquanto um filósofo, dotado dos bens constitutivos do intelecto, versado nas letras e ciências. Com o intuito de dignificar-se, excede-se na medida, isto é, carrega nas tintas, ao elogiar-se com tanta efusão.

Na *Lusiada comentada* (1639), o autor descumprir um dos conselhos de Horácio, quanto à preceituação de que o poeta jamais devia oferecer versos de própria lavra ao público.⁴⁶⁸ Contra essa regra, o comentador tantas vezes relacionou-se no novelo da rede emulatória em torno da poesia camoniana. Essa dita autocanonização é vista com desprezo n’*O hospital das letras*.⁴⁶⁹ Os dialogantes não perdoam o espanhol José Pellicer que, nas suas *Lecciones Solemnnes*, comentário à poesia de Gôngora, incluía-se como uma das vozes do coro.

Jorge de Sena lança uma explicação um tanto psicológica para justificar o transbordamento de autoelogios que tanto abundam na obra de Manuel de Faria e Sousa. Para o estudioso português, a origem do indecoro explica-se pelo fato do letrado não ter frequentado o banco de uma universidade, encontrando na publicização de si uma forma de compensar essa falta:

No século XVI, e sobretudo no século XVII, grande parte dos escritores eminentes da Península, e os críticos e comentaristas, havia andado em Universidades pelo menos, quando não possuía títulos académicos ou mesmo ensinava nelas. Isto não sucedera a Faria e Sousa (o que explica e desculpa muita da sua ostentação erudita), nem, que se saiba, sucedera àquele mesmo Camões cuja extraordinária cultura e ciências (filosóficas, literárias e outras) os comentários precisamente sublinhavam.⁴⁷⁰

Ao endossarmos essa análise de Jorge de Sena, verificamos como a carência de patentes assombrou o letrado ao longo de sua trajetória de profissional ligado às atividades letradas. Na censura à *Lusiada comentada*, os revedores de livros portugueses reclamaram da aplicação desenfreada dele à matéria sacra, observando que a proposição de conteúdos religiosos pertencia à alçada de um teólogo e, não sendo o caso, não tinha autorização para desvendar os mistérios da poesia de Camões, como se fosse um moderno doutor da Igreja: “no fue empresa de Hombre grande

⁴⁶⁷ Biblioteca Apostólica Vaticana, Ottob. Lat. 3338,1, fol. 231r: Roma, 13 de junho de 1631. GARCÍA CUETO, David, “Mecenazgo y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma”, *Roma y España: un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*, v.II, 2007, p.696: “Con il corriero ordinario di Spagna venuto quà per via di mare si sono havute lettere della Corte Catt.ca delli 14 passato con avviso che il Marchese di Castel Rodrigo si preparava di partire al principio di Iuglio alla volta di Roma ad essercitare la sua Ambasceria Ordinaria appresso il Pontifice, sendoli di già stata assignata la solita provizione di 24 mila scudi l’anno”.

⁴⁶⁸ Q. Horatius Flaccus, *de arte poetica (epistula ad Pisones)*, vers. 426: “Tu seu donaris seu quid donare voles cui, nolito ad versus tibi factos ducere plenum laetitiae”.

⁴⁶⁹ MELLO, Francisco Manuel de, “O Hospital das Letras”, *Apólogos Dialogais*, v.II, p.57.

⁴⁷⁰ SENA, Jorge de, “Introdução”, *Lusiadas de Luis de Camões: Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1972, p.29-30.

el Comentar a Luis de Camoens: i otra; que el Comentador no es Teologo (...) que si el Comentador por no ser Teologo, deviera no manosear la Escritura Sacra, i los lances Teologicos (...)”.⁴⁷¹

Diante desse agravo, Manuel de Faria e Sousa contraargumentou a queixa dos padres. Causa certa surpresa a justificativa lançada pelo acusado, ao alegar que a projeção angariada por uma educação institucionalizada, isto é, de “pergaminos bien pintados”, nada é perto de uma aplicação compenetrada de um homem devotado ao saber, ainda que formado por meio de estudos domésticos. A resposta inusitada de Manuel de Faria e Sousa vale-se da agudeza de proporção, ao ajuizar que já o mundo seria sábio se, de cada mil estudantes universitários, saíssem dois ou três com verdadeira suficiência... Tal argumento é alusivo aos possíveis meios de legitimação da autoridade de um erudito. Se a qualificação advinda de um título acadêmico, “de cinco ou seis invernos”, podia contribuir para o engenho e formação intelectual de um homem, de mais valor era a diligência que durasse o decurso de quase uma vida inteira, de “quarenta anos de estudos ininterruptos”, construindo-se como um exemplo de virtude:

que de mil hombres que en una Universidad siguen una misma ciencia, apenas salen tres con suficiencia de Letrados, aunque salgan con adorno de pergaminos i de borlas (...) que màs docto saldrà un Hombre ingenioso con quarenta años continuos de estudios, a esse modo, en su casa; que otro con cinco o seis Inviernos en una Universidad (...)”⁴⁷²

Um outro caso representativo do excesso de amor próprio (*filautia*) encontra-se na polêmica imagem de Manuel de Faria e Sousa em paralelo com a efígie de Luís de Camões. Uma coisa é o elogio advindo de um terceiro: a validade em torno de um louvor é da conta e do risco de quem o propõe, cabendo a pertinência nos elementos comparados. Vide, por exemplo, o paragoné que Lope de Vega estabelece entre Luís de Camões e seu comentador dedicado: “assi como Luiz de Camoens es Principe de los Poetas que escribieron en idioma vulgar, lo es Manuel de Faria de los commentadores en todas lenguas”.⁴⁷³

Outra coisa é o elogio de si. Como é sabido, Manuel de Faria e Sousa aprontou com todos os esforços a sua *Lusiada Comentada*, logo, é razoável considerarmos que a disposição de um autorretrato na portada da obra passou pelas mãos pouco modestas do escritor. A vaidade intensifica-se ainda mais pelo fato do paragoné induzir o leitor a interpretar que Manuel de Faria e Sousa ocupava o lugar de príncipe dos comentadores, sendo mais ou menos incontestado que Luís de Camões era o príncipe dos poetas de Espanha. Portanto, isso parece constituir uma comparação viciosa.

⁴⁷¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real. Sobre la acusacion que se hizo en el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa, a los Comentarios que docta, i judiciosa, i catolicamente escrivio a las Lusiadas del doctissimo, i profundissimo, i solidissimo poeta christiano Luis de Camoens, unico ornamento de la Academia española en este genero de letras.* (...), [1640], col.94.

⁴⁷² Ibidem, col.94.

⁴⁷³ VEGA, Lope de, “Elogio al comentador (...)”, *Lusiadas de Luis de Camoens (...) comentadas por Manuel de Faria i Sousa*, 1639, col.I.

Em *Corre manuscrito*, Fernando Bouza considerou esse emparelhamento como um desconcertante ato de egolatria, propondo que Manuel de Faria e Sousa deixava marcas de si como sendo um escritor afamadíssimo:

Reconocido como uno de sus miembros ilustres por la República de las Letras de su tiempo, aunque sin llegar a la fama general de un Lope de Vega o de un António Vieira, el portugués Faria e Sousa adoptó con toda decisión los gestos propios de un autor-celebridad, empeñándose en destacar sus propios méritos. Por ejemplo, utiliza el recurso de incluir su retrato de estampa en varias de sus obras, sin arredrarse al parangonarse gráficamente al mismo Luís de Camões en la edición madrileña de *Lusiadas* de 1639. Sin duda, su evidente egolatría hubo de conducirlo a algún exceso;⁴⁷⁴

Portanto, vimos neste capítulo que o discurso de *La fortuna* inicia-se com o relato da própria pessoa, proposto na forma de uma vida particular, evidenciando de modo amplificado as categorias do “eu”. Na compulsão das categorias éticas, conforme desfiamos as tópicas do gênero epidítico de pessoa relativamente à família, nome, pátria, inclinação, educação e instrução, idade, o que a pessoa aparenta, hábito do corpo, condição e diferença de condição e ocupações, o propósito do autor era compor a persuasão a partir da dignidade do caráter, moralmente ético, na busca da formação do crédito do orador. Nesse sentido, interpretar a redação de uma *vida* como um fim em si, para imortalização de uma personalidade, não cabe ao contexto compositivo de *La fortuna*.

⁴⁷⁴ BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Corre manuscrito: Uma história cultural de lo Siglo de Oro*, 2001, p.29.

São fingimento, porque são subtilezas e pensamentos aéreos sem fundamento de verdade.

Antonio Vieira

ou referia estórias, absurdas, vagas, tudo muito curto: da abelha que se voou para uma nuvem; de uma porção de meninas e meninos sentados a uma mesa de doces, comprida, comprida, por tempo que nem se acabava; ou da precisão de se fazer lista das coisas todas que no dia por dia a gente vem perdendo. Só a pura vida.

João Guimarães Rosa

CONCLUSÃO

“CAÍ EN MANOS DE LADRONES”

No Livro VI das *Institutio oratoria*, Quintiliano instrui o modo de compor a peroração (*peroratio*) com acerto. O capítulo I da obra latina inicia-se com um breve inventário da sorte de termos utilizados pelos compêndios de oratória para nomear a última parte da oração persuasiva. As denominações são: epílogo (*epilogum*), auge (*cumulum*) e conclusão (*conclusionem*). Na opinião do retor hispano-latino, a *peroratio* deve compor-se com bastante precisão, por meio da escolha de sentenças adequadas e adornos variados da linguagem. Além disso, Quintiliano recomenda a brevidade para esta etapa do discurso, uma vez que, com toda probabilidade, o juiz já tomou a sua decisão. Caso o orador escolha o recurso da enumeração, é necessário pinçar os pontos que considerar imprescindíveis, não recorrendo à verborragia, para não iniciar uma nova declamação: “No entanto, os elementos que parecem merecer enumeração devem ser ditos com alguma ênfase, reforçados com sentenças adequadas e adornadas com figuras variadas”.⁴⁷⁵ Para o autor das *Institutio oratoria*, a peroração compreende duas classes: o que é relativo aos fatos e o que é relativo às emoções.

No “Libro Onceno” de *La fortuna*, o narrador não expõe em retroativo as imputações de crimes e de ações vis atribuídas a Castelo Rodrigo. Antes, este último livro da obra caracteriza-se pelo enxerto de diversas passagens que demarcam atos de enunciação do discurso, anunciando a proximidade do *memento mori*. A velhice, pois, constrange o homem com dores, negatividades e fraquezas:

Lo que pasare de aquí adelante será lo que Dios fuere servido, y su divina majestad lo sabe; y yo sé que mi vida ya no puede ser mucha, porque a la entrada del mes de marzo que pasó hice cincuenta y cinco años, que son muchos para un cuerpo lleno de enfermedades, de trabajos y de flaqueza, procedida de ellos y de ellas.⁴⁷⁶

Como já dito, Quintiliano preconiza que não convém desenvolver no epílogo a argumentação, uma vez que a ação de convencer a audiência coube realizar-se, ou não, nas partes retóricas precedentes. Por meio de termos advindos do campo semântico do teatro, o epílogo deve proceder tal como uma cena:

Realmente, caso tenhamos exposto bem todo o resto, já teremos conquistado a disposição favorável dos juízes e, liberados dos tópicos embaraçosos e desagradáveis, podemos desfraldar todas as velas; e sendo que o objetivo maior do epílogo seja a amplificação, é preciso empregar palavras e frases magníficas e artísticas. É chegada então a hora de comover o teatro, quando

⁴⁷⁵ QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, VI, I, 2: “Quae autem enumeranda videntur, cum pondere aliquo dicenda sunt et aptis excitanda sententiis et figuris utique varianda”. (Tr. de Bruno Fregni Bassetto.)

⁴⁷⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.382.

se atinge aquele ponto adequado em que se encerravam as tragédias e as comédias antigas: Seus aplausos!⁴⁷⁷

Quintiliano expõe uma série de fórmulas que podem ser aplicadas para a composição do desenlace. Entre elas, a “invocação dos deuses, feita em boa consciência, também costuma ser profícua”.⁴⁷⁸ Contudo, de acordo com o retor hispano latino, não cabe o abuso desses elementos com características cenográficas. Quintiliano desfia alguns maus epílogos, como aquele truque em que os irmãos Cepásios ficaram famosos, ao levar uma criança a chorar no tribunal. Tendo o juiz perguntado o que acontecia com o menino, este revelou aos prantos os abusos que sofria do pedagogo. Além desse memorável ocorrido, Quintiliano lembra o caso de um advogado que apresentou uma espada ensanguentada no tribunal. Ao erguer a arma diante dos presentes, o réu, assustado, pôs-se a correr. A espontaneidade da reação do acusado levou o orador ao escárnio, pelo ridículo da cena.⁴⁷⁹

La fortuna segue o receituário de Quintiliano quanto ao recurso da invocação ao divino. Manuel de Faria e Sousa finaliza a narração de modo inesperado, recorrendo a uma solução carregada de ficcionalidade, se assim pudermos dizer. Ao acionar o artifício da informação, ele revela nos últimos fólios da obra que foi abordado por um mancebo de bons hábitos, que dizia conhecê-lo dos tempos em que atuou em Roma. Esse jovem cortês noticiou-lhe um acidente que sucedeu com o marquês e sua esposa na porta da igreja, ao deixarem uma missa. Um raio ribombou do céu, cujo estrondo fez deitar o casal ao chão. Por causa da queda, o marquês feriu-se. Já dona Leonor ficou com o rosto todo sujo de terra, enchamuscada. No calor desse acontecimento de fúria da natureza, o narrador afirma que essa testemunha ocular imediatamente associou a cena do acidente ao nome de Manuel de Faria e Sousa, como alvo da injustiça da *familia de Moura*:

Refirióme una cosa que yo no sabía y fue que poco después de mi partida, estando ellos oyendo misa en su oratorio, un día de tormenta, cayó en él un rayo que derribándolos, dejó al marquês herido en la frente y a la marquesa con el rostro totalmente negro. Díjome este cortesano que apenas lo vio, o lo supo, cuando, puesto yo en su memoria, pronunció estas palabras: Castigo del cielo parece esto por lo que se ha usado con Manuel de Faría. ¿Qué dijera a saber bien lo que conmigo se había usado? Conforme a esto, este rayo fue el proemio de los otros rayos de castigos que los marqueses vieron en su casa, y que ya quedan referidos en el capítulo 8 del libro 7.⁴⁸⁰

O recurso ao divino, tal como sugerido por Quintiliano, surge em *La fortuna* sob um dispositivo da alegoria conhecido como contrapasso. No livro *Alegoria: Construção e interpretação*

⁴⁷⁷ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, VI, I, 52: “Nam et, si bene diximus reliqua, possidebimus iam iudicium animos, et e confragosis atque asperis evecti tota pandere possumus vela, et, cum sit maxima pars epilogi amplificatio, verbis atque sententiis uti licet magnificis et ornatis. Tunc est commovendum theatrum cum ventum est ad ipsum illud, quo veteres tragoediae comoediaeque cluduntur, *Plodite*”.

⁴⁷⁸ Ibidem, VI, I, 34: “et deorum etiam invocatio velut ex bona conscientia profecta videri solet”. (Tr. de Bruno Fregni Bassetto.)

⁴⁷⁹ Nas *Institutio oratoria*, o caso dos irmãos Cepásios ocorre em VI, I, 41. O recurso à espada ensanguentada, em VI, I, 48.

⁴⁸⁰ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.384.

da *metáfora*⁴⁸¹, João Adolfo Hansen definiu esse termo como uma pena ou um castigo que torna ao próprio pecador, metamorfoseado numa forma física alusiva à falta cometida, como visto magistralmente no *Inferno* dantesco. Nele, Bertran de Born perece com a cabeça em mãos, condenado a essa configuração *ad eternum* por ter incitado o regicídio. Ao dizer que “Quiso el marqués quitar la vida a un inocente (así sería con otros), quitóla Dios a sus hijos y a su mujer, y al que él elegía por ejecutor de la muerte ajena”,⁴⁸² Manuel de Faria e Sousa interpretou como uma verdade teológica o triste fim do marquês, tendo recebido um castigo de Deus proporcionalmente ao vício por ele praticado. A partir da alegada pretensão de tirar a vida de Manuel de Faria e Sousa e de sua esposa, dona Catarina Machado, o marquês provou desse mesmo mal, sofrendo a morte de diversos entes familiares. Como já dito, o filho Cristóbal morreu numa tragédia na Alemanha. Ao errar a mira de sua arma num exercício de caça, alvejou contra si próprio. A filha Margarita faleceu às vésperas de contrair as núpcias ou as bodas. E a sempre desprezada esposa, dona Leonor de Melo, expirou igualmente.⁴⁸³

Com curiosidade, esse artifício que recorre ao raio fulminante – um castigo de Zeus, ou de Deus, punindo a mentira com um raio (cfr. também o conceito de *deus ex machina* na *Poética* aristotélica – ocorre exatamente entre os registros acerca dos últimos passos do conde-duque de Olivares, que terminou a sua vida em exílio na cidade de Toro. Gregório Marañón, em sua instigante biografia acerca do valido, apresentou uma carta redigida por Sebastião González, que deixou em registro o dia da morte de Olivares. O padre jesuíta revelou que nessa data caiu uma tempestade nunca antes vista em Madrid, sendo que três raios ribombaram miraculosamente dos céus, cada um quase ferindo os maiores opositores de Olivares, nomeadamente o embaixador da Alemanha, o conde de Mora e o padre da Igreja de São Pedro:

Ainda neste particular seria imperdoável omitir ou resumir a descrição que o jesuíta, padre Sebastião González, fez do acontecimento, numa das suas melhores cartas. Eis o que ele diz: ‘No dia em que morreu o Conde, houve uma grande tempestade; em Valladolid caíram três raios; há quem afirme que o mesmo aconteceu em Toro. O corpo chegou aos arredores de Madrid na véspera de S. Lourenço e foi depositado em N. S. de Monserrate, aguardando que

⁴⁸¹ HANSEN, João Adolfo, *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*, 2006, p.129-130: “No *Inferno*, os danados sofrem de castigos absolutamente simétricos ao crime cometido, formulados como o inverso muito preciso de seus pecados. O *contrapasso*, nome do castigo convertido, evidencia-se como a formulação alegórica pela boca de Bertran de Born, o trovador que carrega a própria cabeça decepada. O crime de Bertran foi incitar contra um rei, cabeça do reino, o filho deste (Inf. XXVIII).”

⁴⁸² FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.385.

⁴⁸³ Veja-se que o contrapasso ocorre na passagem destacada a seguir, em que Manuel de Faria e Sousa coloca em cena o pesar do marquês de Castelo Rodrigo. O rei Filipe IV manteve o Cardel Borja na posição de embaixador ordinário, atribuindo a Castelo Rodrigo a posição de embaixador extraordinário. Para o narrador, essa posição secundária que coube ao marquês quadra proporcionalmente a sua desgraça pessoal. O marquês apenou-lhe, reduzindo as suas atividades na corte, apesar das promessas de atribuir-lhe uma colocação de destaque: “Ni aun entonces fue el marqués sino con título de embajador extraordinario, por querer el rey conservar al Borja en el de ordinario para que el papa, viéndole sin este respeto, no asiese de él, y así le tuvo hasta que salió de Roma. Sintió el marqués amargamente esta mudanza de título, teniéndolo por descrédito suyo, y mucho más siendo por amparar al Borja de quien era a toda luz contrario. Yo, que no perdía lance, decía en son que le llegase a las orejas que al fin, al fin Dios era justo, pues permitía que se hiciese con él lo que él había hecho conmigo, que era quitarme el puesto debido y señalado, y querer introducirme en otro que yo no quería; y que era necesario que cada uno sintiese lo que daba a sentir. (FARIA E SOUSA, 1975, p.238).

o Marquês de la Puebla transportasse o da filha, que estava depositado em S. Tomás, para enterrar em Loeches o pai e a filha. Neste dia houve em Madrid uma das maiores tempestades nunca vista, com terríveis trovões. Caiu um raio numa das torres da casa do Embaixador da Alemanha, que queimou um pedaço desta; outro caiu junto de S. Pedro, que é igreja paroquial desta vila. Este não causou danos, como também não o causaram duas faíscas que caíram uma em casa dum clérigo, ao pé do nosso colégio, e outra junto da casa de campo. A maior parte da comunidade acudiu para rezar as ladainhas diante do Santíssimo, e Deus quis que dentro duma hora o tempo amainasse. Conduziram então os dois corpos a Loeches para os enterrar. No dia seguinte, acudiu muita gente da Corte, uns porque lhe tinham afeição, outros por razão de Estado. A igreja estava tão mal provida e os que dela cuidavam tão descontrolados, que não havia música, e o cura teve de officiar com dois sacristães por diácono e subdiácono; as monjas fizeram o coro. Acabado o enterro, os que o tinham acompanhado, retiraram-se, e foi tão grande a tempestade e as inundações que os colheram pelo caminho, que por a terra ser plana, mais parecia um mar. O coche em que ia o Conde de Mora virou-se, e este saiu muito danificado do desastre e os demais senhores muito molestados. Assim decorreu o enterro do Conde-Duque; e embora todas estas coisas possam ser casuais, porque ele era muito mal visto, cada um falava segundo o seu afecto. Os que tinham bom conceito dele, diziam que Nosso Senhor quis castigar os seus émulo: o embaixador da Alemanha, porque sempre se tinha mostrado oposto aos seus ditames, e o clérigo onde caiu o outro raio, porque dizem que falava mal do Conde. Deve-se fazer tão pouco caso destes boatos como dos mistérios que outros espalharam contra o Conde, por ocasião das tempestades'.⁴⁸⁴

Ainda com relação aos fatos que concorrem na conclusão, Quintiliano equaciona as categorias que corroboram para tornar mais precisas as últimas considerações do orador: “A monstruosidade se afigura maior ainda pelas considerações sobre o ato praticado, por quem, contra quem, com que disposição, em que ocasião, em que lugar e de que modo; tudo isso pode ser tratado de incontáveis maneiras”.⁴⁸⁵

Em *La fortuna*, a supracitada cena do raio serviu de subterfúgio para dar largada, como “proêmio de los otros rayos de castigos”, à exibição de uma série de reveses que acometeram a família Moura. Assim, o narrador aproveitou esse ensejo para narrar, ou melhor, degustar, a reversão da fortuna para com o marquês de Castelo Rodrigo, descrevendo de maneira vaga, porém bastante noticiosa, a queda do nobre português. Com o fim da Monarquia Dual, o marquês não foi alçado à posição de governador de um Estado ou de um Vice-Reinado italiano, como essa promoção na carreira seria algo esperado ao ocupante do cargo de embaixador em Roma. O rei Filipe IV desligou o marquês da embaixada no ano de 1641, enviando-o para a Alemanha, para assumir a tarefa de representação na Dieta de Ratisbona, posição essa que Manuel de Faria e Sousa considerou muito aquém para aquele que um dia já ocupou o cargo que era tido como o “Rey de los embaxadores”.⁴⁸⁶ Sabe-se que, entre as diversas embaixadas do governo filipino (a saber: a de Paris, Londres, Viena, cantões suíços, Veneza e Estocolmo), a de Roma era tida por ser a principal, devido à posição estratégica de situar-se na sede da religião de Cristo, cabendo ao líder desse posto a complexa tarefa de fazer o meio de campo das vontades do monarca e do papa:

⁴⁸⁴ MARAÑÓN, Gregorio, *Olivares: a paixão de mandar*, [19--], p.255. Cfr. o desfecho de *Justine ou les Malheurs de la vertu* (1791), do marquês de Sade.

⁴⁸⁵ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, VI, I, 15: “Atrocitas crescit ex his, quid factum sit, a quo, in quem, quo animo, quo tempore, quo loco, quo modo; quae omnia infinitos tractatus habent”.

⁴⁸⁶ SALAZAR, Pedro de, *Crónica del gran cardenal de España don Pedro González de Mendoza*, 1625, p.465.

De allí, de donde casi todos los embajadores salen para virreyes de Nápoles, salió él para asistir en Nápoles, que estaba con virrey, y estuvo a los ojos de él sin alguna autoridad. De allí le enviaron a Alemania, con poca; y de Alemania a Flandes, con la mitad inferior de aquel gobierno, dándole a él lo que llaman político y a otro lo tocante a las armas.⁴⁸⁷

No balanço de Santiago Hernandez Martínez,⁴⁸⁸ o episódio das “Consultas” de 1634 contribuiu para reduzir consideravelmente a confiança do rei para com o cortesão espanhol, que somente foi poupado de sofrer o constrangimento de um processo público em razão das memórias de seus antepassados políticos. Ainda que os escândalos de pederastia tivessem sido abafados por conveniência (os casos de libertinagem implicaram o nome do infante dom Carlos, irmão de Filipe IV), o afastamento em definitivo de Castelo Rodrigo à corte de Madrid pode interpretar-se sem dúvidas como um desagrado do rei:

Al final, lo que determinó que el marqués no se expusiera a un proceso público, que habría mancillado para siempre su persona a costa además de una condena a destierro perpetuo y de la pérdida de todos sus oficios, fue el peso de su Casa, y muy especialmente la memoria de su padre. (...) la confianza del rey se resintió gravemente hasta dejar a Castelo Rodrigo al borde de una irremediable desgracia no sólo personal, sino también familiar.⁴⁸⁹

David García Cueto compulsou uma rica documentação primária depositada em arquivos italianos acerca dos atos de governo de Castelo Rodrigo. Uma série desses papéis expõe os festejos que o embaixador mandou preparar na cidade italiana, não faltando relatos da ocorrência de bailes luxuosos, encenações dramáticas de comédias espanholas e muitos fogos de artifício. Entre outros aparatos festivos, chama atenção uma fonte que Castelo Rodrigo mandou preparar, a qual jorrava vinho em homenagem ao deus Baco. No contexto das últimas atribuições enquanto embaixador, um dos documentos da Biblioteca Apostólica da Vaticana revela que o marquês de Castelo Rodrigo proibiu qualquer manifestação que fosse favorável à subida da nova dinastia, impedindo os membros da comunidade portuguesa em Roma de comemorar o augúrio do novo rei na Igreja de Santo Antonio, sob pena de morte a quem desobedecesse a ordem.⁴⁹⁰

No último capítulo de *La fortuna*, uma pessoa não identificada assumiu a pena da obra, informando que Manuel de Faria e Sousa caiu na cama em 1649, sofrendo os achaques e as enfermidades de seus últimos momentos: “[De la muerte de nuestro Faría]. Este año de 1649 hubo

⁴⁸⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.385.

⁴⁸⁸ MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago, “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, *La Corte en Europa: Política y Religión* (Siglos XVI-XVIII), v.III, 2012, p. 1180: “A comienzos de 1641 se dio por concluida su embajada en Roma. El marqués recibió instrucciones de Madrid y abandonó la ciudad en febrero, apenas dos meses más tarde de conocerse la secesión portuguesa, camino de una nueva misión, representar al rey en la Dieta de Ratisbona”.

⁴⁸⁹ Ibidem, p.1179.

⁴⁹⁰ Biblioteca Apostólica Vaticana, Ottob. Lat. 3343, I, fol. 49r. GARCÍA CUETO, David, “Mecenazgo y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma”, *Roma y España: un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*, 2007, p.715: “Havendo presentito detto Castel Rodrigo che li Preti che governano la Chiesa di Sant'Antonio de Portughesi susurravano di voler fare qualche segno d'allegrezza per la creatione del nuovo Rè di Portogallo, gli à mandato à dire per quell'habito che porta adosso, che con un pugnale in mano andará di persona à privar di vita à chi presumerà di fare un minimo atto pregiudicante la Maestà del Rè Catt.co.”

de caer [en] cama nuestro Faría de sus achaques y enfermedades. Hizo su testamento; dejó [a] su mujer e hijos por sus herederos de todo cuanto tenía.”⁴⁹¹

O *Retrato* (1650?) gastou mais tinta quanto ao tempo que sucedeu a morte do escritor. Francisco Moreno Porcel aprontou uma espécie de exame de autópsia no capítulo XLVIII de sua obra:

Muerto le abrieron, y manifestòse el daño interior, causado de la dolencia, que padecia. Ciento y cinquenta piedras (cosa rara!) grandes, medianas, y pequeñas le hallaron. Hallaronle dañados los intestinos, apostemadas las vias; y alfin se hallò, que su tolerancia fue invencible. Sus Amigos, aunque le perdimos, llegamos a consolarlos, con ver que la muerte le redimio de tan prolixo, y doloroso martirio. Retrataronle; y de aquel Retrato, y otro bien parecido, hecho en vida, hizo su Hiya el que queda.⁴⁹²

Já o visconde de Juromenha reproduziu o relato dos últimos momentos de Manuel de Faria e Sousa testemunhado pelo marquês de Montebelo, que, como se sabe, deu abrigo ou acolheu ou deu asilo ao escritor e sua numerosa família em sua própria residência em Madrid, pelo período de seis anos. O relato abaixo amplifica as últimas ações em vida do moribundo, revelando que ele ordenou o seu testamento, mandando rasgar alguns papéis que não convinham permanecer após a sua morte. Ao caducar, colocou-se a realizar ações nunca antes praticadas, como cantar, vindo a falecer no dia 3 de Junho de 1649, dia de *Corpus christi*, aos 59 anos de idade. Nesse registro lemos a informação inusitada de que dona Catarina Machado fez questão de mandar abrir o corpo do defunto, para que fosse realizado um exame de autópsia, não se tratando de uma ocorrência comum: observada a crença da ressurreição dos mortos no dia do Juízo Final, prescreve-se a preservação do corpo no dia do arrebatamento:

Faleceo Manoel de Faria e Sousa em minha casa nesta villa de Madrid a 3 de junho (1649) ás quatro da tarde dia de Corpo de Deus; depositieo no mosteiro dos Pronostenses na boveda debaxo da capela mayor em entrando no segundo nicho da mão esquerda, sendo Abbade Fr. Ambrosio de Abreu Portuguez.

Antes de depositallo, sua mulher para desenganar-se de que morrêra, mandou-o abrir, e lhe acharão na bexiga cento e cincoenta pedras pardas todas redondas tamanhas as mais como contas ordinarias, ou ervanços remolhados, e as mais pequenas como sementes de rabãos, tinha na parte inferior da bexiga uma postema tão grande como uma laranja pequena, feita um calo duro, o ril direito mayor que o esquerdo, tambem no meio estava com outra postema pequena. O figado, disse o cirurgião que o abriu, que avendo aberto mais de vinte homens, nenhum achara de tanta grandeza, sendo homem de moderada estatura e pouco corpulento. Morreu com todos os Sacramentos e com pouco desejo de vida, que atravessou sempre com um perpetuo estudo em a escriptão de mais de sessenta livros que escreveo, e com dilatar a cura deste mal de que morreo por não mostrar as partes vergonhosas de seu corpo, e quando obrigado das grandes dores que padeceo veio a fazelo pondo-se em cura, lhe applicarão leite de burra bebido e não durou quinze dias. Antes de falecer depois de compor seos escriptos, de que mandou rasgar alguns com bem pouca causa, e feito o testamento, e tomados os Sacramentos, deu-lhe um frenesi que o fez cantar, e outras cousas que nunca em vida lhe vi fazer, e em tres dias não comeo nada nem bebeo cousa alguma com desatino e pressa. Pouco a pouco foi espirando sem nenhum movimento, e tendo mais do tempo postos os olhos em um Christo, e com a maior confiança que nenhuma pessoa estava da sua salvação; viveo seis annos

⁴⁹¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, “*The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.385.

⁴⁹² MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, §48.

na minha casa e nunca o vi colerico, e nos ultimos dias mostrava selo muito, era verdadeiro filosofo, christão em todas as suas acções, enemigo de tudo que não fosse verdade e por ella padeceo muitos trabalhos.⁴⁹³

Para Quintiliano, provocar a comiseração⁴⁹⁴ na audiência consiste num recurso bastante eficaz para o epílogo: “Caso se trate de um assassinato, tem importância particular nessa parte se foi com arma de ferro, com fogo ou com veneno, com um ou vários ferimentos, se ação foi rápida ou interrompida”.⁴⁹⁵ Com base na moção desse afeto, a presença desses relatos médicos parece animar ainda mais as suspeitas que tanto Manuel de Faria e Sousa levantou contra o marquês, temendo ser um alvo da disposição homicida dele.

Como última manifestação da mísera fortuna de Manuel de Faria e Sousa, que não lhe deu paz até mesmo na morte, esse narrador incógnito informou que, por engano ou por qualquer outra razão, o escritor luso não foi enterrado junto aos ossos de Luís de Camões, no Convento de Santa Ana, conforme esta seria a sua última vontade expressa:

y que sus huesos fuesen trasladados a Santa Ana, en Lisboa, adonde está su maestro Luis de Camoens; y por descuido, o por [lo] que fuese, [l]e sepultaron en el convento de san Benito, en Pombeiro, junto de la villa de Guimaraens, adonde fue su nacimiento, con su mujer doña Catalina Machado juntamente.⁴⁹⁶

Num primeiro momento, os seus despojos foram depositados no hoje desaparecido Convento dos Premonstranteses, em Madrid. Mais tarde, com a transferência da família Faria para Portugal, por diligência da esposa do escritor, os restos mortais dele foram levados para a Igreja de Santa Maria do Pombeiro, onde repousou sob uma laje à direita do alta-mor. Eu anotei os seguintes dizeres gravados na lousa funerária: Inclytus hìc jacet uxore sua sepultus scriptor ille Lusus Emmanuel de Faria, e Sousa die 6. Septembris 1660.

⁴⁹³ JUROMENHA, Visconde de, *Obras de Luiz de Camões*, 1860, v.I, p.340-1. José Maria da Costa e Silva observou que, naquele tempo, a autópsia era considerada uma ação inusitada, pela profanação do corpo: “Sua família, condescendendo com as rogativas do medico, que o havia tractado, consentio que se procedesse á autopsia do seu cadaver, permissão, que segundo as acanhadas idéas do tempo, não era facil de obter, porque geralmente aquelle acto se considerava como uma especie de profanação.” (SILVA, 1854, p.102). Na biografia de Olivares, Gregorio Marañón extraiu um trecho de uma notícia que circulou na época, relatando a realização de uma autópsia no corpo do valido. “As más línguas disseram que uma carta envenenada foi o motivo da morte de Olivares: ‘Tiraram-lhe mais de um cântaro de água que tinha no boche; o redenho, disse o médico que era o mais singular que já viu, e pesou 12 libras, tinha a asadura (fígado) lesionada; tinha o maior coração que se viu num homem e com alguns pontos negros de sangue, que apontavam como suspeita de veneno’”. (MARAÑÓN, [19--], p.252).

⁴⁹⁴ QUINTILIANO, *Institutio oratoria*, VI, I, 23: “Plurimum tamen valet miseratio, quae iudicem non flecti tantum cogit, sed motum quoque animi sui lacrimis confiteri. Haec petentur aut ex iis, quae passus est reus, aut iis quae cum maxime patitur, aut iis quae damnatum manent; quae et ipsa duplicantur, cum dicimus ex qua illi fortuna et in quam recidendum sit”.

⁴⁹⁵ Idem, VI, I, 18: “Occisus utrum ferro an igne an veneno, uno vulnere an pluribus, subito an exspectatione tortus, ad hanc partem maxime pertinet”.

⁴⁹⁶ FARIA E SOUSA, Manuel de, “*The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.385-6. Para Edward Glaser, “a final chapter which records succinctly the death of Faria e Sousa is obviously based on an entry by a friend of the deceased or a member of his immediate family.” (GLASER, 1975, p.15)

Sob bandeiras abaixadas, os habitantes de Pombeiro contam que os restos mortais do casal, assim como os demais despojos que jaziam nos diversos sepulcros e tumbas laterais à igreja, por razões de higiene foram recolhidos e depositados numa vala comum, numa quinta da região.

Em registro de moralidade excêntrica, o bispo do Pará forneceu uma imagem tétrica acerca de dona Catarina Machado, praguejando que a viúva inconsolável montava e desmontava os ossos do falecido, nas datas comemorativas do marido:

A viuva deu com os ossos d'elle em Pombeiro, e tinha-os em casa mettidos em um sacco. Dizia-se que lhe fazia seu anniversario em casa, pondo-se a chorar á vista d'elles. Linguas praguentas adiantaram o conceito enormemente cruel, suppondo as lagrimas de crocodilo á vista da caveira sem carne. Os padres beneditinos persuadiram a mulher a que deixasse descansar aquella ossada na egreja de Pombeiro. Puzeram-os juntos á pia da agua-benta com um epitaphio em verso errado. Quererá Deus que no juiso final o horror da conta lhe faça não reparar nos numeros do epitaphio, aliás alguma critica levariam os padres bentos, a quem, devendo o Faria tanto, nunca fez um elogio que chegasse á nossa noticia. Aos cavalheiros de Basto foi pouco favoravel a sua penna. *Requiescat in pace.*⁴⁹⁷

Nessa mesma linha, Camilo Castelo Branco – para quem Manuel de Faria e Sousa não passava de um espírito mesquinho – não perdeu tempo para profanar a campa funerária do escritor. Se para o bispo do Pará as inscrições da lousa traziam pés quebrados em latim, o autor do *Amor de perdição*, quando em visita à região de Pombeiro, considerou o epitáfio de extremo mau gosto:

Parti daqui (Travanca) pelas 6 horas e cheguei a Pombeiro pelas 2, por bom caminho. Meia légua distante de Travanca, está à esquerda em pequena elevação uma torre, que parece ser antiquíssima e habitada. Pombeiro fica numa grande baixa. Tem um belo terreiro bordado de assentos pelo lado sul.

Mal cumprimentei o abade, fui à livraria que achei composta do modo que sabiam. É maior que a de Bustelo e Travanca, mas sem livros de consideração. Vi nela os manuscritos apontados noutra lembrança. A igreja é magnífica e no último asseio, quase toda pintada, porém os ataques não prometem muita duração. Logo abaixo da capela-mor está a sepultura de Manuel de Faria e Sousa, sobre a qual puseram modernamente um muito mau e pedantesco epitáfio.

A sacristia é boa e sofrível o refeitório. Jantando eu nele, presenciei com bastante aflição que os cinco reverendos que lá estavam nem uma palavra deram uns aos outros e sempre estiveram em profunda melancolia.⁴⁹⁸

Em *Viagem a Portugal*, José Saramago peregrinou pelas zonas interiores de Portugal, sem se esquecer da inclusão de Pombeiro em seu ambicioso roteiro. Ao compor a ambientação da Igreja de Santa Maria, repisou esse mesmo estado de melancolia relatado por Camilo Castelo

⁴⁹⁷ QUEIRÓS, João de S. José, *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz Bispo do Grão Pará*, 1868, p.61-2. Acerca da moralidade extravagante, cfr. MARAÑÓN, Gregorio, *Olivares: a paixão de mandar*, [19--], p. 107: “daí surgiu a lenda, que Corner conservou, de que [Olivares] se deitava num caixão, entre círios – invenção de grande cenografia, que surge a cada passo da fantasia espanhola daqueles séculos, tão propícia ao culto da morte.” Cfr. também discurso sobre a Maria dos Povos, acerca de quem se disse que a esposa fugitiva do poeta Gregório de Matos foi capturada por cordas, tal como se amarravam os escravos. HANSEN, João Adolfo, *A Sátira e o Engenho*, 2004, p.44.

⁴⁹⁸ CASTELO BRANCO, Camilo, “Lembrança do que vi e passei na jornada que fiz ao Minho no ano de 1758”, *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, 1868, p.341-342. Cfr. também DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho, “Melhor é Deus que o abade de Pombeiro: o património do Mosteiro de Pombeiro e a apresentação das igrejas”, *Oppidum: Revista de Arqueologia, História e Património*, 2011, p.160.

Branco, porém aproveitando o recurso dos badalos dos sinos, animando os dois sarcófagos medievais que ainda habitam uma das alas da igreja, testemunhados pelas diversas camadas de pinturas que foram se sobrepondo uma a uma, desde momentos anteriores à formação do Estado português:

Felgueiras já ficou para trás, e aí adiante é Pombeiro de Ribavizela, um mosteiro arruinado, triste como só os mosteiros em ruínas conseguem ser. São cinco horas da tarde, o dia vai escurecendo, e o viajante cai em grande melancolia. A igreja, por dentro, é húmida e fria, há manchas nas paredes onde a água das chuvas se infiltrou, e as lajes do chão estão, aí e além, cobertas de limo verde, mesmo as da capela-mor. Ouvir aqui missa deve valer uma indulgência geral com efeitos pretéritos e futuros. Mas o assombro do viajante atinge extremos quando a mulher da chave lhe diz que na missa das sete da manhã é que a afluência é grande, vem gente de todos os lugares próximos. Sob a capa fria e húmida da atmosfera, o viajante arrepiava-se: que será isto pelos grandes frios e dilúvios do Inverno? Quando vai a sair, a mulher aponta-lhe as arquetas tumulares que ali estão, de um lado e outro da porta. <<Um é o Velho, o outro é o Novo>>, diz. O viajante vai certificar-se. Os túmulos são do século XIII. Um deles representa D. Gomes de Pombeiro na tampa e deve conter-lhe os ossos. Esse é o Velho. Porém, o Novo, quem será? Não o sabe dizer a mulher da chave. Então, o viajante aceita sem discutir o que a sua própria imaginação lhe propõe: o outro túmulo é também de D. Gomes de Pombeiro, feito quando, mancebo e vivíssimo rapaz, recebeu grave ferimento em batalha, de que felizmente escapou. Fez-se o túmulo para escarmento e D. Gomes de Pombeiro esperou pela velhice para ir descansar ao lado da sua própria imagem quando moço. É um imaginado tão bom como qualquer outro, mas o viajante não fez dele confiança à mulher da chave, pois ela merece outro respeito que este brincar com os mortos, tanto mais que não terá túmulo de pedra nem estátua jazente, e se a tivesse haveria de merecer a sua dupla imagem, a Nova que foi, e a Velha que é de amargoso luto e face sucumbida. Fecha a mulher a igreja com a grande chave e retira-se para as ruínas do convento, onde mora. O viajante olha a altíssima fachada, a grande rosácea, compraz-se alguns minutos no híbrido mas formoso portal. A tarde morre mesmo, já não há quem segure este dia.⁴⁹⁹

Por fim, Jorge de Sena indagou se a campa funeral de Manuel de Faria e Sousa ainda permanecia lá: “Não verificámos pessoalmente este epitáfio, nem, quando da nossa visita a Pombeiro, há muitos anos, estávamos cientes de que Faria e Sousa jazeria lá. É notícia dos bibliógrafos. Será que ainda existe?⁵⁰⁰”

⁴⁹⁹ SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, 1999, p.51-52.

⁵⁰⁰ SENA, Jorge de, “Introdução”, *Lusiadas de Luís de Camões: Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1972. p.9-56. Retato pessoal: Eu havia guardado essa pergunta de Jorge de Sena desde quando me deparei com o seu texto durante a graduação em Letras. Tendo recebido o financiamento de uma bolsa, entre outros locais, estive em Pombeiro no mês de Abril de 2018, quando fui muito bem recebido pelos habitantes da região. Segundo me informaram, havia um único autocarro que passava por Pombeiro, que partia da rodoviária de Guimarães e se dirigia até a cidade de Felgueiras. O motorista do autocarro, cheio de curiosidade, perguntou-me o que eu fazia lá numa tarde de sábado. Ao tomar conhecimento do meu intuito *científico* (palavras dele) de conhecer a Igreja de Pombeiro, o motorista demonstrou com muito orgulho todos os seus conhecimentos tirados de enciclopédia acerca de Manuel de Faria e Sousa, ao mesmo tempo que apontava a paisagem que se desenhava ao fundo. Via-se no horizonte de cor predominantemente verde um caminho sinuoso que conduzia até à Igreja, localizada num terreno de vale. A Igreja de Santa Maria de Pombeiro, com mais de mil anos de idade, é ladeada por uma ponte de pedras dos tempos romanos. Ao contrário da melancolia noticiada por Camilo Castelo Branco e José Saramago, deparei-me com um espaço animado com obras de restauração. Havia também um padre que, aos sábados, geria atividades de catequese para provimento das crianças locais. O motorista havia me alertado quanto ao horário de retorno do autocarro, pedindo para que eu estivesse na paragem sem falta, pois aquela seria a última viagem do dia. Com pontualidade, o autocarro passou pela paragem, com o motorista indagando-me acerca das minhas impressões do monumento. Em “Apêndice à conclusão”, apresento algumas fotos dessa localidade histórica.

Ao longo dos onze livros que integram o discurso de *La fortuna*, Manuel de Faria e Sousa acusou o embaixador português de tirar proveito de sua alta posição na Monarquia espanhola para cometer atos vis. Ao declarar que Castelo Rodrigo guardava um juízo particular no âmbito da fazenda, o ex-secretário alegou que o alto funcionário teria usurpado o aparelho das finanças do Estado para benefício próprio, ao nomear uma extensa rede de parentes e amigos para os cargos mais expressivos da corte. No alegado mau uso de suas atribuições, Castelo Rodrigo teria favorecido essa dita facção com benesses, atribuindo com copiosidade e de modo indiscriminado emolumentos, altas comissões e títulos nobiliárquicos. Assim, o ex-secretário de câmara acusa Castelo Rodrigo de cometer inúmeras faltas na base do nepotismo. Em adição a isso, outras sérias imputações de crimes são: solicitar a falsificação da firma real ao secretário (em proveito das habilidades de caligrafia do letrado, vide o desenvolvimento da tópica “educação e instrução” do capítulo III); revelar a um privado o segredo das cifras, por meio das quais a comunicação real se estabelecia (sabemos que a quebra dos códigos das cifras constituía um crime de lesa-majestade, ao colocar a segurança do estadista em risco); e praticar atos infames, como o pecado do *sexus contra naturam* (o ex-secretário salpicou diversas situações em que o marquês divertia-se de modo libertino com efebos e rapazes). Por último, Manuel de Faria e Sousa acusou o marquês de tentar contra a sua vida, quando, numa determinanda noite de 1634, obrigou o ex-secretário a entrar num coche, para realizar um passeio sinistro na companhia de alguns capatazes cheios de más intenções. E, em resultado de tantos crimes supostamente cometidos, o narrador acusou o marquês de estar em desacordo com o alto cargo que o rei atribuiu-lhe em confiança. Já nas últimas páginas do texto, Manuel de Faria e Sousa declarou de modo conclusivo que o marquês de Castelo Rodrigo era “digno de parar en un cadahalso”.⁵⁰¹

O narrador anuncia no começo de *La fortuna* que traçará um retrato de si. Contudo, o que se corporifica nos papéis é a construção de um retrato horrendo do marquês, daí propormos que o estabelecimento desses dois retratos configuram uma relação antitrófica (tal como se diz que *O príncipe*, de Maquiavel, está em relação antístrofe com *O cortesão*, de Castiglione...). Isso se verifica em diversos pontos. Se o narrador propõe-se como um fidalgo discreto, a imagem de Castelo Rodrigo que transparece no texto veicula não um nobre, mas sim um simulacro de nobre. Para tanto, o narrador desigual a dissimulação honesta da simulação (vide Accetto). Com curiosidade, essa oposição binária também se verifica com força a partir da própria materialidade dos papéis de *vida*. Na leitura de *La fortuna*, testemunhamos a construção de um texto que vai se tecendo ao longo da década de 1640, analisando com demora os acontecimentos passados sobretudo em 1634, centro do discurso. Quando a serviço de Castelo Rodrigo, o narrador afirma ter destruído, com suas próprias mãos, um esboço de uma suposta vida dos membros da família Moura. Explica-se. Castelo Rodrigo havia convidado o secretário para redigir essa obra a quatro mãos, tendo já ensaiado algumas linhas desses texto. Arrependido, Castelo Rodrigo teria solicitado ao secretário que destruísse esse papel,

⁵⁰¹ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.385.

que supostamente continha alguns motejos contra o rei e seu valido. Diogo Barbosa Machado noticiou o título desse papel, *Historia de los Marqueses do Castello Rodrigo, e de la Familia de Moura*, desaparecido. A polêmica reside no fato de Manuel de Faria e Sousa não ter destruído o papel perante os olhos do marquês, que então passou a desconfiar de que o seu antigo funcionário guardaria esse papel como trunfo para usar contra ele. Essa desconfiança, pois, teria disparado a alegada perseguição de Castelo Rodrigo contra a vida de Manuel de Faria e Sousa. Além disso, há outros paralelos éticos e patéticos em oposição. Se Manuel de Faria e Sousa dizia-se orgulhoso de ostentar uma barba cheia, a qual inspirava respeito, à moda de um varão português das antigas, a imagem projetada de Castelo Rodrigo era a de um senhor pouco viril, este que se relacionava sexualmente com uma penca de jovens desbarbados. Se dona Catarina Machado era uma senhora de respeito, tal como uma moderna *matrona romana* (vide *Retrato*), dona Leonor de Melo era o próprio símbolo da futilidade ou da ostentação vã, aproximada em *La fortuna* com a rainha egípcia Cleópatra, devoradora de pérolas dissolvidas numa taça de vinagre. O relato acerca de dona Leonor de Melo propõe-a como uma néscia. Manuel de Faria e Sousa conta que esta senhora não percebia os motejos que desferia contra ela. Na verdade, agradecida, ela supunha que as terríveis agudezas irônicas do letrado eram, antes, adulações aos seus ouvidos vulgares. E quanto aos filhos herdeiros: se Pedro de Faria e Sousa ocupou um cargo significativo na milícia espanhola, o filho primogênito do marquês morreu tragicamente num acidente de caça em Alemanha, alvejando-se com uma escopeta. O narrador afirma que esse rapaz mantinha uma relação homossexual a olhos vistos, tendo sido enviado às pressas para a Alemanha, com o intuito de abafar o caso escandaloso na corte romana. Se Luísa de Faria tornou-se uma artista de respeito, uma filha de Castelo Rodrigo morreu tísica, e outra casou-se com um membro da família portuguesa dos Vila Verde, mas que morreu degolado por insurgir contra a pátria. Se no discurso de *La fortuna* o narrador assina a queixa contra Castelo Rodrigo relacionando o nome de diversos outros ex-funcionários da família Moura, como testemunhas de seu relato, a carta de Castelo Rodrigo do dia 12 de Março de 1635 (vide nossa “Introdução”) sustenta-se a partir de sua própria autoridade, arrolando apenas o nome de Diogo Soares como testemunha das verdades relatadas. E as relações opositivas não páram aqui. Se no curso do tempo testemunhamos que Manuel de Faria e Sousa nobilita-se por meio da composição de obras oferecidas à pátria (vide a boa recepção das obras históricas perante a Dinastia dos Bragança), o núcleo dos Moura sofre um processo de desgraça pública com o fim da Monarquia Dual. Essa família perdeu inúmeros bens em Portugal, sobretudo na cidade fronteiriça de Castelo Rodrigo, sofrendo a escandalosa desapropriação da quinta em Queluz, tida como uma das jóias mais raras dessa cidade portuguesa.

Em *La fortuna*, o retrato discursivo do marquês seguiu os princípios compositivos dos gêneros satírico e cômico. Entre outras censuras morais, o ex-secretário fez alusão aos atos de nepotismo do marquês como equivalentes aos movimentos de um polvo, animal geralmente

associado ao caráter de um traidor. Por meio da aplicação de prosopopeias, o ex-secretário designou a suposta crueldade de pensamento do marquês que, ao ambicionar o cargo de vice-rei, aproveitava-se da função de embaixador apenas como um mero atalho para aceder ou galgar ao posto de maior poderio. Na disputa da condição de favorito do rei, o ex-secretário declarou que o marquês havia lhe assoprado a intenção de defenestrar Olivares, numa ação conspiratória envolvendo outros nomes de peso.

Se os relatos de entrada marcam-se pelo tom epidítico sério, altissonante, Manuel de Faria e Sousa caracterizou a legação romana com traços cômicos. Na viagem da comitiva até a Santa Sé, o marquês teria ordenado que os serviçais trajassem os seus respectivos uniformes somente quando dessem entrada em Roma, apesar do clima rigoroso de inverno. Perante essa situação inusitada, o letrado indagou com agudeza se não teria sido de mais proveito o marquês ter convocado um séquito formado apenas por anões, para economia de pano. Um outro momento faceto é a parte em que Manuel de Faria e Sousa revelou que a devoção do marquês era uma qualidade simulada por completo. Um ex-funcionário ameaçou Castelo Rodrigo de denunciá-lo perante a corte do rei. Diante disso, o inconstante marquês passou a rezar em público com fervor, na companhia da esposa ungida. Com modos excêntricos, mandou de uma hora para outra pendurar nas paredes do palácio inúmeros quadros que reproduziam imagens de santos, escalando de última hora a presença de um padre confessor para andar em seu círculo privado, atos esses de carolice que faziam boa figura em Roma, a dita *Cidade Eterna*. Por conta dessa manifestação súbita de religiosidade, de quem passou a ajoelhar-se para clamar aos céus, o ex-secretário alcunhou Castelo Rodrigo de marquês de Castellrodillas⁵⁰² (*rodilla* significa joelho). Por último, outro momento jocoso ocorreu no capítulo X do “Libro Octavo” de *La fortuna*, numa evidente imitação de Cícero contra Marco Antônio. Na segunda *Filípica*, é célebre o contexto de pronúncia do discurso de Cícero em tom de deboche, vexando o político romano em pleno Senado. O narrador de *La fortuna* atualizou esse mesmo procedimento ciceroniano. A marquesa encomendou ao letrado a escrita de uma relação que narrasse a entrada do casal em Roma. Entre outras comemorações oficiais da embaixada, Castelo Rodrigo recepcionou o diplomata francês duque de Crequi. Ao atender a seu modo esse pedido de dona Leonor de Melo, que aguardava com ansiedade a audição de sua encomenda, o letrado leu em público um discurso cheio de sutilezas, transformando a solenidade do evento num verdadeiro bacanal para fazer inveja aos dos tempos de Roma. Os risos entre os pares corriam solto na mesa, nela estando o constrangido Castelo Rodrigo que, nesse discurso ridículo, foi insinuado como Marco Antônio, e dona Leonor de Melo, como a fútil Cleópatra, rainha do Egito. Em *La fortuna*, a exposição dessa matéria utilizou a moldura de uma carta destinada a um amigo de Lisboa.

⁵⁰² GARCÍA CUETO, David, *Mecenazgo y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma, Roma y España: un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*, 2007, p.705. (v.II): “Castelo Rodrigo fue [um] hombre de profundas y sinceras convicciones religiosas”.

La fortuna inscreve-se no gênero de causa judicial ou forense, ao compor-se como um texto de defesa apologética e de ataque. Com relação aos tópicos intrínsecos a uma contenda, o narrador deparou-se com o obstáculo de vincular ou colar a autoria dessa sorte de crimes à pessoa do marquês de Castelo Rodrigo, considerado um dos maiores cortesãos de seu tempo, opinião essa admitida até mesmo por Manuel de Faria e Sousa. Para o ex-secretário, a imagem do marquês reluzia uma “buena gracia exterior”.⁵⁰³ No entanto, o seu “semblante siempre risueño y en ser con exceso liberal de cortesías”⁵⁰⁴ escondia, de acordo com o narrador, uma fraude. Heinrich Lausberg⁵⁰⁵ foi preciso ao ensinar que, no gênero de causa dúbio (*dubium genus*), o demandante colide com o sentimento jurídico do público, tratando-se de um sério problema quanto à defesa de uma causa. Para legitimação dessa sorte de baixezas, o narrador de *La fortuna* proveu-se com habilidade de diversos recursos diegéticos para persuadir, desenvolvendo, por exemplo, a tópica do desconcerto do mundo. Sabe-se que o princípio desse lugar-comum opera a inversão de valores que se constata na contemporaneidade em relação ao tempo passado. Nessa configuração, os usurpadores encontram-se em plena prosperidade, ao passo que os bons são abatidos pelo destino. Ao disseminar variados exemplos que seguem essa tópica – tal como o caso engraçadíssimo da Buscona do Porto, que trocou o seu antigo nome, *Domingas*, para um mais altíssimo, *Juana de Castro* – o narrador incluiu o seu caso particular a essa classe de ocorrências ou acontecimentos do mundo. A relativa modernidade da linhagem do marquês contribui para dar ânimo a essa lógica. Ainda que os Moura-Corte-Real fossem considerados uma das Casas nobiliárquicas de origem portuguesa mais imponentes do século XVII, a sua ascensão imbricou-se com a defesa da causa filipina. Com a anexação de Portugal à Espanha, Filipe II recompensou os seus primeiros súditos portugueses com cargos de alto poder. Cristóvão de Moura e Távora, amplamente conhecido por advogar em prol da incorporação do reino de Portugal à Monarquia dos Habsburgo espanhóis, ganhou o título de I marquês de Castelo Rodrigo, tendo chegado à posição de vice-rei de Portugal. Em suma, Manuel de Faria e Sousa soube aproveitar muito bem essa relativa modernidade da família Moura, bem como o polêmico envolvimento dessa família na crise sucessória de 1580, para espezinhar o seu oponente. Ao ventilar essas máculas, procurou dissolver essa grande desvantagem em termos do judicial, marcada, por exemplo, no hiato entre uma *formiga* e uma *fera*. É nessa direção que o narrador mobilizou o conceito de dissimulação honesta, que é um dos pressupostos da discrição cortesã, propondo que a figura de alinhado de Castelo Rodrigo não passava de uma mera simulação de um caráter vil, como contrafação de um nobre, apontando-o como um larápio da pior espécie.

Em *Corre Manuscrito: Uma historia cultural Del Siglo de Oro*, Fernando Bouza ateu-se à circulação de papéis de mão no *Siglo de oro*, buscando dissolver a compartimentação que condicionava a matéria impressa ao propósito de difusão ampla, ao passo que a matéria manuscrita

⁵⁰³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.179.

⁵⁰⁴ Idem, p.189.

⁵⁰⁵ LAUSBERG, Heinrich, *Manual de retórica literaria*, I, verb. Los tres ‘genera’ aristotélicos.

reservava-se a usos privados, segundo convenções mais ou menos estabelecidas. Na prática, a circulação de papéis manuscritos não arrefeceu com a invenção e popularidade das prensas tipográficas, constituindo meios de comunicação letrada bastante complexos. O estudioso espanhol observou a atividade poligráfica de Manuel de Faria e Sousa como um caso paradigmático desse dinamismo em que os papéis impressos e os manuscritos conviviam lado a lado.

O *Nobiliario del conde de Barcelos* (...) (1646), organizado por Manuel de Faria e Sousa, marquês de Montebelo e Alvaro Ferreyra de Vera, afigura-se como um caso de interesse para a hipótese de Fernando Bouza. No “Prologo” desse livro de linhagem, o letrado português ajuizou que o impresso em Roma devia circular somente em forma de manuscritos, visto que o argumento do livro, ao tratar de famílias, compulsava inúmeras matérias ímpias: “pareciome siempre injusto, que este Libro se publicasse impresso, cõ las indecencias con que corria manuscrito.”⁵⁰⁶ O genealogista exemplifica esse impasse ético por meio da introdução compulsória de pessoas da religião às árvores genealógicas. Para Manuel de Faria e Sousa – com ares de franqueza – a *dóxa* admitia que tanto clérigos como monjas tiveram filhos, às vezes até mais de um. Para o desenhista de linhagens, esse fato adquire a configuração de um dilema da seguinte ordem: esconder o nome do religioso na teia de conexões familiares implica a interpretação de que esse lugar vazio foi ocupado por uma pessoa de baixa estirpe (cujo nome não importa saber, sendo conveniente até omitir...), assim contaminando ou sujando todo o tronco dessa linhagem. Por outro lado, se cabe ao autor de genealogias a indiscrição de revelar a alargada descendência deduzida de uma pessoa religiosa, na opinião dele esse suposto inconveniente não deveria incitar nos leitores qualquer sentimento negativo, nem alvoroço, afinal de contas, “Este es el Mundo” (p.20), e “que ninguno se hallará tan acendrado, en que no se hallen hezes” (p.13):

Ni es menos ridiculo al nombrar Monjas, i Religiosas, el advertir que no tuvieron hijos, siendo mucho para llorar el acordarnos, que los tuvieron algunas, i algunos; si bien este inconveniente es necessario, por no dar en otro, que seria mayor para la reputacion de algunos Linages, pues por encubrir el defecto de la Religiosa, o Religioso, seria menester presumirse, que sus hijos tuvieron padres de tal calidad por baxeza de nacimiento, que en no nombrarselas se usò con ellos de misericordia (...) ⁵⁰⁷

Outra razão por que a linhagem não devia circular no formato impresso consiste no tratamento de temas polêmicos, relativamente aos costumes do passado. Entre outras práticas vergonhosas, aqueles tempos admitiam o casamento incestuoso, ou seja, que é realizado entre membros de uma mesma família, e/ou até mesmo com mulheres conventuais: (vide os graus proibidos de consanguinidade)⁵⁰⁸:

⁵⁰⁶ BARCELOS, 3º Conde de, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal*, 1646, “Prologo”, p.13.

⁵⁰⁷ Ibidem, p.15.

⁵⁰⁸ Explorar. Mello, Evaldo Cabral de. p.176.

Refiere en este Nobiliario que algunos Cavalleros forzaron a sus hermanas, i otros sacarõ a algunas Monjas de sus Conventos, casandose con ellas. Es negocio de admiracion el ver q cõ tã barbaras insolencias creciesse tanto quien las cometia, i la tierra en q se cometiã. Palmase el entendimiento humano; i no tiene otro refugio q el de abatirse a los divinos Secretos. Pero estas son aquellas memoradas Cavallerias.⁵⁰⁹

Manuel de Faria e Sousa afirma que os diversos manuscritos do *Nobiliario* que consultou abrigavam inúmeros barbarismos dos tempos antigos, *d'aquellas memoradas Cavallerias*, tal como a história de uma mulher de pés de cabra⁵¹⁰, “i se entendia ser el demonio.”⁵¹¹ Por esse motivo, “Siguese luego, que de qualquier modo no se deviera imprimir este libro con estas impoliticas, inmodestias, i que deve ser gratissimo alos que logran modestia, i juizios, el quitarlas en esta edicion.”⁵¹² Com efeito, Manuel de Faria e Sousa recusou a categoria de tradução para o *Nobiliario*. Para ele, o seu trabalho consistiu em operar emendas às histórias das famílias portuguesas sob a lente moderna, atualizando o antigo livro de dom Pedro. Aqui, na falta de um outro termo melhor, as *machadadas* que operou no texto “me obligò a reducirlos a menos la tertia parte de lo que ellos ocupavan.”⁵¹³ Por fim, o genealogista sentenciou a necessidade de compor mais cópias de mão do *Nobiliario*: “que este libro se hiziesse mas manual.”⁵¹⁴

Fernando Bouza destacou um curioso trecho de uma nota emitida por Jerônimo Mascarenhas, colocando-se a favor da impressão do *Nobiliario*, dizendo que

En este libro intitulado Nobiliario del Conde don Pedro, tuve poco que ver de nuevo, [...] porque le he visto muchas vezes manuscrito. [...] Este libro [...] ha sido siempre tan estimado i se le dio tanto crédito que teniéndole por texto casi infalible en esta materia de linages, resultan dello dos cosas; una, ser tantas copias manuscritas dél, que exceden a las impresiones de qualquier libo más repetido en ellas; otra, que en los tribunales hazen los ministros mucho caso dél para juzgar los pleitos en que se alega frequentemente.⁵¹⁵

Tamanho o sucesso desse gênero de escrita, Jerônimo Mascarenhas sentenciou que “Supuesto lo dicho, queda este libro más vulgarizado con andar manuscrito que otros muchos por andar impresos.”⁵¹⁶

Em um dos prefácios do *Nobiliario*, intitulado “Elogio”, o autor seiscentista refletiu acerca do próprio cânone, ordenando a sua produção entre obras que se destinavam às prensas e

⁵⁰⁹ BARCELOS, 3º Conde de, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, col.662.

⁵¹⁰ Explorar. “Ele podia ser inclusive uma mulher: na genealogia portuguesa, aí estão os Marinho, descendentes de uma sereia, e a progênie da dama do Pé de Cabra, assim como na genealogia francesa os Lusignan, do Poitou, que se envaideciam da ancestral, Melusina, transformada em serpente pela perfídia do marido, que descumpria a promessa de não espia-la no banho. Destarte, os primórdios de muitas casas nobres, objeto do saber elitista por excelência que é o genealógico, remontam ironicamente à cultura popular.” (MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Companhia de bolso. p.214)

⁵¹¹ BARCELOS, 3º Conde de, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal*, 1646, “Prologo”, p.16.

⁵¹² Ibidem, p.15-6.

⁵¹³ Ibidem, p.18.

⁵¹⁴ Ibidem, p.18.

⁵¹⁵ Fernando Bouza, *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*, 2001, p.18.

⁵¹⁶ Ibidem, 2001, p.18.

obras que deviam apresentar-se ao leitor em forma de manuscritos, ou seja, “q estàn en sus aparatos vivos.”⁵¹⁷ Não só, calculou em um número aproximado as obras que destruiu, advertindo também acerca de alguns papéis que, embora não fossem seus, corriam sob a rubrica de seu nome: “Pudiera nõbrar siete, o ocho libros, i algunas comedias q compuso, i condenò: i otros, q estàn en sus aparatos vivos; pues no falta quien nõbra por libros suyos sus vanas imaginaciones.”⁵¹⁸

Já nas “Notas al Nobiliario de Don Pedro, Conde de Barcelos, (...)”, Manuel de Faria e Sousa escreveu de si nos seguintes termos:

En la corriente destes trabajos, se mostrô tan inclinado (entre otras luzidas partes) a las letras humanas, que no le quitarõ ellos el aver escrito mas de cincuenta volumenes de varias materias. Condenô onze o doze dellos: los otros permanecen; unos impressos, que son 14, otros manuscritos, que estan viendo personas capaces de poderlos ver. Entre ellos son singulares quatro que intitula Europa Portuguesa; tres de la Asia; dos de la Africa; uno de la America; que todo es la Historia General del Reyno: i el Epitome dellas: quatro de los Comendatarios [sic] a la Lusiada; quatro a las Rimas varias del divino Camoens, i siete de varios Poemas.⁵¹⁹

A partir dessas anotações com que nos deparamos no *Nobiliario*, podemos presumir que *La fortuna* pertencia a essa categoria de textos que foram preparados para circular em papéis de mão, como defendido por Fernando Bouza, para quem Manuel de Faria e Sousa não guardava qualquer intenção de enfileirar *La fortuna* às obras que deviam entrar no prelo.⁵²⁰

Dentre o conjunto de documentos que integram as “Consultas”, examinamos as cartas que Manuel de Faria e Sousa redigiu para determinados destinatários. O endereçamento das cartas refere uma junta ou um conselho de homens eminentes constituído por Olivares, que atribui a esses pares a tarefa de averiguar os escândalos denunciados pelo letrado. Este, por sua vez, ao colocar-se na condição de um súdito fiel, especifica o rei Filipe IV, a quem justifica a sua conduta de delação contra Castelo Rodrigo, atribuindo-lhe a prática ou autoria de mais de 70 crimes contra a República. Outros destinatários desses papéis são o conde-duque de Olivares e o protonotário Jeronimo Villanueva.

Santiago Martínez Hernández listou os membros integrantes desse conselho, reparando numa certa ação contraditória de Olivares. Embora o valido pretendesse transmitir ou transparecer uma imagem de isenção ao não participar dessa comissão examinadora da conduta de Castelo Rodrigo, não deixou, contudo, de formar uma junta de homens de sua confiança, havendo nesse grupo até um parente seu. Como Hernández bem observou, esse processo poderia ser uma ocasião mais do que propícia para afastar de vez aquele que era considerado o seu grande oponente:

⁵¹⁷ FARIA E SOUSA, Manuel de, “Elogio”, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, p.8.

⁵¹⁸ Ibidem, p.8.

⁵¹⁹ FARIA E SOUSA, Manuel de, “Notas al Nobiliario de don Pedro”, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, col.684.

⁵²⁰ BOUZA ALVAREZ, Fernando J., *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*, 2002, p.28: “Algunos de esos libros los había compuesto con la intención de que nunca llegaran a las prensas, tal es el caso de su Fortuna.”

Además, estableció el número de consejeros que debían concurrir durante el proceso, que habrían de ser el conde duque, fray Antonio de Sotomayor – confesor del rey, además de arzobispo de Damasco e inquisidor general –, los condes de Castrillo (García de Haro y Avellaneda) y de la Puebla (Lorenzo de Cárdenas) y el duque de Villahermosa (presidente del Consejo de Portugal). Todos estos consejeros eran hombres del valido, cuando no parientes como ocurría en el caso de Castrillo.⁵²¹

No *Nobiliario*, a alínea “que estan viendo personas capazes de poderlos ver”⁵²² encaixa-se ou acomoda-se com justeza ao caso de *La fortuna*. O perfil dessa audiência que nos foi possível desvendar indica que a obra foi prevista para ser lida por auditores coevos e discretos, com capacidade de juízo para examinar as proposições contidas nela, sem se deixar afetar pelas paixões. O narrador roga a esses auditores que examinem a sua injustiça sofrida. Ao contrário das cartas das “Consultas”, *La fortuna* não se propõe a destinatários individualizados, porém igualmente não se destina a um auditório abstrato, como é o caso do *Retrato*.

É possível inserir o *Retrato* (1650?) a essa perspectiva. Como o título do impresso sugestiona, Francisco Moreno Porcel captou os principais traçados do alvo de sua pintura, à maneira de um artista que esboça um desenho a traçados largos ou a pinceladas largas. A escolha dos termos “Abreviatura”,⁵²³ “targeta”⁵²⁴ e breve “Resumen”⁵²⁵ dão conta dessa proposta. O panegirista qualificou-se como um discípulo de Manuel de Faria e Sousa, compondo um elogio fúnebre em memória “a mi difunto Amigo”.⁵²⁶ Ainda que Francisco Moreno Porcel tenha se baseado nas informações autorreferenciais que largamente o polígrafo português vicejou em suas próprias obras, o bom convívio entre ambos serviu de argumento para legitimar as informações veiculadas no *Retrato*, para que “todos conozcan, qual fue el Escritor”.⁵²⁷ O projeto da obra busca atingir uma ampla audiência de leitores, inclusive os vindouros que, “sino le has conocido, pretendo con este Elogio dartele a conocer”.⁵²⁸

Santiago Martínez Hernández considerou que o motor da delação de Manuel de Faria e Sousa explica-se pela frustração de não ter conseguido projetar-se para um lugar de maior monta a serviço do marquês: “Faria, por su parte, se había mostrado igualmente como un criado desagradecido y desleal, traicionando la confianza de quien le había franqueado generosamente las

⁵²¹ MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago, “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, *La Corte en Europa: Política y Religión* (Siglos XVI-XVIII), v.III, 2012, p.1155.

⁵²² FARIA E SOUSA, Manuel de, “Notas al Nobiliario de don Pedro”, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del rey Don Dionis de Portugal*, 1646, col.684.

⁵²³ MORENO PORCEL, Francisco, *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*, 1650?, “Ad. Miguel Baptista de Lanuza.”

⁵²⁴ Ibidem, §1.

⁵²⁵ Ibidem, §52.

⁵²⁶ Ibidem, “Ad. Miguel Baptista de Lanuza.”

⁵²⁷ Ibidem, “Ad. Miguel Baptista de Lanuza.”

⁵²⁸ Ibidem, §1.

puertas de su casa.”⁵²⁹ Para o estudioso espanhol, Manuel de Faria e Sousa buscou alinhar-se a Olivares com imenso oportunismo, haja vista ter entregue as informações de bastidores para aquele que era considerado o maior inimigo de Castelo Rodrigo, não sendo essa escolha uma mera arbitrariedade. Certamente, se o letrado buscou obter os favores de Olivares, é fato que dedicou a *Lusiada comentada* (1639) a Olivares, um dos três dedicatários de sua *magnum opus*:

Al margen de la veracidad de las más graves imputaciones, que quedaron archivadas y silenciadas, la intencionalidad del principal denunciante – frustrado al no haber sido promocionado por el marqués en Roma a la secretaría de la embajada y por otros supuestos desprecios – no obedeció a otro propósito que manchar la reputación de Castelo Rodrigo y procurarse el favor del conde duque.⁵³⁰

Hernández parece aderir aos argumentos de Castelo Rodrigo que, na carta dirigida a Olivares no dia 12 de Março de 1635, insinuou que os movimentos oblíquos de Manuel de Faria e Sousa eram cheios de premeditação. O letrado teria solicitado, com antecipação, a quantia de 600.000 réis ao embaixador e, após receber esses valores, partiu oportunamente para a delação:

El marqués, desconfiado, le dio licencia para marcharse. Unos meses antes había pedido al conde de Portalegre que satisficiera a Faria 600.000 reis de su hacienda en pago a la satisfacción que tenía de sus servicios y por haberle prometido la secretaría de la embajada y no habérsela podido dejar.⁵³¹

Além disso, Hernández lançou dúvidas acerca da fidedignidade do escritor português, ressaltando que o seu auto-desligamento intempestivo, em pleno curso das atividades na legação, seria um forte indício contra o caráter moral dele:

Conceder credibilidad a dos servidores [Manuel de Faria e Sousa e Damián Martinez] que habían abandonado el servicio de un gran señor – por otro lado un aristócrata que gozaba del favor del rey y que ocupaba la principal embajada de la Monarquía – considerando el deber de discreción y secreto que asumían al entrar a servir, era una responsabilidad muy delicada.⁵³²

Em *La fortuna*, em resposta a essas polêmicas – que ressoam até hoje – o ex-secretário vocalizou que o marquês havia quebrado a fé jurada entre cavaleiros, ao descumprir a promessa de contribuir para o crescimento de sua fortuna na corte. Se num primeiro momento foi escalado por Castelo Rodrigo para substituir o letrado João Batista Lavanha no cuidado com as correspondências, desde esse primeiro contato sofreu um progressivo processo de desqualificação, sendo que essas sevícias duraram cerca de doze anos. Se no início o marquês atribuía atividades engenhosas ao

⁵²⁹ MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago, “Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635)”, *La Corte en Europa: Política y Religión* (Siglos XVI-XVIII), v.III, 2012, p.1154.

⁵³⁰ Ibidem, p.1188.

⁵³¹ Ibidem, p.1188.

⁵³² Ibidem, p.1155.

letrado, com o passar do tempo esse tornou-se apenas uma mera figura decorativa, sendo rebaixado de um “secretário de câmara” para uma “câmara de secretário.” Como já dito, a baixa remuneração guardava o nome despresticioso de “ración”.

Até este ponto, o que presenciemos são relações agastadas de um senhor e seu secretário. As prerrogativas e os privilégios são intrínsecos a uma sociedade do Antigo Regime, de características fortemente estamentais (vide o *Dialogo de los pajes*, de Hermosilla). Contudo, o caso em questão parece diferenciar-se disso. É necessário considerar com urgência as razões de Manuel de Faria e Sousa, autor esse deveras confiável. Isso porque causa surpresa a acribia das informações acerca dos sucedimentos das “Consultas” em *La fortuna*. Ao compulsarmos os papéis reunidos nessa coleção de documentos do Conselho de Estado, os dados aí encontrados, como a cronologia dos fatos, as pessoas intervenientes, o fluxo dos procedimentos, as informações de didascálias, as testemunhas, etc, conferem *ipsis litteris* com o relato de *La fortuna*, o que implica dizer, salvo engano, que as informações veiculadas por Manuel de Faria e Sousa são conforme a verdade. Nisso, vale a pena examinar as suas reclamações. Manuel de Faria e Sousa justificou o seu afastamento declarando ter sido o último dos empregados da leva mais antiga que debandou ou que conseguiu sair das garras do marquês, tendo o ex-secretário insistido nesses serviços por cerca de doze anos, suportando os serviços com a “paciencia de los mártires” (p.181), até não poder mais. Mas outra razão mais grave se afigura. Manuel de Faria e Sousa declarou em diversas passagens⁵³³ as suas suspeitas de ser um alvo da sanha do marquês, desejoso de assassiná-lo. Ao considerarmos que o mérito da questão estabelece a defesa de uma vida posta em risco, o cenário mais condizente parece ser o de uma guerra. Eugenio Asensio bem sublinhou a expressão *inimizade íntima*⁵³⁴ para falar do estado contencioso instaurado com força em *La fortuna*. Se as relações entre o marquês e o secretário estivessem circunscritas somente a essa matéria de ofício, as objeções de Hernández quanto à alegada ingratidão de Manuel de Faria e Sousa estariam irretocáveis, considerando o descumprimento das leis que permeavam a relação entre amo e servidor, estes que um dia chegaram a se tratar por amigos e cavalheiros. Se é verdade que o marquês cometeu inúmeros excessos, Manuel de Faria e Sousa contrapesou, rompendo inúmeras vezes o contrato de discrição que norteava o ofício de secretário de senhor. Há diversos exemplos disso⁵³⁵. Porém, diversamente da

⁵³³ FARIA E SOUSA, Manuel de, *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.362: “No se me iba por alto lo que se había de decir de que siendo criado del marqués, le había por alto lo que se había poco o ningún caso; así porque mi intento no era tal como porque, cuando lo fuera, no sé yo que nadie, por ningún título, deba piedad, fe ni respeto, a quien le faltó a la fe jurada por caballero y por vidas de hijos, y le arrastró la honra a los ojos del mundo, y finalmente intentó a traición quitarme la vida.”

⁵³⁴ ASENSIO, Eugenio, *La autobiografía de Manuel de Faria y Sousa*, Arquivos do Centro Cultural Português, n. 13, p.634.

⁵³⁵ Em *La fortuna*, há diversos momentos em que Manuel de Faria e Sousa parece rasgar o figurino de secretário, revelando o conteúdo de mensagens que seriam de circulação privada. Veja o que se passa na página 298: “[o marquês] Decía a banderas desplegadas que el conde duque le quería destruir y esta propia voz repetían sus apasionados.” Num outro momento, o marquês ordena que o secretário copie uma carta particular. Na narrativa, este então se coloca a revelar o conteúdo dela, noticiando que o marquês planejava obter do papa o anulamento de seu casamento com dona

opinião sustentada pelo estudioso espanhol, consideramos que as graves acusações de Manuel de Faria e Sousa deslocam o problema para o campo do combate, tendo se desenvolvido no solo de uma mútua hostilidade. Isto posto, havendo uma nítida separação entre as agruras que regem uma relação de ofício e a imputação de um crime de tentativa de assassinato, as alegadas categorias de gratidão e de lealdade parecem surgir como secundárias, o que nos obriga a reparar uma imprecisão no exame de Santiago Martínez Hernández relativamente às palavras do letrado português.

Guardadas as devidas proporções, o caso do português Uriel da Costa afigura-se como um exemplo aproximado ou equivalente. Em *Exemplar vitae humanae* (1640), Uriel da Costa narrou a traição que sofreu de sua família, bem como dos membros da comunidade judaico-portuguesa de Amsterdã. Os rabinos baniram-no da religião, sem antes lhe aplicarem as penas da tortura em público, que sucederam no interior da sinagoga. As hostilidades privadas e públicas não pararam aí, prosseguindo por um período aproximado de mais ou menos sete anos. Esses acontecimentos finaram-no de dor, levando-o à perda do ânimo para viver. Em seu texto de memória, Uriel da Costa afirmou que não cabia harmonizar-se ou reconciliar-se com aqueles que o perseguiram. Ou seja, manter a pureza diante daqueles odiosos que lhe causaram tanto mal consistiria num ato de fraqueza: “É formoso, na verdade, e digno de um homem piedoso e generoso fazer-se pequenino com os pequeninos, ovelha com as ovelhas; mas é sandice, é ignominioso e repreensível vestir, em combate com leões, a mansidão da ovelha.”⁵³⁶

No interior desse conflito doméstico, a escrita de *La fortuna* pode ter adquirido os foros de uma vingança.⁵³⁷ É inquietante um trecho da *Información en discurso histórico por el celo del bien público* (1634), carta que Manuel de Faria e Sousa dirige-se a Filipe IV, nela comunicando ao rei que havia iniciado a composição de um texto de vida a pedido do marquês. As instruções desse papel, que se pretendia compor-se a quatro mãos, regulavam que esse texto devia moldurar-se sob a rubrica de uma apologia, mas inserindo, de forma maliciosa, inúmeros motejos contra Olivares e

Leonor: “¡Como si el que escribió la carta, no los pudiera copiar! Copiéllos y contenían que él no había pretendido la dispensación para el casamiento de su hija, sino la marquesa.” FARIA E SOUSA, Manuel de, *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa*, 1975, p.298.

⁵³⁶ COSTA, Uriel da, *Espelho da Vida Humana (Exemplar humanae vitae)*, 1901, p.29.

⁵³⁷ Nas *Iconologias*, a vingança é metaforizada segundo a imagem de uma mulher de vestido vermelho, em cuja mão direita segura uma adaga, mordendo o dedo [?] na mão esquerda: “DONNA, armata, e vestita di rosso, nella destra mano tiene un Pugnale ignudo, e si morde un dito della sinistra, a canto ha un Leone ferito, il quale stà in atto spaventevole. La Vendetta si rappresenta col Pugnale in mano, per dimostrare quell'atto spontaneo della volontà, che corre a vendicar l'ingiurie con lo spargimento del sangue, e però ancora si veste di rosso. Si dipinge Armata, perché per mezzo delle proprie forze facilmente può l'uomo vendicar l'offese. Et si morde il dito perché chi è inclinato a vendicarsi, per haver memoria più stabile, si serve così del male spontaneo, che si fa da se stesso, per memoria del male violento, che prova per lo sforzo de gli altri. Il Leone essendo ferito osserva mirabilmente il suo percussore, e non lascia mai occasione di vendicarsi. Onde il Pierio racconta, che un giovane compagno di Giuba, Rè de' Mori, mentre il detto Rè andava con l'essercito per li deserti dell'Africa per cagione di provedere alle sue cose, incontrandosi in un Leone, lo percosse con un dardo, e l'anno dappoi, ripassando col detto Rè già spedito per quel medesimo luogo, comparve il detto Leone, e osservando il giovane, che l'haveva ferito, andando con velocissimo corso frà la gran moltitudine de' Soldati, miserabilmente lo lacerò, partendosi senza offendere alcun'altro, solo sodisfacendosi d'haver vendicata la vecchia offesa. Però gli Egizi dipingevano nel detto modo il Leone per la vendetta.” Cesare Ripa. *Iconologia overo descrizione dell'imagini universali cavate dall'antichità et da altri luoghi da Cesare Ripa Perugino*, opera non meno utile, che Gigliotti, MDXCIII, con Privilegio et con Licenza de' Superiori. [tirado da internet, achar paginação adequada].

a majestade real. Não só, esse papel devia ser sepultado diligentemente num arquivo ou num armazém de uma biblioteca, para ser lido pelos pósteros. Com curiosidade, se trocarmos a referência desse suposto texto ou livro de vida desaparecido para *La fortuna*, essa justificativa ardilosa acomodaria com perfeição ao presente caso:

A esto avia precedido el romper papeles, i mandar al Secretario que rompiesse uno conq se hallava: aquellos no sabemos quales fuesen; este era la mitad escrito de la mano del Marques, i la mitad de la del Secretario. No estava acabado, mas contenia la mayor parte de sua vida escrita solo con intento de manchar las acciones del Rey, i del Señor Conde Duque; como apologia dellas, i de algunos escritos, en particular uno del Conde de la Roca q las abraça casi todas, con titulo de escribir la vida i ocupaciones del Señor Conde Duque. Era esto un aparato para historia i esperaba el Marques del Faria que la escribiesse como la deseava; generál do su casa para imprimir, i particular de su persona (en que se embolviessen sueltamente aquellos pensamientos) para dexar en su archivo a sus descendientes. El Faria (q todas las vezes que se via entrar a escribir en tal papel temblava de miedo, i deseava se abrasasse un'hora la casa, para q tras ella fuesse el) apenas escuchò el mandato, aunq fuesse un poco frio, quando le hizo ceniza: mas a penas lo uvo hecho, quando, saliendo el Marques a buscar su confessor, le llevó consigo, i le preguntò si avia quemado el papel. Respondio: que si: de q se congoxò mucho acusandole de sobrada diligencia: mas feneciò en q no faltaria tiempo para hazer otro: porq todo era burla lo temido, i lo propuesto.⁵³⁸

Em nossa “Introdução”, indagamos que razões explicariam a necessidade de Manuel de Faria e Sousa de pôr-se a relatar, já em seus últimos anos de vida, as relações conturbadas que teve com a família Moura, mesmo tendo corrido alguns anos desde o seu afastamento. A nosso ver, *La fortuna* guarda fortemente as características de uma carta de vingança. Como já dissemos quanto ao público empírico, o discurso dirige-se a uma massa de auditores discretos, não individualizados. *La fortuna* vaza-se sob a rubrica do gênero *vidas particulares*. Ao desenvolver os lugares do epidítico que se destinam para o elogio de uma pessoa, conforme previstas para essa modalidade de texto (vide a preceptiva de Viperano), a demonstração de tópicos de nascimento, inclinação, modo de vida, educação, entre diversos outros, visa ao preparo de provas éticas. Ou seja, se o orador adveio de uma boa família, se na infância adquiriu as melhores instruções possíveis, tão sólidas quanto a educação aplicada à fidalguia ou à aristocracia, então, aquilo que esse orador discreto afirma tende a estar correto. Sobretudo, se o orador advém de uma boa condição, não precisa se submeter às violências a que a pobreza submete. Ou seja, munir-se de tais qualidades éticas corroboram o caráter fidedigno do orador. Entre esses lugares do epidítico, o discurso amplificou o lugar de “empleo”, centrando-se no relato da ocupação de secretário à casa de Castelo Rodrigo. Seguindo o princípio dos tópicos epidíticos, o discurso acerca dos serviços do letrado tinha por propósito a composição do caráter ético do secretário, experimentado no servir grandes senhores. A construção do caráter fidedigno do orador constitui-se como uma prova ética, que concorre para a validação do crédito, da lisura, fundamental para um discurso que configura uma defesa e acusação. Sob tais categorias, *La fortuna* não parece constituir uma autobiografia, conceito moderno que implica a expressão de

⁵³⁸ FARIA E SOUSA, Manuel de, *Información en discurso histórico por el celo del bien público*. Madrid, 1634. Manuscrito. 9-24-2-B-32 9-5117. Na Biblioteca da Real Academia de la Historia, p.13.

subjetividades. Edward Glaser propôs a rubrica de autobiografia em seu excelente trabalho de edição e análise de *La fortuna* e, desde então, essa classificação anacrônica conservou-se entre os críticos contemporâneos, com exceção de Eugenio Asensio, que ressaltou a necessidade de abordar a obra a partir das características de sua mediatez, alertando que os princípios que motivaram a sua escrita devem-se à urgência de responder uma demanda em específico. *La fortuna* sobreviveu às vicissitudes do tempo. As anotações acerca dos manuscritos apógrafos permitem observar a geografia de circulação dos papéis, circunscrevendo a área de nascimento do letrado, na região minhota, após o retorno da família Faria a Portugal.

No capítulo “Caí en manos de ladrones”, de *De los Remedios de qualquier Fortuna*, Francisco de Quevedo postula que convêm três opções contra o fogo inimigo, que é o desprezo aos opressores, o martirizar-se, e o desarmar com paciência, isto é, agir por meio de uma vingança contra o inimigo:

*Tengo grandes enemigos. Tres remedios tienes, uno despreciarlos con humildad, ò padecerlos con virtud, ò desarmarlos con paciencia. De los grandes enemigos no te puedes guardar, sino con la dissimulacion. No ay remedio contra la persecucion de los poderosos, sino dar à entender que no se entiende. Assi dize Tacito lo hizo Agripina, quando entendìò era su hijo quien la mandava matar. Si al enemigo poderoso agradecieres lo que le padeces, el te padecerà. Tengo grandes enemigos. No puede ser grande quien persigue al menor. Aprovechate de su enemistad, y te vengaràs dèl.*⁵³⁹

Em *Exemplar da vida humana*, podemos observar que a vingança pressupõe a força, sendo que o seu contrário é deixar padecer-se. Antes de atentar contra a própria vida, Uriel da Costa registrou que, se lhe fosse possível, empreenderia uma vingança contra os inimigos que lhe infligiram dor: “Digo, pois, que se tivera forças, eu teria podido tirar deles justa vingança dos males grandíssimos e atrocíssimos agravos de que me abeberaram e que me levaram a ganhar aborrecimento à própria existência”.⁵⁴⁰

Por meio da composição de *La fortuna*, Manuel de Faria e Sousa parece ter lançado com força o seu último dardo, ao redigir um discurso de defesa convertido num forte ataque verbal contra o marquês de Castelo Rodrigo, em demanda de própria justiça.

ANEXOS À CONCLUSÃO

⁵³⁹ QUEVEDO, Francisco de, *De los Remedios de qualquier fortuna*: desdichas que consuela Lucio Aneo Seneca, 1699, p. 146.

⁵⁴⁰ COSTA, Uriel da, *Espelho da Vida Humana (Exemplar humanae vitae)*, 1901, p.28.

Fotografia 4 - Ponte romana do Arco

Fonte: O autor (2018)

Fotografia 5 - Vista exterior da Igreja de Nossa Senhora de Pombeiro

Fonte: Do autor (2018)

Fotografia 6 Fachada da Igreja de Nossa Senhora de Pombeiro

Fonte: Do autor (2018).

Fotografia 7 - Órgão restaurado de tubos do Mosteiro

Fonte: Do autor (2018)

Fotografia 8 - Lápide tumular de Manuel de Faria e Sousa e dona Catarina Machado, no altar-mor da Igreja de Nossa Senhora de Pombeiro

Fonte: Do autor (2018)

Fotografia 9 -Detalhe da lápide tumular

Fonte: Do autor (2018)

APÊNDICES

Documento 1

controle interno: fôlio 1

Folha de rosto. Consulta do Conselho de Estado, Madrid, 1634-5. 1 f.

3 [] 2 Letra C

Junta del Conselho de Estado

Roma, Anos de 1634 y 35

C. P. Crim.

Diferentes Consultas del Conselho de estado, sobre la dela/
cion de delitos de ruin calidad, mal ministro y servidor/
del Rey contra el Marques de Castel Rodrigo en la em/
bajada de Roma por su secretario Manuel Faria de Sousa/
y declaraciones q sobre ellos, y su aberiguasion hizo/
y se tomaron a Damian Hernandez su secretario y con/
fidente anterior. en que parecia, y conforma S. M. por/
mirar al decoro del Marques, y Real clemencia; no separase/
al examen de testigos citados, y terminos de rigurosa/
justicia sino tomar el medio (como se hizo) de mandarle pe/
dir liza. [liçencia] con otro pretexto, para que no la esperase, sino se reti-/
rase a Castel Rodrigo para los dias de su vida, tomandole S. M. para/
mandarselos de haver pasado a Florença sin su permiso./
imbiandole, para que no se precipitase Ila. Rl. de perdon/
cua minuta esta inclusa [] [] quaderno forrado en/
pergamino, y otros papeles en que se expresa esta historia/
y cargos particulares dela delacion./

Documento 2

controle interno: fôlios 29 e 30

MACHADO, Catarina. Declaração de dona Catarina Machado ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 2 de Outubro de 1634. 2 f.

diguo yo doña Catalina machada q' viniendo yo de ro-
ma y entendiendo q' convenia mucho al servicio del
rey nuestro snõr ser informado de algunas cosas q' yo
entendi y vi que pasaron en jtalia entre el marques
de castel rodrigo y sus criados y que mi marido manœl
de faria y sosa su secretario temia la entrada en ma-
drid me resolvi a informar al Sñor conde duque y fui
a eso a san jeronimo el ultimo dia del mes de junio y ele
dixe quien yo era y de donde venia y el entender que con
venia mucho al servicio de su magestad esta mi diligen-
cia era la ocasion de pasar por madrid e jr delante de su
encelencia y q', el negocio era q' soliendo se descompuesta-
mente en genova de cosa del dicho marques un damian
martines su criado publicara q' el marques era un mal
servidor desu magestad tocando en otras cosas graves de
que resulto desirse publica mente que el marques embia
ra tras este hombre para q' le matasen y despues supe de mi
marido q' el dicho marques dandose por perdido tratara
de huir desde genova por diferentes maneras y tambien
de matarse y que entre estas cosas despusiera delas juias y
de su hacienda y enbiara algunos criados por italia prin-
cipalmente a cesar su moço de camara para una [tiera] de
Saboya y que por todo esto mi marido se despediera del mar-
ques y se quedara en genova para venirse a espanha mas
que entendiendo que el marques se temia del se fuera a
roma adonde el marques no dandose por seguro le detu

viera hasiendome ir a roma en peligroso estado y tiempo

adonde sucediendo diferentes cosas avia el dicho mar
ques mandado a mi marido q' falsificase una carta
y firma del rei nuestro señor la coal era sobre el negocio
de los millones e trayendo mi marido en um papel a par-
te escrito lo que avia de mudar en la dicha carta y en
ella echadas unas rayas en los lugares en q' avian de
entrar las emiendas e añideduras q' el queria para
sus intentos y que despues que yo y mi marido platicamos
la tal cosa le bolviera los papeles y que el sentiera y se quexa
ra mucho de que mi marido no quisiese haser lo que le
mandava y que por esto y por lo pasado mi marido se re-
solviera en dexar el marques y aviendolo hecho vinia
yo a dar cuenta delo que pasava com trabajo y peligro
por entender q' com venia mucho al servicio de
su magestad y que por coanto yo a un que creía q' avia
mucho en esto no lo podia saber entera mente que mi ma-
rido lo sabia que su ecelencia le hisiese llamar pues el
no osava a parecer e aviendose mandado que vi niese
se hiso asi = y esto poco mas omenos es lo q' paso entonces
en madrid ij de otobre 1634

[m]⁵⁴¹ dona Catalina Machada

Documento 3

controle interno: fólío 6 e 7

Lasprilla, Francisco Gómez de. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 18 de Setembro de 1634. 2 f.

f.6

t

En Madrid a 18 de setiembre 1634

Concurriendo en el Conselho los Senores Conde
duque Conde de Castrillo conde de la Puebla
y duque de Villahermosa referi como
en conformidad pela orden q' è de im
de su [Magestad] a don Fernando de Toledo
havia embiado preso a Damian Martinez
y estaba ya en esta corte con la seguridad
conveniente, y haviendo se decurrido en lo que
se debria hazer de acordo que yo supiesse
de Manuel de Faria q' esta preso deziendo
le como [] llegado Damian Martinez
q' le parecia se supiesse del y en q' forma
y q' pusiesse por escrito las preguntas q'
seria bien hazerle y los medios que
se le [of] para que con mas verdad
se tenga inteligencia dela verdad dela
materia y q' trayendo ala priora con
el recato conveniente al dicho Damian
Martinez extrajudicialmente le pregunta
el Senhor Conde de Castrillo lo que conviniese por
[a] saber del haziendo muito lo que Faria

f.7

huviere advertido tambien se [acer]
do por conveniênte que el Senhor Conde Duque
estuviesse en forma tal dissimulado
q' pudiesse oir lo q' respondiêsse damian
Martinez al Senhor Conde de Castrillo por con

⁵⁴¹ o que é esse m?

venir assi por la calidad de la materia
 [este] [dice] mismo foi adonde [rubrica]
 esta preso el dicho Faria
 para que cumplisse con lo acordado
 en el decreto de arriba y lo diesse por
 escrito y haviendolo entendido [of]
 [] en todo como se le ordenaba.
 [rubrica]

Documento 4

control interno: fólíos 14, 15 e 16 (fólio são repetidos, ou seja, 17=15 e 18=16)

SOUSA, Manuel de Faria e. Advertencia a una duda que se propuso acerca de lo propuesto. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 1634. 3 f.

f.14

Advertencia a una duda que se propuso acerca de lo propuesto

Parece que se entiende que nos equivocamos a falta de verdadero conocimiento de los delitos, o bien de la diferencia dellos. Pudièramos lo creer de nuestra poquissima experiencia en las cosas del mundo; si no nos desengañaràn las horrendas acciones de quien pudiera engañarnos a no usarlas. Dizimos, pues, con este prosupuesto, que es impossible que la culpa grande se puede confundir con la pequeña: porque la pequeña no tiene en ningunos leyes señalado suplicio de otro dolor que el de la verguença i nota de infamias; i la maldicion de Dios en la escritura sacra. Por lo menos yo oi dizir en aquellos aprietos a Juan Tellez que aviendose preso unos en Lisboa por el pecado de mollities (q allà se llama fanchoneria) i no hallandose pena señalada en las leys a esta culpa la instituyeron para aquellos; ordenandose que con ruecas en las pretinas, como mugeres los passeassen publicamente por la ciudad. I esto no lo ignora aquella persona. Pues si esto es assi, i para quien comete este crimen no ay peligro de perder vida, casa, i bienes, claro està que no es, este aquel que da occasion a dar por perdido todo esto en la manera que se sigue.

1. Damian [mtz] en cuyas voces tuvo principio esta maquina sabe muy bien que cosa es el mundo: i dixo publicamente q eran putos, i no fanchonos.
2. Dixo màs que el Marq era un malissimo servidor del Rey; i que en su pecho estava el infierno junto, i q el avia de ser una voz q inchiria el mundo de admiraciõ;
3. que essas mismas palabras siendo referidas a los Marqueses con mucho menor sonido de aquel con q se oyeron, procurandose templan lo mas agrio dellas, aun assi los derribaron por tierra de manera q luego desde esse punto se dieron por perdidos, sin esperança alguna de remedio.
4. que de quantos remedios intentaron siempre vinieron a passar en la esperança de que Damian no hablaria: mas en assientando q avia de hablar, jamàs tuvieron alguna de remission: i esto es mucho de notar: i que conforme a ello dispusieron de hazienda, de estado, de vida, de esperanças, i de todo; determinando escaparse huyendo, i por otros medios apuntados ya.
5. que a tanto extremo llegaron las acciones de horrenda desesperacion i peligro que los dos Tellez i Faria se resolvieron un dia en que seria bueno juntar los cria-

f.15

- dos, i darles cuenta del estado en que se hallava su amo: para q viesen si aquello tenia algun remedio, i entendiessen la causa de el no hablar sino con ellos dos, todo aquel tiempo, con tantas muestras de grandes cosas por el secreto, i por el semblante, i por el tino perdido con q andava: para que matandose, o huyendo, como resueltamente lo assentava, no se les pidiesse solo a los dos cuenta de aquel hecho, i de aquellos secretos.
6. Que no solamente dio por perdidos, siempre constantemente, la vida i la casa si nõ tambien el mayorazgo de sus Padres.
 7. que no solamente se valia de los remedios de reduzir a Damian, i otros, sino del Papa: afirmando siempre q si de alguna maneira no escapava le avian de ver quemar
 8. que derramò por italia criados con notables muestras de perdicion; teniendo en algunos la misma pena
 9. que el Tellez dixo que el avia dicho que de quantas vezes invistiera a Die-

go moço de retrete no le avia podido llevar: i esta no dà a entender sino sodomia solicitada.

10. que dixo al Tellez q escriviesse con letra fingida al otro que huyesse de es-
paña si no queria q le quemassen. I esto bien claro da a entender sodomia
executada.

11. que no se puede dijir: que queria de pura verguença remediarse por algu-
nos destos caminos: porque preguntandosele que cuenta avia de dar de la
honra de españa, i principalmente de Portugal, i de la opinion que se te-
nia del, respondió. Dadme vos que muera yo en mi [carne], i de lo de
màs no se os de; o se os de poco; o no se me dà: q no nos asseguramos de la
realidad de las ultimas palabras.

i todas estas onze acciones (dexamos agora infinitas) ni aun una sola de
ellas, no la executa ningun hombre por màs ignorante que sea con el crimen
de mollities solo. I assi seria negocio de risa querer reduzir a esto, aquello.
I alfin estas culpas, como està apuntado son de tres maneras. Primera
la sodomia que el con su bocca confessò (por màs que agora la negasse) i con
sus acciones que no pueden negar en esta examinarlo a el, i a los testigos
principales, assi como lo mandan las leyes santas de españa: porque no
seria sufrible que tales demonstraciones de perdicion se hiziessen; i despues
dizir que era por mollities.

La segunda es contra el Rey; i que el mismo confessò tambien con su boca,
aunque no la especificasse. en esta, examinarlo a el, i a Damian, i a
Cesar con todo rigor, quando ellos obliguen a esso. Porque no seria sufrible q

f.16

ellos hablassen en el sonido que hablaron, i principalmente el Marques
i Damian, i que agora dixessen que no era nada; como hizo el Cesar
que quando supo que le acusavan de aver dicho que sabia grandes co-
sas del Marques, dixo que lo que sabia del era que traia dos o tres di-
entes postizos: por la cuenta para que no jurasse contra estos dientes
le depositaron en Saboya?

la 3a. es contra el servicio del Rey. en esta pocas pruebas son menester:
porq las mismas acciones sabidas lo prueban: menos lo de falsificar
la firma Real; que no lo saben màs de tres con luz; i uno a oscuras: i
las señas q se dan de la carta, i las que en ella se hallaràn de las rayas.
I por esto ultimo, principalmente, es la porfia de nuestro zelo; porque
toca a la lealtad de un vassalo con su Principe en que qualquier pec-
cado es infamia de traycion que jamas se apaga. [rubrica de Manuel de Faria e Sousa]

Documento 5

controle interno: fólíos 2 a 3

SOUSA, Manuel de Faria e. Carta ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 1634. 2 f.

f.2

Sen'or mio; si conviene que yo estè muy bien preso, i aun con publicidad, todo està muy
cabalmente executado; porque ayer me clavarón las puertas porq' me sirvià; i no passa nadiè por
la calle que no tope en esta carcel. Mas porque yo lo entiendo muy al revès, diré al m. algo
de lo dicho, i de lo que se offreciere de nuevo.

Esta publicidad da occasion a dar avisos: llegados estos a donde importa que no lleguen, es
cierto q' aquella gente que una vez se derramò con poca causa, agora se derramarà mejor: i la
persona principal es de temer que executaria algo de lo intentado tantas vezes. los inconveni-
entes que esto tendrà ponderaran mejor que yo mayores juizios.

Esta prision, facilmente confieso a V.m. que no me passò por el pensamiento q se me podria dar este
premio de mi zelo en el servicio de mi Rey: mas viendola executada; tambièn facilmente con-
fieso que no tengo el exemplo por muy conveniente para animar a dar noticia de cosas semejantes
a aquellos que las supieren. A esto se sigue q si conviene al servicio de Dios i del Rey N s. que yo
sea preso, se cumpla una i otra voluntad; porq en ellas dexo la mia con singular animo.

Però, se'nor, que tiene que ver en este aprieto mi muger, i mis hijos sobre llenos de pobrezas, mi-
serias, enfermedades, i trabajos de todo linaje, adquiridos al ir para Roma solo porq' nos llevaro
a titulo de que no se podia en aquella occasion servir bien al Rey sin mi, como lo mostrarè a su tiempo:
i al venir de allà, solo por mostrar, como mostrè con mis procedimientos en el servicio del Rey, q' es cier-
to el conceto que de mi se tenia quando me llevaron?

Si dudandose de mi verdad me quieren asegurar para ajustarla conmigo quando convenga,
no lo estrano, ni lo resisto: mas acuerdo a V.m. que a mi ver no es el màs fixo modo de asse-

gurarme, usar conmigo esta molestia, sobre tan rendido a quantas è passado de descomodidades. afrentas, perdidas, i peligros solo por usar de mi limpieza en el servicio de S. Mage: i sobre las enfermedades de que Dios quiere que yo ande cargado: con que este modo màs sirvirà de consumirme que de conservarme.

Yo, señor, dudè por ventura de aguardar en siendo mandado; para que cayga bien sobre mi ninguna violencia para que aguarde? Yo por ventura vengo de italia lleno de robos para poder sustentarme dellos desde la estrechez de este aposento; pues en el el asta agora no se gastò cosa que no saliesse de mi pobreza? Confieso a V.m. que no me passò por el pensamiento (mi passa aun despues de V.m. me lo aver dicho) el esperar ninguna merced: i que con esso es fuerça que me admire de que se meta assi apretadamente en un aposento una casa de gente llena de trabajos, no como quiera, por las mejores dichas, sin se'nalarle lo necessario para no perecer, i sin metersele dentro del aposento, pues le quitan el ir a remediarlo fuera: que yo no pido q me le den, sino que no me impidan el camino de buscarlo.

Se'nor, yo no recibí màs de quinientos reales q llevò mi hijo: estos recibí en quartos, dandoselos en doblones. Estoy con esta casa, gastando aqui a mi cuentas desde el primer día, en q' se fueron entre cuenta i tantos doblones en doblones: despues salia yo algun'hora a remediarlo como lo manda mi buena

f.3

fortuna, i que V.m. no querrà saberlo por no dolerse. Agora no tengo nada: i assi puedo afirmar que apenas tiene esta gente que comer oy.

lo que me parece que conviene para todo es que me dexen ir a mi naturaleza, adonde estoy segurissimo para quando sea menester; pues tengo cumplido bonissimamente (en esto me assiguro) con mi obligacion: i que las personas que importa assegurar son aquellas q puse a parte al fin de la lista de los testigos; i principalmente quatro o cinco o seys dellas: que assigurar quien esta seguro teniendo dicho quanto sabe por zelo i no por fuerça, i no los que estan dudosos no veo que sea buen negocio. Sino es que de todo se trata. Mas dexandome ir, irème como Dios me ayudare, que como he dicho ya, no pretendo premino alguno. I si no conviene que yo me vaya, dexen ir a mi mujer con mis hijos, a tratar de su remedio, que creo no sirven de nada aqui.

I si servimos todos, i nos tapian, parece justo que se nos embie aqui para cada mes lo que pareciere q serà menester: i que se nos de una ayuda de costa, no con que se nos recompense lo que hemos perdido i passado en seguir tal ministro con tales pretextos, sinò si quiera con que podamos repararnos para poder estar decentemente adonde quieren que estemos, i no embueltos en tanta miseria que nos sea menester hir de que nos vean. Desto esta es la tercera vez que hablo a V.m. assigurandole que serà la ultima aunq me vea termuerto, i a la mujer, i a los hijos. Dios gd. a V. m. mil anos felizmente deste aposento el Martes.

Mer. Sor. de V.m.

rubrica de Manuel de Faria e Sousa

Documento 6

controle interno: fólíos 8 a 12

SOUSA, Manuel de Faria e. Preguntas que, parece, se deven hazer a Damian Martinez (...). Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 18 de Setembro de 1634.

f.8

Preguntas que, parece, se deven hazer a Damian Martinez
i en que manera, parece, se deve proceder en ellas.

Ponerle con el confessor de Su Majestad solo. I su Ilustrissima diestra i suavemente le deve dizir = que teniendose muy ciertas noticias de que el Damiàn Martinez (zeloso del servicio del Rey, aviendo venido a alcançar que el Marques de Castel Rodrigo tenia en el, i en cosas del bien publico graves faltas) dixo abiertamente en Genova que las tenia el Marques, i que avia de informar, o hazer que fuesse informado su Magestad i el Senhor Conde Duque de la verdad: i que aguardandose asta agora que el Damian Martinez lo hiziesse; i vièndose que tardava se usò deste medio solamente por su seguridad; conociendose que el dudoso della, principalmente por sus negocios, avria dexado de hazer lo que determinava como zeloso del servicio de su Magestad i del bien publico. I que assi es venido solo para saberse del lo que en esto ay: i que por tanto lo deve dizir mui cumplidamente. sin quedar deudor en nada al servicio del Rey, i al bien publico; ni tampoco al Marques cargandole con passion, sino con verdad; ha-ziendo cuenta que se confiessa con su Ilustrissima.

Si Damian Martinez por este medio dixere todo aquello que pueda ser bastante satisfacion de lo que se propuso en el papel destos sucessos (advirtiendose que lo refiera por sus passos contados, principalmente lo tocante al respeto de Su Magestad, que lo de màs creemos tendrà arta prueva) no avrà para que detener en màs preguntas. Mas si el faltare a esto, entonces se le deven hazer estas q se siguen.

1. Si es verdad que en Genova, descompuesto con el Marques porque le queria embiar a Espana una muger con que alli se hallava, dixo a Manuel de Faria secretario del Marques; que el Marques devia querer q entendiesse con rapazes pues le quitava las mugeres. I si diziendole el secretario que el Marques no devia querer tal, ni le vedava otras mugeres sino aquella, el Damian Martinez le respondio en manera de pregunta. No ve V.m. lo que passa en esta casa con rapazes?

f.9

2. Si es verdad que aquellos dias recibì una carta de Don Gomes de Carauz en que le dava la novabuena de estar tan favorecido de una cierta Dona Manuela.

3. Si es verdad, que aviendose aplacado aquella primera diligencia que se hizo para que embiasse aquella muger, a la segunda se resolviò el Damian Martinez en sacarla de la casa del Marques, i dexar su servicio; i si al salir hallò en la puerta criados, o criado del Marques para impedirle el passo, teniendo en el alguna resistencia.

4. Si es verdad que despues de aver llevado la mujer a una hosteria bolviò a dizir al secretario Faria que queria hablar a los Marqueses, i que el le truxo respuesta del Marques, en que dezia no tenia para que hablar si se avia de ir; mas que para irse pidiesse lo q quisesse, que se le daria.

5. Si es verdad q respondiò al secretario que dicesse al Marques q no queria nada del porq se afrentava de aver sido su criado; porque era un mal hombre; i que en su pecho estava el infierno junto; i que el Manuel de Faria no le conocia; i que desengañaria el mundo: feneciendo en estas palabras. V.m. verà lo que ay: que yo è de ser una voz! una voz! no feneciendo lo que iva a dezir como cosa que de grande avia menester mas tiempo, i otro lugar, i otra ocasion para fenecerse.

6. Si es verdad que dixo lo mismo a Juan Tellez Camarero del Marques; añadiendo que = que queria dizir llegarse el Marques a el Damian Martinez con todas aquellas barbas, a dizirle que era lastima que un tan buen moço fuesse logrado de aquella muger; o no fuesse logrado de otra manera. I que si el quisiera hazer lo que el Marques queria, que no se le hiziera aquello: i que el Marques era un mal servidor de su Rey; i que el lo haria saber a su Magestad i al Senor Conde Duque; quando no fuesse por si; por el impedimiento de sus negocios; q sabia bien escribir, i tenia por quien remeter un papel.

f.10

7. Si es verdad que dixo a Fray Juan de Cantañazar Religioso de la Merced algo desto; i a Don Roque de Lumbreras. Gentilhombre del Marques: i si a Gonçalo de Sosa su tesorero dixo tambien algo desto; i principalmente que en la casa del Marques todo eran putos.

8. Si es verdad que sobre todo esto salio de Genova para España, i que estando en Ribadavia recibì una carta de Eugenio de Marban secretario de sus Majestades, en que le dezia, que queria terciar entre el i el Marques, para q el Marques no perdiesse

un tan buen criado, i de que tanto gustava: i que el Damian Martinez le respondio con admiracion, de que tal se le propusiesse, aviendo salido como salio.

9. Si es verdad que andando corriendo estas platicas de concordarle con el Marques le apareciò Juan Tellez de Moraes Camarero diziendole que el Marques le embiava a llamar, i reduzir por el por lo mucho que en su servicio sintia la falta de su persona, i agencia.

10. Si es verdad que viendo el dicho Damian esta novedad, discurriò con Juan Tellez en que el quererle el Marques bolver a si, seria o porque entre otras platicas le dixo que el Rey nuestro senor se lo avia encomendado, sabiendo que el Marques le llevaba consigo; o porque tomava en caso de honra que se le fuesse criado de casa: porque no podia creer que fuesse por averle dado cuidado aquello que dixo quando se despidiò.

11. Si es verdad que assegurandole Juan Tellez que el Marques no sabia que el dixo tales cosas, le respondiò que bolveria con el a Italia a servicio del Marques con condicion de 300 [] al año, que era lo mismo que pidia a Eugenio de Marban, i que perdia saliendo de Ribadavia, porq esos le dava el Conde de alli: i que Juan Tellez se los assegurò con el cargo de Agente del Marques en Napoles; i que con esto se apartaron, assentando con Juan Tellez

que se hallaria con el en Lisboa el dia de San Juan siguiente para partir desde alli ambos a dos para Italia.

12.
algo. I conoci en Damián martinez de venir a dizir lo que sabia: i no es de espantar si lo dexò de hazer, o lo dilatava: porq yo que no deffendia la vida con mayor proposito que este, considerando los peligros del, alguna vez me dexè caer con el peso desta resolution de manera que me resolví en no bolver a España, pareciendome que cumpla con mi obligacion comunicando algo de lo mas grave a un ministro grande, i aun Religioso de respeto i confidencia, como lo hize. i creo que ni esto hiziera si el Marqs con los progressos de Roma en el servicio de S. Magestad i principalmente con aquel de falsificar tales firmas, no me acabàra de gastar la paciencia, i añadir el animo i zelo, i hazer creible lo que andava en duda: porque uno de los mayores peligros de los Principes, es conocer los pequeños i fieles vassalos suyos (quando se hallan llenos de verdades que manifestadas seràn la vida, i la luz de sus interesses) que los Senhores grandes son los mayores eclipses de las propias verdades, con su poder, en siendo interessada su conservacion en escurecerlas. Però viendo que ellos no abraçavan el aviso como yo me persuadia convenir al servicio de su Magestad me resolví a lo hecho con los peligros q se entenderàn quando se sepa el modo: i en Damian martinez, a de màs destos, concurrían los de sus cosas particulares, que todo junto le haria huir de llegar a lo màs deseado: q el hazerlo por escrito desde lexos es una cosa, en tan graves materias, a q nunca hallè modo, pretendiendolo tambien. Esto quanto a esta accion, que en el resto puedo dizir q no conozco a Damian martinez en manera q me sea licito juzgarle. [rubrica]

*este papel me entrego Manuel de
Faria en diziacho de setiembre
de 1634 en q dixo sas [] a lo q
se le havia ordenado y yo le dixe
en conformidad de lo q acordo el Conselho
en 17 de setiembre del termino año [rubrica]*

Documento 7

controle interno: fôlio 23

SOUSA, Manuel de Faria e. Carta ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 22 de Outubro de 1634. 1 f.

Excelentissimo Senor

V.E. se sirviò de mandarme, en S. Jeronimo, q me detuviesse; i que esto seria por diez o doze dias: resultò del detenerme todo lo que V. E. sabe q es passado asta aqui: que aunque truxo mucha molestia a esta pobre compania, i alguna perdida, como entiendo q assi convino al servicio de Su Majestad, no me queda q hazer mas de clavar la boca en tierra, offreciendo callada i alegremente al Rey nuestro Senor todos quantos trabajos me vinieren por su servicio despues de aver mostrado mi zelo en el, assi como le ofreci los otros que passè solo por llegar a mostrarlo, que fueron muchos, i muy fuertes algunos. Agora q V.E. se sirviò de mandarme quitar estos guardas, justo es que yo alce la boc de la tierra, i la ponga en los pies de V.E. i hable, besandose los por esta Madrid, i pidiendo a V.E. que por Dios me la continue, ordenando q me vaya a mi patria lo mas presto que las cosas lo permitieren, porq a demàs q son ya muchos anos q padezco fuera della, no tengo q hazer en Madrid, i me acabaria de perder si me detuviese aqui mucho: que por el resto, mi manera de vivir casi me assegura en qualquier parte, porq no me lleva ningun divertimiento de los que suelen gear semejantes daños: bien es verdad q quando la fuerça de donde ellos pueden venir es grande qualquier cuidado se engaña: este peligro puede, i deve evitar la mano suprema, en quanto se pueda; prosiguiendo aquella accion hermosa, i digna de un Principe justissimo, i bizarro, i galante qual fue el Senor Rey D. Pedro de Portugal. No la refiero aqui sabe muy bien las acciones de los Princeses de q es heredero; i principalmente tan soberanos. Espero solo confiadamente, que aquella se platique conmigo, assi porq S. Maj. los excede a todos en ellas, como porque yo excedo en el motivo a aquel con quien esta se ha platicado. Veo bien que entonces fue màs facil de lo q puede ser agora; mas no pido mas de lo possible, conforme a la diferencia de los tiempos, i de los sujetos, i de las materias. Dios guarde a V. E. como todos hemos menester. Madrid en 22 de Otubre de 1634.

Documento 8

controle interno: fôlio 22

SOUSA, Manuel de Faria e. Carta a Jerônimo Villanueva. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 22 de Outubro de 1634. 1 f.

Mi G. Protonotario

Ya ve V.m. que estaria yo desconsolado viendole ausente sin aver buuelto a lo que V.m. dixo que bolveria: mas no estuve desconfiado, como se vè en que no hize ninguna diligencia: ni era menester, pues V.m. està tan cuidadoso de mi, como agora lo echè de ver mejor, pues desde alla me embiò oy esta buena nueva: Alfin, senor, ya se fueron los guardas, porque beso las manos a V.m. infinitas vezes: i tambien por el socorro que vin a pedir de boca. Mas por lo que à faltado estos dias, i se deve en la dispensa de mi G. Don Pedro, i de alquileres desta ropa, i en tiendas, es fuerça que yo diga a V.m. que los mil reales suplen poco màs de lo passado. Para evitar estos fastidios que doy a V.m. cada vez que llego a estas necessidades q son indissimulables, me pareciò proponer que para essos dias q aqui viviere de estar, q espero sean pocos, se sirva V.m. de ordenar al D. Pedro que en su dispensa me den cada semana 200 reales, que muchas se gasta màs entrando los alquileres de la ropa, que en esta suerte de descanso me fiara V.m. m merced: i tambièn serà comodidad para V.m. escusando assi de oir mis importunaciones. Dios me guarde a V.m. mil Madrid en 22. de Octubre 634

Documento 9

controle interno: fôlios 31, 32 e 33

RODRIGO, Castelo. Carta do marquês de Castelo Rodrigo ao conde-duque de Olivares. Consulta do Conselho de Estado. Roma, 12 de Março de 1635.

Señor mio. En 3 del passado escrevi a V. Exa. por esta via con la congoxa que pedian los enredos, q por alla andan en mis cosas, y esta me quito no especeficar a v. Exa. ni a su Magestad (aun que lo apunte) las razones que ay para no informar su real animo sobre las informaciones de los que ahi han ablado en mi, ni dar mas credito a ellas q a lo que con experiencia de tantos anos ha conocido v. Exa. y todos los hombres de bien que me han tratado, pues aun dicho por ellos era duro de creer lo que se me levanta.

Confieso a V. exa. que quando de aqui salio Faria hiçe mui poco caso de lo que podia deçir, porq aun q sabia el mal animo con q partia contra mi, y contra toda mi familia no haviendo en ella hombre de que no fuesse inimigo particular, me tenia por seguro con mi conciencia, y lo esta va de que quien le ovesse conoceria su juiçio, su poca verdad, y poca christiandad, y peor lengua, y grande atrevimiento, como le ha sucedido en todas las partes q ha estado, y aqui particularmente; y quando esto faltava bastavan los libros q ha empresado para mostrallo, y el modo de que habla en ellos de todos, y en particular de los Reyes, y sus validos, y llega a tanto su mala intencion q reprehendiendo le yo por ello me dixo que se iria a veneçia para poder escri vir sin freno; y don Lorenço Couttiño, y Don Migel de Castro le [vinieran] muerto por ellos si no estuviera en mi caca, como ellos me lo dixieron a mi. y me diçen q no ha hablado me ios aqui de S. Magestad y de V. Exa. de mas de las introducciones q procuro con el Papa, y sus sobrinos antes, y despues de salir de mi caça, que fue la primera causa dello.

Gustaria yo del por sus debuxos, y pluma, y esto me hiço sufrir sus locuras, y atrevimientos en Lisboa y ahi, sobre q tuvimos varios disgustos, como Diogo Xuares lo podra decir a V. Exa. q supe algunos dellos: y los de aqui no han sido menores.

No le entregue los papeles de S. Mag. en la mano conociendo su ambicion, y poca fidelidad. La rabia, y embidia desto le inquietaron de modo q no uno coça que le satisficiese, aun q por las esperanças que dellos en Lisboa le havia dado le hice tantos bienes, como se sabe. Despues de salir de mi caça estuvo aqui seis mezes procurando bolver a ella, y en este medio tiempo devio aiustar los enredos q ha hecho haviendolos offrecido aqui primero. y si yo volbiera fiado del coça de que me recatase no soi tan tonto q dexara de asse- gurarme del.

Aviste cosa lesa senhor que a mi me aran de dañar informaciones de un inimigo publico en materias tan graves, y tan lexos de su profession, ni de las de los demas que el ha buscado para conseguir su intencion. y diçenme que uno destos es un fray Juan de Catañazar mercenario, cuyos imbustes son conocidos en su religion, y aqui donde salio disgustado conmigo. Porque aun que le truxe por orden del Senhor Infante Don Carlos le conoci presto.

El alma de Damian Martines tambien v. Exa. la conoce, y facil mente se provará el disgusto con que salio de mi caça, y las bueltas que dio con faria despues de disgustado conmigo. y tambien que fue el quien me persuadio que ordenasse a Juan Tellez quando fue a sus provanças q le recogiese, y despues me assegaran que deçia que auvia ido a matalle, sabiendo el mui bien lo contrario, como lo dirá si le puzieren en un potro; ni possa negar en el q no ha conocido meios criado del Rey q yo, y que cotra el servicio de V. exa. no he tenido imaginacion; y no dudo yo del ançia q llevaba por hacerme dano q empecaria por estos dos puntos y assi tendria por la mayor Madri el servirse v. exa. q yo supiese lo que

en esta parte huviese dicho, porque me hallo igualmente obli

gado a descargarme dello, que de las del servicio de S. Magestad por los muchos beneficios que por la mano de v. Exa. he recibido.

Quando yo senhor ubiese cometido grandes culpas no auvia sido pequeno castigo el ruido q las prisiones dessos hombres han hecho en toda Europa, y discursos a que han dado causa; y el modo en que Faria ha hablado por las calles tan contra el servicio de su Magestad y así qualquiera novedad que oy se hiçiese seria confirmar lo uno y el otro, lo que no supe la reputacion de los puestos en que he servido a Su Magestad ni la conservacion de la mia no haviendose de passar a sentencias q declarassen al mundo la verdad. y assi suplico al Exa. lo mire todo con los ojos de christiandad, y favor con que siempre me ha hecho merced. Dios [o] av. Exa. como deseo. Roma a 12 de março de 1635.

assinatura do Marquês de Castelo Rodrigo

Documento 10

controle interno: fôlio 27

Declaração hológrafa assinada por Pedro de Faria e Sousa. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 17 de Outubro de 1634.

En Madrid a 17 dias del mes de octubre de 1634 Pedro de Faria hijo de Manuel de Faria de edad q dizo ser de dezochos anos preguntado se sabia o [tenia] noticia del modo de proceder pida y con tremores del marques de Castelrodrigo respondio q el dicho marques mando a su padre falsificase la firma de su magestad y q esto no lo sabe mas q por haverle oido a su padre y al tambien sabe por haver oido a criados del mismo marques q imbiò el marques a matar a damiàn martinez a don Roque de lumbreras y q entendio e guetado el marques en su padre aunq no sabe la causa y esto lo dizo debaxo del juramento q presto en mis manus le dezi averdad y lo firma en mi presencia

Pedro de Faria

Documento

controle interno: fôlio 24

Documento 11

controle interno: fôlio 25

SOUSA, Manuel de Faria e. Carta a um anônimo. Sem local, sem data.

f.25

Considerando q V.m. me dixo hablasse al Exmo. Sr. Conde Duque; iva oy a dizir a V.m. los inconvenientes que tendria esto si uviessse de ser por el medio de las audiencias ordinarias No alcancè a V.m. i aunque le alcançara creo que no pudiera hablasse, segun lo mucho q tiene a q atender para retirarse conmigo: i esto no son cosas para en publico. I assi me parece q serà mas suave para V. m. este medio: i q tambien para S. exa. serà mas facil el oir a V.m. quatro palabras q a mi [una], si V.m. se quisiesse servir de acordarle la necesidad en q me tiene puesto el aver cumplido con mi obligacion, i obedecido a S. Exa. esto quanto a darsese lo precisamente necessario para passar, aviendome ajustado a toda suer-

te de estrechez. Que quanto a la cuenta q en lo de màs se deve tener conmigo, esso se reduze a dos cosas, una de justicia, i otra de gracia. Sobre la de gracia no he de argumentar, porq si se entiende que è servido con buena ley, esso me valdrà: i si no se entiende assi, no lo darè yo a entender con argumentos en ninguna manera. si no q lo ofrecerè todo a Dios i al Rey [nosso] Senhor q como no sirvi con la mira a tales intereses no los hallarè menos. Sobre la de justicia serà fuerça q diga: mas serà poco, i pocas vezes. Yo, señor, tenia en aquella casa 500 [d] al año q perdi por entender que del logranlos callando se seguia grave daño al servicio de S. Magestad. Perdi màs lo qe se puede considerar q tendria seguro de renta eclesiastica para mi hijo, hallandome no solo en aquel puesto, sino con mui bien lugar abierto en la estimacion del Papa, i sus Nepotes por esas pocas partes q me cupieron en suerte. Para aprovecharme desto ultimo me dexava quedar en Roma a uso de cortesano: mas viendo q aquel Ministro a quien se dio cuenta de la mayor parte de aquel negocio no le abraçava como convenia al servicio de S. Magestad tambien perdi lo q sin materia de duda me grangeàra con estas en Roma porq no [pareciesse] el mismo Real servicio, i me vine con mi casa con gran trabajo, i gasto q no podía suplir. Llegado aqui i deteniendome S. Exa. en la forma q fue servido recibí quatro perdida. 1a. Negarseme 11 U reales q me deve aquel caballero: 2a. la de los beneficios para mi hijo q el colector no le uviera de negar, a no suceder esto. 3a. por no llegar a mi patria en aquel tiempo perdi el efeto de los intentos en q llevaba puesto la mira para repararme. 4a. q he consumido aqui lo q tenia para mi jornada: i aunq esto ultimo sea cosa menuda, para mi todo oy es considerable en el estado en q me hallo. Darseme satisfacion a estas perdidas creo que es de justicia. V.m. por quien es se sirva de acordarme al Exmo. Sr. Conde Duque, para que S. Exa. me haga merced de despaçarme. Hagalo V.m. por lo q se deve a si mismo: i por Dios: i no errarè si dixere q por lo q deve al servicio de S. Magestad porq cierto es q lo q se hiziere conmigo ha de hazer el compàs al zelo en los que tuvieren semejantes noticias. Dios [g] a V.m. mil años. rubrica de Manuel de Faria e Sousa

Documento 12

controle interno: fólíos 34 a 56

SOUSA, Manuel de Faria e. Memorias mias para advertir. Consulta do Conselho de Estado. Madrid, 13 de Outubro de 1634. 23 f.

f.34

t.

Memorias mias para advertir

- ↪ que tengo ordenado el papel q se me mandò por capitulos, que es la forma en que deve ser.
- ↪ que sin embargo de la infalible verdad dellos, i de mandarseme que los firme lo siento, i temo por las razones siguientes.
- ↪ Porque mi entento no fue ni es hazerme acusador en juizio; sino advertir en secreto a s. e. para que por la via que se pudiesse se atajasse el daño q va corriendo.
- ↪ Porque aviendo yo por discurso de dos años i medio conservado la vida (en tantos lances arriesgada) solo porque llegar a dar estas noticias, creyendo lo devia (sob pena de traycion) a mi Rey: no serà justo que por averlos dado se me ponga essa vida a mayor peligro: mereciendo antes amparo, sino me engaño.
- ↪ Porque ser el peligro mayor, es cierto, pues asta aora me guardo solo de un enemigo, i que despues de hecho acusador me será forçoso, i impossible guardarme de tantos grandes como han de resultar de la acusacion, segun parece.
- ↪ Porque aviendo sido criado de essa persona, no faltaràn juizios que me pongan la mancha de infiel, sin reparar que en tales materias devo màs a mi Rey, que a mi Amo.
- ↪ Porque tengo muger i hijos que no tienen oy (de perdido todo en seguir

esta persona) màs de la mia: i q si por hazerme acusador me reduxesse a no poder salir de un aposento, o a perder la patria, perderia todo.

↪ Porque de muchas personas (por evitar riesgos semejantes) se an admitido las culpas, i calificadose despues, proponiendolas el Fiscal a que toca, i examinandose los testigos que se le nombran.

↪ Porque yo valdré màs en la calificacion de las dichas culpas entrando por testigo: pues en ellas ay mucho de que yo solo soy sabidor.
Porque

f.35

t

↪ Porque los testigos principales con que se ha de hazer la prueba destas culpas estan debaxo de la mano desta persona, que los sabe derramar (de la manera que consta de la relacion) en sintiendo q està a peligro: i que desde q yo vine lo siente.

Advirtiendò que asta la Relacion que se hizo fue solo por satisfazer enteramente de la verdad a S. E. con lo vario i notable de las circunstancias; en confiança que no saldria de su mano. i que al punto que S. E. mandò que nos detuviessemos, para enterarse màs destas noticias, atajandonos el silencio con que ivamos a meternos debaxo de una pena por reparo de tantos peligros, se obligò a ser el mejor reparo dellos, como lo esperamos no menos de su piedad que de su grandeza, considerando S. E. que todos son passados por no sufrir que se cometiessen tan graves culpas en el servicio de su Magestad i por no querer cometer las. rubrica de Manuel de Faria

f.36

t

1. Que es verdad que sirviendose el Marques de CastelRodrigo en Genova con particularidad principalmente de hazienda i teniendo entregue la cifra de la embaxada a Damian Martinez moutiño se vinieron a descomponer de manera acerca de una mujer q el Damian despidiendose saliò publicando con terminos grandes que el dicho Marques era un malissimo servidor del Rey nuestro señor, i que trataba o usava de rapazes; i que en su casa todo eran putos.
2. que es verdad que antes que el dicho Damian dixesse esto tan sueltamente, i aviendo salido de casa con la dicha muger resistiendo a la guarda que el Marques le tenia puesta en la puerta porq no saliesse, i aviendo hecho i dicho otras cosas tales que por mucho menores suele embiar criados antiguos sin darles nada, a este le mandò offerer por mi quanto el pidiesse para irse, pretendiendo primero mucho que no se fuesse: i que esto no fue sino por lo que el sabia del.
3. que es verdad q no queriendo el dicho Damian martinez nada i porfiando en irse aviendo hablado de aquella manera Juan teles camarero del Marques, i Don Roque de Lumbreras su gentilhombre le dixerón lo q passava, i entre todos tres se tratò de q se hiziesse alli matar a Damian Martinez; i principalmente Juan telez lo procurò mucho, i me lo comunicò, i se lo reprovè.
4. que es verdad que partiendo Damian martinez para España, el Marques quedò muy confuso, i turbado el primer dia; i al segundo o tercero diò en encerrarse mucho i llorar con la Marquesa: i des-to resultò el meterse subitamente imagenes en el aposento en que dormian; i llama confesores, i hazer confessiones generales; i oir muchas missas, i mandar dizir muchas, i hazer muchas limosnas todo con grandes perturbaciones i novedades en los modos, porque

nada desto se hazia: i no oyendo la Marquesa missa apenas en las fiestas, oir agora cada dia mas de una, i confessarse, i hazerse para ambos a dos un confessor, i este fue buscado en esta ocasion i vino a ser fray Joseph de Jesus Maria del Carmen descalço Genoves.

f.37

t

- 5 que es verdad que los primeros dias, pocos, nos se apartava el dicho Marques de Juan telez i don Roque; i despues de Juan telez i de mi con grandissima admiracion de todos los q lo veian; i que todo esto no era sino dandonos cuenta de sus culpas en parte, i de sus temores, i proponer remedios, ajustandose siempre en que si Damian martinez hablava en Madrid no avia ningun remedio.
- 6 que es verdad que a todo esto se siguiò pidirme el Marques mucho q fuesse tras Damian martinez i le reduxesse con dineros i promessas quanto quisiesse: i que yo acetè la comission mas por averse publicado que tambien iba Don Roque, i q llevaba orden de matarse a Damian martinez, i era de creer pues no llevaba mi comission, lo dispuse de manera que me escusavan della, i partiò el dicho Don Roque
- 7 que es verdad que el dicho don Roque partiò no solo con su instruccion, de que no supe, màs de lo q se publicò, sino tambien con la mia cometida a Eugenio de Marban Bernardo secretario de sus Majestades, en una carta en cifra muy larga en q se le relatava el cucesso, i los temores, i se le ordenava hablasse con su Padre de Damian [martinez] i su hermano, i con un religioso de la Compania de Jesus, i otras personas, i explorasse en Palacio si avia llegado allà Damian martinez, i lo que se hablava del dicho Marques; i que procurasse ajustar-se con Damian martinez haziendolo bolver a su servicio, a trueque de qualesqr quantias.
- 8 que es verdad que el [] Don Roque llevò cartas del Marques escritas de su mano para tres o quatro personas grandes con las quales les avia de hablar, mas no me constò lo que: i que Juan telez me dixo le avia ordenado que en las cartas de aviso se firmasse Gonçalo fernandez, i que una sola que yo vi assi venia firmada:
- 9 que es verdad que el dicho Juan telez era el por quien corria todo esto, i que dava los dineros, i ordenava los modos destas idas i fue en secreto, i en parte no usada a embarcaderos, una mañana a embarcar al dicho don Roque para españa, para donde partiò con esta suerte de comisiones.
- f.38
- t
- 10 que es verdad que partido Don Roque, se despachò otra barca tras el con orden de q si no le alcançassen en el mar le siguiesen un barquero asta Madrid i le diesse una carta en q el Marques le avisava que no diesse las cartas a las personas grandes ni les hablasse: i que despues bolviò a escribir a Eugenio de Marban que le dicesse q hablasse con ellas, i q esto todo lo escrivi yo.
11. que es verdad que Eugenio de Marban escribiò al Marques que avia llegado Don Roque, i que estava tan escondido como convenia, i q en Palacio no avia ningunas nuevas destas; i que iba tratando con su padre; i que hallava no ser menester hablar con el de la compania; i que tenia escrito a Damian martinez, i el respondido con admiracion de que le propusiesse la tal platica.
- 12 que es verdad que don Roque me dixo despues de buuelto a Roma

que la muerte de damian martinez uviera llegado a muy buen punto, i que sin falta se executàra sino uviera llegado aquellos dias Juan telez con nuevas ordenes sobre lo mismo.

13. que es verdad que el Marques [temiendose] mucho despacho de Genova a Juan telez con nuevas instrucciones de que yo no supe: i solamente me dixo el despues de buuelto a Roma que llevàra orden de hablar con dos personas grandes; i que hablando con una en Barcelona, por hallarse ali con Su Majestad, ella luego condenàra a muerte al dicho damian martinez: i esto lo avia Juan telez escrito desde españa, añadiendo aver dicho la tal persona q no era bien que tanta gente honrada dependiesse de una tan mala voluntad: i q [] otra persona grande le dixera que de muerte no se avia de tratar sino de conciertos: mas q sin embargo desto estando el hablando una noche con Damian martinez en Ribadavia en parte sola, i el sin armas, tuviera metida la mano a la daga para matarle alli; i q no sabia porq lo suspendiera.

14. que es verdad que me dixo mas el dicho Juan telez q avia llevado orden del Marques para escribir una carta de letra fingida a una persona + avisandole que huyesse de españa sino queria morir quemado; i que esto era para que huyendo no le prenderian i no vendria a ser testigo: i que hablaria con Manuel de Padilla de Miranda q fue su criado en lisboa, i le diria de su parte q le pidia mucho q si le llamassen no le quisiesse deshonnar, i destruir: i que hablaria con un fray Tomas de la Virgen trinitario

f.39 descalço en Madrid; i le preguntaria que era lo que queria dizir en unas palabras que le avia escrito q el dicho Marques llamava profundas profecias.

14. que es verdad que el dicho Juan telez me dixo q la tal persona a quien avia de escribir la carta fingida con aquel aviso ya estaria metida en Religion; i que fray Thomas le dixera q sus palabras no querian dizir nada de lo q el Marques pensava sino q eran generales, i no dezian mas q lo q sonavan; i eran avisos de cristiano q le amava: i todavia yo vi en Roma aquella persona q el dizia estaria en Religion, sin estar en ella, buscando al Marques, el qual le mandò dar dineros, i dixeron q le fuera para Napoles: mandandole el que no parasse en Roma.

15. que es verdad que el dicho Juan telez llevò orden q yo escrivi para que el conde de Portalegre D. Diego de Silva que gobierna la hazienda del Marques le diesse quantos dineros pidiesse i para sacar papeles del Archivo del dicho Marques: i q en lo que toca a los dineros el Conde le diò lo que pidiò: i en lo que toca a los papeles, el me escriviò que no los avia tocado por dar todo por seguro con la vitoria de aver engañado con dineros o salarios a damian martinez i traído[le] a casa.

16. que es verdad que llegado Juan telez a Madrid con sus nuevas ordenes Don Roque dexò lo que estava continuando i se bolviò a Roma; i Eugenio de Marban tambien dexò sus platicas, aviendo llegado con ellas a estar de acuerdo con damian martinez en 300 [] cada año, i que bolveria.

17. que es verdad que Juan telez se acordò por lo mismo con damian martinez para irse con el para italia; i que principalmente se le proponia el ir a servir de Agente al Marques en Napoles: adonde le querian por dizir q alli se podia matar mas facilmente, i sin hazer el ruido que hazia en españa: i esto me lo dixo Juan telez: Però el dicho damian martinez, o porq entendiò algo, o porque dizen fue aconsejado de un su amigo de Madrid o quiso passar a Italia, i el dicho Juan telez se acetò assi i le dexò ocupado en servicio del Marques en lisboa, i

se bolvió a Roma con las nuevas de lo hecho.

f.40

18 que es verdad q le dicho Juan telez me dixo aquellas cosas; i juntamente me hizo quejas del Marques de q le avia embiado a semejante importancia, i que agora que bolvia de averl[o] acabado no le hablava en ella ni en nada: i que a este mismo sonido me dixo Don Roque, que el Marques no hazia caso del servicio que le avia hecho tan grande, ni siquiera le preguntara [no] dezia el como avia passado en tales viajes, i en tal tiempo, sino ni de lo que avia hecho en el negocio a que fuera, siendo el de tal calidad que quando partio de Genova le avia dicho el Marques q si lo fenecia como esperaba le dava licencia para q vendiesse sus hijos en caso de necesidad; i para que dicesse que la honra, vida, i caso que tenia, el se lo avia dado todo desde aquel punto, pues desde el todo lo via perdido si no negociava [aquello] a q iva: i esto tiene correspondencia con lo que me dizia a mi quando me embiava: q aunq no fue tanto, se pareció mucho con ello.

19 que es verdad, q despues de partido Don Roque de Genova; i antes i despues de partido de alli mismo Juan telez, el Marques desconfiado de poder tener remedio si damian martinez hablasse, i creyendo q ya tenia hablado puso en platica el [huir] desde Genova, unas vezes por mar, otras por tierra: i tambien remetò algunas vezes a matarse: i otras a entrarse en religion; mas lo o que se inclinò siempre màs que a huir; i despues de aver salido de Genova porfiava en el mas que le bolviesse alli, o le passassen a Napoles, i que no le llevassen a Roma.

20. que es verdad que viendo el Marques que Juan telez con quien tratava estas cosas era ido, i que yo andava huyendo del por no oirle hablar en ellas, las comunicò con Don Antonio de figueredo Ayo de sus hijos, i con Gonçalo de Sosa su tesoreo; i con Martin de Arana su gentilhombre, i con ellos tratò essas resoluciones; i me dixo a mi el dicho Marques q en Don Antonio avia hallado muy buena noticia para tomar alguna resolucion, porq le dixera q sabia q alli en genova se avia ya preso un cavallero por semejantes cosas de orden del señor Rey Felipe 2º. i q no le valiera estar en Genova, i q assi le convenia ponerse [en]: i el dicho D. Antonio de figueredo le aplicò mucho a q se fuesse de alli: i me dixo en Roma que quien avia de pensar tales cosas; i q con todo esso tratava assi la gente que se las sabia.

f.41

21 que es verdad que Gonçalo de sosa el tesoreo me dixo ami q el Marques se temia mucho de que yo viniessse a Madrid (i lo mismo me dixo Juan telez) i ha[zien]dome yo desentendido, le respondi. Por ventura el ir yo al Consejo de Portugal a proponer a aquellos senores q por aver servido a tales ministros me despachassen en cierta pretension, puede hazer algun dano al Marques? I el me respondiò. V. m. no està en el caso, que esto toca en cosas mas hondas: bueno està esso, son cosas pesadas: i de aqui conoci como este tesorero estava participantes, i en el dissimulo dellas: i despues quando este tesorero saliò de casa, dixo al Padre Nuño mascareñas tio del Marques, que le dicesse que podia quedar sin cuidado porq el no [diria] nada de aquellas cosas ni en Madrid ni en ninguna parte. I Juan telez me refiriò esto, i que el Marques quedara muy perturbado i cansado quando el Padre se lo dixo.

22 que es verdad que cometiendo Martin de Arana una maldado, por la qual el Marques le deseo castigar en Roma, i

no lo pudiendo hazer por ser sabidor de sus cosas, le embiò para lisboa lleno de comodidad, i principalmente con dadivas de la Marquesa que antes no le podia ver, i con promessa de q le avia de aliancar un honrado cavallerato, i con orden de que no se intrometiesse con Damian martinez antes le adulçasse, todo porq el Martin de Arana es de naturaleza dañada, i se se travesse con el Damian vendria a rebentar la mira por aquel camino: i fue tanto assi que llevando el dicho Martin de Arana otros dos criados consigo a comer aquella maldad, no teniendo ellos culpa los castigò i echo de casa, porq no sabian sus cosas: i a este nõ siendo el autor, porq l[a]s sabia: los dos estan oy en Madrid.

23. que es verdad que antes i despues de el Marques aver comunicado con estos tres criados sus cosas como consta de las muestras referidas tratò de poner en cobro lo principal de la hazienda con que alli se hallava, dando algunos a algunas personas; i haziendo nuevo testamento que dexò en las manos de su confessor fray Joseph: i que a Gonçalo de sosa su tesorero vi una pieça de muchos i gruessos diamantes q dizian valia mu-

f.42

cho mil ducados; i tambien se le dieron dineros a titulo de quiebras de tesoreria: i a mi me diò el Marques unos blandones de plata de [fala] q damian martines avia hecho en Genova que pienso avian costadoparatres mil [ducados]. iyo respondí al dicho Marques que no los queria como lo sabe juan telez: i assi los llevaron para Roma: i que el [] Marques me avia dicho q platicava con la Marquesa q se quedasse alli em mano sigura las mejores joyas i plata para q se quesasse aquello en caso de perdicion: i que es verdad que yo no se si quedò o no esto: mas se que en Roma vi una carta de la duquesa de Tursis para el Marques en que le dezia que aquellos (pienso que dò) baules q allo avian quedado se los remetia por un fulano: ella dirà lo q es esto.

- 24 que es verdad que el Marques me mandò ver en la institucion del mayorazgo de su casa si avia clausula de lo q se avia de hazer en caso q el posse[a]dor fuesse comprehendido en culpas porque se pierden los bienes: i diziendole yo que no la avia me dixo que temia que asta el mayorazgo [bol]: i que es verdad que siempre lo diò todo por perdida, diziendome a mi, i a Juan telez que estuviessemos ciertos q si llegava a ser preso le veniamos cortar la cabeça, i aun perdera [] dixo algunas juezes, i despues quemar; i quanto màs llorando le pidíamos no lo dixesse, lo dizia

- 25 que es verdad que entre todo lo dicho quemò algunos papeles, los quales no me consta que tales fuessen, quemò digo o rompiò: i me mandò quemar o romper uno solo que yo tenia: el qual era escrito de su mano, i de la mia: i contenia su vida; i en ella enbolbia motejos de algunas acciones del Rey nuestro señor, a lo menos siendo Principe, que realmente no acabo de acordarme si ya tocava en las de Rey: mas me acuerdo i es verdad que determinava, i me lo avia dicho muchas veces que de aquel papel que hazia, le avia yo de escribir una historia para dexas en su archivo, i pretendia en ella deslustrar las acciones reales, i contradizir algunas cosas de lo que contenia un quaderno del Conde de la Roca en que escriviò las de Conde Duque q abraçan las de su Magestad; i para lo mismo recibio con alborozo unos papeles que le diò un personase en Roma, + de los quales uno era ditado de la boca Real que desdizia: i en esta ocasion me mandò que

+ que era el Cardenal
de la Cueva

f.43

los copiasse, i me dixo de nuevo que eran aparato para la dicha historia: i en quanto andava ocupado para no po-

der entrar en ella me mandava que escribiesse la obra general de su casa, que yo no quise escribir como fue publicado a muchos en Roma, tratando solo de decarle.

- 26 que es verdad que el Marques temiendo q yo no avia quemado aquel papel, i q le guardaria para algun fin procurò entenderlo, i me hablò un dia en ello Juan telez fuera de todo proposito, i con modos q me mostraron q se caminava por alli: mas como el me pesava mucho, i yo con el cabia mal en mi aposento apenas me mandò q los rompiesse quando le quemè: agora fuera bueno: mas por otra parte si la falta del me hiziere sospechoso de poca verdad en esta parte antes quiero esto q ver venir en publico tal papel.
- 27 que es verdad que el dicho Marques a Juan telez, i a mi nos confessò que tenia culpa contra el Rey: mas a mi no me la declarò nunca: i assegurò muchas vezes q le avian de quemar, i q tenia a la otro del pecado nefando: i es verdad que un dia me preguntò como se hazia aquel peccado, i q a lo que yo le respondi, respondiò q estava tan quemado como los quemados: ; esto lo dixe yo a Juan telez quexandome de la platica, i Juan telez se lo fue a dizir; i el despues me tratò con cautela:
- 28 i que es verdad que el dicho Marques embiò por italia algunos criados; i con gran temor, i cuidado, i cautelas embiò aun Cesar marteli su moço de Camara gran valido suyo para tierra de Saboya; i despues dezia q el le avia robado i huido, por encubrir los dineros q de su mano le avia dado rompiendo para esto un caxon q el tesorero por màs seguridad tenia en la cam^a. adonde dormian los Marqueses: los quales temiendose de mi i siendo yo el escrivano de su hazienda o q tocava hazer los cargos i descargos della, para este llamaron a D. Pedro Aroldo oficial de la secretaria, i lo hizieron escondiendose de mi, diziendo en el q aquel dinero se llevaria en cuenta al tesorero por quanto la Marquesa le avia tomado para [] [] yo [] [] as].
- 29 que es verdad que siendo el Marques i la Marquesa grandes enemigos de la muger deste moço de Camara; i estan-
- f.44 do publicando q el los avia robado empezaron a hazer caricias a la muger; i les estaban dando todo lo mismo q en casa tenia a su marido: i la llevaron sin el con sus hijos para Roma adonde ella ni sus hijos nunca salian de la Marquesa recibiendo della muchas dadivas: asta que llegando su marido fue recibido con el mismo modo sobre todos esos robos: el qual vino despues que de España se supo, o entendiò que darian martinez estava seguro, i las cosas en pa[z].
- 30 que es verdad que la dicha muger deste Cesar dizia a voces en Genova q su marido se avia [] con cofre o cofres de vestidos i dinero, i que no parecia, i que le diessen su marido, q esso queria, i no dineros ni vestidos; i que sabiendo el Marques esto procurò sossegarla por diferentes medios.
- 31 que es verdad que el Marques embiò quatro o cinco criados para Roma aviendolos bien menester assi en Genova como para quando fuesse para Roma: i ordenò a un criado q alli corria con sus cosas que tanto q llegassen los vistiesse de largo, i metiesse en los estudios: cosa q admirava a quien no sabia las causas.
- 32 que es verdad que el Marques diò en querer saber del fin de sus cosas por [profecias] i adivinaciones; i que para esto se corria con fray Thomas ya nombrado: i para esso fue algunas ve-

zes a buscar un capuchino en Genova, i para esso se comunicò con una monja carmelita descalça en Roma a las quatro fontanas, por medio de su confessor fray Joseph, de la qual tubo cartas, i en una le dizia que estava perdonado contanto q se emendasse: i despues que fue para Roma continuava mucho con esta monja. //. i tambien se dixo que en Genova avia consultado una hechizera para lo mismo //.

- 33 que es verdad que el Marques se quiso valer del poder del Papa contra el [] el Rey nuestro señor, para q por sus culpas o parte dellas no pudiesse su Magestad entender con el; i para esso embiò al dicho fray Joseph su confessor con carta de creencia muy ampla para el Cardenal Barberino; i el Juan telez le despacho, i proveyò de dineros como inteligente i dueño destas maquinas: i vi yo carta del dicho confessor desde Roma para el dicho Marques en q le avisava de aver tomado resolucion de no tocar en la materia, embiandole carta de la monja que era la en q dizia q estava perdonado.

f.45

- 34 que es verdad que despues q el Marques tuvo este aviso, estimandole porque se avia arrepentido de aver intentado aquello, bolviò a intentar lo de entrarse en religion; i me embiò a mi, i a Juan telez a tratarlo en los cartuxos a donde fuimos: i por dezirme uno q era estatuto de aquello religion no entrar en ella hombre casado se dexò de la mano la materia: i a esto se siguiò embiar el Marques a llamar desde Roma al Padre Nuño mascareñas su tio Assistenten de la Compañia de Jesus allà: para comunicar con el sus cosas, i tomar algun camino en ellas, siendo uno entrarse en la misma compañía si le quisiesse allà, i el Padre lo aprovasse.

- 35 que es verdad que me dixo assi i a Juan telez q le dava mucho cuidado una carta q llevaba damian martinez de cierta persona * en q le dava el parabien de estar tan favorecido de la señora Doña Manuela, porq debaxo de aquel nombre se entendia el dicho Marques: i que le dava mucho cuidado a ver dicho el S. Conde Duque al Regidor Manuel de Vasconcellos q entendia q el pecado nefando andava vezino: i q aquello no fuera dicho sino por q sabia el s. Conde q el Regidor era confidente del Marques, i que se lo avia de dizir para darle assi a entender que sabia sus passos, i le conocia: i que le dava mucho [cenido] el traer o querer traer con ciertas cautelas una cantidad de dinero del nuncio

* q era don Gomez de Zarauz

- 36 que es verdad que el dicho Marques corriendose estrechamente con el dicho nuncio, nunca mas le escriviò a lo menos como de antes si le escriviò alguna vez i mas embiavale a dizir por ingenio de Marban q no pensasse q por esso se apartava del amo[r] q le tenia, i q assi lo mostrava adonde importava: i assi era verdad porq le abonava tanto con el Papa i Papalinos q siempre crei que avia tenido gran parte en el nombramiento del Capelo.

- 37 que es verdad que teniendo mandado venir desde Roma al Padre Mascareñas, i embiado desde Genova alla a Don diego Saavedra para tratar de su ida allà con el Cardenal de Borja recibio una carta de Pedro de Arce secretario de [Roma] en que le avisava que podia tratar de irse a Roma, i q

f.46

sin aguardar q llegasse a Roma don Diego [] a Genova el Padre mascareñas, o para mejor dizir sin acabar de leer la dicha carta pidiò galeras para irse a Roma: i aviendo se despidido a aquel punto del Marques antes de recibir el dicho aviso de Arce, otro Marques (q pienso era el del Cadereta) i yendo saliendo del puerto, le embiò a dizir aprissa del aviso que tuviera, i que por la mañana se partia para Roma; i que el respondiò que aquella missa mas parecia huida que partida: i esto me lo contò a mi el dicho Marques todo lleno de miedo de tal respuesta: pareciendole que aquel Marques sabia algo de sus cosas alli passadas, i respondièra al son dellas.

38 que es verdad que el dicho Marques despues de aver pidido las galeras con aquella prissa, i aviendoselas arrimado al [muedo] para entrarse en ellas no lo queria hazer, i pugnava porque le prendiessen, i no sacassen de alli diziendo q aquel día se echava [] [] por una ventana: i aviendo salido la Marquesa sola [per] ver si con esso le podia llevar tras si, el no acudia a esso; i estava hablando con unos frayles de san francisco del convento de villa Real en Valencia, i tratando de embiarlos, o uno dellos a Berceles por espia de lo que alli se hablava del en Palacio, por [] se alli su Majestad: mas no tuvo efeto esto, ni el quedarse el Marques en Genova, porq la Marquesa se fue a meter en las galeras, i por esso el tãbien.

39 que es verdad que el Marques, en tal dia, i en tal [acto], i adonde por honra, i credito de españa, i autoridad de su persona, i de su cargo, avia de ir compuesto i luzido como quien caminava, se fue a embarcar vestido de baeta como andava, i de la misma manera don Antonio de Figueredo, i Martin de Arana q sabian entonces como el iba, i como ellos ivan con el: cosa que [hijo] hazer muchos juizios, como tambien las perturbaciones i acciones de q usava aquellos dias, olvidandose de toda cortesia, i termino politico, tanto q llegò a dizir el capitán [cabo] de las galeras q avia perdido el juizio.

f.47

40 que es verdad que aviendo salido el dicho Marques de Genova encontrò en el mar al Padre Mascareñas que venia, i le escribiò en su galera: i que delante del se queria matar, i porfiava que le bolviessen a Genova, o q le llevassen a Napoles; i que contra su voluntad []llevaron a Roma; i que esto me lo refirio el dicho Padre.

41 que es verdad que quedandome yo en Genova despidido del Marques para venirme a España, por no parecerme justo seguir quien assi tratava del servicio del Rey, i de su respeto, i persona como yo entendia q el lo hazia, vine a entender de Gonçalo de Sosa que alli quedò trocando plata en doblones para seguirle, i haziendo otras cosas de su hazienda, q el dicho Marques iba de mal animo conmigo, i conociendo yo el suyo, me resolvia dexar mi mujer i hijos en Genova peligrosamente, i irme a Roma por ver si de alguna manera le podia assegurar, para que no embiasse tras mi como avia hecho tras Damian Martinez: i que el fin responderme palabra a lo propuesto me detuvo i escriviò una carta en que dizia al Duque de Tursis q tomassen mi muger, i la metiesse en una galera, i la embiasse a Roma, no dexandome venir por ella, i cometiendose en esto grandes maldades que admiraron a quien los supo, i que no refiero porque no toca esso al servicio del Rey

de que [voy] tratando, si bien son señas singulares de sus culpas, queriendonos cautivar con tales medios, teniendo de nuestra venida a españa; conociendo cierto de mi zelo q no encubria la verdad de lo que [importava] al servicio del Rey nosso senhor.

42 que es verdad que dandome por seguro en su casa por estes medios, i por el de averme dicho q me añadia el salario llego a cometerme, i mandarme que yo falsificasse una carta, i la firma del Rey nuestro señor, i de sus ministros o ministro q en ella avia; para salir con sus intentos: i q esta tal carta era una en que su Magestad le dizia lo como se avia de aver en la negociacion de los millones: i me mando echar unas rayas en ciertos renglones por debaxo por señas de q alli avian de entrar otras palabras en la falsificada las quales me hizo escribir en papel

f.48 aparte: i eran alterando las ordenes del Rey nuestro señor viciandolas, i añadiendo i quitando, para que mostrando a quien el queria q aquellas eran las ordenes que tenia no le dixessen q no las guardava: mas a mi no me dixo sino q queria mostrar la tal carta al Agente de Portugal i que no queria q el viesse toda; i que para esso me mandava solamente hazer essotro: cosas que antes acaban de pasar a quien l[o]s viò, que [de] conocerse: i de que yo no quisiese hazer estas falsedades se quexò a Juan telez que supo la calidad dellas: i a un Teodosio enriquez dixo con ira que yo no quisiera hazer un papel q me avia mandado q hiziesse, puesto que no le dixo la calidad del.

43 que es verdad que viendo yo tal cosa apretè mas con mi salida de su casa que andava tratando; i que aviendo pasado en ello muchas cosas que me añadian el temor de lo que el Marques queria usar conmigo, tomè por ultimo []-expediente despidime del presente secretario de la embaxada protestando que yo me salia de su casa, i que el trataba de mi muerte, i de mi muger, por las cosas que el mundo i su Magestad sabria a su tiempo: i esto fue publicado en Roma: i yo i mi muger nos hallamos en necesidad de acudir a ministros de su Magestad con algunas noticias por lo que podia suceder: i aun a algunos confidentes del Papa, para que estuviessen con alguna advertencia para no continuar con el Marques en desservicios del Rey, si por ventura pensavan q el les podia ser de algun util: i al Conde de Castelvillani gran confidente del Papa dixe q mirassen como se governavan con el porque andava jugando a dos manos: i q no les avia de hazer []-[gun] provecho para con el rey a quien devian respetar, i q creyessen q mal podia ser zelada de su amor, i cosas no les deviendo nada, quien deviendo todo al Rey de espan'a no era su amigo, i hazia a en sus cosas lo q yo me sabia: i que era verdad que el Marques deseava otro Borbon a las puertas de Roma, mas que tambien deseava en españa otro Julian; i q lo bueno era caminar derecho porq

el

f.49

t

el Marques no les avia de librar de lo que les uviesse de venir si caminassen de lado.

44 que es verdad que en Roma entendi que el Marques caminava solo con la mira en alcançar del Papa lo q queria para si i los suyos: i esso usando de cautelas entendien-

do q le avian; i que en tal tiempo em grave delito: porq por medio del Padre Mascarenas en primer lugar, i en segundo por el Agente de Portugal; i en tercero por un Juan Rubio de Herrera; i ultimamente en quarto por un Cortesano q llaman don Assensio [gallo] que introduxo en su casa con gran nota de toda Roma, acauteladamente tiene correspondencias, tratos, i alcança gracias: dando a entender que no se halla en ello.

- 45 que es verdad que el Marques alcançò del Papa sin licencia del Rey la dispensa para casar su hija con su yerno: cosa q no alcançava a no estar en aquel puesto, si no fuera con gran suma de mil escudos: i que entendiendo q yo lo [confu] con los q entendian quanto tales cosas dan'avan el servicio del Rey, me llamò una noche sin proposito alguno, i me hizo copiar unos renglones de un papel en q se disculpava de aquello: para por aquel modo se disculpar conmigo.
- 46 que es verdad que alcançó del Papa que dispensasse en q du hijo Don luis pudiesse entrar en la mejor parte del Baliato de leça contra la voluntad i modo con q el balio [veniza] en ello; i fue cosa que escandalizò a mucha gente, i [revolvió] toda la Religion de Malta: i que no lo alcançara el Marques a no estar en aquel puesto, i a tratar en el de lo q convenia al servicio de [] Rey.
- 47 que es verdad que el Marques alcançò del Papa dispensa para q su hiyo Don francisco veniesse sin residencia una prebenda en la iglesia de o Porto: cosa tambien no muy usada por lo menos en aquel capitulo no la avian oido.
- 48 que es verdad que agora andava tratando de alcançar dispensas para una persona poder usar de una encomienda grande de Malta en ciertas cosas: i despues quedar a su hijo don luis: aviendose le propuesto esto.
- 49 que es verdad que aviendo la religion de san Benito de Portugal pretendido por grandes caminos, i instancias la extincion de ciertas abbadias de q tiene el Patronazgo para convirtirlas en renta de la religion, i no pudiendolo alcançar; el Marques desde Roma le ofreciò alcançarlo si le quitavan la obligacion, o parte de lo q avia de pagar a la misma religion de un entierro q haze en su convento de lisboa: i andavase agora ajustando lo q le avia de dar la religion por alcançar del Papal esta gracia.
- 50 que es verdad que con el singular i secreto favor del Papa i Palinos rebolvió toda la religion de san francisco pretendiendo que su tio fray Alexo de moura fuesse comissario general: i fue de manera que grandes confidentes del Marques le escribieron lo mucho q errava en esto: i el mismo general le pidiò no lo llevasse adelante por ser contra la voluntad de san francisco, i aun del Papa: i aun assi se porfiò en la materia; i al fin fue nombrado.
- 51 que es verdad que para hiyo de los Condes del Vimioso sus hermanas alcançò [intra] extraordinaria en Malta, i para otro dispensa para poder tener beneficios, i luego alguno o algunos: lo primero pretendiò dissimular con el Agente de Portugal, lo segundo con el Duque de Alcalà, avisando que dixessen que por alli se avian conseguido estas cosas.
- 52 que es verdad que alcançó beneficios, prebendas para tres capellanes, uno maestro de sus hijos; i para Paulo Carneiro su

cavalleriço; i para Clemente [felii] su procurador, i para hi-
jo de Juan telez su camarero, sin tener edad para esto: i para
criados de su cu'nado don Rodrigo de melo, i del Padre Mas-
caren'as; i [] D. Antonio de [Teran] despues q entrò a ser-
vir en la caça al conde su hijo; i para sobrino de aquel su
confidente Juan Rubio; i para un vassalo suyo sobrino
de su tesorero Antonio de Andrade dispensa para poder casar
con prima sin pagarla pudiendo: en q se hizieron diligencias
q [cansaron] mucho a los ministros del Papa, i en q metiò
sus fuerças el Assensio Gallo: i todas estas gracias dize
q fueron unas por una parte otras por otra, echandose siem-
pre de fuera conociendo lo q yerra en ello. //

que

f.51

t

53. que es verdad que para parientes alcanço otras diferentes
gracias no ordinarias como licencias para entrar i salir
en conventos de monjas personas seglares: i salio mon-
jas dellos: avisando siempre q encubriessen el autor //.

54

que es verdad que para otras muchas personas alcanço
beneficios por respetos de parientes i otras personas; algu-
nos con escandalo comun por los sugetos, principal-
mente uno para un cortesano, por ser con condicion
de que el largaria por esso, i por cierta cantidad de di-
neros un beneficio a su sobrino Diego de Sousa sobre q
traian pleito: siendo el tal proveido de incapaz de la
prebenda que por lo dicho le diò el Marques, de que fue
acusado en Roma, i le echaron papeles sobre esso en casa. //

55

que es verdad que teniendo consigo como persona de su casa
dentro en ella a su costa a Luis de Melo le alcanço el Deca-
nato de o Porto diziendose q era vaco; i en un dia le dio ocho
o nueve beneficios: todo esto antes que viniesse orden para
alcançarle el de Braga: i que es verdad que dixo al Pa-
pa, i a los Papalinos q no llevaba a Roma cosa de importan-
cia que pretender sino la provision grande de luis de Melo
i de don Diego Saavedra, este en quanto pensò q le tenia
a su mano: i que obrò tanto este dicho, i declaracion de lo Mar-
ques que luis de Melo llegò a hazerse duen'o de provisiones
en Roma; i entrava i salia en palacio como, i quando,
i con lo que queria; que tal lugar tiene allà aquello en que
el muestra poner los ojos. //

56

que es verdad que para dissimular sus dadivas alcançadas alli,
avisava las personas q le embiassen cartas del Rey o bien
de la Reyna nuestra sen'ora; mas q aun q no las embiassen no
por esso faltarian los beneficios: deteniendola provision as-
ta que llegassen las tales cartas: i esto principalmente su-
cediò con el sobrino del secretario de la embaxada, a que
en un dia se diò buen renta junta. Cayendo esto sobre
aver dicho el Marques quanto se errava en que su [Mag des]
diessen semejantes cartas a nadie en tal tiempo, q andava
con el Para a las lançadas, i con esto pidir las gracias: i q
ellos desestimavan esos petitorios, i era desautoridad: i es
verdad que esto me dixo a mi //.

que

f.52

t

57 que es verdad que recibiendo el dicho Marques una carta
del Rey nuestro sen'or en q le mandava que pretendiesse del
Papa dispensa para una persona de su obligacion; o pienso
que dizia para que cosa de su obligacion o cosa suya pudiesse

tener, pienso que una dignidad, o gran Cruz de Malta (que cierto fray go con tantas cosas turbado el juicio, i no me averd bien de algunas) el se riyo mucho dello diziendome a mi q parecia cosa de burla q el Rey pidiesse tan singulares gracias q andava a las lançadas con el Papa: de donde yo despues infiri que el dicho Marques no andava a las lançadas con quien su Rey andava a ellas, pues alcançava del Papa para si lo que el no queria que el Rey alcançasse para cosas suyas: esto ultimo es verdad: lo otro yo digo que no me averdo bien en q manera venia dicho en aquella carta //.

- 58 que es verdad que para dos de cardenales espan'oles alcançò el Marques, i Marquesa beneficios: no los alcançando sus amos: usando en esto de cautelas q no se si seran buenas de provar: mas valga la verdad: i dios Autor della la muestre. //.
- 59 que es verdad que el Marques tenia estrechas, i dissimuladas correspondencias con el Papa, i Papalinos, viniendo a su casa el secretario Tigete todo el seno de Barberino siempre casi a deshoras de noche i dia; i hablando siempre casi en secreto: i fue publico q este avia recibido dadivas de los Marqueses con quien hablava igualmente o juntos, o cada uno solo; i que corrian muchos presentes entre ellos i Barberino: i que yo vi ir el Marques por dentro del aposento de Barberino hablar escondido al Papa: i que al Papa embiò el Marques informacion de sus padres para que el escribiesse elogios o epitafios dellos: i que con todo esso pretendia encubrir esto. //.
- 60 que es verdad q el Marques hallandose alcançado en las diligencias que deviera hazer en lo de los millones, i queriendolas acreditar escrivio conmigo una relacion que contenia algunas cosas diferentes de lo passado: i embiola a Eugenio de Marban para que la ensen'asse a los ministros: i despues bolviendola a ver vio q se echavan dever algunas cosas: i emendandolas, bolviò a embiarle otra, diziendole q aquella era la buena, q no usasse de la otra: i ambas a dos eran malas. //.
- f.53
- t
- 61 que es verdad que diziendo yo a Juan Telez algo destas cosas i que me parecia q era mas precioso dar buena cuenta del servicio del rey q llevan algunos beneficios, i comodidades, me respondio que no fuesse tan puntual servidor del Rey que lo cierto era ser mejr los beneficios. i que esto yo se lo dizia por ver q el tratava con el Marques i le podia advirtir: i es cierto q le dixo lo q yo dizia mas no para emendarse ellos, si no para ponerme a mayor peligro, i esta fue la postrera vez q hable en esto. //
- 62 que es verdad qe casi todo lo dicho de lo alcançado de gracias fue en la corriente de la negociacion de los millones; i que el Marques de empen'ado no podia hablar; i que siempre entendi que de ai resultaron los terminos que [] en la concession, i forma de las bulas. //
- 63 que es verdad que metiendo el Marques con su casa un espan'ol que querian prender por aver acudido a los arcabuzazos que se tiraron a la puerta del cardenal embasador, i cansandose de darle una racion, pidiò en secreto al cardenal Barberino q le dexassen salir de Roma en modo q pareciesse q avia huido: i viniendo el cardenal en ello le franqueò el passo: i esto lo oi en Roma; no lo vi: mas vi grandes misterior en la salida de aquel hombre sabiendo con el en secreto un criado del Marques; i murmurose mucho esta accion, tenuta por descre-

dito de la mano de espan'a no pudiendo alli sustentar
un hombre q querian prender por acudir por la houra
della, fuesse desta o de estotra manera. //.

- 64 que es verdad que yo oi dizir en Roma a persona bien [sinal crítico]
inteligente de lo q alli passava q el Marques para sus-
tentar en Roma a Monsenhor Brunache avia hecho con
el s. infante q le embiasse una patente, o como se llama q
no lo sè; de Agente suyo allà: i quando le echaron sin res-
peto a la tal patente q el mostrava, el Marques quedò tan
corriente como antes con Barberino sin darle a entender
por lo menos q se supiesse a [] fuera q sentia el desacato
usado con un hermano, ni mas ni menos del mayor
Rey, i Rey suyo: i es verdad que assi oi esto. //.

f.54

- 65 ^t
que es verdad que entiendo, i siempre entendi que entre el Nun-
cio, i este Auditor o Monsenhor i el Marques avia estrechezas que ti-
ravan a otros fines que no el servicio del rey solo: estos mis en-
tendimientos en esto, pueden ser errados. Dios lo muestre; []
yo soy obligado a dizir lo que entiendo //.

- 66 que es verdad que Juan telez me dixo q de Palacio escrivian con
cautelas i secreto al Marques a lisboa poniendo en el sobre-
escrito nombre fingido: i remetiendo las tales cartas por el
correo: adonde el Juan telez de orden del Marques las iba
a buscar: i sospechava mal desto el dicho Telez: ni la
cosa era para sospechar bien: mas el la ocultava. //.

- 67 que es verdad que yo vi siempre al Marques tener muy poco
respeto a su Rey: i esto es verdad de dios: i deseando muchas
vezes salir de su casa por esso; o que dios me alumbrasse para
poderlo dizir con seguridad jamas pude conseguir nada: i esto
vi màs en las ocasiones que el Rey nuestro sen'or estuvo malo
a peligro dixeran entonces: i quando le embiaron para lisboa,
i quando para Roma: i en esto ay tanto que dizer mas que
no se si dios no me ayuda (que lo deve pues es verdad) como
hable en estas cosas siendo ellas de calidad que siempre passan
con cautelas i sin testigos: dios q es Autor de la verdad la ca-
lifique, pues viene a ser en tan graves materias: i permitiò que
yo siendo un nada viniesse a tener noticias tan grandes. //

- 68 que es verdad que el Marques anduvo muy alborozado quando
el Rey nuestro sen'or estuvo assi malo: i como si su Magestad
no pudiesse disponer de sus cosas si Dios dispusiesse de su vida,
andava buscando en las Partidas como se avian de aver en
la educacion de la Sen'ora Princesa q entonces vivia: i salio de
ver esto con mucho alborozo i prissa: yo a lo cierto no se para q
ni le halle nunca fundamento licito:

- 69 que es verdad q el Marques acusava al Rey nuestro senor de tratar mal
al sen'or infante Carlos: i siempre le llorava: i tenia su retrato
en su aposento en q dormia, i tanto q fue nueva de su muerte lue-
go le puso fuera: i en las falas publicas no tenia en Roma el
retrato de sus Reyes; en q vi reparar a muchos: //.

- 70 que es verdad que en lisboa le via arrojar por el suelo con ira las
cartas i firmas reales no siendo a su modo: i tambien lo vio otra

f.55

t

persona: i escuchava, i leia cartas de quien le habla-

va mal del gobierno de su Rey; i no acordandose de las mercedes recibidas de su mano; i aplicandolas a otra: i guardando satiras, i procurandolas dessos enemigos desse gobierno: i en Roma no echò por una ventana quien le iva a dizir q la muerte del sen'or Infante no fuera dada de la mano de nuestros peccados; yo digo que es verdad que vi algo desto. //.

71.
q se llama
Lucas Bandarra

que es verdad que de una persona + aunq humilde q anda por essos aposentos de Palacio recibia, i deseava relaciones q motejavan acciones Reales: sea dios bendito que permitio que tan viles bocas suban tan alto: yo digo que esto es verdad de dios: i que advirtiendolo en vez de ser estimado creci mi peligro: mas su divina magestad me deve de sustentar asta q la verdad se aclare: aclarese ella i despues sea de mi lo que una i otra Majestad fueren servidos. I juro por los Evangelios i Cruz de Christo que professo, i por la ley de mi Dios, i por la de mi Rey que todo lo que se contiene en este papel que tiene 71. capitulos es verdad con las condiciones i circunstancias que se refiere; i que no me gobierno en ello por otro algun sin que el de la verdad, i de lo que deve un vassalo al Rey q Dios le diò sob pena de traycion: i llamo con la fee que suele mudar los montes (por lo menos deseandola tal) al mismo dios en testimonio de mi verdad, i de la limpieza de mi zelo: i lo firmo de mi mano assi [] lo è escrito. en Madrid a 13. de Otubre de 1634

Manuel de Faria e Sousa

REFERÊNCIAS

LÉXICOS

ADAMSON, John. *Lusitania Illustrata: Notices on the History, Antiquities, Literature, &c., of Portugal. Literary Department. Part I. Selection of Sonnets, with biographical sketches of the authors, by John Adamson, M. R. S. L., F. S. A., F. L. S., corresp. memb. roy. acad. of Sciences of Lisbon, &c., &c., &c. Newcastle Upon Tyne: Printed By T. And J. Hodgson, Union Street, 1824. Tomo I (p.36-41).*

ALVES, Hélio J. S.. Manuel de Faria e Sousa. In: SILVA, Vítor Aguiar e (org.). *Dicionário de Luís de Camões*. São Paulo: Leya, 2011. p. 371-378.

ANTONIO, Nicolás. *Bibliotheca Hispana Nova*. Matriti: Apud Joachimus de Ibarra Typographum Regium, 1783. Tomus primus.

COTARELO Y MORI, Emilio. *Diccionario biográfico y bibliográfico de calígrafos españoles*. Madrid: [S.N.], 1914. 2 v.

FRANCKENAU, Gerhardus Ernestus de. *Bibliotheca hispanica*. Lipsiae: Sumptibus Maur. Georgii Weidmanni, 1724.

GARCIA PERES, Domingo. *Catalogo razonado biografico e bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890.

LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria: fundamentos de una ciencia de la literatura*. Madrid: Gredos, 1983. 3 v. Versión española de José Pérez Riesco.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana: historica, critica, e cronologica. na qual se comprehende a noticia dos authores potuguezes, e das obras, que compuzerao desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo presente*. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752. (Tomo III).

OROZCO, Sebastián de Covarrubias. *Parte primera del Tesoro de la lengua Castellana, o Española*. En Madrid: Por Melchor Sanchez, 1674.

_____. *Parte segunda del Tesoro de la lengua Castellana, o Española*. En Madrid: Por Melchor Sanchez, 1673.

PALAU Y DULCET, Antonio. *Manual del librero hispanoamericano: bibliografía general española e hispano-americana desde la invención de la imprenta hasta nuestros tiempos: con el valor comercial de los impresos descritos*. Barcelona: Libreria Anticuaria, 1923. 7 volumes.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. (Tomo V).

OBRAS ANTIGAS

ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Clássicos).

ALMEIDA, Manuel Pires de. Discurso sobre o poema heróico. *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, Vitória, a.2, n.2, p. 1-23. Transcrição e comentário por Adma Muhana.

[ANÔNIMO]. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra.

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento). Tradução de Manuel Alexandre Júnior.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luís. *De historia para entenderla y escribirla*. Madrid: Luis Sánchez, 1611.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas de Luís de Camões. Comentados por Augusto Epifânio de Silva Dias*. 3. ed. S/l: Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais, 1972. Reprodução fac-similada da 2.^a edição por iniciativa da Comissão Brasileira designada pelo Ministro da Educação e Cultura para o fim de preparar e organizar as comemorações do IV centenário da publica.

_____. *Lusiadas de Luis de Camões: comentadas por Manuel de Faria e Sousa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972. 2 v. Ed. facsimile de: En Madrid: por Ivan Sanchez, 1639.

_____. *Lusiadas de Luis de Camoens (...) comentadas por Manuel de Faria i Sousa*. En Madrid: Por Iuan Sanchez: A Costa de Pedro Coello, Mercador de Libros, 1639. 2 v.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2018. (Clássicos). Tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada.

CONTRERAS, Alonso de. *Discurso de mi vida*. Madrid: Espasa-Calpe, 2000?. (Colección Austral). Edición de Henry Ettinghausen.

COSTA, Uriel da. *Espelho da Vida Humana (Exemplar humanae vitae)*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1901. Introdução de Teófilo Braga, tradução de A. Epifânio da Silva Dias.

CUNHA, Rodrigo da. *Catalogo e historia dos Bispos do Porto*: segunda parte. No Porto: Por João Rodriguez Impressor de Sua Senhoria, 1623. v.2.

FARIA E SOUSA, Manuel de. *Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real. Sobre la acusacion que se hizo en el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa, a los Comentaros que docta, i judiciosa, i catolicamente escrivio a las Lusiadas del doctissimo, i profundissimo, i solidissimo poeta christiano Luis de Camoens, unico ornamento de la Academia española en este genero de letras*. (...). Madrid: S.N., [1640].

_____. *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro, hijo del rey Don Dionis de Portugal*. En Madrid: Alonso de Paredes, 1646. Traduzido castigado y con nuevas ilustraciones de varias notas por Manuel de Faria i Sousa, Marques de Montebelo y Alvaro Ferreyra de Vera. ver

_____. *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa: An autobiography*. Münster Westfalen: Aschendorff, 1975. Introduction, Edition, Notes and Index by Edward Glaser.

_____. *Información en discurso histórico por el celo del bien público*. Madrid: 1634. Manuscrito. 9-24-2-B-32 9-5117. Na Biblioteca da Real Academia de la Historia.

_____. Patria i Vida del autor. Poema duodecimo. In: FARIA E SOUSA, Manuel de. *Fuente de Aganipe o Rimas Varias Divididas en siete Partes. Parte Segunda*: con privilegio. En Madrid: Por Iuan Sanchez, 1644. p. 191-213.

HERMOSILLA, Diego de. *Diálogo de la vida de los pajes de palacio*. Valladolid: Imp. y Lib. Viuda de Montero, 1916. (Publicatio). Edited with an introduction and notes by Donald Mackenzie.

HORATIUS FLACCUS, Quintus. *De arte poetica (epistula ad Pisones)*.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Introdução, Notas e Fixação do texto de José Adriano de Carvalho.

_____. *Corte na aldeia*. Lisboa: Ulisseia, 1990. (Biblioteca Ulisseia de autores portugueses; 33). Introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira.

MARIZ, Pedro de. *Dialogo de Varia Historia, em que se continuão as vidas dos senhores Reis de Portugal com os seus retratos, e noticias dos nossos reinos, e conquistas, e varios successos do mundo*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1806. (t.II). Com Licença de S. A. R..

MELLO, Francisco Manuel de. *Apólogos Dialogais*: v.II. O Escritório Avarento. O Hospital das Letras. Lisboa: Angelus Novus, 1999. v.2 (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa). Introdução, Fixação de Texto e Notas de Pedro Serra.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. São Paulo: Editora 34, 2016. Tradução e notas de Sérgio Milliet; revisão técnica e notas adicionais de Edson Querubini; apresentação de Andre Scoralick.

MORALES, Baltasar Gracián y. *El discreto, de Lorenzo Gracian. Que publica Don Vincencio Ivan de Lastanosa*. En Amberes:, En Casa de Geronymo y Iuánbapt, Verdussen, 1669. Con privilegio.

MORENO PORCEL, Francisco. *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden Militar de Christo, y de la Casa Real*: Contiene una relacion de su vida, un catalogo de sus escritos, y un sumario de sus elogios, recogidos de varios autores. Madrid?: Diego Díaz de La Carrera?, 1650?.

QUEIRÓS, João de S. José. *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz Bispo do Grão Pará*: com uma extensa introdução e notas illustrativas por Camillo Castello-Branco. Porto: Typ. da Liv. Nacional, 1868.

QUEVEDO, Francisco de. De los Remedios de qualquier fortuna: desdichas que consuela Lucio Aneo Seneca. In: _____. *Obras de Don Francisco de Quevedo Villegas*: t. II. En Amberes: Por Henrico y Cornelio Verdussen, 1699.

QUINTILIANO. *Instituição oratória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. 4v. Tradução e notas: Bruno Fregni Bassetto.

REBELLO, Gaspar Pires de. *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. São Paulo: Globo, 2006. Organização, notas e posfácio de Adma Muhana.

ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. São Paulo: Hedra, 2013. Tradução de Elaine C. Sartorelli.

SALAZAR, Pedro de. *Crónica del gran cardenal de España don Pedro González de Mendoza*. Toledo: Emprenta de Doña María Ortiz de Saravia, 1625.

TERESA, de Ávila, Santa. *Libro de la vida*. Madrid: Editorial Castalia, 2001. (Biblioteca Clásica Castalia). Edición, introducción y notas de Otger Steggink.

TERRONES AGUILAR DEL CAÑO, Francisco. *Arte o instrucción que ha de tener el predicador*. Granada: Bartolome de Lorençana, 1617, cap. IV, “De otros documentos para la invención o materia del sermón”.

VIEIRA, Antônio. *Sermoens do P. Antonio Vieira*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1679. 1v.

_____. *Sermoens do P. Antonio Vieira*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1682. V.2.

_____. *Sermoens do P. Antonio Vieira*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1690. V.6.

VIVES, Juan Luis. Redaccion epistolar (*De conscribendis epistolis*). _____. *Obras completas*. Madrid: M. Aguilar, 1947, t.2, p.841-879. Primera translación castellana íntegra y directa, comentarios, notas y un ensayo biobibliográfico por Lorenzo Riber.

ESTUDOS GERAIS

ALMEIDA, Isabel. Para uma Arte da Memória: Baltasar Gracián e Manuel de Faria e Sousa, leitores de Camões. BERNARDES, José Augusto Cardoso (org.). *Luiz Vaz de Camões Revisitado*, Santa Bárbara, v. , p. 163-189, 2003.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. Introdução. In: SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia Portuguesa*. Porto: Civilização, 1945. p. 9-32. (V. I). Tradução de Isabel Ferreira do Amaral Pereira de Matos e Maria Vitória Garcia Santos Ferreira.

ARES MONTES, José S. *Gongora y la poesia portuguesa del siglo XVII*. Madrid: Editorial Gredos, 1956. (Biblioteca Romanica Hispanica. Estudios y Ensayos 26).

ARTAZA, Elena. *El ars narrandi en el siglo XVI español: teoria y practica*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

ASENSIO, Eugenio. La autobiografía de Manuel de Faria y Sousa. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, n. 13, p. 629-637, 1978. Sep. Arq. Centro Cultural Português.

BALANDRÓN, Carlos V. *Félix Machado da Silva y la Tercera Parte de El Guzmán de Alfarache*. Michigan, 1983.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. _____. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 19-91.

BENEDITO, Silvério Augusto. *Arte de retórica do jesuíta Cipriano Soares*. A tradução, a obra e o seu contexto histórico-pedagógico. Lisboa: S.N, 1995. 2 v. Dissertação de mestrado. Literaturas Clássicas, área de Literatura Latina, Universidade de Lisboa.

BOAVENTURA, Fr. Fortunato de São. Memoria Do que se póde acrescentar ao que corre impresso na Bibliotheca Lusitana sobre a vida e escriptos do Chronista Mór Fr. Francisco Brandão. In: ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS (Lisboa). *Historia e Memoria da Academia Real das Sciencias*. Lisboa: Typographia da Mesma Academia, 1827. p. 36. (Tomo X, parte I).

BOUZA ALVAREZ, Fernando J. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, S.A., 2002.

_____. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. (Cosmos História 34).

_____. Cortes festejantes. Fiesta y ocio en el *cursus honorum* cortesano. *Manuscripts*, Barcelona, n. 13, p. 185-203, 1995.

BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa: III - Os Seiscentistas*. Portugal: Publicações Europa-América, 19?.

BURKE, Peter. *As Fortunas d'O Cortesão: a recepção europeia a O Cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. Tradução de Alvaro Hattner.

CARREIRA, Antonio. El conde-duque de Olivares y los poetas de su tiempo. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Ciudad de México, v. 64, n. 2, p. 429-456, jul. 2016. Semestral.

CARVALHO, José Adriano de. Introdução. In: LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 7-42.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*. Porto: Anselmo de Moraes, 1868.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010.

COLOMER, José Luis. Introducción. Los senderos cruzados del arte y la diplomacia. In: _____. *Arte y diplomacia de la monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2003. p. 13-32.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996. (Linguagem e Cultura 21). Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai.

CURTO, Diogo Ramada. Uma autobiografia de Seiscentos: A Fortuna de Faria e Sousa. In: CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 145-188.

DELAGE, Agnès. Las vidas particulares bajo el reinado de Felipe IV: ¿un problema de definición genérica?. *Críticón*, [s. l], n. 97-98, p. 61-74, 2006.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. Melhor é Deus que o abade de Pombeiro: o património do Mosteiro de Pombeiro e a apresentação das igrejas. *Oppidum: Revista de Arqueologia, História e Património*, Lousada, n. 5, p. 149-171, 2011. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

DÍAZ, José Simón. *Censo de escritores al servicio de los Austrias y otros estudios bibliográficos*. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Os motivos da sátira romana*. Marília, 1968. 151 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FELGUEIRAS. Escola Preparatória de Manuel de Faria e Sousa. *Manuel de Faria e Sousa: 400 anos*. S/l: S/n, 1992.

FLASCHE, Hans. O método de comentar de Manuel de Faria e Sousa: contributo para a interpretação d'Os Lusíadas. *I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, p. 137-173, 1973. Separata.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o ratio studiorum*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. Introdução e tradução de Leonel Franca.

GARCÍA CUETO, David. Mecenzago y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma. In: HERNANDO SÁNCHEZ, Carlos José (Org.). *Roma y España: un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*. Madrid: Seacex, 2007, p. 695-716; (v.II).

GLASER, Edward. Lope de Vega e Manuel de Faria e Sousa. Achegas para o estudo das relações literárias entre Portugal. *Colóquio: Revista de artes e letras*, Lisboa, n. 8, p. 57-59, abr. 1960. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/al/sirius.exe/artigo?173>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. Preface. In: SOUSA, Manuel de Faria e. *The "Fortuna" of Manuel de Faria e Sousa: an autobiography*. Münster Westfalen: Aschendorff, 1975. p. 5-122.

HANSEN, João Adolfo. Agudezas Seiscentistas. In: _____. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 153-186.

_____. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo; Campinas: Hedra; Editora da Unicamp, 2006.

_____. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2. ed. São Paulo; Campinas: Ateliê Editorial; Editora da Unicamp, 2004.

_____. Educando Príncipes no Espelho. In: _____. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 123-152.

_____. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, p. 11-46, 2013.

_____. *Ratio studiorum* e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; LINKHILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p.13-41.

_____. Razão de Estado. In: HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 75-96.

HATHERLY, Ana. Labirintos da Parte VII da Fuente de Aganipe de Manuel de Faria e Sousa. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa; Paris, v. 21, p. 439-467, 1985. Separata.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 21, p. 121-143, jun. 2006.

_____.; XAVIER, Ângela Barreto. *A representação da sociedade e do poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

JUROMENHA, Visconde de. *Obras de Luiz de Camões: precedidas de um ensaio biographico no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. (Volume I).

KOSSOVITCH, Leon. Tradição Clássica. *Desígnio*: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, São Paulo, v. 5, p. 15-21, mar. 2006.

MARAÑÓN, Gregorio. *Olivares: a paixão de mandar*. Lisboa: Aster, [19--]. (Grandes biografias). Tradução de Manuel Pereira.

MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Clássicos).

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago. Aristocracia y anti-olivarismo: El proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por sodomía y traición (1634-1635). In: MILLÁN, José Martínez; RODRÍGUEZ, Manuel Rivero; VERSTEEGEN, Gijs. *La Corte en Europa: Política y Religión (Siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012. p. 1147-1196. V.III.

_____. Os marqueses de Castelo Rodrigo e a Nobreza portuguesa na monarquia hispânica: estratégias de legitimação, redes familiares e interesses políticos entre a agregação e a restauração (1581-1651). *Ler História*, Lisboa, n. 57, p. 7-32, 2009. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/1807>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MEGIANI, Ana Paula. Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (Sécs. XV-XVII). *Varia Historia*. Belo Horizonte: n. 68, p. 535-563, ago. 2019.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Companhia de bolso).

MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. (Coleção Universitária).

MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

_____. Posfácio. In: REBELLO, Gaspar Pires de. *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. São Paulo: Globo, 2006. p. 327-375.

NISHIHATA, Mauricio M. *A defesa do camonista Manuel de Faria e Sousa no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (1640)*. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PÉCORA, Alcir. Apresentação: o livro do prudente secretário. In: ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 7-21. (Clássicos).

_____. Prefácio à Edição Brasileira: a cena da perfeição. In: CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2018. p. 7-15. Tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada.

PELAYO, Marcelino Menéndez y. *Historia de las ideas estéticas en España. Siglos XVI y XVII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1940. Tomo 2.

PIERCE, Frank. The 'Fortuna' of Manuel de Faria e Sousa, ed. E. Glaser (Book Review). *Bulletin Of Hispanic Studies*, Liverpool, v. 54, n. 3, p. 266-267, 01 jul. 1977.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. Manuel de Faria e Sousa: autobiografias e retratos. In: _____. *Xadrez de palavras: estudos de literatura barroca*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. p. 159-172.

PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello: esboço biographico*. Lisboa: Fenda Edições, Lda, 1996.

RIVAS ALBALADEJO, Ángel. *Entre Madrid, Roma y Nápoles. El VI conde de Monterrey y el gobierno de la Monarquía Hispánica: (1621-1653)*. Barcelona, 2015. 991 f. Tese (Doutorado) - Curso de Facultat de Geografia I Història, Departament D'Història Moderna, Universitat de Barcelona.

SANCHÉZ MARÍN, J. A. (José Antonio). Un tratado biográfico renacentista: el *De scribendis virorum illustrium vitis sermo* de Giovanni Antonio Viperano. *Humanitas*, v. 53, p. 365-383, 2001.

SARAMAGO, José. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Edição do Círculo de Leitores. Editorial Caminho, 1999.

SENA, Jorge de. *Estudos de história e de cultura: 1a. série*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente, 1967.

SENA, Jorge de. Introdução. In: CAMÕES, Luís de; FARIA E SOUSA, Manuel de. *Lusiadas de Luis de Camões: comentadas por Manuel de Faria e Sousa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972. p. 9-56. Ed. facsimile de: En Madrid: por Ivan Sanchez, 1639.

SILVA, José Maria da Costa e. *Ensaio Biographico-Critico sobre os melhores poetas portugueses*. Lisboa: Na Imprensa Silviana, 1854. (Tomo VII).

SOVERAL, Carlos Eduardo. Manuel de Faria e Sousa. In: COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1989. p. 1052-1053. v.4.

SPINA, Segismundo. *Introdução à poética clássica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. Literatura antiga portuguesa. *Biblioteca Internacional de Obras Celebres*, Lisboa: v. 7, p. 3081-3100, 1913.